

A TRANSVERSALIDADE DE GÊNERO NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO E NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Organizador(as)
Alfrancio Ferreira Dias
Elza Ferreira Santos
Maria Helena Santana Cruz



Alfrancio Ferreira Dias
Elza Ferreira Santos
Maria Helena Santana Cruz
Organizador(as)

A TRANSVERSALIDADE DE GÊNERO NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO E NAS POLÍTICAS PÚBLICAS



Aracaju - Sergipe
2017

Alfrancio Ferreira Dias
Elza Ferreira Santos
Maria Helena Santana Cruz
Organizador(as)

A TRANSVERSALIDADE DE GÊNERO NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO E NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Conselho editorial:

José Augusto Andrade Filho
Chirlaine Cristine Gonçalves
Ruth Sales Gama de Andrade
Lício Valério Lima Vieira
Kelly Cristina Barbosa
Jaime José da Silveira Barros Neto
José Espinola da Silva Júnior
Hunaldo Oliveira Silva

Irinéia Rosa Nascimento
Sérgio Carlos Rezende
José Wellington Carvalho Vilar
Igor Adriano de Oliveira Reis
Wanderson Roger Azevedo Dias
Letícia Bianca Barros de Novaes Lima
Laerte Fonseca

Capa: Júlio César Nunes Ramiro

Arte final e diagramação: Júlio César Nunes Ramiro

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou duplicada sem autorização expressa do IFS.

©2017 by Alfrancio Ferreira Dias, Elza Ferreira Santos, Maria Helena Santana Cruz

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

T772 A transversalidade de gênero na produção do conhecimento e nas políticas públicas [recurso eletrônico] / Alfrancio Ferreira Dias, Elza Ferreira Santos, Maria Helena Santana Cruz, organizadores. – Aracaju: IFS, 2017. 293 p. : il.

Formato: e-book
ISBN 978-85-68801-96-3

1. Educação. 2. Políticas públicas. 3. Classes sociais. 4. Relações sociais. I. Dias, Alfrancio Ferreira. II. Santos, Elza Ferreira. III. Cruz, Maria Helena Santana.

CDU: 37

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Célia Aparecida Santos de Araújo
CRB 5/1030

Obra financiada pelo Edital

FAPITEC/CAPES/SE nº 01/2014 e PROPEX/IFS

**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de
Sergipe - IFS**

Avenida Jorge Amado, 1551 - Loteamento Garcia, Bairro Jardins - Aracaju | Sergipe.
CEP: 49025-330 TEL.: 55 (79) 3711-3222 E-mail: edifs@ifs.edu.br
Impresso no Brasil - 2017



Ministério da Educação

Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia de Sergipe

Presidente da República
Michel Miguel Elias Temer Lulia

Ministro da Educação
José Mendonça Bezerra Filho

Secretário da Educação Profissional e Tecnológica
Eline Neves Braga Nascimento

Reitor do IFS
Ailton Ribeiro de Oliveira

Pró-reitora de Pesquisa e Extensão
Ruth Sales Gama de Andrade

**A TRANSVERSALIDADE DE GÊNERO NA
PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO E NAS
POLÍTICAS PÚBLICAS**

Organizador(as)

Alfrancio Ferreira Dias

Elza Ferreira Santos

Maria Helena Santana Cruz

Sumário

APRESENTAÇÃO.....	11
-------------------	----

SEÇÃO ESPECIAL

O RIZOMA GÊNERO: CARTOGRAFIA DE TRÊS GENEALOGIAS.	19
<i>João Manuel de Oliveira</i>	

PARTE I

VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: DIÁLOGOS ENTRE FEMINISMO E CIÊNCIA SOCIAL.3.....	39
<i>Lia Zanotta Machado</i>	

O AVESSE DOS DIREITOS.....	57
<i>Alda Britto da Motta</i>	

FEMINISMO JURÍDICO: NOTAS INTRODUTÓRIAS	67
<i>Salete Maria da Silva</i>	

MULHERES IDOSAS E O ENVELHECIMENTO ATIVO	79
<i>Isolda Belo da Fonte,</i> <i>Aline de Oliveira Bomfim</i>	

CONSELHO DE DIREITOS DA MULHER E CONCRETIZAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	87
<i>Adélia Moreira Pessoa</i>	

A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: ENTRELACES DE GÊNERO E GERAÇÃO.....	101
<i>Márcia Santana Tavares</i>	

GÊNERO E DIREITOS DAS MULHERES NOS ASPECTOS SEXUAIS, REPRODUTIVOS, CLIMATÉRICOS E DA VIOLÊNCIA.....	113
<i>Inez Sampaio Nery</i> <i>Anna Karolina Lages de Araújo</i> <i>Josanne Cristina Ribeiro Ferreira Façanha</i>	

PARTE II

AS PESCADORAS DO RIO TEJO E A CULTURA AVIEIRA EM PORTUGAL.....	131
<i>Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão</i>	

CAMINHOS E PROTAGONISMO DAS MULHERES NEGRAS.	143
<i>Joanice Conceição</i>	
O ESTILO DA LINGUAGEM NAS RELAÇÕES DE EMPODERAMENTO EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS BRASILEIRAS.....	153
<i>Suzana Mary de Andrade Nunes</i>	
<i>Raquel Meister. KO. Freitag</i>	
O ENTRELACE ENTRE GÊNERO E COMUNICAÇÃO: UMA DISCUSSÃO CONTEMPORÂNEA.	165
<i>Soraya Barreto Januário</i>	
<i>Ana Maria Veloso</i>	
COMPONDO TRILHAS PARA A CONSTRUÇÃO DE EPISTEMOLOGIAS FEMINISTAS EM MÚSICA NO BRASIL.....	177
<i>Laila Rosa</i>	
<i>Bruna Santos</i>	
<i>Cristiane Lima</i>	
PODERES E RESISTÊNCIAS: UM ESTUDO SOBRE AS SUBJETIVAÇÕES FEMININAS PRESENTES EM POR ESCRITO.	189
<i>Elza Ferreira Santos</i>	

PARTE III

EDUCAÇÃO, GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS.....	203
<i>Anderson Ferrari</i>	
A PEDAGOGIA DISCIPLINAR COMO INVENÇÃO DA HOMOSSEXUALIDADE MASCULINA NA MODERNIDADE.	213
<i>Marcelo Henrique Gonçalves de Miranda</i>	
O VOLUNTARIADO E GÊNERO NO ENSINO SUPERIOR: REFLEXÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DOCENTE.....	225
<i>Maria Helena Santana Cruz</i>	
FORMAÇÃO DE EDUCADORAS/ES EM SEXUALIDADE E GÊNERO.	241
<i>Maria José Souza Pinho</i>	
<i>Rita de Cassia Costa Moreira</i>	
<i>Tereza Cristina Pereira Carvalho Fagundes</i>	
DISCURSOS DE GÊNERO E SEXUALIDADES NAS LICENCIATURAS DO INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE, CAMPUS ARACAJU.	257
<i>Helma de Melo Cardoso</i>	
<i>Alfrancio Ferreira Dias</i>	
GÊNERO, EDUCAÇÃO E INCLUSÃO: MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO DO GT 1 NO 19º REDOR.	271
<i>Maria do Rosário de Fátima de Andrade Leitão</i>	
<i>Lígia Luís de Freitas</i>	

APRESENTAÇÃO

Foi com muita satisfação que organizamos esta coletânea com artigos produto de alguns trabalhos apresentados no 19º Encontro Nacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas Sobre Mulher e Relações de Gênero (REDOR) e do III Simpósio Sergipano de Pesquisadoras(es) Sobre a Mulher e Relações de Gênero, realizados em junho de 2016 na Universidade Federal de Sergipe, uma promoção do Núcleo de Estudos e Pesquisa Interdisciplinares Sobre A Mulher e Relações de Gênero (NEMPIG) e do Instituto Federal de Sergipe (IFS).

A Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero – foi criada em 1992, na Universidade Federal da Bahia, por iniciativa do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM), com o objetivo de congregar, articular e desenvolver estudos nessas regiões do país. Define sua atuação em três grandes linhas de trabalho que são os Estudos e Pesquisas, a Capacitação e Publicações. Entre as ações de maior impacto desenvolvidas pela REDOR, destaca-se a promoção de encontros científicos anuais, atualmente bianuais, para a socialização de estudos e pesquisas entre núcleos e grupos da rede, que não se restringem mais ao Norte e Nordeste do Brasil, mas vêm congregando pesquisadores de universidade do exterior, docentes, discentes de programas de pós-graduação e graduação, professoras e professores da educação básica, membros de instituições públicas e de organizações não governamentais engajados com a justiça de gênero. O crescente número de pesquisadores(as) e, conseqüentemente, de trabalhos sobre mulheres e relações de gênero no mundo acadêmico com diversas abordagens de um modo geral, atesta a importância e interesse da temática.

Organizar em coletânea artigos que falam de distintos tempos e objetos de pesquisa, produzidos por diferentes pessoas, em relações singulares de trabalho, com temas, objetos, métodos, diferenciados, naturalmente não se constitui tarefa fácil. Mas, ao mesmo tempo, constitui-se necessário pois bem mostra a diversidade do pensamento e das ações que estão sendo desenvolvidas nas várias áreas do conhecimento e nos vários lócus socioculturais.

A seção especial deste livro traz o texto de João Manuel de Oliveira **com o título: O RIZOMA GÊNERO: CARTOGRAFIA DE TRÊS GENEALOGIAS** discute o conceito de gênero enquanto rizoma, analisando-o na sua multiplicidade, recusando leituras únicas e definitivas sobre o conceito. Ao recorrer às ideias Deleuze e Guattari convoca para a discussão três concepções contemporâneas, a saber: o gênero como máscara (Joan Rivière), o gênero como identidade (Jonh Money) e o gênero como relação (Margaret Mead e Simone de Beauvoir). O diálogo entre esses autores mantém uma interlocução privilegiada com outra grande filósofa, Judith Butler.

Após o texto de oliveira, o livro se divide em três partes. A parte I inicia-se com **VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: DIÁLOGOS ENTRE FEMINISMO E CIÊNCIA SOCIAL** de Lia Zanotta Machado. O artigo interroga os debates nas ciências sociais sobre violência de gênero. De modo crítico, Machado entende que o conceito de gênero e o de relações de gênero nasceu sob a égide da simultaneidade da “ordem” e da “mudança”.

O conceito foi concebido tanto como um “sistema”, como uma “normatização” com certa estabilidade, mas sempre, inegavelmente, apontando um alto grau de instabilidade e de potencialidade para a mudança.

Em **O AVESSO DOS DIREITOS**, Alda Britto da Motta reflete sobre Mulheres e homens idosos que têm em comum o fato de serem objetos de preconceito e descaso por parte de outras gerações. Nesse grupo geracional a autora aponta que as mulheres têm alcançado destaque social, apresentando uma nova imagem da velhice, mais dinâmica e mais alegre. Em contrapartida dá-se o *avesso*, pois existe discriminação, preconceito e outras formas de violência, que acompanham as idosas.

FEMINISMO JURÍDICO: NOTAS INTRODUTÓRIAS, de Salete Maria da Silva, apresenta notas introdutórias ao feminismo jurídico, entendido como um campo de reflexão teórica e de prática jurídica feminista em expansão na América Latina. Resulta de pesquisa exploratória, de natureza documental e bibliográfica, bem como da experiência profissional da autora – como docente e advogada feminista.

Isolda Belo da Fonte no artigo **MULHERES IDOSAS E O ENVELHECIMENTO ATIVO** escrito com Aline de Oliveira Bomfim, inspira-se no projeto *Mulher Idosa em Pernambuco: empoderamento e seus entraves*, desenvolvido pela Fundação Joaquim Nabuco. Com um questionário aplicado a 4.500 mulheres, as autoras analisam a relação entre o conceito de Envelhecimento Ativo (EA) e o comportamento dessas mulheres relativo à sua atuação no âmbito doméstico ou público. O estudo registra reações aos estereótipos ao mesmo tempo em que aponta o reforço da ideia de responsabilidade das idosas para com os cuidados da família.

O artigo de Adélia Moreira Pessoa, **CONSELHO DE DIREITOS DA MULHER E CONCRETIZAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS**, analisa a igualdade entre homem e mulher, acolhida pelo direito brasileiro, não só através das Convenções internacionais, mas também da Constituição Federal de 1988, bem como nas leis infraconstitucionais. A efetivação das normas jurídicas deve ser implementada através de políticas públicas e deve contar com os Conselhos de Direitos da Mulher para acompanhar e fiscalizar as políticas públicas que visem a eliminar a discriminação contra mulher.

A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: ENTRELAÇOS DE GÊNERO E GERAÇÃO, artigo de Márcia Santana Tavares, reflete sobre as modalidades de violência recorrentes nas várias etapas de vida das mulheres, a partir de uma perspectiva de gênero e geração. Para Márcia, a violência perpetrada contra as mulheres não escolhe idade e classe social, nem se restringe apenas à esfera doméstica, ela se entende ao espaço público, embora suas manifestações muitas vezes permaneçam invisibilizadas ou secundarizadas.

Concluindo a primeira parte, **GÊNERO E DIREITOS DAS MULHERES NOS ASPECTOS SEXUAIS, REPRODUTIVOS, CLIMATÉRICOS E DA VIOLÊNCIA**, escrito por Inez Sampaio Nery, Anna Karolina Lages de Araújo e Josanne Cristina Ribeiro Ferreira Façanha, apresenta um estudo com o intuito de refletir e compreender os direitos das mulheres nos aspectos sexuais, reprodutivos, climatéricos e da não violência de gênero. As autoras concluem que as ações assistenciais de enfermagem devem abranger a mulher nas diversas

fases de vida, com aplicação dos seus conhecimentos técnico-científicos, além do uso de práticas integrativas e complementares.

A parte II inicia-se com o artigo **As PESCADORAS DO RIO TEJO E A CULTURA AVIEIRA EM PORTUGAL** de Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão. O estudo teve o propósito de conhecer e resgatar a cultura Avieira, a partir do discurso de pescadores e pescadoras. Rosário, fundamentada na teoria feminista e na perspectiva dos estudos de gênero, faz a leitura das práticas sexistas, a partir do acompanhamento de uma procissão e do modo de vida destas comunidades e de sua vida cotidiana.

O Texto **CAMINHOS E PROTAGONISMO DAS MULHERES NEGRAS** de autoria de Joalice Conceição discute o protagonismo das mulheres negras e seus corpos, no tocante a violência que eles sofreram ao longo da história, buscando coadunar aspectos culturais, de modo a promover uma discussão transversal, com destaque para as singularidades e assimetrias forjadas nas relações de poder e os novos debates ocorridos nas diásporas, com especial atenção para o Brasil, cuja cultura possui aspectos e significados que corroboram para colocar em relevo padrões de uma sociedade multicultural.

O ESTILO DA LINGUAGEM NAS RELAÇÕES DE EMPODERAMENTO EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS BRASILEIRAS, artigo escrito por Suzana Mary de Andrade Nunes e Raquel Meister KO. Freitag reflete por meio da abordagem sócio-discursiva interacionista, as relações de Gênero que se estabelecem no interior das instituições públicas por meio da leitura e análise crítica da entonação particular da fala, no uso de marcadores e pronomes, nas escolhas lexicais, no emprego de metáforas em que o dito e o não dito simulam ironias, eufemismos e hipérboles denotando uma estrutura forjada pelo paradoxo entre o empoderamento das mulheres e as bases de uma tradição machista.

O ENTRELACE ENTRE GÊNERO E COMUNICAÇÃO: UMA DISCUSSÃO CONTEMPORÂNEA, escrito por Soraya Barreto Januário e Ana Maria Veloso reflete sobre o papel da comunicação midiática enquanto difusora de representações sociais, por potencializar, na esfera pública, a abertura de espaços de debate acerca das relações de gênero na sociedade. À luz dos Estudos de Gênero perpetrados por Frazer (2002), Scott (1995) e Butler (1986), as autoras refletem sobre os padrões de representações encontrados que demonstram uma dicotomia nas formas de reprodução das relações de gênero.

COMPONDO TRILHAS PARA A CONSTRUÇÃO DE EPISTEMOLOGIAS FEMINISTAS EM MÚSICA NO BRASIL, escrito por Laila Rosa, Bruna Santos, Cristiane Lima, Thalita Vieira, Ellen Carvalho e Jorgete Lago, problematiza o perfil atual de produção de conhecimento sobre mulheres e música no Brasil a partir da perspectiva das epistemologias feministas que consideram as interseccionalidades entre as categorias gênero, raça/etnia, geração, classe social, orientação sexual, dentre outros marcadores.

PODERES E RESISTÊNCIAS: UM ESTUDO SOBRE AS SUBJETIVAÇÕES FEMININAS PRESENTES EM POR ESCRITO, de Elza Ferreira Santos, trata das lutas e das estratégias empreendidas por mulheres diante dos impasses surgidos no mundo do trabalho, especificamente no *agrobusiness*. Essa realidade foi compreendida a partir da análise, pautada na abordagem feminista e nos estudos do sujeito compreendidos por Butler e por Foucault, do romance introspectivo – Por Escrito – de Elvira Vigna, publicado em 2014.

Na parte III, EDUCAÇÃO, GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS, de Anderson Ferrari, reflete sobre os desafios e as perspectivas atuais para as discussões de gênero e diversidade sexual na Educação. É um investimento que exige um olhar histórico para reconhecer a contribuição destes estudos para o quadro de disputa atual. Numa perspectiva de problematização foucaultiana, destaca que o maior desafio é manter o calor e efervescência destas discussões e encontros acadêmicos em tempos de ameaça ao Estado laico e liberdade de expressão que impactam nossas pesquisas e fazeres docentes.

Marcelo Henrique Gonçalves de Miranda, em **A PEDAGOGIA DISCIPLINAR COMO INVENÇÃO DA HOMOSSEXUALIDADE MASCULINA NA MODERNIDADE**, aborda a existência de uma pedagogia disciplinar sobre a sexualidade, de forma geral, e sobre a homossexual masculina, de maneira específica. O foco recai sobre Michel Foucault ao indicar a genealogia, na sociedade moderna, da heterossexualidade tida como “natural” e “normal” e a homossexualidade considerada como “antinatural” e “anormal”. Em seguida, aprofunda as discussões trazendo à baila as contribuições de Judith Butler.

O VOLUNTARIADO E GÊNERO NO ENSINO SUPERIOR: REFLEXÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DOCENTE, escrito por Maria Helena Santana Cruz, aborda resultados parciais de pesquisa acerca das relações de gênero *no trabalho voluntário docente no ensino superior*, as concepções socialmente construídas que determinam as práticas sociais entre os grupos de sexo, dividindo as tarefas entre o masculino e o feminino. O delineamento metodológico teve sua base em métodos e técnicas qualitativos e quantitativos, priorizando um estudo piloto, com entrevista do tipo semiestruturada a dez docentes sobre a experiência de reinserção ao trabalho em programas de pós-graduação (2012-2014).

FORMAÇÃO DE EDUCADORAS(ES) EM SEXUALIDADE E GÊNERO, escrito por Maria José Souza Pinho, Rita de Cassia Costa Moreira e Tereza Cristina Pereira Carvalho Fagundes registra vivências de um curso de formação continuada em Gênero e Sexualidade para a rede estadual da Bahia e a criação de uma disciplina específica no Departamento da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) Senhor do Bonfim-Ba. O texto particulariza a importância da produção da leitura de textos de literatura infantil (linguagem verbal e não verbal) na perspectiva dos estudos de gênero e sexualidade, analisando representações de gênero e de relações de poder que se evidenciam nesses textos, bem como o significado desta abordagem na formação de educadoras/es.

DISCURSOS DE GÊNERO E SEXUALIDADES NAS LICENCIATURAS DO INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE, CAMPUS ARACAJU escrito por Helma de Melo Cardoso e Alfrancio Ferreira Dias, analisa os discursos de gênero e sexualidades nas licenciaturas do Instituto Federal de Sergipe. Por meio de uma proposta metodológica organizada a partir da perspectiva pós-crítica, os autores perceberam que as representações dos/as estudantes mostram-se atravessadas pelos discursos médico, biológico, religioso e permeadas pela heteronormatividade, o que reforça a visão dicotômica de corpo, gênero e sexualidades, mas também sugere concepções marcadas por contradições e subversões.

GÊNERO, EDUCAÇÃO E INCLUSÃO: MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO DO GT 1 NO 19º REDOR, escrito por Lígia Luís de Freitas e Maria do Rosário de Fátima de Andrade

Leitão, propõe visibilizar as contribuições do GT 1 a partir do mapeamento da produção científica do GT - Gênero, Educação e Inclusão (GEI) no XIX Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero – REDOR, realizado na Universidade Federal de Sergipe em 2016. As autoras sistematizaram os dados em blocos temáticos e categorias de análise. O artigo busca destacar, além dos temas e das categorias, a produção científica por instituições, os níveis acadêmicos e focos das pesquisas, indicando os possíveis pontos de convergências entre os textos que compõem a produção total deste GT.

Os trabalhos aqui publicados refletem a diversidade de temas e de interesses de pesquisa dos(as) autores(as) tão presentes na contemporaneidade. Os textos introduzem interrogações, a partir de uma variedade de olhares originados de diferentes lugares ocupados, produzindo abordagens sobre as questões do feminismo e gênero, visando responder aos anseios e aos desafios feministas de um pensamento analítico e teórico. O(a) leitor(a) está diante de análises teóricas e posições disciplinares distintamente concebidas que refletem o pluralismo presente entre autores(as) que expandem seus argumentos sob múltiplas dimensões tornando mais “rica” a abordagem dos temas propostos. Os trabalhos em curso dão continuidade a discussão surgida em congressos anteriores da REDOR, mas acima de tudo, ampliam a pesquisa no campo de gênero para novas temáticas e abordagens.

Organizador(as)
Alfrancio Ferreira Dias
Elza Ferreira Santos
Marai Helena Santana Cruz

SEÇÃO ESPECIAL

O RIZOMA GÉNERO: CARTOGRAFIA DE TRÊS GENEALOGIAS¹

João Manuel de Oliveira²

“Enquanto eu tiver perguntas e não houver respostas, continuarei a escrever. Como começar pelo princípio, se estas coisas acontecem antes de acontecer?” (Lispector, 2000: 13 [ed. orig.: 1964]).

Como contar?

Nos últimos tempos, tenho centrado parte da minha investigação numa indagação sobre os modos de contar a história do conceito de género na sua relação com as teorias feministas. Esta indagação encontrou várias respostas da minha parte nomeadamente em textos publicados (OLIVEIRA, 2010a, 2010b; 2011). Este texto é uma dessas respostas possíveis. Um dos problemas destas propostas de teorização sobre a história de um conceito, que é recente, consiste nos modos encontrados para narrar a sua história, com um ponto de origem definido e claro e um progresso linear que possa ser objetivamente contada. Neste caso, no entanto, ao contrário de outros conceitos, este ponto pode não ser reconhecível, sobretudo se não nos ativermos a uma concepção da história dos conceitos apenas assente numa lógica de descoberta ou de surgimento num texto. O conceito de género surge nos trabalhos de John Money, como iremos dar conta mais à frente. Contudo, esquecer que noções muito próximas deste conceito surgiram bem antes e com outro tipo de tradições de pesquisa e de pensamento, implica obliterar outros modos de pensar este conceito.

Este artigo visa explorar a hipótese de que a história dos conceitos pode ser pensada de outros modos. A hipótese de trabalho de que parte, consiste em pensar que a história dos conceitos, tal como é habitualmente contada, não permite uma leitura mais integrada de ideias muito próximas deste conceito, mas que por não terem recorrido à palavra género, são excluídas desta história. Nesse caso, proponho que enveredemos pela genealogia, que como propõe Foucault (1998), que desafia diretamente a busca pelos pontos de origem, recusa confundir essa origem com um momento de verdade, essencialista, revelador da própria natureza do fenómeno. Na genealogia, rejeita-se o uso meta-histórico das significações ideais e das teleologias. O recurso a este instrumento concetual permite-nos analisar discursos que recorrem a noções próximas da ideia de género sem, no entanto, usarem especificamente essa palavra.

Assim o meu trabalho neste texto, para além da apresentação de argumentos e de proceder a um enquadramento das teorias, por via da genealogia, consiste em manter persistentemente uma dúvida sobre usos do conceito, colocando em aberto o que pode contar como género. Este texto visa mostrar o modo como este é um conceito múltiplo e que se alimentou de diversos enquadramentos teóricos. Esses começos, criticamente apreciados, serão confrontados com algumas teorias contemporâneas do género, nomeadamente a

¹ Este texto é uma versão adaptada do texto: Oliveira, J.M. (2012). O rizoma “género”: cartografia de três genealogias. e-cadernos CES, 15, 33-54. Agradeço à direção da revista e-cadernos CES a gentileza de permitir a republicação. O original pode ser encontrado em <https://eces.revues.org/962>.

² João Manuel de Oliveira é investigador auxiliar no Centro de Investigação e Intervenção Social do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) onde presentemente coordena a linha de investigação Género, Sexualidades e Interseccionalidades. Investiga na área dos Estudos de Género e estudos críticos das sexualidades. Tem publicado sobre as seguintes áreas de pesquisa em Portugal e no estrangeiro: teorias feministas, teoria do género, teoria queer, cidadania sexual, heteronormatividade e homonormatividade. Doutor em Psicologia Social pelo ISCTE. Actualmente é membro do conselho editorial das revistas *Feminism and Psychology*, *Ex-Aequo* e *Les-Online*. email: joao.oliveira@iscte.pt

teoria que tem vindo a ser proposta por Judith Butler (1990, 1993, 1997, 2004) nas quatro obras que dedica mais diretamente ao conceito e à sua teorização.

Para este propósito, farei algo muito pouco recomendável: suspender a apropriação do conceito pelo feminismo. Certo dos riscos que tal suspensão temporária ao longo deste texto pode implicar, considero-a essencial para que possamos detalhar, de outra maneira, as propostas sobre o género. Não quero com isto dizer que é advogável, ou sequer possível, separar o género do feminismo a partir dos anos 70 do século XX. Mas como o meu corpus de análise começa muito antes dessa apropriação, vou proceder a essa suspensão para conseguir dar conta do modo como o género se constituiu como teoria e prática antes de ser dissolvido nas perspetivas feministas e, assim ganhar um outro tom, aquele que é próprio do pensamento socialmente engajado.

A história do género foi tratada em diversas publicações (CRAWFORD; UNGER, 1992; ARCHER; LLOYD, 2002; OACKLEY, 1997; AMÂNCIO, 2003; NOGUEIRA, 2001; MUELENHARD; PETERSON, 2011). Estes trabalhos, entre muitos outros, traçam uma história do género e do modo como vai ser posicionado no seio dos discursos das ciências sociais e humanas e dos feminismos. Contudo, os trabalhos na sua acepção da história procuram pontos de origem únicos e traçam a evolução conceptual a partir dessa busca de fundações, sendo que inclusivamente se reservam ao direito de definir o que é passível de ser tratado como género e o que não é, como dizem Muelenhard e Peterson (2011). Esta prática permite um exercício disciplinar que aceita como verdadeiras determinadas versões do conceito. Este processo de subjugação do conhecimento tem como consequência, que determinadas versões não cheguem a contar como género. Entender estas múltiplas acepções como unas, analisar a sua evolução e verificar se os usos atuais correspondem aos usos canónicos, parece-me ser um exercício de violência epistémica (FOUCAULT, 1998) Sobretudo quando falamos de um conceito que é múltiplo como este e que não apresenta uma uniformidade conceptual, como aliás, muitos dos conceitos das ciências sociais, como o caso da classe social ou da “raça”, como evidencia Joan Scott (1988).

Assim, este trabalho pretende mostrar várias possibilidades de emergência do conceito, tratando-o como um rizoma (DELEUZE; GUATTARI, 2007), pressupondo que o género e a sua história não podem ser representadas de modo arborescente com uma raiz, um tronco, ramos e folhas:

“Qualquer ponto de um rizoma pode ser conectado com qualquer outro, e tem de sê-lo. É muito diferente da árvore ou da raiz que fixam um ponto de ordem. [...] Num rizoma [...] cada linha não aponta necessariamente para um traço linguístico: elos semióticos de qualquer natureza são conectados com os modos de codificação muito diversos, elos biológicos, políticos, económicos, etc.” (DELEUZE; GUATTARI, 2007, p. 25-26).

Conceber as diferentes maneiras de invocação, convocação e reinvenção do género desta forma implica um exercício duplo: primeiro, genealógico (FOUCAULT, 1998), no sentido de examinar as múltiplas modalidades e discursos que vão sustentar o género enquanto conceito nas ciências sociais. E depois, um exercício cartográfico, não uma representação ou um decalque, para usar o termo de Deleuze e Guattari (2007). A cartografia, de acordo com Zambenedetti e Silva (2011: 457), apresenta-se como um mapa em constante produção para tentar acompanhar a multiplicidade implicada nos rizomas. Representar

consiste apenas em olhar para o produto final, enquanto cartografar implica entender os modos como estes rizomas mudam e se transformam. No caso em apreço, cartografar corresponde também a entender o modo como determinados discursos sobre o passado correspondem a um sobre os modos de organização do presente. E desta forma entendê-los na sua multiplicidade, o que implica uma constante viagem entre o que foi feito e o que é dito que foi feito.

Assim, localizo-me no meio deste fluxo entre um passado permanentemente a ser reconstruído por um presente, entre desterritorializações de um conceito e reterritorializações do mesmo, como a orquídea de Deleuze e Guattari se desterritorializa em vespa para a atrair. E esta, por sua vez, faz o mesmo quando se transforma em transportadora de pólen da orquídea, desterritorializando-se, após se ter reterritorializado no decalque de vespa que a orquídea se torna.

Esta possibilidade de entender o trânsito e metamorfose dos conceitos é particularmente útil no caso do gênero, para compreender o modo como determinadas acepções do gênero, como por exemplo, a teoria dos papéis de gênero (SPENCE et al., 1985), se reterritorializou em conceitos como perturbação de identidade de gênero (APA, 1994: 532). No caso da perturbação de identidade de gênero, descrita na versão do Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders – 4.^a edição³, um dos critérios dos diagnósticos é precisamente o sentimento de desconforto com o seu sexo ou o sentimento de inadequação aos papéis de gênero para o seu sexo. Veja-se como a teoria dos papéis de gênero, que é uma teoria sociológica, passa a ser aplicada como pressuposto de um diagnóstico médico. Esta reterritorialização é particularmente útil para perceber como estas mudanças no uso de conceitos implicam relações de poder e de regulação. A escolha deste exemplo permite um entendimento de que é necessário atender às mutações concetuais para perceber as várias “vidas” dos conceitos que utilizamos.

O papel de quem investiga é um papel ativo de interpretação num jogo material semiótico que podíamos definir como um jogo de cama de gato (*a game of cat's cradle*) para usar a metáfora luminosa de Donna Haraway (1994: 60). Este jogo consiste em fazer passar um fio com uma determinada forma sendo que, ao ser recebido pelo/a parceiro/a de jogo, novas figuras são concebidas. Esta metáfora parece-me extremamente útil para este objeto de estudo, no sentido em que ao invés de narrar uma história, assente num ponto de origem, um posicionamento genealógico, permite-nos reposicionar essa trama recebida e reconstituí-la de um outro modo, reterritorializando-a. Como propôs Joan Scott (1988), em vez de pesquisar uma origem do gênero, devemos atender a esta interconexão complexa de processos de tal forma ligados, que não é possível estudá-los isoladamente. É esse o pressuposto deste artigo.

Nesta procura por uma genealogia do gênero como rizoma, iremos considerar três possibilidades: o gênero como máscara de Joan Rivière, a ideia do gênero como identidade psicológica de John Money e a ideia do gênero como relação social (Margaret Mead e Simone de Beauvoir). Iremos cartografar algumas das suas reterritorializações na teoria do

³ Hoje em dia o actual DSM-5 classifica a disforia de gênero em lugar da perturbação da identidade de gênero, recorrendo à lógica de um profundo sofrimento com a incongruência entre o gênero expresso/experimentado e o gênero atribuído, num período superior a 6 meses, associado a prejuízo no funcionamento social, escolar e outras áreas relevantes (APA, 2013).

gênero contemporânea. Apesar de nem Riviére, nem Mead, nem Beauvoir usarem o termo gênero, é-nos possível entender os seus trabalhos como reterritorializações de uma ideia de um sexo que é independente do biológico e que consiste ou numa máscara psicossocial, no caso de Riviére, ou numa modalidade de relação social (no caso de Beauvoir e no caso de Mead). E este é o meu ponto de partida. A escolha destas propostas atendeu sobretudo ao seu impacto posterior. A teoria de John Money foi particularmente fundamental no âmbito das propostas ligadas à identidade de gênero e é muito utilizada no domínio das ciências sociais, interligando a identidade de gênero e os papéis sexuais, tendo igualmente cunhado o conceito de gênero. A teoria de Simone de Beauvoir foi fundamental no sentido de propor que a biologia não tem que ser um destino, construindo uma teoria das relações sociais instituídas pelo sexo social, conceito que utiliza na sua obra e que entendo como sinónimo de gênero como relação social. No caso de Margaret Mead, a sua proposta foi essencial no sentido de demonstrar a variabilidade cultural da masculinidade e da feminilidade em diferentes sociedades. No caso de Joan Riviére, a sua teoria parece-me ser importante para se começar a pensar o gênero como performance, dado que a utilização do conceito de máscara implica uma crítica do gênero como ontologia. Apesar de outras escolhas serem possíveis, estas parecem-me as que tiveram maior influência nos usos posteriores do conceito de gênero.

Gênero como máscara

Uma maneira de começar poderia ser pelas mãos da psicanalista britânica Joan Riviére, no seu artigo de 1929, “Womanliness as a masquerade”. Este artigo refere-se a um estudo de caso que a autora fez sobre uma mulher numa profissão de alto estatuto, analisando a autora. Irei resumir, em esboço largo, a descrição que Riviére faz. Esta mulher é descrita como uma figura com muito sucesso profissional numa profissão intelectual, com uma boa relação familiar e conjugal e com uma vida sexual satisfatória. No entanto, em momentos de contacto com o público, como oradora, apresenta um nível de ansiedade, por vezes, severo. Esta ansiedade era acompanhada por falta de confiança e medo de falhar. Joan Riviére (1929) constata que uma das estratégias usadas para diminuir a ansiedade consistia em procurar formas de reconforto e de confirmação com homens próximos de figuras paternas. Diretamente, pretendia obter elogios pelo seu desempenho (mesmo quando estes homens não apresentavam competências técnicas para o fazer). Indiretamente, procurava suscitar interesse sexual e receber sinais desse interesse, por via daquilo que Joan Riviére refere como “coqueterie”. A análise de Riviére começa por envolver uma discussão relativa ao complexo de Édipo mal resolvido, em situação conflitual com a mãe e uma identificação com o pai. Contudo, quando considera a relação desta mulher com a “feminilidade” na sua trajetória num mundo masculinizado onde circula, vai analisar esta forma de feminilidade como uma máscara usada para esconder essa “masculinização”, imposta pelo contexto profissional. Assim, esses momentos aparentemente paradoxais em que esta analisanda criava estas relações com homens, tipicamente figuras parentais, são vistos como tentativas de mascarar uma “masculinidade” e um modo de evitar que essa a masculinidade fosse aparente. Assim, Riviére analisa a “feminilidade” não como um atributo do sujeito, mas como uma máscara:

A feminilidade poderia ser assumida ou usada como uma máscara, simultaneamente para esconder a posse da masculinidade e para evitar as reprimendas esperadas caso fosse descoberta essa possessão da masculinidade – tal como o ladrão esvazia os seus bolsos para provar que ele não tem consigo objetos roubados. O/a leitor/a poderá perguntar-me agora como defino feminilidade ou onde traço a linha que distingue feminilidade genuína da mascarada. A minha sugestão não é que essa diferença exista, quer radical ou superficialmente. Elas são a mesma coisa. (RIVIÉRE, 1929, p. 38, tradução minha).

A indiferenciação entre ser “feminina” ou fazer uma performance de “feminilidade” era, para esta psicanalista, uma e a mesma coisa: um jogo de máscaras. Esta análise presume que não haja descontinuidade entre esta feminilidade artificial e uma feminilidade essencial, mostrando que já no final dos anos 20 existiam psicanalistas a questionarem a ontologia das diferenças sexuais. Como mostra Preciado (2010), este trabalho de Riviére é precursor do modo como lê o gênero como um processo assente numa matéria que é organizada para ser inteligível como matéria. Trata-se então de um processo de desontologização do gênero.

Butler (1993) recorre ao trabalho de Riviére (1929) para discorrer sobre a relação entre gênero e sexualidades. A autora considera que este uso da máscara da feminilidade permite elidir a identificação masculina como forma de evitar o repúdio pela homossexualidade feminina. No seio da matriz heterossexual, a “masculinidade” implica desejo por mulheres. Assim, a “feminilidade” é usada como recusa e repúdio da homossexualidade feminina. Como forma melancólica e impossibilitada de fazer o luto por este objeto desejado forcluído, incorpora essa outra mulher, tornando-se nela, por via desta máscara de feminilidade. Para Butler (1997), a “masculinidade” e a “feminilidade” são, assim, o culminar de um processo melancólico⁴ de identificação com um objeto de desejo forcluído, que reemerge como uma identificação com determinada “natureza” sexual, precisamente por esta exclusão assentar numa heterossexualidade compulsória. Nesta situação, a feminilidade é uma identificação com um objeto de desejo (as mulheres) que excluído das possibilidades conscientes de desejo, graças à heterossexualidade hegemónica. A identificação de gênero passa a ser como um perpétuo sinal dessa forclusão inicial, um sinal de luto (BUTLER, 1997).

Uma outra possibilidade que esta leitura que Butler faz de Riviére é a própria ideia da performance de gênero. Quando Riviére assume que não existem diferenças entre aquilo que chama de feminilidade mascarada e de feminilidade genuína, lança uma suspeição sobre o pensamento essencialista que considera a existência da genuinidade do gênero, fortemente ancorada na sua base biológica. Se pensarmos que a feminilidade pode ser um recurso usado como máscara, ela apresenta características performativas.

Tal proposta pode ser pensada como tendo sido reterritorializada por Butler quando trabalha o conceito de gênero como performativo. Para Butler, o gênero, “faz-se”, em vez de se “ser”. A identidade de gênero é um efeito decorrente da ontologia normativa do gênero.

Atos, gestos, desejos produzem o efeito de um núcleo interno ou substância, mas produzem-no à superfície do corpo, através de ausências significativas que sugerem, sem nunca revelarem o princípio organizativo da identidade como causa. Esses atos, ges-

⁴ Processo, através do qual, em situação de perda de objeto investido de valor, nos passamos a identificar com esse objeto perdido, substituindo o investimento no objeto por uma identificação.

tos, geralmente construídos, são performativos no sentido em que a identidade ou a essência que produzem é uma fabricação, produzida e sustentada através de sinais corpóreos ou outros meios discursivos. Que o corpo genderizado seja performativo sugere que ele não tem um estatuto ontológico diferenciado dos vários atos que constituem a sua realidade” (BUTLER, 1990: 173, tradução minha).

A repetição das performances de gênero, dentro da heterossexualidade hegemônica (BUTLER, 1993), cria as condições para a sua reprodução, reiterando-a e legitimando-a pela via das práticas. Como modo de desestabilizar estas continuidades e constantes reiterações, Butler considera as performances subversivas de gênero, que desestabilizam a equação sexo/gênero/desejo, como possibilidades de resistência às normas de gênero. Nomeadamente performances em que o sexo não corresponda ao gênero e em que o sistema de heterossexualidade hegemônica seja contestado. Daí que Butler (1990) analise os processos que emulam e parodiam o gênero, nomeadamente as performances drag. Nestas, a imitação de gênero possibilita uma analogia para a maneira como os processos de imitação do gênero funcionam. Assim, qualquer processo de assunção identitária de gênero corresponde a uma prática de impersonation para a qual não há original que possa ser imitado. O que permite avançar para a consideração do carácter paródico (para além de performático) dos processos de aquisição de expressões de gênero (e não de identidades). Este carácter paródico pode ser localizado já no texto de Riviére onde a masculinidade das mulheres é escondida, em prol da crença no sistema homológico entre sexo e gênero. Como forma para não sofrerem punições pelo incumprimento da norma, as mulheres “masculinizadas” de Riviére retomam a feminilidade como uma máscara. Trata-se de um modo de sujeição performático, não subversivo, mas que ilustra este constante devir entre a desejada homologia entre sexo e gênero, que as normas de gênero impõem como forma de manter a crença de que estas normas são naturais, essenciais e ontológicas.

Riviére contribui de forma importante para desterritorializar o gênero, no sentido de lhe retirar a sua carga ontológica. Por outras palavras, Riviére analisa o gênero sem recorrer à essencialização, sem tratar a masculinidade e a feminilidade como uma essência. Embora a autora não use a palavra “gênero”, ao recorrer a um conceito similar ao de performance de gênero, este trabalho inaugura uma reflexão que só vai ser continuada muito mais tardiamente. Igualmente, este texto apresenta um olhar sobre as posições de sujeito determinadas pelas normas de gênero, como é o caso da analisanda que Riviére apresenta. Na sua localização num mundo dominado por homens, pensar a feminilidade como posse de uma máscara corresponde a ver nessa “feminilidade” uma performance de gênero. Este trabalho do gênero como máscara, com uma matriz psicanalítica, teve frutos tanto na continuidade da ideia da feminilidade e masculinidade como não essenciais, e portanto, como diz Butler (1990), performativas, mas também nos estudos sobre masculinidade das mulheres realizados a partir da obra de Halberstam (1998). Esta matriz generativa é de particular importância para as linhas de trabalho que visam analisar os processos dramáticos e performativos envolvidos na produção e constituição do gênero.

Identidade de gênero: uma teoria a partir de intersexos

Revisitar os discursos produzidos sobre o gênero nos primórdios da sua enunciação implica a destrinça entre o conceito e as suas posteriores apropriações. A mais célebre, a

apropriação feminista do gênero, realizada por Kate Millett (1969), a partir da obra de Robert Stoller (1968), necessita de ser suspendida para efeitos desta incursão genealógica nos primórdios do gênero. Este conceito quando emergiu não tinha por objetivo ser aplicado às relações sociais. Pelo contrário, surgiu estritamente ligado às identidades psicológicas das pessoas intersexo, ainda antes da problematização da transexualidade, que Stoller (1968) vai usar como estudo de caso, para criar a sua teoria do gênero. Parte desta história localiza-se nas profundas alterações nas ciências biomédicas e no incremento das aplicações tecnológicas do pós-guerra. Situamo-nos nos anos 50, nos Estados Unidos da América. Na psicologia, o comportamentalismo de John Watson reinava ainda sem contestação e as aplicações dessa epistemologia começavam a dar frutos – em diversos ramos das ciências comportamentais. Esta designação das ciências do comportamento mostra bem a importância que assumia o seu foco na ação humana, mensurável e observável e longe das “especulações” e interpretações da psicanálise tida como uma ameaça ao estatuto epistemológico das disciplinas psicológicas (JESUÍNO, 1994). Assim, acreditava-se dentro desta corrente que era possível manter, incentivar ou eliminar comportamentos através das técnicas do condicionamento introduzidas com o objetivo de fomentar a aprendizagem de certos comportamentos em detrimento de outros.

O desenvolvimento destas teorias, clássicas na psicologia, conduziu às teorizações sobre os condicionamentos operantes, propostas por Skinner (1935; 1948). Estas teorizações vão ter um impacto na produção das ciências sociais e são aplicadas em diversos domínios. Repare-se que estes trabalhos surgem num contexto material-semiótico de conservadorismo exacerbado na sociedade norte-americana, o período do McCartismo e da “caça às bruxas”, a perseguição a comunistas e outros “desviantes” (incluindo, claro, homossexuais) em pleno princípio da Guerra Fria.

É também nesta altura que as pesquisas de Alfred Kinsey começam a ser divulgadas com a publicação dos relatórios sobre a sexualidade humana (KINSEY et al., 1948; KINSEY et al., 1953) e com eles se começa a desenvolver a sexologia moderna. É neste contexto que emergem as propostas de John Money que se vai doutorar em 1955 com uma tese sobre hermafroditismo (nome dado, na época, à intersexualidade) e que vem introduzir o conceito de gênero para lá da sua utilização gramatical. Money et al., (1955, 1957) vão introduzir pela primeira vez, como atestam Muelenhard e Peterson (2011), o termo gênero e usam-no num sentido específico: o papel de gênero, que tem por base a expressão pública da identificação de gênero. Mais tarde, no trabalho de Money e Erhardt (1972), surge a distinção concetual com a identidade de gênero que se refere à identificação privada com o gênero, após este conceito ter sido criado por Robert Stoller (1968). Mas regressemos a Money. O projeto teórico de Money assentava na ideia da intervenção tecnológica sobre a biologia. Como afirma Preciado (2008, p. 82): [Se] “o sexo era natural, definitivo, intransferível e transcendental, o gênero aparece agora como sintético, maleável, variável, suscetível de ser transformado, produzido e reproduzido tecnicamente” (tradução minha).

Trata-se de uma mudança epistemológica: analisar o gênero como identidade, para lá do sexo biológico como definitivo e marca central no comportamento humano. É preciso lembrar que o conceito de identidade, à época, consistentemente assentava

num prolongamento das ideias de personalidade. Assim, a identidade psicológica era vista como relativamente estável e difícil de alterar.

O gênero passa a ser considerado como plasticidade tecnológica, um produto do pós-guerra, que se alicerça na cultura dentro do debate natureza - cultura. Para Money e colaboradores (1957), o gênero é essencialmente aprendido por via da socialização precoce e das práticas parentais. Como mostra a análise de Butler (2004), esta maleabilidade do gênero à la Money é imposta, culturalmente, por critérios de inteligibilidade do corpo. Consagra-se assim uma doutrina assente na importância das construções sociais⁵ do sexo (FAUSTO-STERLING, 2000).

O trabalho de Money não se cingiu à cunhagem concetual. Os seus principais contributos foram na área da intersexualidade. Como mostra Fausto-Sterling (2000), a sua crença na importância fundamental da cultura e da socialização fazem-no recomendar práticas de educação dimórficas do ponto de vista de gênero, para que crianças intersexo sejam educadas dentro do gênero que lhes fora atribuído medicamente.

O caso célebre John/Joan, nome fictício para David Reimer, foi um dos casos usados para apoiar esta teoria contra o domínio exclusivo do sexo e da biologia enquanto determinantes da sexuação humana. Reimer nasceu com sexo masculino, mas aos oito meses, durante uma operação cirúrgica, o seu pénis foi acidentalmente queimado. Os pais recorreram a Money que os aconselhou a criar David como uma rapariga e consequentemente submeteram David a uma operação cirúrgica para lhe remover os testículos. David passa a chamar-se Brenda e é educada como uma rapariga sob o olhar clínico de Money. Contudo, na puberdade, Brenda apresentada como um caso de sucesso e evidência do funcionamento da teoria de Money, recusa-se a determinadas tarefas associadas à feminilidade e apresenta comportamentos considerados masculinos. Apoiada por Milton Diamond, endocrinologista contrário às teses de Money, Brenda é submetida a uma cirurgia para construção de um penis. David passa assim a ser usado por Diamond e outros como prova irrefutável de que a teoria de Money estava errada e que existe um papel fundamental que a anatomia e as hormonas pré-natais desempenham na identidade de gênero. Butler (2004) conta esta história com maiores detalhes, mas deste caso, para este trabalho, interessam-nos duas questões: os usos científicos da intersexualidade e as decorrências destes usos para a teoria do gênero.

Da primeira questão, emerge uma interrogação: o silêncio de David Reimer. Como diz Butler (2004, p. 65): “Ele é, do seu ponto de vista, um homem que nasceu homem, castrado pela instituição médica, feminizado pelo mundo da psiquiatria e depois é-lhe possível regressar àquilo que foi” (tradução minha). Este caso é usado por Money, por um lado, como a prova viva do gênero como aquisição, e por outro lado, por Diamond, como a prova viva de que o gênero é ditado pela natureza. Butler (2004) apresenta o argumento de que as ciências biomédicas e psiquiátricas impõem determinadas normas de gênero. Como mostra Butler (2004), trata-se de um caso que não comprova nem infirma nenhuma das teorias, mas sobretudo, que permite entender como os corpos intersexo são colocados num escrutínio constante por forma a que o seu corpo e a sua identidade se conformem

⁵ O que é diferente de uma perspectiva construcionista social (ver Nogueira, 2001), proposta que emergirá mais tarde na psicologia (e na sociologia com o nome de construtivismo).

às normas de gênero vigentes, numa homologia, aparentemente natural, mas que é criada por normas.

Este olhar sobre o gênero permite-nos mostrar como estas teorias presumem sempre uma normalização, um determinado modo de sujeição às normas como base para construir as subjectividades de gênero. Esta teoria apresenta grande sucesso dentro das ciências sociais estado-unidenses e o modo como se vai tornar na matriz de leitura do gênero mais reconhecida. Não só pelas teorias derivadas da proposta de Parsons dos papéis sexuais (OLIVEIRA; AMÂNCIO, 2002), mas pela tentativa de psicologizar o gênero como um atributo individual (NOGUEIRA, 2001). Repare-se que este modelo das identidades de gênero não esgota outras concetualizações de identidades que apresentam características diferentes e recusam a fixidez das identidades e a sua normalização, ao contrário das perspectivas que enunciamos aqui.

Gênero e relações culturais e sociais: gênero como economia política

Anos antes de Money teorizar e praticar as suas teorias sobre a aquisição do gênero, na antropologia culturalista estado-unidense questionava-se a universalidade dos comportamentos que associaríamos ao gênero nos dias de hoje. A separação entre fatores biológicos e fatores culturais na determinação do comportamento dos indivíduos encontrou suporte nos estudos etnográficos de Margaret Mead (1935), que demonstravam diferenças culturais no comportamento de homens e mulheres, revelando influências não da biologia, mas da cultura enquanto fator explicativo. Mead mostra como o sexo não só não é determinante nos comportamentos de homens e de mulheres, mas sobretudo que existe uma importante variabilidade cultural nas expressões que este assume. Nos estudos que realizou, salienta-se uma orientação comportamental na sociedade Arapesh, mais voltada para a dimensão relacional e para a não-agressão, sendo que tais traços eram partilhados por homens e mulheres. Por oposição, na sociedade Mundugumor, a violência e a agressividade eram partilhados por igual. Desta forma, a autora ilustra o modo como as normas culturais influenciam o comportamento dos indivíduos, para lá das diferenças sexuais. Estes dados punham em causa a explicação estritamente biológica, substituindo-a por fatores de ordem cultural (ALSOP, et al., 2002). Deste ponto de vista, o trabalho de Mead torna-se um importante “antídoto” contra as orientações universalistas do gênero que encontramos, por exemplo, nas teorias dos papéis sexuais (OLIVEIRA; AMÂNCIO, 2002), ou para as perspectivas estruturalistas do parentesco que iremos encontrar na antropologia mais tardiamente, devidamente criticadas e contestadas por autoras como Gayle Rubin (1975), do ponto de vista da universalidade.

Gayle Rubin parte de um sistema de sexo/gênero, que pode ser caracterizado como um processo de atribuição social a uma diferença biológica, organizada política, social e economicamente por forma a colocar os homens numa posição de superioridade face às mulheres e atribuir-lhes certos privilégios. Assim, o sistema sexo/gênero trata-se de uma economia política em que a divisão sexual e social do trabalho constrói o sistema de gênero. Ou seja, refutando as correntes que até ao momento determinavam que eram as diferenças

entre homens e mulheres que iriam construir uma divisão sexual do trabalho, para Rubin a causalidade inverte-se, construindo um sistema teórico que visa compreender como é que as mulheres são comodificadas, transformadas em mercadoria e por isso passíveis de troca entre homens.

Um outro contributo do seu pensamento é a importância dada à heterossexualidade obrigatória (*obligatory homosexuality*, no original) como outra das condições deste sistema. Esta forma de organização social implica que a unidade económica mínima e viável seja um casal homem-mulher, instituindo uma divisão sexual do trabalho como forma de dependência entre os sexos. Este sistema normativo da heterossexualidade obrigatória determina uma supressão da homossexualidade e discriminação das pessoas homossexuais. Contudo, Rubin (1975) mostra que estas categorias trans-históricas são organizadas culturalmente de forma temporal e culturalmente situada. Assim para ele é fundamental o papel da divisão sexual do trabalho que enforma formas específicas do sistema sexo/gênero corporizado nas relações entre os sexos, na família e na heterossexualidade obrigatória.

A importância deste ensaio de Rubin (1975) é fundamental, dado que reelabora as atribuições de causalidades de outras correntes do pensamento sociológico e antropológico, evidenciando o modo como o gênero é um produto de uma determinada economia política e que resulta de processos sociais, criticando assim as perspetivas essencialistas e biologizantes que olham para os sexos como factos irreduzíveis e os retiram dos processos sociais. Contudo, foi a escola culturalista da antropologia americana, com o trabalho de Mead, que permitiu desestabilizar esta convenção de que o sexo é universal e imune à localização cultural.

Para lá desta perspetiva personalística da cultura cultivada pela antropologia de Mead, uma outra visão emergia com Simone de Beauvoir e a publicação de “O segundo sexo” (em 1949), que corresponde a uma revolução em termos do pensamento feminista. A obra da filósofa Simone de Beauvoir faz uma denúncia dos efeitos perniciosos de uma metafísica da natureza na explicação dos comportamentos e atributos essenciais das mulheres (COLLIN, 1991):

Ninguém nasce mulher, torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, económico, define a forma que a mulher assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e castrado que qualificam de feminino (BEAUVOIR, 1975, p. 13).

A recusa da biologia como destino, que Beauvoir consagra na sua obra, implica igualmente um reequacionamento do modo como a biologia, a psicanálise e o marxismo trataram a diferença sexual e a ideia de masculino e de feminino. Para a autora, a posição de alteridade da mulher face ao homem é definida em termos históricos e sociológicos. A subalternização das mulheres não é resultado de uma diferença sexual ou biológica dado que, apesar das diferenças biológicas, é possível para as mulheres ultrapassar essas contingências. Fora de um quadro de pensamento diferencialista não parece fazer sentido justificar a exclusão das mulheres do poder e da esfera pública pelo recurso a uma metafísica da diferença, inscrita na natureza.

Para Simone de Beauvoir, os homens são vistos como equivalentes a sujeitos e humanos – a universalidade do masculino que a literatura vai denominar de androcentrismo

– enquanto as mulheres são tidas como uma particularização sexuada, sem proximidade com a ideia de sujeito. As implicações desta equivalência simbólica são o afastamento das mulheres desta condição de sujeito. Concebendo as mulheres fora do modelo de determinismo biológico, como até então tinham sido pensadas, Beauvoir acentua a dimensão do tornar-se (devenir) mulher, centrando a discussão no modo como numa determinada sociedade, cultura e temporalidade, as pessoas se tornam homens ou mulheres. Ou seja, na concepção de Simone de Beauvoir, as sociedades constroem diferentes discursos sobre os sexos, as suas capacidades e competências, assentes numa dualidade que opõe homens e mulheres. A esta concepção acresce o facto de os homens serem pensados enquanto humano e as mulheres serem tidas como seres particulares e sexuados.

As homologias mulher-natureza e homem-cultura correspondem igualmente à lógica que as sociedades encontram para pensar e explicar os comportamentos de homens e mulheres. Aos primeiros, está reservada a possibilidade de, inscritos numa lógica da história, mudarem, dirigirem e pensarem as sociedades. Às segundas, a continuidade de serem pensadas enquanto imutáveis (o eterno feminino), inscritas fora da história, perpetuando as suas existências num ciclo de determinação biológica. Para Beauvoir, “a natureza condena a mulher a uma manutenção animal da vida biológica e impede-a de se engajar no trabalho verdadeiramente criativo, humano e transcendental de produzir cultura” (SIMONS, 2001, 77 - tradução minha).

A perspetiva de mudança num pensamento que cristalizou como destino estas diferentes lógicas é operada por Beauvoir (1975), que pela via do devir mulher, ilustra como estes processos não decorrem nem fora da história (portanto passíveis de mudança), nem fora da ideologia (portanto passíveis de combate político). A concepção de Simone de Beauvoir ilustra que é o dualismo homem-mulher que constitui a ideologia sobre a qual se ergue a dominação. É pela oposição homem-mulher que os homens se constroem como Sujeito e as mulheres são pensadas como Outro. A relação de alteridade emerge, pois, da estruturação simbólica do Senhor e do Escravo de Hegel, unidos pela necessidade recíproca numa relação dialética. As consequências políticas desta constituição simbólica são a constituição de uma ontologia que se apresenta como imutável: o eterno feminino.

Butler (1986) destaca o papel do devir mulher no pensamento de Beauvoir como um modo de diferenciar entre sexo e género (ou sexo social, para Beauvoir, 1949), ou seja, de distinguir uma diferença entre o devir fêmea e o devir mulher. Recusando a ideia de que a escolha do género seja determinada fora do sistema de género, a implicação para Butler (1986) é que este processo de devir um determinado sexo é desde já marcado pelo processo de genderização,

Nunca nos experienciamos ou conhecemos como corpos puros e simples, isto é, como o nosso ‘sexo’, porque nunca conhecemos o nosso sexo fora dos limites da sua expressão como género. O ‘sexo’ vivido ou experienciado é sempre e desde logo genderizado (BUTLER, 1986, p. 39, tradução minha).

Assim, e recorrendo à influência e releitura de Simone de Beauvoir, para quem o processo de devir mulher é aquele que deve ser escrutinado e analisado na teoria feminista, Butler explicita duas importantes marcas teóricas do seu projeto analítico: a) a recusa de um papel determinante de uma volição marcada por uma escolha livre e indeterminada,

mas ao mesmo tempo, a recusa de uma simples imitação da estrutura e b) o colapso da diferença entre sexo e gênero, dado que o sexo é sempre à partida genderizado.

Na discussão do ponto sobre a volição, Butler (2004) avança um outro projeto que marca o seu percurso: as consequências das normas de gênero na inteligibilidade através da qual somos percebidos como humanos/as. Assim, indivíduos percebidos como transgressores das fronteiras de gênero são entendidos como menos humanos ou deslocados desse ponto de reconhecimento. O papel das normas é fundamental como matéria que vai dar origem a esse processo de reconhecimento e que, ao mesmo tempo, tem implicações na maneira como as vidas podem ser vividas no quadro de uma sociedade com este tipo de regulações. Desta forma, Butler enuncia uma proposta teórica sobre a vulnerabilidade da vida das pessoas concebidas fora destas normatividades, entendidas como fora da inteligibilidade do humano.

Cartografias e gramáticas políticas

Esta panorâmica sobre os diferentes pontos de constituição de uma teoria do gênero ou das teorias do gênero e a sua desterritorialização e reterritorialização na contemporaneidade implica o recurso à genealogia que não é, habitualmente, utilizado nas historiografias do gênero. Olhar para o gênero como uma multiplicidade e não como um conceito único implica abrir os horizontes concetuais, habitualmente estabelecidos pelas disciplinas. Como é possível encarar no gênero um conceito disruptor das fronteiras disciplinares, dada a amplitude da sua utilização e dos diferentes modos de apropriação do mesmo, encontro-me inclinado a considerá-lo como uma multitude concetual. Mais uma vez Deleuze e Guattari (2007, p. 26) guiam esta apreciação: “um rizoma não deixaria de conectar elos semióticos, organizações de poder, ocorrências que apontam para as artes, para as ciências, para as lutas sociais.”

Poucos conceitos das ciências sociais têm esta amplitude, a não ser o de classe e o de “raça”, como uso das aspas a expor a sua multiforme apropriação e a impedir a sua literalização. O gênero apresenta uma tal possibilidade de interligação de pontos aparentemente díspares, como espero ter conseguido mostrar neste texto. Basta lembrar Joan Scott (1988, p. 1067) e o seu texto já clássico sobre gênero e a conceção multiforme que apresenta do gênero. “O centro da definição assenta na conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos e um modo primordial de significar relações de poder” (tradução minha). Nesta conceção já se antevê o uso rizomático do gênero como uma relação entre diferentes pontos. Foi o que tentei fazer neste texto. Estabelecer diferentes modos de conexão e explicitar usos do gênero diferenciados, antes da sua inscrição nos estudos feministas, que só vai ser feita através do ato fundador de Kate Millett, através da leitura que faz do trabalho de Robert Stoller. Contudo, penso ser do interesse da teoria feminista esta viagem que nos permite fazer aquilo que também Joan Scott nos impele, que é olhar para além da busca de uma origem, mas olhar para esses processos como processos de tal modo interligados que não se podem desenredar. Mais uma vez, a metáfora do jogo da cama de gato de Haraway,

parece ser um modo diferente de pensar possibilidades, de pensar nas teorias feministas e suas inter-relações. Uma determinada configuração que é transmitida e retrabalhada por quem a recebe.

Habitar a partir do gênero, enquanto instrumento, enquanto alavanca para elucidar determinados processos sociais é habitar uma ambiguidade. Como mostrei, as suas origens são várias, algumas delas como as de John Money, bastante duvidosas em termos éticos e extremamente marcadas por relações de poder e normas de gênero. Veja-se como, no entanto, a partir das desterritorializações do gênero este conceito passa a ser usado como uma forma de conhecimento emancipatório (SANTOS, 2000), capaz de representar uma oposição às forças que pretendem não só o *backlash*, mas um retorno a uma suposta tradição de opressão e segregação das mulheres. Escuso-me a mais exemplos, até porque já dei alguns deles alhures, como as posições oficiais da Igreja Católica sobre o gênero (OLIVEIRA, 2011). Veja-se o papel que o gênero desempenha não só nas reivindicações das pessoas transgênero pela despatologização das suas identidades ou o papel que tem nas reivindicações pela igualdade entre homens e mulheres.

Para terminar este excursus, irei por fim dar alguma atenção às gramáticas políticas envolvidas nestas três matrizes. O caso de Money é, provavelmente, o mais conhecido em termos do essencialismo. Um essencialismo dimórfico que aponta caminhos ontológicos ao que significa ser homem e ser mulher. Este dimorfismo de base implica que consideremos este olhar como um profundamente normalizador e centrado nas expectativas de que a identidade de gênero apresente diretamente homologias com o sexo. Estes pressupostos podem ser verificados no caso que apresentei de David Reimer. O essencialismo corresponde, em termos das relações de gênero, a um perigo para todas as pessoas que não se encontram numa inteligibilidade reconhecida em termos de normas de gênero (BUTLER, 2004). Por outro lado, o foco que Money vai dar à necessidade de intervenção precoce constitui uma assustadora prova dessa normalização, feita muitas vezes à revelia de critérios éticos, como denuncia Fausto-Sterling (2000). Contudo, é esta a teoria que está por base de muitos dos trabalhos realizados sob a égide do gênero.

Este pressuposto essencialista mas questionador da universalidade deste essencialismo está igualmente presente nos trabalhos de Margaret Mead, que ancora o gênero (dito sexo) como um traço cultural e, por isso, histórica e culturalmente variável. Ao fazê-lo, e usando uma visão personalística da cultura, acaba por elencar uma série de estereótipos ou melhor dito, de construções sociais do que significa ser homem ou mulher numa determinada cultura. Essa leitura impede-a de analisar as especificidades destes modos de subjetivação em casos particulares. O que significaria ser uma mulher masculinizada entre os Arapesh? Ou um homem mais feminino entre os Mundugumor? Apesar deste essencialismo, há este interesse em Mead em desestabilizar as ideias vigentes de que a masculinidade e a feminilidade são universais. E daí a sua importância para chegarmos ao ensaio de Gayle Rubin como demonstrei.

Seria mais interessante, do ponto de vista feminista, ver em Simone de Beauvoir esta fundação. Beauvoir promove uma análise destas relações sociais de sexo (gênero, no meu entender, sob outra invocação) centrada no devir, na possibilidade de ser mulher por um processo e não por uma condição determinada pela biologia de destino. Este valor fun-

damental para muitas correntes da teoria feminista corresponde, ele mesmo, a uma forma de emancipação. A biologia deixa de ser destino, a identidade concebida como um processo. Beauvoir promove uma desontologização das categorias de sexo, mostrando o seu repúdio pelo papel de colonizada pela misoginia expresso na recusa de assumir ser aquela mulher que o sistema de gênero desenhou. Relembro Teresa de Lauretis (1987) quando nos diz, na sua concepção de que o gênero é uma tecnologia, que mudar as concepções e teorizações do gênero é um modo de desconstruir essas relações. Mais uma vez, um efeito rizomático.

Termino este texto como comecei. O texto de Joan Rivière, quando afirma que a feminilidade é uma máscara e discute os usos da masculinidade como apropriação. Base das concepções que assentam na dramaturgia do gênero e na performance de gênero, este trabalho de 1929 parece ser uma fonte ainda original para uma série de investigações que estão a ser feitas e precisam de ser continuadas sobre os modos de inconformidade de gênero. O que acontece quando as normas são sabotadas? Que tipos de subjetivação são possíveis? Há uma possibilidade de apropriação queer desta proposta, de manter indeterminadas as dimensões de subjetivação e de agencialidade que os sujeitos podem assumir. Por outro lado, é necessário atender aos usos estratégicos das expressões do gênero, como mostra Rivière, ao centrar-se em análises dos atos de ocultação da masculinidade e na máscara do feminino. Parece-me uma outra boa maneira de olhar para uma linha de pensamento e de discurso que se mantém até aos dias de hoje.

Conforme vimos, podemos encontrar traços destas diferentes concepções no trabalho de Judith Butler. Esta perspetiva implica uma atenção à forma como as teorias contemporâneas apresentam reterritorializações de conceitos com um passado já longo. Nas suas várias incursões sobre gênero, Butler recorre às diferentes tradições de pesquisa aqui enunciadas.

O gênero, do meu ponto de vista, é um rizoma. Pode ser desterritorializado e reterritorializado de múltiplas formas e com inúmeras invocações. Não se trata de um conceito único, trata-se de uma multiplicidade subsumida pelo mesmo nome ou em alguns nem sequer subsumida pelo mesmo nome – como no caso de Beauvoir, Mead e Rivière. É isso mau? Sim, nos modelos positivistas e assentes na lógica moderna do desperdício da experiência (SANTOS, 2000). Noutras epistemologias, essa multiplicidade fomenta as possibilidades de pensar o gênero de forma cada vez mais complexa e emancipatória. É essa sua ambivalência e definição múltipla que o tornam aliciante para pensar com ele as possibilidades dos feminismos contemporâneos, marcados e habitados pelo múltiplo e não pelo uno.

Referências bibliográficas

- ALSOP, Rachel; FITZSIMONS, Annette; LENNON, Kathleen. **Theorizing Gender**. Cambridge: Polity Press, 2002.
- AMÂNCIO, Lígia. O gênero no discurso das ciências sociais. **Análise Social**, 38, p. 811-817, 2003.
- APA (American Psychiatric Association). **Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders IV**. Washington, D.C.: American Psychiatric Association, 1994.

- APA (American Psychiatric Association). **Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders IV**. Washington, D.C.: American Psychiatric Association, 2013.
- ARCHER, John; LLOYD, Barbara. **Sex and gender**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Lisboa: Bertrand [ed. orig.: 1949], 1975.
- BUTLER, Judith. Sex and Gender in Simone de Beauvoir's Second Sex. **Yale French Studies**, 72, p. 35-49, 1986.
- BUTLER, Judith. **Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity**. New York: Routledge, 1990.
- BUTLER, Judith. **Bodies that Matter: On the Discursive Limits of "Sex"**. New York: Routledge, 1993.
- BUTLER, Judith. **The Psychic Life of Power: Theories in Subjection**. Stanford: Stanford University Press, 1997.
- BUTLER, Judith. **Undoing Gender**. New York: Routledge, 2004.
- COLLIN, Françoise. Diferença e diferendo. A questão das mulheres na filosofia. In: DUBY, Georges; PERROT, Michele (orgs.) **HISTÓRIA DAS MULHERES**. Porto: Afrontamento, p. 315-349, 1991.
- CRAWFORD, Mary; UNGER, Rhoda. **Women and Gender: A Feminist Psychology**. New York: McGraw Hill, 1992.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil planaltos: Capitalismo e esquizofrenia II**. Lisboa: Assírio e Alvim, 2007.
- FAUSTO-STERLING, Anne. **Sexing the Body: Gender Politics and the Construction of Sexuality**. New York: Basic Books, 2000.
- FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, p. 15-37 [ed. orig.: 1971], 1998.
- HALBERSTAM, Judith. **Female Masculinity**. Durham, N.C.: Duke University Press, 1998.
- HARAWAY, Donna. A Game of Cat's Cradle: Science Studies, Feminist Theory and Cultural Studies. **Configurations**, 1, p. 59-71, 1994.
- JESUÍNO, Jorge C. **O QUE É PSICOLOGIA?**. Lisboa, Difusão Cultural, 1994.
- KINSEY, Alfred; POMEROY, Wardell; MARTIN, Clyde. **Sexual Behavior in the Human Male**. Philadelphia: W.B. Saunders, 1948.
- KINSEY, Alfred; POMEROY, Wardell; MARTIN, Clyde; GEBHARD, Paul. **Sexual Behavior in the Human Female**. Philadelphia: Saunders, 1953.
- LAURETIS, Teresa de. **Technologies of Gender: Essays on Theory, Film, and Fiction**. Bloomington: Indiana University Press, 1987.
- LISPECTOR, Clarice. **A paixão segundo GH**. Lisboa, Relógio d'Água, [ed. orig.: 1964], 2000.
- MEAD, Margaret. **Sex and Temperament in Three Primitive Societies**. New York: Harper Perennial, 1935.

MILLETT, Kate. **Sexual Politics**. New York: Doubleday, 1969.

MONEY, John; HAMPSON, John G.; HAMPSON, Joan L. Hermaphroditism: Recommendations Concerning Assignment of Sex, Change of Sex, and Psychologic Management. **Bulletin of the Johns Hopkins Hospital**, 97, p. 284-300, 1955.

MONEY, J.; HAMPSON, John G.; HAMPSON, Joan L. Imprinting and the Establishment of Gender Role. **Archives of Neurology and Psychiatry**, 77, p. 333-336, 1957.

Money, J.; Ehrhardt, Anke A. (1972), *Man and Woman, Boy and Girl. The Differentiation and Dimorphism of Gender Identity from Conception to Maturity*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.

MUELENHARD, Charlene; PETERSON, Zoe. Distinguishing between Sex and Gender: History, Current Conceptualizations, and Implications. **Sex Roles**, n. 64, p. 791-803, 2011.

NOGUEIRA, Conceição. **Um novo olhar sobre as relações sociais de género: Feminismo e perspectiva crítica na psicologia social**. Lisboa: Fundação Gulbenkian, 2001.

OACKLEY, Anne. A Brief History of Gender. In: OAKLEY, Anne; MITCHELL, Juliet (orgs.) **Who's Afraid of Feminism: Seeing Through the Backlash**. London: Hamish Hamilton, p. 29-55, 1997.

OLIVEIRA, João Manuel. Os feminismos habitam espaços hifenizados – a localização e interseccionalidade dos saberes feministas. **Ex-Aequo**, n. 22, 25-39, 2010a.

_____. Orientação Sexual e Identidade de género na psicologia: notas para uma psicologia lésbica, gay, bissexual, trans e queer. In: NOGUEIRA, Conceição; OLIVEIRA, João Manuel. Oliveira (orgs.). **Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género**. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, p. 19-44, 2010b.

_____. Fazer e desfazer o género: performatividades, normas e epistemologias feministas. In: NEVES, Sofia (org.). **Género e ciências sociais**. Maia: Publismai, p. 49-66, 2011.

_____.; AMÂNCIO, Lígia. Liberdades condicionais: o conceito de papel sexual revisitado. **Sociologia-Problemas e Práticas**, n. 40, p. 45-60, 2002.

PRECIADO, Beatriz. **Texto Yonqui**. Madrid: Espasa, 2008.

_____. Gender and Performance Art: Three Episodes from a Feminist Queer Trans Cybermanga. In: BERGHOLTZ, Frédérique; PÉREZ, Iberia (orgs.). **(Mis)reading Masquerades**. Amsterdam: Revolver, 2010.

Riviére, Joan. Womanliness as a Masquerade. **International Journal of Psychoanalysis**, 10, p. 303-313, 1929.

RUBIN, Gayle. The Traffic in Women: Notes on the 'Political Economy' of Sex. In: REITER, Rayna (org.). **Toward an Anthropology of Women**. New York: Monthly Review Press, 1975.

Santos, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. Porto: Afrontamento, 2000.

SCOTT, Joan. Gender - An Useful Category for Historical Analysis. **The American Historical Review**, n. 91, p. 1053-1075, 1988.

SIMONS, Margaret A. **Beauvoir and the Second Sex: Feminism, Race and the origins of Existencialism**. Lanham: Rowman and Littlefield, 2001.

SKINNER, Bhurrus F. Two Types of Conditioned Reflex and a Pseudo Type. **Journal of General Psychology**, n. 12, p. 66-77, 1935.

SKINNER, Bhurrus F. 'Superstition' in the Pigeon. **Journal of Experimental Psychology**, n. 38, p. 168-172, 1948.

SPENCE, Janet T.; DE AUX, Kay; HELMREICH, Robert. Sex Roles in Contemporary American Society. In: ARONSON, Elliot; LINZEY, Gardner (orgs.). **The Handbook of Social Psychology**. New York: Random House, p. 149-178, 1985.

STOLLER, Robert. **Sex and Gender: On the Development of Masculinity and Femininity**, Science House. New York: Science House, 1968.

ZAMBENEDITTI, Gustavo; SILVA, Rosane. Cartografia e genealogia: aproximações possíveis para a pesquisa em psicologia social. **Psicologia e Sociedade**, n. 23, p. 454-463, 2011.

PARTE I

VIOLÊNCIA DE GÊNERO E DIREITOS DA MULHER

VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: DIÁLOGOS ENTRE FEMINISMO E CIÊNCIA SOCIAL

*Lia Zanotta Machado*⁶

A nomeação pela movimentação feminista da problemática da violência contra as mulheres e a afirmativa que o “pessoal é político” trouxe interrogações para as ciências sociais brasileiras que levaram a um adensamento de conceitos e pesquisas. Inicialmente a construção do conceito de gênero e das relações de violência de gênero. Mais recentemente, o desenvolver de um debate entre cientistas sociais que pesquisam as formas de implementação das delegacias especializadas de atendimento a Mulher e dos Juizados Especializados para a aplicação da Lei Maria da Penha (Lei Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006). Objetivo neste texto refletir sobre essas interrogações e debates nas ciências sociais sobre violência de gênero.

A nomeação da violência contra as mulheres adveio de toda uma movimentação feminista denominada “segunda onda”, referente aos anos sessenta, setenta e oitenta do século XX realizada em âmbito internacional, nacional, regional e local. Esta movimentação feminista teve lugar depois de toda movimentação pela expansão do individualismo (DUMONT, 1985) e pela reivindicação dos direitos individuais como bem apontava já Heilborn (1981) no início dos anos oitenta.

A partir dos estudos acadêmicos das ciências sociais, da história, da literatura, da psicologia/psicanálise, em interlocução com a movimentação feminista foi produzida a nomeação das relações de gênero. Não bastava falar de sexo, de papéis sexuais ou de “condição de sexo”, ou de divisão de trabalho segundo o sexo. Comparadas as sociedades no espaço e no tempo, a diversidade da diferença sexual era de tal ordem, que se tornou fundamental criar o conceito de gênero e relações de gênero para se referir às modalidades possíveis de se conceber os atributos dos indivíduos segundo o sexo e segundo a sexualidade e de se conceber as relações entre eles.

Assim, no meu entender, o conceito de gênero e de relações de gênero, nasceram sob a égide da simultaneidade da “ordem” e da “mudança”. As relações sociais de gênero foram concebidas tanto como um “sistema”, como uma “normatização” com certa estabilidade, mas sempre, inegavelmente, apontando um alto grau de instabilidade e de potencialidade para a mudança. Qualquer “sistema de gênero” que inscreva uma certa estabilidade nas expectativas recíprocas sobre como se relacionam indivíduos de sexos distintos e de sexualidades apresentam componentes tanto de reprodução como de modificação das relações sociais. Não há analogia possível entre a noção de “inércia” da física e a noção da socialidade ou da cultura sustentadas sempre em interações e relações e não somente “representações”.

⁶ Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo (1980). Professora Titular de Antropologia da Universidade de Brasília. Foi Professora Visitante da Universidade de Columbia na Cátedra Ruth Cardoso (2009-2010). Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em Teoria Antropológica, atuando principalmente nos seguintes temas: violência contra a mulher, saúde e direitos reprodutivos, violência doméstica, gênero e família, antropologia do gênero, antropologia das políticas públicas de saúde e segurança, práticas jurídicas, e relações entre Estado e movimentos sociais no Brasil e América Latina. E-mail: liazmachado@gmail.com

Notemos que, mesmo na antropologia, muito voltada para a ideia de tradição e de cultura, e assim da percepção da ordenação social e cultural de relações e valores vistas pela perspectiva da estabilidade, não são poucas as inspirações advindas de autores que levam a pensar nas relações sociais no seu contínuo se fazer, refazer, sempre se reinventando na socialidade em movimento, de tal forma a superar a dicotomia entre estabilidade/ordem/reprodução e instabilidade/mudança/ transformação. De tal forma que se pode ver na interação social o quanto a repetição social jamais é a mesma repetição, se faz também como reinvenção. Valho-me tanto de Wagner (2011) quanto de Sahlins (1990)⁷ e de Victor Turner (2008) a partir da sua perspectiva não de um mundo “in being”, mas “in becoming”.

Reconheço ainda nessa escolha analítica, os ensinamentos da minha formação “us-piana” relativos à efetividade de pensar contradição e conflito, advindos da perspectiva marxista, (quebrada sua rigidez topográfica), para pensar as relações sociais a partir das condições e posições vividas, acrescidos da prioridade dada por Simmel (1985) ao conflito como um dos princípios do social. A partir dessa perspectiva, a “cultura” jamais pode ser reificada ou uniformatada pois não é experienciada igualmente pelos sujeitos sociais em diferentes posições.

Judicialização das relações familiares ou politização da justiça

Em 2010, Guita Debert, antropóloga e feminista combinava a crítica à visão da cultura como totalidade fechada advinda do estudo das sociedades primitivas e conclamava para que a “indignação” presente no fazer antropológico feminista como efeito energizador, pudesse ser expandida com mais força para outras temáticas, no caso a antropologia do direito. Grande parte de seus estudos se dirigem a estudos de como os sistemas judiciais e as delegacias lidam com a questão da violência contra as mulheres e com os direitos dos idosos:

O que já não se sustenta é a visão da cultura, do saber local como totalidade homogeneizadora, coesa, fechada, determinística e sistemática, ideia que marcou o estudo das sociedades ditas primitivas, pensadas como igualitárias, nas quais não há lugar para poder e dominação. (DEBERT, 2010, p.477)

Nader (1969) procurava chamar a atenção para a importância da indignação como um motivo na definição dos temas da pesquisa antropológica. (p.483) No Brasil estamos preocupados em analisar o nosso próprio país e por isso é mais fácil aceitar esse tipo de desafio à pesquisa antropológica. O que acho mais importante e muito interessante é que esse efeito energizador, que certamente está presente na antropologia feminista, precisa ser mobilizado pela antropologia do direito, renovando questões e abordagens capazes de revigorar essa “disciplina centauro”, na expressão de Geertz. (DEBERT, 2010, p.484)

Neste mesmo texto se refere a seus estudos das delegacias especializadas de atenção à Mulher:

⁷ Há textos relevantes como o de Sahlins (1990) onde fala da reinvenção das tradições (Ilhas da História) e onde explicita que o conhecimento antropológico advindo do conhecimento da sabedoria dos povos tradicionais indígenas permite dizer que “uma tradição sempre implica alguma consciência”, que a “consciência da tradição implica alguma invenção”, e que a “invenção da tradição implica alguma tradição” (1990, p.89). Wagner (2011) [1975] em seu livro: “A invenção da cultura” enfatiza o sentido social da construção e transformação das culturas no interior das relações sociais. As tradições são inventadas e reinventadas, elas não são inertes e nem se reproduzem inertemente.

Guita Debert entende que:

As delegacias especiais de polícia voltadas para a defesa de minorias são, no entanto, fruto de reivindicações de movimentos sociais e, por isso, poderiam ser vistas como expressão de um movimento (...) de politização da justiça. Indicariam antes um avanço da agenda igualitária, porque expressam uma intervenção da esfera política capaz de traduzir em direitos os interesses de grupos sujeitos ao estatuto da dependência pessoal. Por isso mesmo, a criação das delegacias especiais cria uma expectativa de que essas instituições, para além da sua atividade estritamente policial, abririam também um espaço pedagógico para o exercício do que são consideradas virtudes cívicas. Dizer que as delegacias especiais são formas de politizar a justiça não quer dizer que elas não correm o risco de se transformar em instrumento de judicialização de relações sociais.” (DEBERT, 2010, p.487)

Ao afirmar as Delegacias como expressão de politização da justiça, Debert estabelecia um debate com o antropólogo Rifiotis (2004) e Santos e Rifiotis (2006), para quem a instituição da Delegacia da Mulher, assim como a criação do Estatuto do Idoso em 2003 se constituem em partes de “um conjunto de dispositivos de intervenção social regulados juridicamente e que visam a disciplinar, a regulamentar obrigações e deveres e a modificar relações sociais, inclusive aquelas de caráter cotidiano (e) devem ser entendidos como processos de judicialização (das relações sociais)” (2006, p.108)

Nas palavras de Rifiotis (2004), a judicialização das relações sociais é um complexo processo que envolve:

(...) um conjunto de práticas e valores, pressupostos em instituições como a Delegacia da Mulher, e que consiste fundamentalmente em interpretar a ‘violência conjugal’ a partir de uma leitura criminalizante e estigmatizada contida na polaridade ‘vítima-agressor’, ou na figura jurídica do ‘réu’. A leitura criminalizadora apresenta uma série de obstáculos para compreender conflitos interpessoais e neles intervir. Ela é teoricamente questionável, não corresponde às expectativas das pessoas atendidas nas delegacias da mulher e nem ao serviço efetivamente realizado pelas policiais naquela instituição. (RIFIOTIS, 2004, p. 89).

Há, sem dúvida, no entendimento de Rifiotis uma posição crítica não só à forma de institucionalização das delegacias especializadas como à própria ideia de criminalizar a “violência”, temática reconhecidamente forte na eclosão e na história do feminismo brasileiro. Tal como aparece no texto, violência é entendida como (apenas) “conflito”. Há apenas uma leitura que recobre o funcionamento e o pressuposto das finalidades das Delegacias: para ele, trata-se de um dispositivo disciplinar com força de imposição que emergiu de um pressuposto equivocado de compreender a conflitualidade interpessoal.

Debert (2010) faz um contraponto: tanto as Delegacias quanto o Estatuto do Idoso respondem a interesses e movimentos de cidadãos (mulheres e idosos) em acessar direitos. Admite no entanto, que o modo como as delegacias de atenção a mulher e o Estatuto do idoso realizam suas funções podem responder a outras variáveis. As delegacias segundo suas pesquisas, respondem a demandas de sentidos superpostos: interromper a violência, responsabilizar os agressores, acolher mulheres em situação de violência e nomear os atos como contravenções ou crimes. Assim, nem sempre criminalizam e também “se tornam espaços pedagógicos”. O Estatuto do Idoso pontua direitos mas em grande parte acaba por reprivatizar os cuidados aos familiares. Debert (2010) faz uma leitura aberta para os vários

sentidos do funcionamento das delegacias e do Estatuto do idoso, mas aponta o seu eixo constitutivo: o acesso a direitos.

Vejo a leitura de Rifiotis mais voltada para sublinhar um caráter único às delegacias; um dispositivo de intervenção disciplinar sobre as relações interpessoais cotidianas. Algo de sua análise apresenta similaridade com a visão de um todo coeso, não advindo de normas supostamente consensuais, mas de um dispositivo de poder que disciplina e afasta outras formas de resolução de conflitos. Esquece que as relações interpessoais familiares e conjugais estão atravessadas por poderes desiguais (disciplinares) de gênero que geraram a reivindicação das feministas por direitos.

Eis que Durham (1986) parece ter se enganado quanto aos efeitos negativos de que aqueles e aquelas antropólogas/os mais próximas a um movimento social, no caso, o movimento feminista, pudessem ficar mais presos à visão nativa. Sem abdicar de sua “energia” pela defesa dos direitos, Debert analisa os efeitos em distintas direções e pensa sobre futuras possibilidades. Rifiotis, colocando-se politicamente de forma radical contra as Delegacias Especializadas da Mulher, talvez tenha se tornado preso a duas e não a uma visão nativa: a visão hegemônica jurídica de longa duração de não criminalizar “agressões no lar” (CARRARA et al, 2002) e à visão política da criminologia abolicionista (MENDES, 2012), que propugna um direito penal mínimo e considera possível formas outras de solução de conflitos como a conciliação entre vítimas e agressores, desconsiderando as desigualdades de poder de gênero entre os sujeitos em relação.

De um lado se situam as e os cientistas sociais mais articuladas/os ao feminismo que tendem a perceber a Lei Maria da Penha com uma relativa eficácia no combate e prevenção da violência, ao menos pela explicitação de seus objetivos, ainda que muito falte pela adequada implementação. A Lei propõe para sujeitos homens e mulheres que chegam aos Juizados, não somente o entendimento do ato de violência como ilegal e ilegítimo, assim como propõe como possível uma modelagem simbólica da construção de relações de reciprocidade de gênero no âmbito doméstico onde diferenças de estilo e conflitos persistem, mas relações desiguais de poder entre gêneros deixam de ser “valores legitimados”.

De outro lado, há cientistas sociais que veem com olhos negativos não somente a implementação da Lei, mas seus próprios objetivos. A Lei serviria predominantemente para judicializar relações privadas e para permitir a intromissão do Estado nas relações domésticas e familiares, criticada quer pelo seu lado punitivo, quer pelo seu lado preventivo. A distância cultural entre agressores de classes populares e os valores postos pela Lei Maria da Penha os tornariam quase imunes ao entendimento da violência como crime, já que estão inseridos no entendimento da reciprocidade assimétrica entre gêneros. Para Martinez Moreno (2016):

Ser indivíduo com direitos substantivos seria uma categoria de pessoa subordinada a uma autoridade estatal que aplica a lei e que eles não querem ocupar. Conceber-se como o indivíduo do individualismo moderno implicaria “desempoderar-se”, esquecer o modo da constituição de relações sociais que os dignifica como pessoas, em outras palavras, largar mão da definição de si através da diferença e do conjunto de relações que tiveram que construir para ter reconhecimento como pais, esposos ou trabalhadores. (MARTINEZ MORENO, 2016, p.17)

Martinez Moreno se refere à sua pesquisa realizada com homens agressores chamados a grupos de reflexão. Para ele, estes homens estariam tradicionalmente tão distantes dos modelos de igualdade de gênero que seriam imunes a aderirem a qualquer modificação de suas expectativas tradicionais do gênero masculino como estilo e como expectativa de relacionamento e “reciprocidade” (desigual) diante do gênero feminino. Para meu entendimento do autor é como se ele entendesse que a relação ou reciprocidade de gênero somente admitisse uma única forma estável, como se a adesão cultural fosse inamovível a qualquer modificação, como se não dependesse de toda uma complexidade social interacional que se modifica, que, em si mesma admite contradições, brechas, torções.

Olhares reflexivos sobre percursos metodológicos: justiça, violência e gênero

Realizo e coordeno pesquisa com uma equipe de estudantes⁸, em um Juizado especializado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher no Distrito Federal desde novembro de 2014. Se as Delegacias foram criadas nos anos oitenta, sem que se mudasse qualquer lei, ou se criasse qualquer “novo crime”, os Juizados Especializados foram criados a partir da Lei Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 chamada Lei Maria da Penha (LMP) resultado de um grande processo de mobilização da movimentação feminista.

Minha situação em relação à Lei é de extrema proximidade. Fiz parte de uma das organizações não governamentais feministas, membro do consórcio que propôs a Lei. Fiz parte do Conselho Nacional de Direitos das Mulheres nos anos em que seus termos foram discutidos e depois elaborados como Projeto do Executivo levado ao Congresso. Longe estava de ter a posição crítica de Rifiotis em relação às Delegacias, e depois à Lei. Minha posição era sim crítica à situação anterior da conflitualidade violenta de gênero no contexto familiar e doméstico onde ocorriam agressões verbais e físicas cronicamente em temporalidades longas. Conforme pesquisei tratavam-se de “assaltos identitários” (Machado e Magalhães 1999), “de pequenas a graves ameaças”, de injúrias sobre a honra e de humilhações, a “rostos queimados”, “dentes quebrados”, “olhos roxos”, abrindo-se para desfechos fatais, ou apenas se ancorando em humilhações contínuas, ano após ano, como pesquisei nos anos noventa e sigo nesta lida.

Para mim estava claro a que demanda de direitos a LMP respondia. Toda uma história de desigualdade inscrita jurídica e socialmente. Toda uma continuada reprodução de repertórios de desigualdade de gênero, lado a lado do crescimento dos repertórios simbólicos de direitos individuais iguais. Inúmeras fissuras e contradições entre direitos individuais igualitários e a memória social das relações tradicionais hierárquicas de gênero e das relações de direitos desiguais inscrita, escrita e aplicada juridicamente. A violência não é sinônimo de conflitualidade, mas a supõe. Há uma violência de gênero, (MACHADO, 2016) quando é invocada (aludida, naturalizada, pensada ou impensadamente) pelo agressor a legitimidade (hoje pseudolegitimidade) do poder masculino de controlar, fiscalizar a honra e fazer obedecer as mulheres, impondo assim sua vontade quer seja por agressão físico-

⁸ O trabalho da coleta foi feito em equipe formada por mim, pela mestranda em Direito na UnB, Renata Gonçalves Costa, por mim co-orientada, com dissertação recém defendida, pela estudante de graduação em Direito Ingrid Martins e pelo então estudante de graduação em Direito, hoje mestrando, Guilherme Crespo. Também esteve presente a professora de Direito na UnB, doutora Camilla Prando, orientadora de Renata.

-moral ou apenas moral. Os móveis da conflitualidade e das disputas são múltiplos, mas a forma violenta advinda da desigualdade de gênero advém da legitimidade de longa duração do poder masculino como poder patriarcal de controlar e fazer obedecer às mulheres.

Contudo, mantenho sempre abertura a qualquer indagação sobre o que e o como poderia estar sendo a aplicação da LMP, e o que encontraria de imprevisível entre inovação, resistência e suas variantes. O que dela pensariam as agredidas, os agressores e os juristas. A complexidade da adesão dos operadores de justiça e a complexidade e multiplicidade das posições das mulheres em situação de violência jamais foram por mim esquecidas.

Em termos metodológicos meu objetivo era apreender as várias visões “nativas” em jogo. Os problemas de uma pesquisa segundo Strathern (2006), apenas são visíveis e produzem análises que reconstroem teorias quando observamos pessoas concretas em ação e em relação. Strathern me seduz pela sua preferência pelo estudo das relações sociais, da socialidade, do social se fazendo nas relações, pela sua crítica ao uso das entidades abstratas de sociedade, cultura e indivíduo e por pensar o gênero relacionalmente. Para pensar gênero, subjetivação e relação, recorro, sem dúvida, também à antropóloga feminista Henrieta Moore (2007) que faz um brilhante estudo sobre subjetivação e as distintas formas de incidência de gênero nas subjetivações em distintas configurações sociais, das modernas às indígenas. Como interlocutoras/es, toda uma produção brasileira sobre gênero e violência.

Decidi cobrir o leque amplo dos sujeitos em relação. Com uma equipe de pesquisadores⁹, entrevistamos declarantes/vítimas, agressores/acusados, profissionais de direito: juízes e promotores e profissionais multidisciplinares: assistentes sociais e psicólogos. Participamos como observadores em audiências de ratificação, instrução e julgamento e de justificação, quando fizemos anotações em cadernos de campo, assim como em atendimentos das equipes multidisciplinares aos novos casos que chegavam. Participamos como observadores com voz (tal como nos foi demandado) nos grupos mixtos oferecidos em três a cinco sessões coordenados por uma assistente social ou uma psicóloga, servidora do Serviço de Assessoramento aos Juízos Criminais (SERAV), cuja função era analisar a situação de risco de ocorrer novo episódio de violência e produzir relatório para o juiz, assim como, a partir da interação no grupo, perceber e estimular a responsabilização do agressor e o empoderamento da vítima. Ao lado disso, foi elaborado formulário eletrônico de questionário sobre o conteúdo dos autos dos processos, selecionados por termos tido acesso a uma de suas partes, quer na audiência, no grupo ou na entrevista.

A sua análise dos dramas sociais é inspiradora para análise das interações e interlocuções que se davam nas audiências.

Com certeza, a Lei Maria da Penha se deve a todo o processo de desconstrução e reconstrução dos gêneros em novas modalidades de estilos, *ethos* e lutas das mulheres por direitos, em contraposição à história de longa duração da ampla desigualdade de direitos e poderes entre os sexos nas Ordenações Coloniais Afonsinas, Filipinas e Manuelinas e nos Códigos Penais e Civis do Império e da República. Castigar e corrigir era poder dos homens

⁹ O trabalho da coleta foi feito em equipe formada por mim, pela mestrande em Direito na UnB, Renata Gonçalves Costa, com dissertação recém defendida, pela estudante de graduação em Direito Ingrid Martins e pelo então estudante de graduação em Direito, hoje mestrando, Guilherme Crespo. Também esteve presente a professora de Direito na UnB, doutora Camilla Prando.

sobre suas mulheres e não vice-versa. (MACHADO, 2010, 2011 e 2014) Matar adúlteras pelos maridos era legal e não criminalizável até 1830. (CAULFIELD, 2005). “Obedecer aos homens em tudo que fosse justo e honesto” se manteve até 1962 com o Estatuto da Mulher Casada.

A igualdade de gênero somente foi declarada constitucional em 1988. A desigualdade jurídica e social se inscreveu na memória social pela força do que chamamos “normas sociais” na antropologia. Normas compartilhadas que, no entanto, apresentam fissuras e são atravessadas por repertórios simbólicos divergentes e que são experimentadas diferentemente dadas as inscrições diferenciadas das posições de gênero dos sujeitos. Ou seja, nas fissuras e contradições das normas, emergem percepções que divergem, diferem ou emergem conflitos. Penso muito na fórmula de muitas mulheres se referirem à violência. *“Acusações de que você fez, o que não fiz. Isto dói”*. Parecem supor estar de acordo que algumas coisas (?) não devem ser feitas, mas as perspectivas de um e de outro sobre o mesmo ato diferem. E é um e não outra que se avoca a si a legitimidade de impor a sua perspectiva.

Derrida (2010), no texto *Força de Lei*, propugna que o apelo sempre insatisfeito à justiça é o propulsor da transformação do direito. Rejeita a teoria jusnaturalista que é a justiça que funda o direito. Assim, de um lado entende o Direito como um “corte” no processo de apelo à justiça dada uma determinada correlação de forças, e de outro, a luta e o apelo à justiça (sempre endereçada à singularidade, em razão mesma de sua pretensão à universalidade). O apelo à justiça se faz por aquele que se pensa como tendo direito aos direitos. As práticas judiciárias que, a partir das reflexões de Foucault (2011) nos aparecem como funcionando como “relações entre o homem e a verdade”, aparecem para Derrida como “corte” (Direito) que impõe uma verdade, mas que apresenta fissuras e brechas. O direito para Derrida se funda apenas no seu existir que faz dessa mesma força de existir seu “fundamento místico”. Pode sempre ser desconstruído pelo apelo insatisfeito à justiça. A justiça por sua vez jamais é construída nem desconstruída, é um apelo.

– Aquele momento de suspensão angustiante abre, assim, o intervalo do espaçamento em que as transformações, ou as revoluções jurídico-políticas, acontecem. Ele só pode ser motivado, só pode encontrar seu movimento e seu elã na exigência de um aumento ou de um suplemento de justiça, portanto na experiência de uma inadequação ou de uma incalculável desproporção. Pois, afinal, onde a desconstrução encontraria sua força, seu movimento ou sua motivação, senão nesse apelo sempre insatisfeito, para além das determinações dadas daquilo que chamamos, em contextos determinados, de justiça, de possibilidade de justiça? (DERRIDA, 2010, p.39)

O apelo à justiça pelo movimento feminista levou finalmente à elaboração da Lei Maria da Penha.

Entrevistas e observações das audiências permitiram apontar a coexistência de repertórios simbólicos distintos entre operadores de direito: de um lado, a atenção à concretude do ato de imposição ou agressão à agredida, à relação de poder de gênero que leva a atos agressivos, ao histórico de atos agressivos/violentos, ao risco, à proteção, à complexidade e variedade das situações das mulheres declarantes/vítimas. De outro, a redução do ato agressivo de poder de gênero à mera disputa por foco do conflito; a substituição da análise do risco pela crença de que a pacificação de um foco de conflito afasta qualquer conflitualidade violenta de gênero, (tudo se resolve e “nada há mais a fazer”); o entendimento que a revitimiza-

ção da vítima pelo processo é inescapável, que o risco que ela corre, é tanto maior se for feita a denúncia pelo Ministério Público, que o medo vivido e sentido pode ser descaracterizado por ser um “medo subjetivo, sem fundamento”.

O segundo repertório simbólico parece reiterar a antiga defesa da harmonia familiar, da harmonização e da pacificação, transformando os conflitos e violências de gênero como “bagatelas”.

O primeiro repertório, emerge ainda que, com fissuras, como um entendimento que não atribui essências às mulheres: passivas, inferiores, vulneráveis, “hipossuficientes” ou incapazes nem que, por essência, sejam independentes, autônomas ou donas de suas vontades. São vistas como mulheres sob situação de opressão e constrangimento, que necessitam proteção temporária para interromper o ciclo de violência. De medidas protetivas a cautelares nominadas, instrumento utilizado em específico pelo juiz titular para encaminhamentos a grupos de reflexão multidisciplinares. Eventualmente, com pouca frequência, prisão preventiva ou em flagrante dos agressores, frente a um quadro majoritário de arquivamentos, antecedidos em geral por avaliações de risco e participação em grupos mixtos de reflexão e encaminhamentos para rede de serviços.

As formas de interlocução da maior parte dos operadores de direito que se situam no segundo repertório, permitiram ver a dificuldade de compreender a complexidade da situação das mulheres, pois as falas que a elas dirigem, são falas que supõem um sujeito autônomo liberal que calcula o que prefere e que escolhe, como se não estivesse diante de constrangimentos, angústias advindos de suas múltiplas formas de relações e vínculos com os agressores/companheiros, ex-companheiros, irmãos, padrastos diante da violência em casa e diante da interlocução que lhe fazem.

Há um tipo de pergunta “seca” que não se apresenta como forma de conversação. Faz em geral calar ou ceder à ideia do interlocutor dado o peso e distância de poder. Supõe a ideia do sujeito autônomo liberal que escolhe fazendo um cálculo.

MP: a senhora tem interesse em prosseguir?

MP: quanto a essa ocorrência, o que a senhora pretende? Qual a sua intenção? A senhora ajuizou aqui de ameaça e injúria. Diante do fato de os conflitos terem cessado, o que a senhora me diz a respeito dessa ocorrência. A senhora pretende fazer o que? Quer que a gente apure, dê prosseguimento para apurar esse fato?

Em entrevista, disse uma das vítimas a uma das pesquisadoras:

Parecia assim que ela [a profissional] queria me obrigar: tira, tira. Eu senti isso. [...] Não parece que te faz pressão?”. Ela complementa: “Qual é, o que a senhora deseja e tal...? Desejo... tirar, né? Porque não vai adiantar nada ficar vindo aqui, não é verdade? Então, tirei, tá aí”(..) “Eu acho [a pergunta] sem futuro, né? Porque se eu trouxe para cá é porque eu quero uma decisão.

Contudo, quando se dá a conversação, a partir dos profissionais de direito que se situam no primeiro repertório simbólico, as perguntas se fazem dirigidas à concretude de sua situação. A resposta é dada e ouvida. A interrupção não é feita como forma de fazer calar, mas de continuar a fazer falar. Um outro efeito surge da interlocução.

Uma outra vítima entrevistada depois de sua audiência de instrução e julgamento, afirma:

Eu não tenho nenhum problema de falar porque já passou, pelo menos é um desafo. [...] Falei tudo que eu queria. Só de ele estar ali na frente ouvindo as coisas que ele fez já é suficiente [...]". A vítima complementa, opinando sobre as audiências, que "legal né.

Nessas duas formas de interlocução, uma se dirige a um sujeito pensado como livre para a escolha. Precisa ouvir o "sim" ou o "não" para prosseguir com o processo. Na outra, aparecem respostas a indagações dirigidas ao que aconteceu naquele contexto. A concretude contextualizada e a reflexão subjetiva tem lugar.

Pouco é o tempo da duração da interlocução nas audiências. Mas o que se fala tem peso. Por ser um momento dramático, por ser uma interlocução no espaço da autoridade judicial, da legalidade, agressores e agredidas terão ou não suas falas legitimadas e autorizadas. O processo como um todo, dos espaços multidisciplinares às audiências produz efeitos, para além dos resultados da absolvição, do arquivamento ou da penalidade.

Quando a interlocução se faz de forma autoritária e supõe o sujeito liberal autônomo abstrato, não toca a concretude de sua vivência e não o vê inserido numa relação de afeto e de poder, as dimensões de poder e constrangimento se duplicam: dos dramas sociais violentos em casa, para a interlocução na audiência.

Lembro-me de Strathern (1988) e sua crítica ao sujeito individual abstrato, a ser pensado como pessoas/agentes relacionais. Lembro-me de Moore (2000) e sua concepção de sujeitos multiplamente constituídos em relações sociais, em suas formas de subjetivação com dimensões inconsciente, impensada, em suas fantasias e na distinção entre desejo e vontade.

A LMP traz o desafio para juristas e pesquisadores reverem a noção de sujeito autônomo e liberal apartado de sua situação social, e de rever as mulheres como dicotomicamente distribuídas entre passivas/subordinadas e autônomas/independentes e trazê-las para serem pensadas como sujeitos relacionais, indivíduos complexos, na tensão entre a relação de poder baseada na desigualdade de gênero e a relação de afeto. (MACHADO, 2009, 2010).

A pesquisa aponta caminhos para visões não monolíticas nem uniformatadas dos efeitos da LMP: inova na forma de conceber justiça e direitos, incide na alteração da forma dominante das relações desiguais de gênero e faz um movimento de retirar a legitimidade do controle masculino sobre as mulheres. Estimula assim os efeitos propulsores do apelo à justiça e à expansão dos direitos.

Dadas as posições de sujeito distintas de homens e mulheres diante do campo jurídico da LMP, vejo não uma disciplinarização das relações familiares, mas sim a instauração da alteração no campo de disputa entre as antigas e novas formas de arranjos familiares e de formas de reciprocidade capazes de dar lugar a direitos individuais e a igualdade de gênero, Disputas entre antigas e novas formas de legitimidade de relações de gênero. A reciprocidade nas relações entre gêneros tem lugar entre diferenças e diversidade de estilo e

até de afazeres, mas a reciprocidade deixa de ser hierárquica, baseada na desigualdade de poder atrelada até então ao masculino que condensava o antigo ‘poder patriarcal’.

Os repertórios simbólicos dos profissionais de direito como vozes de autoridade ainda se dividem nas fissuras de variantes de inovação de relações de igualdade de gênero e de variantes de reprodução dos valores de longa duração em torno da antiga “honra das famílias”, transmutada em “harmonia familiar”.

Considerações sobre intersecção de gênero e raça

Os autos silenciam a cor das partes. Com relação às vítimas, não há indicação da cor em mais de 60% dos casos. (COSTA, 2015) Com relação aos agressores, a informação é ausente em 46,3%. Evandro Duarte (2004) nos alerta sobre os racismos ocultos nos silêncios do “jogo do observar, do dizer e do proibir dizer, presente nas ciências”. O trecho seguinte narra a audiência da vítima Dalva¹⁰, mulher de 44 anos, auxiliar de cozinha, negra¹¹. No BO registrado, o agressor, ex-companheiro da vítima, foi preso em flagrante por vias de fato e injúria.

MP: A senhora disse que o único contato que teve com ele foi semana passada. A sua patroa é que teve contato com ele.

D: só que ela ligou...

MP: (interrompe a vítima) ele não voltou além desse dia?

D: não.

JS: sua patroa...

MP: (interrompe o juiz substituto). Vocês se encontraram num bar, não foi?

D: isso foi em outro tempo. Novembro.

MP: a senhora se aproximou da mesa onde ele estava.

D: foi para falar com o irmão dele, porque eu emprestava dinheiro para ele da passagem e depois ele me pagava, aí ele ficou nervoso, ele estava alterado e veio para cima de mim.

MP: tem outras ocorrências? Acho que lembro de você.

Secretária (S): já teve condenação, ação. Tenho certeza que já teve uma condenação.

D: depois dessas confusões, eu só tive agora.

S: mas chegou notícia de que a senhora deu facada nele. Ele tentou agredir e a senhora deu uma facada.

D: foi mesmo, estou respondendo lá no outro (?).

MP: e em relação a essa ocorrência? A senhora quer que a gente continue?

¹⁰

¹¹ 5.Ver Dalva como mulher negra é resultado da leitura feita pela pesquisadora Renata Costa que observou a audiência de Dalva.

JS: essa do bar.

D: o irmão dele me chamou...

MP: (interrompe a vítima) é, a gente já sabe. Eu perguntei outra coisa. A senhora quer que a gente entre com outro processo contra ele?

D: eu vim aqui só para falar que vou entrar de férias e vou para casa dos meus pais. Eu não sei se vou voltar mais para cá. Eu já vou de vez. É em São Luís.

JS: então a senhora não sabe se vai voltar.

D: quando chegar lá eu ligo para minha patroa e falo.

JS: então, de repente...

MP: - (interrompe o juiz substituto) - tá, mas eu quero saber da senhora. Quer que a gente processe igual os outros, quer que arquive considerando que a senhora vai embora... qual sua intenção?

D: por mim podia arquivar. [...]. (Processo nº 6181-6).

As interrupções compreendidas nesse sentido confirmam

A distância social que existe entre os interlocutores. O poder supõe uma relação não recíproca entre, ao menos, duas pessoas e a não reciprocidade pode estar fundamentada em diferentes realidades: riqueza, idade, posição social, função, força física etc. (SILVA, 2009, p. 2616).

Ela não possuía, segundo Renata Costa, a pesquisadora que a entrevistou, alguns dentes da frente e que se envergonhava ao falar e mostrá-los. Dalva relatou um passado de rua, alcoolismo e violações de direitos. Chegou a Brasília, em busca de emprego, conheceu Denis. Eles foram morar juntos e ela engravidou. Ele a agredia fisicamente já na gestação. Ela revidava com faca até o dia em que fugiu e foi viver na rua. Nesse período, conta que “bebia muito” e que logo o “pessoal do Conselho Tutelar” levou embora sua filha que até hoje é cuidada pelos avós paternos. Dentre vários relatos de distintas formas de violência, no dia da entrevista, ela estava empregada em um restaurante, mas ia deixar tudo para voltar ao Maranhão. Questionada sobre o motivo que a levava mais uma vez a se mudar, a resposta foi o medo de ser mais uma das mulheres mortas que ela via na televisão. (Costa, 2016).

Em suas palavras, em entrevista, a vítima disse: “parecia assim que ela [a profissional] queria me obrigar: tira, tira. Eu senti isso. [...] Não parece que te faz pressão?”. Ela complementa: “ ‘Qual é, o que a senhora deseja e tal...? Desejo... tirar, né? Porque não vai adiantar nada ficar vindo aqui, não é verdade? Então, tirei, tá aí’”. Como sua audiência de ratificação foi agendada sem que houvesse prévia manifestação da vítima no sentido de arquivar, ela acrescenta: “Eu acho [a pergunta] sem futuro, né? Porque se eu trouxe para cá é porque eu quero uma decisão”.

É possível aventar que a autoridade da fala do sujeito detentor/a de um saber e autoridade jurídica diante de um “leigo/a”, se some às expectativas recíprocas derivadas da distinta situação de classe, raça e gênero do/a interlocutor/a “leigo/a”. A corporeidade da raça, classe e gênero, ao invés de levar ao caminho do entendimento pela autoridade

jurídica da complexidade de um sujeito em seu contexto, afetos e dilemas, leva a uma contraditória visão da mulher: um sujeito (a mulher) que “deveria” ter uma escolha e uma atitude racional, autônoma e “clarividente”, ao contrário, “não sabe o que quer” e sequer é apenas vítima, colocando-se também como agressora.

Ampliando e antecipando nossos achados, as relações jurídicas com agredidas e agressores tendem, pela própria linguagem do direito que entende os sujeitos sociais como “sujeitos livres” no sentido da narrativa liberal, a tratar as agredidas e agressores como sujeitos em situações descontextualizadas estabelecidas entre sujeitos autônomos liberais, capazes de decidir com base em uma vontade “livre”. Esta vontade “livre” pode ser expressa pela vítima – que, nas elaborações contemporâneas do direito, “escolhe” encerrar o prosseguimento de um determinado procedimento – ou pode ser expressa pelo criminoso – que, na construção moderna do direito, “escolhe” delinquir.

Esta “representação hegemônica”, ao mesmo tempo, supõe sujeitos liberais e abstratos capazes (ou incapazes) de escolhas racionais e, contraditoriamente, supõe sujeitos hierarquizados e desiguais em termos de gênero, classe e raça. Assim a comunicação entre autoridades jurídicas e agredidas e agressores, tende a apresentar todas as “armadilhas” da desigualdade e da hierarquia de classe, gênero e raça. Daí a importância da análise da interseccionalidade que os estudos de gênero propugnam.¹²

Estudo especial estamos dedicando à comunicação entre juristas e agredidas e agressores que escapam à forma hegemônica de comunicação desigual e que fizeram investimentos subjetivos para levar adiante os desafios da Lei Maria da Penha. Entendem os sujeitos vítimas e os sujeitos acusados como inseridos em contextos específicos e na complexidade dos afetos e das relações. Se não são muitos, são vários os que já aderem a uma outra forma de comunicação baseada no respeito recíproco e na escuta. Estudo específico estamos dedicando aos serviços psicossociais voltados a agredidas e agressores. Preliminarmente posso adiantar que as armadilhas da comunicação desigual estão presentes, mas o aparato técnico da aprendizagem profissional e da capacitação em gênero dos profissionais psicólogos/as e assistentes sociais entrevistados e observados mostra aprendizagem profissional de habilidades e preparo para superar várias armadilhas e lidar com agressores e agredidas como sujeitos complexos e contextualizados.

Considerações finais

Não vejo “incômodo” ou “briga de vizinhos” entre antropologia e feminismo, como temia Strathern em 1985 pela continuidade do valor intocado da bipartição entre Sociedade Ocidentalizada e Sociedade indígena pensadas como um sistema coeso de representações coletivas. Ela mesma realizou “traduções”, privilegiou as relações e não as representações e apontou alguns efeitos produzidos pela intersecção entre socialidades. Metodologicamente, os fundamentos da antropologia não exigem a visão da “cultura do outro” como se fosse uniformatada. A antropologia feminista inova, mas se funda em

12 Apenas para indicar um dado da desigualdade de raça e gênero interpenetradas: enquanto as mulheres em geral recebem quase 70% do que os homens recebem, os homens negros recebem quase 60% da remuneração do homem branco, e a mulher negra recebe 40% do que recebe o homem branco (PINHEIRO et al, 2016, p.13).

metodologia presente nas mais variadas temáticas, metodologia que não se baseia em qualquer pressuposto da uniformatização do social, atendendo ao que desejava Durham em 1986.

Vejo, tal como apontou Debert, a “indignação” movendo a antropologia feminista em seu caminho de aprofundamento teórico. As indagações e interpelações que se fazem estimulam reflexões analíticas. Nem as ciências sociais feministas, nem as ciências sociais que se movem pela luta pelos direitos à diversidade sexual esgotam o campo destas temáticas. Debates, convergências e divergências aí se inscrevem neste campo, enriquecendo-o.

Não vejo risco na inserção política do cientista social. Ao contrário, energiza e estimula o conhecimento e o aprofundamento metodológico e teórico. Só há risco se não assumir continuamente que sua posição deve ser também objeto de reflexão. Ou se, em nome de sua inserção política, deixa de ter cuidado metodológico e analítico no desenho empírico e teórico da pesquisa.

A inserção política interpela o sujeito pesquisador, mesmo quando o pesquisador acredita em uma utópica “neutralidade”. O risco aí é de não refletir sobre seu próprio posicionamento, de não se dar conta de sua inserção, de se iludir sobre seu fazer, sobre sua crença ingênua da neutralidade.

Mas se é preciso que aquele que reconhece sua posição política, queira fazer uma boa antropologia, é também necessário que aquele que se propõe fazer uma boa antropologia porque se pensa imune à inserção política se pergunte : há alguma garantia de ser antropólogo e não se estar inserido na trama social e política?

Poderíamos dizer que hoje o modelo do todo coeso e integrado, posto para dar conta de uma sociedade, de uma “cultura”, ou de um seu “pedaço” no dizer de Durham ainda permanece de forma dominante? As formas de inserção política dos antropólogos e sociólogos, em especial dos cientistas sociais brasileiros, fazem efeitos nas formas de produzir pesquisa e teoria?

Esse desafio teórico está sendo enfrentado hodiernamente, de forma mais contundente que nos anos oitenta. As perspectivas divergentes no contexto mais geral das relações e problemáticas sociais entram-se nas análises, tanto como objeto de pesquisa a ser desvendado dada a diversidade cultural e diversidade de raça e classe em relações sociais cada vez mais mundializadas quanto pela diversidade das posições situadas dos sujeitos pesquisadores e das formas de posicionamento que assumem diante da problemática da pesquisa. (HARAWAY, 1991)

No Brasil, ao nos debruçarmos sobre problemáticas sociais, dificilmente nos colocamos como distantes ou indiferentes politicamente, qualquer que sejam as posições dos intelectuais, mais próximas ou mais contrárias às propostas deste ou daquele movimento social. Inscrevem-se debates no campo intelectual e político.

Referências Bibliográficas

- BRASIL. Lei nº 11.340. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, 22 de agosto de 2006. Disponível em <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm> Acesso em 6 mar. 2016.
- CARRARA, Sérgio; VIANNA, Adriana e ENNE, Anna Lúcia. Crimes de Bagatela: a Violência contra a Mulher na Justiça do Rio de Janeiro. In: CORRÊA, Mariza (org.) **Gênero & Cidadania**. Campinas: Ed. Pagú/Núcleo de Estudos de Gênero – Unicamp, 2002. p. 71-111.
- CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**. Tradução Elizabeth de Avelar Solano Martins. Campinas: Editora da Unicamp, Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2005.
- COSTA, Renata Cristina de Faria Gonçalves. **Atos e Autos: uma etnografia sobre violência doméstica e o sistema de justiça**. Trabalho de Conclusão de Curso (Direito). Graduação em Direito pela Universidade de Brasília. Brasília: 2013.
- COSTA, Renata Cristina de Faria Gonçalves. **Vítimas, Processos e Dramas Sociais: escutas e traduções judiciais da violência doméstica e familiar contra mulheres**. Dissertação de Mestrado em Direito pela Universidade de Brasília. Brasília: 2016.
- DEBERT, Guita Grin. Desafios da politização da justiça e a antropologia do direito. **Revista de Antropologia da Universidade de São Paulo**. V. 53, n. 2, 2010. Disponível em: <
<http://www.revistas.usp.br/ra/article/view/36433>>. Acesso em 17 jun. 2015.
- DERRIDA, Jacques. **Força de lei: o fundamento místico da autoridade**. Tradução Leyla Perrone-Moisés. 2ª Edição. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.
- DUARTE, Evandro Charles Piza. Negro: Este Cidadão Invisível. In: Recrie: arte e ciência, **Revista Crítica Estudantil**, Ano 1, n. 1. Florianópolis: Instituto da Cultura e da Barbárie, Fundação Boiteux, 2004. ISSN: 1806-8847.
- DURHAM, Eunice Ribeiro. A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas, p.17-39 In Cardoso, Ruth (org.). **A Aventura Antropológica. Teoria e Pesquisa** Rio: Paz e Terra, 1986.
- DUMONT, Louis. (1985) **O Individualismo. Uma Perspectiva Antropológica da Ideologia Moderna**. Rio de Janeiro, Rocco.
- FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Tradução de Roberto Gabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais, supervisão final do texto Léa Porto de Abreu Novaes. 3ª Ed. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2008.
- GEERTZ, Clifford. Conocimiento local: hecho y ley en la perspectiva comparativa. In: **Conocimiento local: ensayos sobre la interpretación de las culturas**. Buenos Aires: Paidós, 1994, pp. 195-262.

GROSSI, Miriam Pillar e SCHWABE, Elisete (orgs.). **Política e cotidiano : estudos antropológicos sobre o gênero, família e sexualidade** – Blumenau : Nova Letra, 2006. 336p.

HARAWAY, Donna. **Simians, Cyborgs, and Women: The Reinvention of Nature**. Londres:Free Association Books.

HEILBORN, Maria Luiza (1981) Introdução In Franchetto, Bruna; Cavalcanti, Maria Laura; Heilborn, Maria Luiza. Antropologia e Feminismo. In: Bruna Franchetto; Maria Laura Cavalcanti; e Maria Luiza Heilborn (Orgs.); **Perspectivas Antropológicas da Mulher** - Vol.I. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

MACCORMACK, C. and STRATHERN, M. (eds.): **Nature, Culture and Gender**. Cambridge, Cambridge Univ. Press, 1980

MARTÍNEZ-MORENO, Marco. Julián. 2016. “A violência não tem gênero”. Encontros morais e definições éticas na judicialização de homens autores de violência contra a mulher no Rio de Janeiro. Reunião Brasileira de Antropologia (RBA 2016)

MACHADO, Lia Zanotta. Campo Intelectual e Feminismo, **Série Antropologia** no 170, UnB, 1994.

_____. Estudos de gênero: Para além do Jogo entre Intelectuais e Feministas. In: SCHPUN, Mônica. (org.) **Gênero sem Fronteiras**. Florianópolis, Editora das Mulheres, 1997.

_____. Gênero, um novo paradigma? In **Cadernos Pagu** (11): pp.107-125, Unicamp, 1998.

_____. A Longa Duração da Violência de Gênero na América Latina. In: FERNANDES, Ana M., RANINCHESKI, Sonia (Org.) **Américas Compartilhadas**. 1ª Ed. São Paulo: Ed. Francis, 2009, v.1, p. 57-83.

_____. **Feminismo em movimento**. São Paulo: Francis, 2010.

_____. Emociones Violentas Y Familiares Correctivos. In Rifiotis, Theophilos, Castelnuovo, Natalia (orgs.) **Antropología, violencia y justicia**. Buenos Aires: Antropofagia. 2011, p.155-177.

_____. O medo urbano e a violência de gênero. In: MACHADO, Lia Z. BORGES, Antonadia M., MOURA, Cristina Patriota de (Orgs.). **A cidade e o medo**. Brasília: Verbena, Francis, 2014a, pp. 103-125.

_____. Interfaces e deslocamentos: feminismos, direitos, sexualidades e antropologia. **Cadernos Pagu** (42), janeiro-junho de 2014b, pp.13-46.

_____. Apresentação. In ÁVILA, Thiago André Pierobom de, *et al.* (Coord.). **Modelos europeus de enfrentamento à violência de gênero: experiências e representações sociais**. Brasília: ESMPU, 2014c.

_____. **Violência baseada no gênero e a Lei Maria da Penha** In Barbosa, Theresa (org.) A Mulher e a Justiça. A Violência doméstica sob a ótica dos direitos Humanos. Brasília: AMAGIS DF, 2016, pp.161 a 176.

MACHADO, Lia Z.; MAGALHÃES, M. T. B. Violência Conjugal: os Espelhos e as Marcas. In: SUÁREZ, Mireya e BANDEIRA, Lourdes (orgs.). **Violência, Gênero e Crime no Distrito Federal**. Brasília: Paralelo 15, Editora Universidade de Brasília, 1999, p. 177-238.

- MELLO, Marília Montenegro P. **Lei Maria da Penha - uma análise criminológico-crítica**. 1. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2015.
- MENDES, Soraia da R. **(Re)pensando a criminologia: reflexões sobre um novo paradigma desde a epistemologia feminista**. Tese de doutorado (Direito). Pós-Graduação em Direito pela UnB. Brasília, 2012.
- MOORE, Henrietta L. **The subject of anthropology: gender, symbolism and psychoanalysis**. Cambridge: Polity Press, 2007.
- PATEMAN, Carole **The Sexual Contract**, Stanford: Stanford University Press, 1988.
- PISCITELLI, Adriana (Apresentação) Dossiê Antropologia, Gênero e Sexualidade no Brasil: Balanço e Perspectivas **Cad. Pagu** no.42 Campinas Jan./June 2014
- PINHEIRO, Luana et al. Retrato das desigualdades de gênero e raça. 3ª edição – Brasília: IPEA: SPM: UNIFEM, 2008.
- PINHEIRO, Luana Simões et al. Mulheres e trabalho: breve análise do período 2004-2014. Nota técnica n. 24. Brasília: IPEA, 2016.
- RIFIOTIS, Theophilos. “As delegacias especiais de proteção à mulher no Brasil e a judicialização dos conflitos conjugais”. In: **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, 19(1): 85-119, 2004.
- SAHLINS, Marshall. **Ilhas de História**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- SANTOS, Guilherme Crespo Gomes de. **Lei Maria da Penha e Intervenção Psicossocial: Etnografia Sobre Masculinidades e Possibilidades de Politização da Justiça a partir da experiência do Juizado de Violência Doméstica e Familiar do Núcleo Bandeirante**. Trabalho de Conclusão de Curso (Direito). Graduação em Direito pela Universidade de Brasília. Brasília: 2015.
- SANTOS, Silvia Maria Azevedo dos e RIFIOTIS, Theophilos. Cuidadores Familiares de idosos dementados: um estudo crítico de práticas quotidianas e políticas sociais de judicialização e reprivatização, In GROSSI, Miriam Pillar e SCHWABE, Elisete (orgs). **Política e cotidiano : estudos antropológicos sobre o gênero, família e sexualidade** – Blumenau : Nova Letra, pp 95 a 114 , 2006.
- SILVA, L. A. Cortesia e interrupção no discurso acadêmico. 2009. (Apresentação de Trabalho/ Comunicação). VI Congresso Internacional da ABRALIN. Cortesia e interrupção no discurso acadêmico. 2009. (Participações em eventos/Congresso).
- SIMÕES, Júlio; FACCHINI, Regina; CARRARA, Sérgio Diversidade sexual e de gênero no contexto sócio político brasileiro atual. **Informativo especial da Associação Brasileira de Antropologia** Balanços parciais a partir de perspectivas antropológicas. Fev, 2016, p. 1-4.
- SIMMEL, Georg, (1983) A natureza sociológica do conflito, in Moraes Filho, Evaristo (org.), Simmel, São Paulo, Ática, pp.123-134
- STRATHERN, Marilyn. Uma Relação Incômoda: o caso do feminismo e da Antropologia. Londrina: **MEDIAÇÕES**, v. 14, n.2, p. 83-104, Jul/Dez. 2009 {1984}{1987}.

_____. **O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia.** Tradução André Villalobos. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

_____. **O Efeito Antropológico e outros ensaios.** São Paulo: Edit Cosac Naify, 2014.

TURNER, Victor. Dramas sociais e metáforas rituais. In **Dramas, campos e metáforas: ação simbólica na sociedade humana.** Tradução de Fabiano de Moraes. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008, p. 19-54.

WAGNER, Roy [1975] **A Invenção da Cultura.** Tradução Marcela Coelho de Souza e Alexandre Morales. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

O AVESSO DOS DIREITOS

Alda Britto da Motta¹³

A condição sabidamente heterogênea das pessoas na velhice revela um diferencial especialmente expressivo no que se refere ao gênero. Uma especificidade que se sobrepõe à própria situação de classe.

Mulheres e homens idosos têm em comum o fato de serem objetos de preconceito e descaso por parte de outras gerações. Mas estes recaem sempre bem mais sobre as mulheres, como expressão da dominação social de gênero, embora também de geração.

Entretanto, nesse grupo geracional as mulheres têm alcançado destaque, e não simplesmente porque são maioria populacional (55,8%). Além de mais longevas que os homens (esperança de vida de 77 anos, enquanto a masculina é de 69,4), elas têm se destacado socialmente como apresentadoras de uma nova imagem da velhice, mais dinâmica e mais alegre, participando de grupos geracionais, aprendendo a ser mais “leves” e gregárias. Podendo ter uma perspectiva mais distanciada das lides familiares e cuidando da própria vida; sentindo-se, enfim, mais livres (BRITTO DA MOTTA, 1999).

O fato de a maioria das velhas atuais nunca ter tido vida profissional ativa e, ao mesmo tempo, ter experimentado uma vida sexual e social muito mais restrita e reprimida do que os homens da mesma geração resultou em trajetórias sociais diferenciadas e tendeu a conduzi-las ao estágio em que agora vivem de forma também diferente do que ocorre com os homens. Assim é que grande número de mulheres (de classe média, principalmente) vem considerando a etapa atual de idosas como o momento mais tranquilo, livre e feliz de suas vidas. Alcançando, com a velhice, um tempo de consolidação de experiências, de libertação de várias obrigações domésticas e, sobretudo, dos controles reprodutivos, vivendo um tempo social propício à mudança, alimentado pelas ideias libertárias do feminismo, podendo vivenciar experiências e modos de vida novos. Essas mulheres vêm falando muito em liberdade, como se tivesse começado a existir uma “liberdade de gênero” que se sobrepujasse, em muitos momentos, à condição geracional tradicional das mulheres (Britto da Motta, 1999).

As pesquisas registraram declarações também de mulheres de bairros populares, não obstante as dificuldades trazidas pela situação de classe, no sentido de igualmente identificarem a velhice como um momento de satisfação e liberdade (BRITTO DA MOTTA, 1999; SOUZA, PONTES & ROCHA, 1994):

Estou feliz. Agora que eu estou velha, ele [o marido] não se incomoda que eu saia, não. Eu me considero uma pessoa jovem, porque quando eu estava jovem eu nunca tive direito de ir a lugar nenhum (C., 73 anos).

Ninguém me manda mais. Chego em casa a hora que eu quero, não tem ninguém pra perguntar a hora que eu chego. (R, 74 anos).

¹³ Socióloga. Doutora em Educação. Professora e pesquisadora Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares Mulher, Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2 - CA CS - Antrop., Arqueol., C. Política, Direito, Rel. Internacionais e Sociologia. Tem experiência na área de Sociologia, atuando principalmente nos seguintes temas: gênero, gerações, envelhecimento, velhice e família. E-mail: aldamotta01@hotmail.com

Curiosamente, as que participam de grupos, ainda quando se referem a algum problema de saúde, em geral sentem-se tão satisfeitas que concluem que estão bem e que vivem melhor agora. E se afirmam como “jovens”, porque algumas experiências e prazeres referenciados à juventude elas só conheceram na velhice. (A exemplo da citação anterior).

As idosas de classe média foram o segmento que acompanhou mais diretamente a revolução de ideias trazida pelo feminismo - e por isso coube mais diretamente a elas a observação de Debert (1984 p.68): “As mulheres percebem que vivem uma experiência inédita na história. Suas mães e avós tornaram-se, com a idade, cada vez mais infelizes. Elas vêm vivendo uma experiência de independência nunca antes experimentada”.

É o que já parecia apontar, em 1981, a pesquisa pioneira de Lins de Barros sobre mulheres de classe média, profissionais, predominantemente solteiras ou viúvas. Sem família para “cuidar”, isto é, sem o tradicional ônus das obrigações domésticas, e sem o conhecido controle marital, se expressavam simplesmente como profissionais e, não raro, encontravam a liberdade também como viúvas. (Estas, não raro, aliviadas, e até quando saudosas, ao mesmo tempo declarando-se felizes”). Por outro lado, as separadas do final do século, que não tinham experimentado sua condição por efeito indesejado da morte, porém majoritariamente por vontade própria, — motivação inédita na época — sofreram vigilância crítica e corte, entre punitivo e temeroso, de relações sociais, pela audácia; principalmente quando continuavam a agir com independência.

Viuvez, aliás, foi outro reino de liberdade das mulheres, que iria ser descoberto mais adiante. Pela pesquisa e, nas declarações das mais velhas, chegando quase ao ponto de euforia: “Estou insuportavelmente feliz!” (BRITTO DA MOTTA, 2002 e 2002a).

Importante lembrar que também se sentiam mais livres as mulheres das classes populares, como também referido e encontrado nas pesquisas (BRITTO DA MOTTA, 1999).

São estudos pioneiros, que assinalavam situações ainda pouco conhecidas e analisadas e quase as comemoravam, a exemplo dessa ideia, tão leve, de liberdade. Mas em seguida já se deparavam com momentos marcantes de mudança. E uma dessas percepções é também de como, no processo de longevidade, o tempo de velhice se estendeu para muito mais anos e idades. (BRITTO DA MOTTA, 2004). E as diferenças se fizeram também, muito significativamente, em termos de gerações de idosos.

Paralelamente, dá-se também o avesso dessa liberdade e prazer, tecido em forma de discriminação, preconceito e outras formas de violência, que acompanham as idosas, principalmente as menos “jovens”, e que persistem fortemente. Basta referir como ilustração disto uma questão geral: ignora-se a pessoa idosa de tal maneira, que se chega a tratá-la mal, não raro até quando se pretende tratá-la bem. Vejamos exemplos desse tratamento duplamente inadequado:

Preconceito contra a idade

Tentativas de acertar, mas tratamento que resulta diferenciado e excludente	Expressões de exclusão ditadas pelo preconceito e ignorância
• Tratar o velho como doente • Tratar com pena, “coitadinho” • Usar linguagem infantilizada • Excesso de “carinho” • <i>Overhelping</i> • Excessiva polidez e cerimônia no tratamento • Falar mais alto e lentamente • Exagerar a entonação • Usar sentenças muito simples	• Fazer gozação. Tentar colocar o idoso em ridículo. • Citar ditados como ‘sabedoria popular’ (“Quem gosta de velho é reumatismo”) • Menosprezar opiniões e sentimentos expressos por pessoas velhas • Ausência de interlocução • Ignorar a presença • Negligência • Abuso • Exploração econômica até o ponto de roubo • Abandono • Violência física ou psicológica

Fonte: Alda Britto da Motta – *Idade e Preconceito*. In: Cristina S. Wolff, Marlene de Fávéri e Tânia Regina O. Ramos (Orgs). *Leituras em Rede: Gênero e Preconceito*. Ilha de Santa Catarina. Ed.: Mulheres, 2007, p. 139.

Entretanto, não há dimensão social, hoje, onde a omissão ou descaso com a presença das idosas seja mais sensível ou surpreendente do que no caso da violência. A ponto de, além de deixá-las, tanto individual como publicamente, desprotegidas, ignorar-se ou omitir-se também uma parte importante da discussão teórica sobre âmbitos e consequências das relações violentas.

Porque a violência contra as mulheres evidentemente não se restringe à vitimização daquelas em idade jovem, no período reprodutivo, como retrata a grande maioria dos trabalhos. Ao contrário, essa violência continua e assume novas formas, velhice adentro. Sendo, neste caso, uma expressão gritante das relações intergeracionais tanto quanto das relações e desigualdade de gênero, porque exercida, como vêm demonstrando as pesquisas, majoritariamente por filhos, filhas e netos sobre suas mães e avós. (FALEIROS, 2009; DEBERT, 2001; BRITTO da MOTTA, 2008).

A violência contra a mulher é tratada sobretudo como uma questão de casal heterossexual, uma relação oriunda da dominação histórica do homem sobre a mulher, em grande parte implícita uma motivação sexual. Ora, o caso das mulheres idosas, como venho analisando/denunciando, frequentemente silenciado ou “abafado” pela família – ciosa de sua imagem social de proteção e tranquilidade — quando ocorre no âmbito doméstico apresenta, em verdade, motivações e manifestações múltiplas, em que a sexual é a mais rara e os maus-tratos e a espoliação financeira, as mais comuns.

Por esta senda venho caminhando, já que a necessária denúncia quase não existe. Não obstante o crescimento da atenção pública, teórica e política, para a própria banaliza-

ção da violência no Brasil (como já acentuavam ADORNO E CARDIA em 1999), nos casos relativos ao segmento idoso, ainda hoje “caem sombras”, sobram faltas.

Omissão social que podemos atribuir à inessencialidade humana a que são relegadas as pessoas idosas. Que vem tanto pela dificuldade de reconhecimento ou visibilidade social produzida pela sua organização relativamente tardia em movimentos, como sobretudo por uma rejeição social, ao mesmo tempo individualizada, a eles; que é histórica, e se constitui em negação literal do passado, mas também do futuro:

Rejeição a uma figura de certo modo ambígua, que remete, ao mesmo tempo, ao passado (ao que já passou e se tornou “superado”, “inútil” e oneroso) e ao futuro; o futuro que se afigura à espera de cada um – doenças, dependência e fealdade; senilidade e proximidade da morte. (BRITTO Da MOTTA, 2009, p.11)

Pode-se talvez desvendar melhor a problemática da violência ao idoso, analisando como essa dimensão subjetiva pode se fortalecer quando a ela se acopla aquela outra, material/objetiva, da divisão social dos bens e dos poderes, bens nunca deixados de ser afigurados como escassos ou limitados.

O abuso ou espoliação financeira a idosos, assim como outros abusos, ocorre em todas as instâncias da vida social – mesmo no interior da família. Apesar de toda a contribuição que, é sabido, os idosos dão para o orçamento doméstico, filhos, netos e outros familiares nada raro se apossam de seus documentos e cartões bancários, o que significa, dos seus proventos de aposentadoria e pensões, deixando-os à míngua ou com redobradas dificuldades. Ou os pressionam a vender ou lhes ceder a casa de morada, ou ainda, mais recentemente, a contrair empréstimos bancários de difícil ressarcimento. Principalmente os consignados em folha de pagamento. Estes empréstimos são, como venho discutindo, uma arma de dois gumes. (BRITTO da MOTTA 2009, 2013).

Programaticamente expostos como vantajosos por apregoados juros baixos e garantia direta aos credores, propostos para valer aos idosos em momentos difíceis, facilmente redundam em prejuízo. Não apenas porque em grande parte são realizados para atender a pressão familiar e não ao próprio desejo ou necessidade reconhecida do idoso, mas também porque continua a haver escasso acesso a informações fidedignas sobre as reais condições de realização dessa operação, tais como o percentual total dos juros a serem pagos, o cálculo possível do montante dos descontos em relação ao orçamento doméstico para que o idoso possa avaliar suas reais possibilidades e, inclusive, sobre os prazos reais para os pagamentos.

Pior ocorre com aqueles seguros e empréstimos que “de repente aparecem” na conta bancária ou na cobrança imediata – os fraudulentos. Realmente sub-reptícios, de ocorrência individualizada, e por isso mesmo socialmente invisibilizados, significam prejuízo emocional e privação traumática dos meios de subsistência do idoso.

Mas, que é o crédito consignado e que contexto tem sido propício para a sua instituição? Em um país em que o Estado realiza, cada vez com mais empenho, uma gestão de caráter privatizante, reduzindo a proteção social pública e atribuindo à família a responsabilidade total, nem sempre viável, dos seus idosos mais fragilizados; e que vem realizando seguidos ajustes e reformas da previdência social que têm sido objetos de insatisfação so-

cial, – e que neste 2016 ameaça muito mais –, não surpreende que tenha instituído o crédito consignado e o recomende como solução pública para atender às carências financeiras dos aposentados – na verdade, atendendo aos interesses de instituições financeiras privadas. O que vem ocorrendo desde 2004. O crédito consignado, expõe Furlan (2009, p. 65),

[...] é um contrato de crédito pessoal, de prestações sucessivas, em que o devedor (no caso o servidor público) admite que as prestações sejam descontadas diretamente dos seus subsídios (pelo órgão administrativo pagadora, que esteja vinculado) e remetidas diretamente à instituição financeira credora (bancos, cooperativas ou financeiras).

Essas prestações, programaticamente, podem atingir até 30% a 35% do salário ou pensão do aposentado, considerada a margem consignável, o que significa que os bancos e seguradoras não têm como temer a inadimplência nessa operação, porque já entram nela com essa garantia legal. Principalmente porque, contando com uma rubrica fornecida pelo Ministério do Planejamento, têm acesso direto aos contracheques dos servidores e descontos na folha de pagamento, a título de amortização de empréstimo (real ou forjado!) – o que agride o direito à privacidade dos cidadãos. E é também o caminho facilitado para operações fraudulentas.

Os idosos frequentemente entram nessa operação – seja por iniciativa própria, por incitamento de familiares ou sendo objeto de fraude – completamente desarmados. Não existem garantias nem vigilância protetora para eles. Há casos em que o desconto “em folha” excede a margem consignável de 30% a 35% dos rendimentos (salário ou pensão), assim como há casos de desconto mensal do empréstimo muito tempo a mais do que estabelece a lei. E até casos mais esdrúxulos, como o da senhora Adelina, 79 anos, que há 2 anos quitou o empréstimo em sua totalidade e continua sofrendo o desconto mensal no seu contracheque, embora esteja com processo na justiça contra essa cobrança indevida. Um caso mais comum, também coletado na minha pesquisa, é o da senhora Antônia, que sofreu dois “empréstimos” fraudulentos simultâneos e teve seus proventos seriamente comprometidos, como iremos ver adiante.

De qualquer sorte, analisa Rigo (2007), mesmo para os empréstimos regulares, legais, embora os juros a serem pagos pelo consignado sejam apregoados como os mais baixos do mercado, o ressarcimento a ser feito ainda é relativamente alto para as modestas condições financeiras de grande parte dos idosos, que, em maioria, têm uma média de 2 salários mínimos de rendimentos mensais. Pois segundo o IBGE (2010), os que percebem mais de 2 salários mínimos são apenas 22,9%.

Rigo (2007, p. 79), que realizou pesquisa especificamente com idosos que recorreram ao crédito consignado, registra como “A primeira impressão que a população retém sobre o empréstimo consignado é de que seria uma forma de quitar suas dívidas fugindo de juros altíssimos impostos pelos bancos e financeiras”. Sem saber que há outros juros embutidos na operação que comprometem ainda mais as condições financeiras do idoso. (Revista do Idec, 2005, p. 15).

Rigo reforça a análise apresentando, ainda, dados do IBGE (2005) sobre os gastos médios das famílias brasileiras:

[...] se somarmos a parcela gasta com habitação (35,5%), alimentação (20,75%), transporte (18,44%), saúde (6,49%) e educação (4,08%) o que se constata é que 85% das rendas das famílias já está comprometida com gastos essenciais; assim, permitindo o comprometimento de 30% com empréstimo consignado pode se entender que este se torna um fator contribuinte para a inadimplência do idoso.

Impressionante nesta questão é o assédio contínuo, inesgotável, mesmo, do marketing financeiro sobre os idosos aposentados ou pensionistas. Principalmente sobre as mulheres, mais numerosas e supostamente mais ingênuas. Se nos primeiros tempos (2003/2004) a própria Previdência incentivava essa operação financeira, hoje cada instituição de crédito individualmente mantém uma inundação publicitária quase ofensiva de tão repetidas, ou diárias, as mensagens de “oportunidade imperdível”, individualizadas através da internet, dos celulares, mas ao mesmo tempo também por via postal e da telefonia fixa, para aposentados e pensionistas e seus rendimentos “certos”. Além disso, há temporadas de comerciais na televisão, com figuras públicas falando da “boa qualidade de vida” possível e há folhetos e cartazes sempre, além dos folders veiculados diretamente por bancos e seguradoras. Todos enfatizando o bem da “tranquilidade econômica”... Os resultados dessa avalanche de assédios têm sempre correspondido às expectativas das instituições financeiras, tendo o empréstimo consignado alcançado o primeiro lugar entre as operações de crédito popular, como registra habitualmente a própria imprensa diária. Exemplo: “Somente em 2013 o valor dos novos contratos de consignados contraídos por aposentados e pensionistas dobrou, de acordo com o INSS, atingindo R\$ 31 bilhões”. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2014, p. B1). A questão é que os casos de arrependimento dos financiados são também abundantes, porém difíceis de sanar. De resolução quase impossível, os que acontecem devido a fraude.

Azevedo (2010, p.166), ainda quando não realizando pesquisa específica sobre operações financeiras, nem sobre consignados, registra várias queixas e o desabafo de alguns dos seus entrevistados como problemas do seu cotidiano de vida. Um exemplo bem ilustrativo:

[...] foi a maior burrice da minha vida. Tomei empréstimo justamente para comprar o terreno para tentar fazer uma casa. Foi burrice, não deu certo. O terreno tá lá em Terra Nova. Comprei no interior por R\$ 2.000,00 para pagar R\$ 10.000,00, praticamente. Eu deveria ter pensado antes. Eu via aquelas propagandas e, como todo mundo, fui lá. Vi a propaganda e vi que tudo era maravilhoso na hora de tomar o empréstimo, aí eu disse: Ah, meu Deus, é agora que eu vou ter a minha casa! Eu vi um horizonte maravilhoso! Peguei R\$ 2.000,00, comprei o terreno, não deu pra comprar os blocos, eu só adquiri o terreno. Não deu pra fazer a casa. Não deu pra fazer nada. Me atrapalhei toda. Atrapalhou a minha vida inteira. Agora tá muito mais difícil porque todo mês desconta na folha e eu... mas agora eu prometo a mim mesma que eu vou passar longe... (Anália, 2008, apud AZEVEDO, 2010, p. 166)

Rigo, por ter estudado especificamente os empréstimos, encontrou inúmeros casos de resultado negativo. Por exemplo: além de desapontamento pela impossibilidade de alcance do objetivo pretendido, chega também a dura percepção da extensão do tempo de pagamento:

Gastei o dinheiro em dois dias e vou levar três anos pra pagar [...] não vale a pena. (FS, 64 anos). (In RIGO, 2007, p. 107)

Demora muito pra passar, aí falta dinheiro para outras coisas. (D.T.S., 71 anos). (In RIGO, 2007, p. 111)

Mesmo os ingênuos, percebem quando há fraude. Problema é nem sempre terem como reagir satisfatoriamente:

Queria há muitos anos comprar um fusquinha, tinha um vizinho vendendo baratinho [...] aí resolvi pegar um empréstimo pra realizar esse sonho [...] depois de tudo, vi que o crédito foi negado porque no extrato da minha aposentadoria já tinha um empréstimo de R\$ 4 mil em uma agência de Brasília pra pagar em 36 parcelas R\$ 206. [...] Não sabia o que fazer, liguei pra ouvidoria da Previdência, procurei informação no Banco Central, liguei pra Brasília [...] não conheço a cidade, deveria ao menos haver uma desconfiança do banco. Por que eu pediria para um empréstimo ser liberado em Brasília se moro aqui? Nem sei como conseguiram meus dados. (J.A.M., 67 anos, apud RIGO, 2007, p. 113).

Na minha pesquisa atual, que vem tendo como centro de preocupação os modos de vida dos idosos e suas relações de família, sem preocupação específica com procedimentos econômicos/ financeiros, ainda assim formas de violência são registradas – e o crédito consignado aparece, por ser uma delas: seja pela pressão familiar sobre o idoso(a), seja por meios fraudulentos. Entre estes achados de campo, acompanhei, mais detidamente, como estudos de caso de fraude, a trajetória sofrida de duas mulheres aposentadas, octogenárias, com processos judiciais longos, ainda inconcluídos.

O caso de Anita, 79 anos então, ocorreu primeiro, há quatro anos atrás. O de Antônia, 81 anos, há dois anos e meio. O início do “ataque” foi idêntico para as duas e é típico: um depósito, geralmente não identificado, aparece, sem aviso, na conta corrente da pessoa idosa. Enquanto ela se debate na procura da identificação do depositante e na via-crúcis de apelo a várias representações institucionais legais para uma solução, um desconto mensal começa a ser feito em seus proventos. E a trazer dificuldades à sua vida. A notícia propalada de juros baixos do consignado é difícil de acreditar: no caso de Anita, para um depósito de trinta e poucos mil reais lhe seriam cobrados R\$ 1.700, 00 durante sessenta meses; descobriu, feitas as contas, entre susto e indignação, que isto iria significar um pagamento final de R\$ 104.000,00.

Tão pesado quanto as cobranças indevidas feitas a essas mulheres foi, e em parte continuou sendo, o seu sofrimento e tensão emocional. Anita registrou um momento dos seus sentimentos. “Sentia-me indefesa, invadida, sem qualquer privacidade na minha vida! Acordava no meio da noite, angustiada: ‘Então, qualquer um inventa uma solicitação, invade sua vida, seus proventos, lhe deixa com dificuldades e nada pode sustar isso!’ ” (BRITTO DA MOTTA, 2013, p. 80).

Também Antônia sofreu e assustou-se ainda mais com o fato de ter sido duplamente prejudicada, com a cobrança simultânea de dois falsos empréstimos de dois grandes bancos privados, além de um seguro de vida. O “baque” em seus proventos foi atordoante, revela, e ela teve que recorrer a uma liminar na Justiça, para sustar esse verdadeiro assalto. Conseguiu, mas enquanto o processo ainda corre, obteve um outro resultado particularmente chocante: um dos bancos fraudadores, reativamente, incluiu seu nome no cadastro de inadimplentes do SERASA. Onde ela permanece, não obstante estar o processo de denúncia e solicitação de perícia em andamento na Justiça. Em 2016 tudo continua igual. Há

mais de um ano depositou em juízo a quantia definida para exame grafotécnico para tentar provar a fraude, mas o exame até hoje ainda não foi feito. Confessa-se revoltada.

Casos idênticos continuam seguidamente ocorrendo. Também com homens, naturalmente, porém em muito menor número. A notícia mais recente de assédio, via “torpedo” em telefone celular, é o da oferta de cartão consignado internacional. Aguardamos desdobramentos...

Referências bibliográficas

ADORNO, Sérgio; CARDIA, Nancy. Dilemas do controle democrático da violência: execuções sumárias e grupos de extermínio. In: Tavares dos Santos. José Vicente (Org.). **Violência em tempo de globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 66-90.

AZEVEDO, Eulália Lima. Um palco de múltiplas vozes: a invenção dos idosos em luta pela cidadania. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2010, p. 281 F.

BRITTO DA MOTTA, Alda. Violências específicas aos idosos. **Revista Sinais Sociais**, Rio de Janeiro, v.8, n. 22, p. 63-85, maio-ago. 2013.

_____. Sociabilidades Possíveis: idosos e tempo geracional. In: Clarice Ehlers Peixoto. (Org.). **Família e Envelhecimento**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2004, v. 1, p. 109-144.

_____. “Não tá morto quem peleia”. A pedagogia inesperada nos grupos de idosos. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia. 1999.

_____. Viúvas Alegres: uma nova/velha geração. In: Ana Alice Alcântara Costa; Cecilia Maria Bacellar Sardenberg. (Org.). **Feminismo, Ciência e Tecnologia**. Salvador: Ed. REDOR/NEIM, 2002, v. 8º, p. 263-289.

_____. Viúvas: o mistério da ausência. In: **Revista Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento**. Porto Alegre, v.7, p.7-24, 2005.

DEBERT, Guita Grin. **História de vida e experiência de envelhecimento para mulheres de classe média em São Paulo**. Cadernos CERU (USP), São Paulo, v. 19, jun. 1984.

_____. A família e as novas políticas sociais no contexto brasileiro. **Interseções – Revista de Estudos Interdisciplinares**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 2, p. 71-92, jul./dez. 2001.

FALEIROS, Vicente de Paula. Violência contra a pessoa idosa no Brasil. In Fausto Rodrigues Lima e Claudiene Santos (Org.), **Violência Doméstica**. Editora Lumen Juris, Rio de Janeiro, 2009, p. 231-242.

FOLHA DE SÃO PAULO. Aumenta o endividamento de idosos com consignado. São Paulo, 1ª folha, 22 de jun. de 2014.

FURLAN, Rodrigo Cardoso. A evolução do crédito consignado no Estado de Roraima: aspectos econômicos e jurídicos. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009, 172 p.

LINS DE BARROS, Myriam. **Testemunho de vida – um estudo antropológico de mulheres na velhice. Perspectivas antropológicas da mulher.** Rio de Janeiro, Zahar , 1981, 112 p.

REVISTA DO IDEC, Empréstimo, prudência e caldo de galinha. Maio 2005, p. 15-18.

RIGO, Juliana Ravedutti. Empréstimo consignado: repercussões sociais relacionadas à vida dos idosos no município de Palhoça/SC Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Departamento de Serviço Social, Universidade de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

SOUZA, Nadiesel; PONTES, Paula & Rocha, Sérgio. **As representações do envelhecimento.** Salvador, Departamento de Sociologia, UFBA, 1994.

FEMINISMO JURÍDICO: NOTAS INTRODUTÓRIAS

Salete Maria da Silva¹⁴

Introdução

O feminismo, enquanto movimento social, já soma mais de três séculos de história, mas continua atual, pertinente e necessário, apesar de muitas pessoas acreditarem que seus postulados já foram cumpridos integralmente através do reconhecimento formal da igualdade de direitos entre mulheres e homens, na maioria das Constituições democráticas. Esta crença, todavia, tem sido cada vez mais questionada e sobretudo refutada pelos inúmeros e alarmantes indicadores sociais que confirmam a persistência de assimetrias, hierarquias e violências de gênero nas mais diversas situações da vida em sociedade. Em face disto, o feminismo resiste, persiste e se atualiza constantemente, espalhando seus tentáculos pelos mais variados campos do saber/fazer humano e buscando promover a tão almejada justiça social (FACIO, 1999; BIRGIN, 2000; WILSON, 2004).

Amplamente reconhecido como o movimento social mais influente do século XX, o feminismo tem adentrado nas diversas áreas da ciência e produzido questionamentos que lançam luzes teóricas sobre diversos temas e problemas sociais. Ano após ano, esse movimento tem gerando transformações inovadoras e emancipatórias para as relações humanas de uma forma geral, e para o mundo das ciências em particular. E no campo do direito não poderia ser diferente, afinal, como bem disse Terry Threadgold (2000, p.46, tradução minha): “não existe uma única disciplina no campo das Humanidades ou das Ciências Sociais que não tenha sido afetada de alguma forma pela reflexão e investigação feminista dos últimos 30 anos”.

Apesar disto, a infiltração do feminismo na seara jurídica não tem se dado da mesma forma e nem com a mesma velocidade com que se deu em outras áreas das ciências sociais, dado o caráter ainda hermético, elitista e pretensamente neutro do campo jurídico. De todo modo, e ainda que lentamente, é possível perceber uma crescente inserção do pensamento feminista no mundo do direito, especialmente na América Latina nas últimas décadas (COSTA, 2014). Esta expansão, todavia, não vem acontecendo, através dos conteúdos das disciplinas dos cursos de direito, mas ao contrário, emerge da produção teórica e do ativismo jurídico de feministas comprometidas com a mudança das mentalidades e das práticas profissionais na área em comento (TOVAR, 2011; SILVA; WRIGHT; NICÁCIO, 2016).

Neste artigo, que se baseia em contribuições teóricas de diversas pesquisadoras e juristas feministas¹⁵, bem como em minha própria experiência como pesquisadora e advogada, procuro proporcionar uma maior aproximação entre estudantes e profissionais do direito com o tema em apreço, haja vista a escassez de trabalhos sobre o assunto em nosso país. Neste sentido, a estrutura do texto procura responder basicamente às seguintes indagações: qual tem sido a relação entre feminismo e direito; quais são e em que se baseiam as principais críticas feministas ao direito; o que é e como se materializa o feminismo jurídico?

¹⁴ Advogada feminista, mestre em direito, doutora em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, professora da Universidade Federal da Bahia, pesquisadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher – NEIM, e-mail: saletemaria@oi.com.br

¹⁵ Para a elaboração deste texto, apoiei-me nas produções de variadas autoras, com destaque para as seguintes: Alda Facio, Alessandra Facchi, Carol Smart, Frances Olsen, Haydée Birgin, Isabel Jaramillo, Malena Costa, Robin West, dentre outras.

As (in)tensas relações entre feminismo e direito

O direito, enquanto um conjunto de instituições normativas da vida em sociedade, tem merecido, desde há muito, um olhar atento, às vezes desconfiado, mas sempre muito crítico, por parte dos distintos movimentos feministas (FACIO, 1999; BARLETT, 1991; JARAMILLO, 2000; WEST, 2000; FACCHI, 2005; OLSEN, 2009; RABENHORST, 2009).

Como produto da cultura, que ainda é hegemonicamente androcêntrica e sexista, as normas jurídicas serviram, e em grande medida ainda servem, para legitimar a desigualdade de gênero e a exclusão das mulheres do acesso à cidadania (FACIO, 1999; JARAMILLO, 2000). Em face disto, as relações entre feminismo e direito sempre foram muito (in)tensas, uma vez que as feministas, ao longo da história, transitaram entre a denúncia, a reformulação, a desconstrução e o uso estratégico do saber/fazer jurídico, com vistas à garantia da igualdade de gênero (EMMENEGGER, 1999; OLSEN, 2000; JARAMILLO, 2000).

Desde o seu nascedouro, no final do século XVIII, o feminismo vem denunciando o sexismo presente nas leis e no discurso jurídico, à época manifesto através da negação de direitos civis e políticos para as mulheres, “quando filósofos e políticos utilizaram a noção de ‘diferença sexual’ para justificar os limites impostos universalidade dos direitos individuais” (RUBIO, 2008, p. 168).

Ao longo dos anos, no entanto, as opiniões feministas com relação a função e a utilidade do direito foram se diversificando e se tornando complexas, além de frequentemente discordantes, uma vez que, ao largo da jornada, ora o direito foi(é) visto como mecanismo de dominação masculina, ora foi(é) percebido como instrumento de aprimoramento da cidadania feminina, a depender do contexto histórico, do modo como as mulheres entendem sua opressão e da concepção que cada vertente ou onda do feminismo tem do direito e das relações que este estabelece com outras esferas da vida social (JARAMILLO, 2000). Destarte, como exponho a seguir, a crítica feminista ao direito vai assumir múltiplas e diferentes perspectivas.

A crítica feminista ao direito

Conforme exposto, o feminismo, nas suas variadas versões, sempre se posicionou de forma crítica ao direito, questionando, suspeitando e desvelando as categorias abstratas e pretensamente neutras com as quais este fenômeno costuma operar (JARAMILLO, 2000; CHIAROTTI, 2006; HABENHORST, 2009). Apesar disto, nem todas as perspectivas feministas foram ou são completamente céticas com relação ao direito, pois a maioria delas, ao longo dos tempos, jamais deixou de apresentar questões com vistas ao seu aprimoramento, haja vista que, em termos de direitos das mulheres, toda conquista jurídica corresponde a uma crítica, uma demanda, uma pressão e/ou mesmo uma proposta de caráter feminista, elaboradas de acordo com as condições e percepções feministas de cada época (WILSON, 2004; RUBIO, 2008).

Segundo Jaramillo (2000), a crítica feminista ao direito se manifesta em três perspectivas: a primeira lança críticas à teoria do direito propriamente dita (questionando os

pressupostos do direito e suas noções fundamentais), a segunda tece críticas a institutos jurídicos determinados, por entendê-los prejudiciais às mulheres ou mantenedores de sua subalternidade social, e a terceira desfere críticas ao modo como o direito é aplicado nos casos concretos e propõe usos estratégicos das leis, além de construir interpretações inovadoras e emancipatórias do direito, conforme o quadro a seguir, desenhado à luz das reflexões da referida autora:

Quadro 1 - Tipos de crítica feminista ao direito

Crítica à teoria do direito	Crítica a determinadas instituições jurídicas	Crítica ao modo como o direito é aplicado
O direito é produto das sociedades patriarcais e reflete os interesses masculinos; O direito, mesmo quando contempla os interesses ou demandas das mulheres, continua sendo aplicado por instituições e profissionais moldados pela ideologia patriarcal.	Normas jurídicas que excluem as mulheres como destinatárias de direitos civis, políticos, sociais e econômicos (com relação ao voto, à educação, ao acesso a cargos e empregos, à plena representação política, à seguridade social, etc); Normas que criminalizam o aborto; Normas referentes à punição da violência doméstica, do assédio sexual e moral, etc.	Refere-se à aplicação do direito nos casos concretos. Envolve questões de métodos jurídicos e de interpretação da norma. Aponta o androcentrismo e o sexismo presente nas práticas e decisões judiciais. Apresenta metodologias feministas alternativas aos métodos hegemônicos e sugere capacitação para a mudança de percepção das normas e da atuação profissional.

Fonte: a própria autora, baseada em Jaramillo (2000)

Assim como Jaramillo, Carol Smart (1994), também desenvolveu uma classificação da crítica feminista ao direito. Segundo esta autora, o modo como as feministas foram encarando o direito ao longo dos tempos pode ser sintetizado em três correntes distintas que correspondem a três perspectivas assim etiquetadas: o direito é sexista, o direito é masculino, o direito é sexuado. Cada uma destas visões coincide com uma das vertentes ou ondas do feminismo, conforme exponho no quadro abaixo para uma melhor compreensão do período e das estratégias utilizadas:

Quadro 2 - Percepções feministas do direito

O direito é sexista	O direito é masculino	O direito é sexuado (ou gendrado)
---------------------	-----------------------	--------------------------------------

Esta visão correspondente à primeira onda do feminismo, também conhecida como feminismo da igualdade. Surgiu durante a revolução francesa e se estendeu até o final da primeira guerra mundial como única vertente feminista conhecida. Inspirado em princípios iluministas e liberais, acreditava que o direito deveria ser neutro, abstrato e universal, a fim de tratar de maneira igual todas as pessoas. Defendia a supressão das leis discriminatórias com relação às mulheres e lutava pelas reformas jurídicas. Foi responsável por diversas conquistas ao longo de anos e ainda exerce influência nos dias atuais.	Esta visão correspondente à segunda onda do feminismo, também conhecida como feminismo da diferença ou feminismo cultural. Ganhou força entre as décadas de 1960 e 1980, mas ainda é bastante difundido na atualidade. Faz duras críticas ao direito, por concebê-lo como intrinsecamente masculino e como instrumento da dominação patriarcal. Apesar disto, defende leis que reconheçam as especificidades e necessidades femininas, mas desconfia das reformas estritamente legais. Luta por transformações culturais e estruturais na sociedade assim como no mundo jurídico.	Decorrente da terceira onda do feminismo ou feminismo pós-moderno, percebe o direito como uma “tecnologia do gênero”, isto é, como algo que tanto constrói o gênero como é construído por ele. Destaca interseções entre diversos marcadores sociais (como gênero, classe, raça, etnia, geração, etc) e pugna por um direito que respeite a diversidade sócio-cultural existe no mundo, inclusive entre as mulheres. Enxerga o direito muito mais como um discurso do que como uma norma, caracterizando-o como indeterminado, inconsistente e ambíguo.
---	---	---

Fonte: a própria autora, baseada em SMART (1994)

Como se pode ver, em todas as épocas os feminismos fizeram contundentes críticas ao direito, todavia, nem todas as perspectivas foram ou são completamente céticas com relação ao mesmo, afinal, como destaca Jaramillo (2000, p. 27, tradução minha), “o direito é uma das mais importantes ferramentas dentro da luta das mulheres por alcançar o lugar que desejam dentro da sociedade”. Assim pensando, muitas autoras sustentam que a gramática jurídica desempenha um papel importante na emancipação dos sujeitos subalternizados, razão porque advogam que não se deve simplesmente fechar os olhos para o campo jurídico ou seguir apenas criticando sem exercer qualquer influência sobre o mesmo (FACIO, 1999; WILSON, 2004).

Em virtude do exposto, o feminismo tem se aproximado cada vez mais da seara jurídica, estabelecendo com esta uma relação de crítica mútua, mas também de importantes e exitosas parcerias. Há, portanto, um longo caminhar histórico e conceitual percorrido pelas feministas com relação ao campo jurídico, do qual emerge um legado prolífero e proífico em termos de teorias, leis e metodologias jurídicas, claramente perceptíveis através do exame acurado das produções científicas, legislativas e dos debates e ações jurídicas/jurisdicionais nos últimos tempos, inclusive no Brasil (SILVA; WRIGHT, 2015), conforme exponho no tópico a seguir.

Deminismo Jurídico

Não existe uma definição precisa do que venha a ser o feminismo jurídico. Todavia, pode-se dizer que há um relativo consenso quanto à sua materialização, já que o mesmo se concretiza através da produção teórica, do ensino jurídico (não necessariamente acadêmico), da militância política e da atuação profissional no âmbito do sistema de justiça (SILVA, WRIGHT, NICÁCIO, 2016). Apesar disto, muitas autoras preferem chamá-lo de teoria feminista do direito, ou de pensamento jurídico feminista, o que não é de todo incorreto, mas, a meu ver, essa ênfase exclusiva no aspecto teórico não dá conta da amplitude e da complexidade do fenômeno. Até porque, se por um lado o feminismo jurídico, como outras vertentes do feminismo, também necessita da produção teórica, tão importante para alimentar e orientar a ação, por outro, a sua existência e consolidação

exige muito mais do que uma sofisticada e criteriosa reflexão filosófica e/ou conceitual da realidade, pois envolve também a prática, ou melhor dizendo, a *práxis jurídica*, além de um conjunto de atividades destinadas ao compartilhamento e à socialização da proposta.

Ademais, o feminismo jurídico, como qualquer outro tipo de feminismo, está caracterizado pela pluralidade, heterogeneidade e ausência de consensos (FACCHI, 2005), o que lhe permite desenvolver diferentes abordagens, perspectivas e propostas de intervenção, já que o pensamento feminista sobre o direito não está imune às tensões decorrentes das hierarquias e assimetrias de classe, raça/etnia, orientações sexual, geração e outras, para além da própria desigualdade entre os gêneros e/ou intragenéricas, isto é, entre as próprias mulheres e os próprios homens.

Conceitualmente, pode-se dizer que o feminismo jurídico corresponde a um conjunto de críticas, teorizações, proposições metodológicas e atividades práticas desenvolvidas por juristas feministas em face do fenômeno jurídico, dentro ou fora do sistema de justiça. A proposta central deste tipo de feminismo é desenvolver reflexões e sobretudo ações que promovam transformações radicais no âmbito das normas, discursos e práticas jurídicas, tendo como foco a obtenção da igualdade de gênero. O ponto de partida do feminismo jurídico é a percepção do caráter androcêntrico, porém cada vez mais ambíguo e enviesado, do direito, identificado como produto das sociedades patriarcais (SMART, 1994; FACIO, 1999; JARAMILLO, 2000).

Historicamente, é possível afirmar que o feminismo jurídico, enquanto produção teórica, vai surgir nos Estados Unidos durante a década de 1970, expandindo-se, sequencialmente, sobre a Europa e emergindo na América Latina nos anos 1990, com “novos contornos e particularidades” que vão ganhando força e utilidade nas lutas em defesa da cidadania e dos direitos humanos das mulheres, especialmente no contexto da redemocratização dos países deste eixo geográfico (SILVA e WRIGHT, 2015).

Do ponto de vista prático, o feminismo jurídico, enquanto produto e produtor da crítica feminista ao direito, tem focado no uso estratégico das leis, com vistas à construção da igualdade de gênero (DAHL, 1987; RUBIO, 2008), pois passou da fase meramente denunciadora do sexismo jurídico no direito para a teorização e ação concreta no âmbito do sistema de justiça (WILSON, 2004). Apesar do exposto, o pensamento/movimento jurídico feminista ainda é pouco conhecido nas faculdades de direito na América Latina, embora existam algumas pesquisas e grupos de estudos em diversas universidades destes territórios (TOVAR, 2011; COSTA, 2014).

Visando disseminar as ideias do feminismo jurídico em nosso país, tenho, enquanto docente, pesquisadora e advogada, empreendido esforços para visibilizar as contribuições de várias juristas feministas, dentre elas Alda Facio, cujas reflexões e proposições teóricas tem influenciado um grande contingente de pesquisadoras e profissionais do direito, na América Latina e em outras partes do mundo. Além disto, tenho ofertado minicursos e proferido palestras sobre o tema, com âncora nas minhas pesquisas e nos meus mais de vinte anos dedicados a uma advocacia feminista e libertária, posta a serviço de mulheres das camadas mais vulneráveis da sociedade, com as quais convivi e convivo em

decorrência de minha classe social e de minha atuação profissional. Em virtude desta experiência, tenho descoberto inúmeras colegas que se dedicam ao mesmo empreendimento político-jurídico, tais como algumas advogadas e promotoras que já somam anos na caminhada e outras que apenas começam a se aproximar destas questões e já demonstram interesse e determinação na assunção desta causa.

Apesar da cegueira de gênero que grassa na maioria dos cursos jurídicos no Brasil, existem, ainda que de maneira pontual, ações acontecendo em vários cursos de direito de universidades públicas e privadas pelo país afora. Tais atividades, que em geral resultam de iniciativa estudantil, se dedicam a introduzir reflexões teóricas sobre a interface entre gênero e direito, mormente após o advento da Lei Maria da Penha e Lei do Feminicídio¹⁶, ambas produzidas sob pressão e auxílio dos movimentos feministas. Mesmo assim, a maioria dos eventos não invocam o termo feminismo jurídico em suas chamadas ou programações, ainda que as propostas estejam implícita ou explicitamente baseadas em questões ou temas levantados pelos feminismos de uma forma geral e pelo pensamento jurídico feminista em particular. A meu ver, isto evidencia tanto o desconhecimento da existência e da progressiva disseminação do feminismo jurídico ao redor do mundo, como uma certa despolitização do debate, em que pese ser este um tipo de feminismo menor divulgado que os outros.

De qualquer sorte, há que se admitir que o termo “feminismo jurídico” tem sido menos utilizado do que a expressão “teoria feminista do direito” que, segundo Robin West, tem como propósito desmascarar e criticar o patriarcado, oculto detrás de um direito e de uma teoria pretensamente neutra em relação ao gênero. Ou seja, visa desvelar o que podemos chamar de “teoria patriarcal do direito”, encoberta pela proteção da teoria do direito. Assim, como diz West (2000, p. 158), o propósito primordial da crítica à teoria patriarcal do direito é mostrar que a teoria do direito e sua doutrina legal protegem e definem ao homem, não à mulher, que continua percebida como “o outro” da espécie humana ou, no dizer de Simone Beauvoir, como o “segundo sexo”. Destarte, vale salientar que, do mesmo modo que a teoria feminista do direito, o ativismo jurídico feminista visa pôr em relevo os equívocos e as injustiças legais e jurídicas, fazendo com que as reflexões saiam do papel e ganhem materialidade prática.

Sendo assim, e embora existam, de fato, poucas juristas assumidamente feministas organizadas e dedicadas à sistemática desconstrução do direito patriarcal e androcêntrico, o fato é que, no meu entender, e levando em consideração as importantes contribuições - teóricas e práticas - produzidas e testadas até agora, não há mais que se falar apenas em teoria ou em pensamento jurídico feminista, seja nos EUA, na Europa, na África, na Ásia ou na América Latina, pois o importante e necessário na atualidade é colocar ênfase na palavra movimento para evidenciar as inúmeras ações que foram/são realizadas com vistas a transformar o campo jurídico e que não devem ser chamadas por outro nome que não de feminismo jurídico. E aqui abro um parêntese para fazer esta defesa por entender que a mesma constitui uma importante postura política feminista, uma vez que, no dizer de Célia Amorós, tudo o que se nomeia, tudo o que se conceitua se politiza, isto é, ganha potência para transformar a vida.

¹⁶ Lei 11.340, de agosto de 2006 e Lei 13.104, de março de 2015.

Isto posto, convém reiterar que a crítica feminista à teoria patriarcal do direito não se satisfaz em reivindicar um tratamento jurídico igualitário entre homens e mulheres ou uma maior proteção social para elas diante da dominação/exploração masculina. A intenção é transformar o direito pela raiz, removendo os entulhos de ordem androcêntrica e patriarcal existentes no seu bojo, com vistas a promover a efetiva igualdade entre os gêneros, sem olvidar de outros marcadores sociais da diferença. Para tanto, é necessário investir na percepção da problemática do gênero no direito, pelas próprias pessoas que estudam e operam diretamente este sistema; o que requer mais produção de conhecimento na área, mais disseminação do conhecimento produzido e mais ações de sensibilização, formação, capacitação e, sobretudo, mobilização de juristas e demais operadoras/es do direito comprometidas/os com a transformação desta realidade social. E tudo isto impõe uma permanente aproximação e apropriação das teorias e metodologias feministas construídas especificamente para este fim, tendo em mente que o feminismo jurídico, à semelhança de outras vertentes feministas, não é um movimento unificado, já que existem múltiplas correntes e formas de classificá-lo, como já foi visto.

Com base no exposto, o feminismo jurídico pode ser definido como uma espécie de ativismo jurídico que incorpora a perspectiva de gênero no direito, utilizando-se de estratégias políticas feministas para atuar neste campo, orientando demandas individuais ou coletivas e/ou auxiliando as lutas travadas na seara do direito, dentro e fora do sistema de justiça¹⁷.

Como exemplo do referido ativismo jurídico, pode-se destacar diversas contribuições de juristas feministas envolvidas em mudanças legislativas ou em construção de políticas públicas destinadas a atender reivindicações das mulheres e/ou com recorte de gênero. A atuação de diversas juristas feministas no âmbito do *lobby do batom*, durante o processo Constituinte de 1987/88 no Brasil, é um bom exemplo a ser lembrado, pois em diversas ocasiões, dentro e fora da Assembleia Nacional Constituinte, a presença de feministas com formação em direito foi de grande importância e utilidade, sobretudo nos debates em torno da questão do aborto, dos direitos das mulheres no âmbito da família, no mundo do trabalho e com relação à violência doméstica e intrafamiliar¹⁸ (SILVA; WRIGHT, 2015).

Em termos acadêmicos, vale mencionar a experiência pioneira de países anglo-saxônicos e escandinavos, durante a década de 1970, onde e quando foram criados os primeiros grupos de estudos sobre os direitos das mulheres. Merece destaque a iniciativa da Faculdade de Direito da Universidade de Oslo, na Noruega, que em 1974 instituiu uma disciplina denominada “jurisprudência feminista”, por iniciativa da professora Tove Stang Dahl, autora do livro *An Introduction to Feminist Jurisprudence*¹⁹. Segundo esta autora:

O direito, enquanto instituição, contribui em grande medida para a manutenção da tradicional hegemonia masculina na sociedade. Por outro lado, o direito é um terreno

¹⁷ O feminismo jurídico não se limita a atuar no âmbito do Poder Judiciário, embora este seja o locus privilegiado da petição de direitos. Muitas vezes a atuação das juristas feministas se dá na formação, na produção científica, na advocacia administrativa, na orientação jurídica de natureza preventiva em instituições governamentais e não governamentais, e em diversas outras instituições sociais. Muitas juristas feministas atuam em organismos nacionais e internacionais e em consórcios de entidades e/ou movimentos que fazem advocacy ou controle social das políticas públicas destinadas ao enfrentamento da violência contra a mulher ou outras demandas de interesse das mulheres em sua diversidade.

¹⁸ Comba Marques Porto, Marília Muricy, Sílvia Pimentel, Florisa Verucci, dentre outras juristas feministas, contribuíram bastante com os debates que culminaram com a constitucionalização dos direitos das mulheres no Brasil.

¹⁹ Esta obra foi publicada em inglês em 1987, sendo republicada, em português, em 1993 pela Fundação Calouste Gulbenkian, sediada em Lisboa.

propício ao desenvolvimento de regras que podem dar origem a transformações importantes, inclusive na relação entre os dois sexos (DAHL, 1987, p. 7, tradução minha)

Com relação à circulação da produção científica, para citar experiências brasileiras, temos, em termos de feminismo jurídico, uma interessante revista denominada *Gênero & Direito*, vinculada ao Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba, com publicações de autoras/es nacionais e estrangeiras, também disponível no mundo virtual desde 2010. Outra experiência destinada ao compartilhamento da produção científica e de experiências práticas em termos de ativismo jurídico feminista é o Grupo de Trabalho *Gênero e Direito*, criado em 2012 no âmbito do 18º Encontro Nacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero (REDOR), do qual sou uma das coordenadoras desde então.

Sobre metodologias jurídicas feministas, vale registrar que, além da pioneira contribuição de Katharine Barlett²⁰ (1991), merece destaque a proposta de Alda Facio (1999), já divulgada por mim em outros textos e eventos, e cujas orientações são sintetizadas em seis etapas, por ela chamada de “passos”, conforme exponho a seguir:

Quadro 3 - Metodologia para a análise de gênero do fenômeno legal

Passo 1	• Tomar consciência da subordinação do gênero feminino ao masculino na experiência pessoal;
Passo 2	• Identificar as distintas formas de manifestação do sexismo no texto legislativo, visando eliminá-las;
Passo 3	• Identificar qual é a mulher que, de forma visível ou invisível, está no texto legal: se é a mulher branca, a mulher casada, a mulher pobre etc., ou seja, qual é a mulher que se está contemplando como paradigma de ser humano e a partir disto analisar qual ou quais são seus efeitos sobre as mulheres de distintos setores, classes, raças, etnias, crenças, orientações sexuais etc.;
Passo 4	• Identificar qual é a concepção ou estereótipo de mulher que serve de sustento ao texto, isto é, se é somente a mulher-mãe, a mulher-família, ou a mulher enquanto ser que pode se assemelhar ao homem, etc.;
Passo 5	• Analisar o texto legal tomando em conta a influência ou os efeitos do mesmo em outros componentes do fenômeno legal;
Passo 6	• Ampliar a tomada de consciência do que é o sexismo e coletivizá-la.

Fonte: a própria autora, baseada em FACIO (1999).

Alda Facio, assim como Lorena Fries, Haydée Birgen, Cláudia Dominguez, Lourdes Enriquez, Lília Ulloa Cuellar, Caroline Tovar, Malena Costa, Isabel Jaramillo, e tantas outras juristas feministas com quem tenho estabelecido diálogos permanentes, compõe um rol de pesquisadoras e ativistas latino-americanas que contribuem para o desenvolvimento do feminismo jurídico nesta região. Outra autora que muito tem aportado para o desenvolvimento da perspectiva feminista no campo do direito é jurista negra norte americana Kimberle Crenshaw (2002), responsável pelo desenvolvimento do conceito de *interseccionalidade*, isto é, uma análise que requer a observação do cruzamento entre diversos fatores ou marcadores sociais que, ao se entrelaçarem, geram situações de desigualdades e/ou de discriminação ainda mais intensas para determinados grupos sociais, especialmente as mulheres.

²⁰ O método de análise jurídica criado por Barlett propõe observar o seguinte: perguntar pelas mulheres diante de uma norma legal, partir das condições concretas de vida das mulheres para perceber o contexto em que se aplica, tomar consciência das relações de gênero antes de aplicar a norma.

Com base nas contribuições das referidas autoras e de tantas outras aqui não mencionadas, sustento que o feminismo jurídico pode e deve desenvolver incidência política no âmbito do sistema de justiça, contribuindo, inicialmente, para a sensibilização das/os agentes e operadores deste campo, e, posterior ou simultaneamente, para transformações estruturais mais profundas, em termos de relações de gênero, nestes espaços específicos.

Vale pontuar que, de acordo com as reflexões desenvolvidas neste texto, bem como nossa experiência profissional no cenário da justiça, a incidência feminista pode ser realizada tanto no âmbito macro, isto é, em nível de Estado, mediante a construção das políticas públicas de administração da justiça, como no âmbito micro, ou específico de cada instituição, junto às/aos operadoras/es da justiça, através de ações e/ou recomendações que impactem as instituições ou modifiquem as pautas das/dos próprias/os operadoras/es. Além disto, ações de apoio às mulheres em situação de violência, ou a seus representantes, visando fortalecer a exigibilidade de seus direitos, podem ser feitas com base nos marcos jurídicos internacionais²¹ e nacionais, dentre eles o próprio texto constitucional e as leis relativas aos direitos das mulheres.

Um exemplo de ação concreta bastante ilustrativo do exposto acima, é um projeto que foi desenvolvido pelo Grupo de Atuação Especial em Defesa da Mulher – GEDEM, vinculado ao Ministério Público do estado da Bahia e coordenado pelas promotoras Márcia Teixeira e Sara Gama. Trata-se de um conjunto de atividades denominadas Oficinas sobre a Lei Maria da Penha, o Sistema de Justiça e a Rede de atenção e enfrentamento à violência²², realizadas em parceria com diversas instituições durante o ano de 2014, em vários municípios do estado da Bahia.

As oficinas, idealizadas por técnicas com formação em teorias feministas e direito, foram ministradas por professoras, pesquisadoras e ativistas dos movimentos negro e feministas, além de profissionais do direito. O propósito era capacitar agentes do sistema de justiça e segurança pública e da rede de enfrentamento à violência contra a mulher, em temas como violência de gênero, racismo, Lei Maria da Penha, rede de enfrentamento à violência, dentre outros. A originalidade desta proposta decorre do seu caráter interdisciplinar e da diversidade do público destinatário, bem como na oferta descentralizada, haja vista que as oficinas foram ofertadas em distintas cidades do estado da Bahia.

Por fim, e ainda a título de exemplo, dentre tantos disponíveis, descrevo, em breves palavras, uma experiência exemplar de ativismo feminista no âmbito da Justiça. Trata-se de uma ação promovida pelo *Instituto Veracruzano de las Mujeres*, situado no estado mexicano de Vera Cruz. A experiência, considerada exitosa, atingiu seu objetivo principal: sensibilizar juízas/es de direito para questões de gênero, visando potencializar a aplicação da legislação mexicana relativa ao enfrentamento da violência contra a mulher. Este projeto, denominado *Acciones por el Derecho a una Vida Libre de Violencia*, foi executado no ano 2009 na referida localidade. Sua principal ação foi a oferta de um curso de quarenta horas intitulado *Derecho y Violencia de Género*, em cuja culminância aconteceu o seminário *La Mi-*

21 Como a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979, também chamada CEDAW (da sigla em inglês) e a Convenção de Belém do Pará, como ficou conhecida a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, adotada na referida cidade, em 9 de junho de 1994.

22 Informações disponíveis em <http://www.mpba.mp.br/noticia/29002>

rada de los Jueces hacia la Violencia contra la Mujer, do qual resultou um livreto homônimo (MÉXICO, 2009).

Desta experiência, merece destaque a ampla participação de magistradas/os das áreas cível e criminal, que, em sua maioria, jamais haviam tido contato com as teorias de gênero ou com as normas internacionais sobre direitos das mulheres. Durante as atividades, as/os cursistas relataram suas experiências pessoais e profissionais, realizaram atividades de sensibilização “com lentes de gênero” e conheceram algumas metodologias feministas destinadas à incorporação do enfoque de gênero no direito. O êxito da proposta, segundo as organizadoras²³, foi atribuído a uma soma de fatores, dos quais se destacam: a expertise das docentes, o bom diálogo entre as instituições parceiras, o compromisso da organização promotora e o efetivo apoio do Ministério da Justiça, que valorizou e viabilizou todas as etapas do projeto, além, é claro, do interesse demonstrado pelo público destinatário.

Considerações finais

As relações entre feminismo e direito nunca foram totalmente tranquilas, mas sempre foram necessárias, uma vez que ambos trabalham com as ideias de igualdade e de justiça social, ainda que em perspectivas diferentes e, em muitos casos, diametralmente opostas.

Desde a Revolução Francesa, com o surgimento da primeira onda do feminismo, até os dias atuais, feministas tem desenvolvido diversas e profícuas críticas ao direito, enquanto sistema de normas destinadas à regulação da vida em sociedade. Estas críticas, todavia, não se dirigem apenas às leis, mas aos discursos, às práticas e à linguagem do direito, dado seu caráter hermético, elitista, racista e marcadamente androcêntrico.

O feminismo jurídico, através de suas críticas e proposições teóricas, políticas e jurídicas, tem legado, não somente às mulheres, mas à sociedade como um todo, uma grande quantidade de conquistas nas diversas áreas da vida social. Estas conquistas são podem ser notadas através da ampliação dos direitos das mulheres, da incorporação legal de suas demandas e necessidades específicas e da paulatina expansão e fortalecimento da cidadania feminina. Além das críticas e teorizações, o feminismo jurídico apresenta também metodologias destinadas ao uso estratégico do direito, cuja finalidade é proporcionar um “olhar gendrado” sobre o fenômeno jurídico e uma mudança de mentalidade e de ação na seara do direito e no sistema de justiça como um todo. Apesar do exposto, o feminismo jurídico ainda é pouco conhecido no Brasil, merecendo ser divulgado e apropriado por tantas/os quantas/os desejem contribuir para uma efetiva transformação nas relações de gênero em nosso país.

²³ A autora deste texto colaborou com a construção de tópicos das aulas, dialogando, virtualmente, com a docente Claudia Dominguez, responsável por grande parte das atividades do referido curso.

Referências bibliográficas

- BARLETT, Katharine T. Feminist legal methods. In BARLETT, Katharine T. KENNEDY, Rosanne. **Feminist legal theory**. Colorado: Westview Press, 1991, p.370-403.
- BIRGIN, Haydée (ed.). *El derecho en el género y el género en el derecho*. Buenos Aires: Biblos, 2000.
- CHIAROTTI, Susana. Aportes al Derecho desde la Teoría de Género. **Revista Otras Miradas**. Colombia: Universidad de Los Andes, v. 6, n. 1, junio/2006, pp. 6-23.
- COSTA, Malena. El Pensamiento Jurídico feminista en América Latina. Escenarios, contenidos y dilemas. **Revista Gênero e Direito**. Centro de Ciências Jurídicas/ UFPB. Nº 02 - 2º Semestre de 2014, pp. 11-34.
- CRENSHAW, K. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos a gênero**. 2002. [online]. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdr>.
- DAHL, Tove Stang. **An Introduction to feminist jurisprudence**. Oslo: Universitetsforlaget AS, 1987.
- EMMENEGGER, Susan. **Perspectivas de gênero en derecho**. 1999. [online] Disponível em https://www.unifr.ch/ddp1/derechopenal/anuario/an_1999_05.pdf.
- FACCHI, Alessandra. El pensamiento feminista sobre el derecho: un recorrido desde Carol Gilligan a Tove Stang Dohl. Academia. **Revista sobre enseñanza del derecho de Buenos Aires**, Año 3, Nro. 6 (primavera 2005), p. 27– 47.
- FACIO, Alda. **Cuando el género suena cambios trae (una metodología para el análisis de género del fenómeno legal**. San José, C.R.: ILANUD, 1999a.
- FACIO, Alda; FRIES, Lorena. **Género y Derecho**. Santiago de Chile, LOM, 1999.
- JARAMILLO, Isabel Cristina. La crítica feminista al derecho. In: WEST, Robin. **Género y teoría del derecho**. Bogotá, Siglo del Hombre Editores, 2000.
- MÉXICO. Gobierno del Estado de Veracruz. **La mirada de los jueces hacia la violencia contra la mujer**. Veracruz: Instituto Veracruzano de las Mujeres, 2009.
- OLSEN, Frances. El sexo del derecho. In: RUIZ, A. (comp.) **Identidad femenina y discurso jurídico**. Buenos Aires: Biblos, 2000, p. 1-19.
- RABENHORST, Eduardo. O feminismo como crítica do direito. **Revista Eletrônica Direito e Política**, Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v. 4, n. 3, 3º quadrimestre de 2009. Disponível em www.univali.br/direitoepolitica.
- RUBIO, Aratanza Campos. Aportaciones iusfeministas a la revisión crítica del derecho y a la experiencia jurídica. In: Mujeres y derecho: pasado y presente. **I Congreso multidisciplinar de la sesión de Bizkaia de la Facultad de Derecho**. Octubre de 2008. Disponível em http://www.apmj.pt/images/documentos/pdfteoriafeminista/Aportaciones_Iusfeministas

SILVA, Salete Maria da; WRIGHT, Sonia Jay. **As mulheres e o novo constitucionalismo: uma narrativa feminista sobre a experiência brasileira**. 2015. [online] Disponível em <http://www.conpedi.org.br/publicacoes/66fsl345/gv4u3hv2/i3jf3jt72swcdyoi.pdf>.

SILVA, Salete Maria da; WRIGHT, Sonia Jay; NICÁCIO, Jeferson. Feminismo jurídico latino americano: a relevante contribuição teórica de Alda Facio. In: **Anais do 19º REDOR, Universidade Federal de Sergipe - Aracaju-SE**, 15-17 junho, 2016.

SMART, Carol. La teoría feminista y el discurso jurídico. In LARRAURI, Elena (Comp.). **Mujeres, Derecho penal y criminología**. Madri: Siglo Veintiuno, 1994, p.167-189.

THREADGOLD, Terry. Gender Studies and Women's Studies. In: **Australian Feminist Studies**, 2000, pp. 39-48.

TOVAR, Carolina V. El concepto de justicia de género: teorías y modos de uso. **Revista de Derecho Privado**, n.º 21, julio-diciembre de 2011, pp 119 a 146.

WEST, Robin. Género y teoría del derecho. In: WEST, Robin (org.) **Género y teoría del derecho**. Bogotá, Siglo del Hombre Editores, 2000.

WILSON, Mariblanca Staff. La perspectiva de género en el derecho. In: CALDERÓN, Rosaura Chinchilla. **Pensamiento jurídico feminista. Desconstruir el derecho, repensar el mundo**. San José, C.R.: IJSA, nov. 2004, pp. 55-68.

MULHERES IDOSAS E O ENVELHECIMENTO ATIVO

Isolda Belo da Fonte²⁴,

Aline de Oliveira Bomfim²⁵

Introdução

Com base nos dados coletados na Pesquisa Mulher Idosa em Pernambuco: empoderamento e seus entraves²⁶, refletimos sobre as dificuldades de inclusão da atual geração de mulheres idosas nas diretrizes da Organização das Nações Unidas (ONU, 2002) contidas na proposta do conceito de **Envelhecimento Ativo** (EA). De um lado, tem-se que este coletivo foi socializado em meio a discursos disciplinadores (FOUCAULT, 2006), que indicavam, tanto a fase da velhice, como a condição de ser mulher, como comportamentos caracterizados pela passividade e reclusão ao âmbito doméstico. De outro, tem-se o conceito de EA, como condicionador de uma ação moldada pelo protagonismo social, autonomia e produtividade.

Dessa forma, tem-se que, o coletivo atual de mulheres com mais de sessenta anos, vivem sob referências conceituais contraditórias: ao longo de sua vida foram disciplinadas para adotarem comportamentos vinculados à vida recatada e dedicada à família, mas, ao chegarem à velhice, encontram uma exigência de participação no espaço público.

Assim, este debate que ora traçamos, pretende contribuir, não apenas para a reflexão sobre o conceito de EA, mas também reforçar os indicativos de que os novos desafios e modelos impostos à velhice podem ser reivindicados e reconstruídos, principalmente no que se referem às mulheres.

Partimos da ideia de que os processos de mudança provocam e indicam a produção e condução de novas identidades sociais, permitindo diferentes configurações ao comportamento exigido a este coletivo pelas diversas forças sociais e políticas. Com isso, também queremos alertar sobre a necessidade de ampliar as políticas públicas destinadas à pessoa idosa, em especial, para a atual geração de mulheres com mais de sessenta anos que, devido à trajetória seguida e às desigualdades de gênero acumuladas ao longo da vida, veem suas chances diminuídas de reconfigurar suas realidades locais de forma a poder envelhecer na perspectiva proposta pelo EA. As questões básicas que guiaram este estudo foram: As identidades sociais produzidas pela e para a mulher idosa são afetadas diante dos novos desafios/modelos postos à velhice pelo conceito de EA? Em relação às prioridades estabelecidas pela atual geração de mulheres idosas, como fica a sua atuação no âmbito público, já que é esta a orientação contida nas atuais diretrizes da ONU para o envelhecimento?

Metodologia

Este artigo se baseia na análise dos dados coletados na pesquisa Mulher Idosa em Pernambuco: empoderamento e seus entraves, que foi realizada no estado de Pernambuco

²⁴ Doutora em Sociologia. Pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco e Docente do Mestrado em Gerontologia da UFPE. ibelodafonte@gmail.com.br

²⁵ Mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento Local pela UFRPE. Bacharela em Ciências Sociais pela UFRPE. alineob@yahoo.com.br

²⁶ Pesquisa realizada pela Fundação Joaquim Nabuco em parceria com a Secretaria da Mulher do estado de Pernambuco.

e concluída no ano de 2015. Foram acrescentadas as reflexões circunscritas ao subprojeto a ela vinculado Agora são elas: as novas identidades da mulher idosa²⁷. A pesquisa matriz aplicou 4.500 questionários a mulheres com mais de sessenta anos, escolhidas aleatoriamente, em um universo definido por amostra da população idosa de Pernambuco, distribuída pelas diferentes regiões do Estado. Foram selecionadas as seguintes variáveis para análise aqui apresentada: renda, ocupação do tempo, estado civil, tomada de decisão sobre sua renda, tipo de mídia a que tem acesso, violência e as concepções sobre o significado de ser velha e ser mulher. Esta seleção se fez em face do objetivo de compreender a prioridade existente no comportamento dessas mulheres relativo à sua atuação no âmbito público ou privado. Este eixo de análise tem por base a diretriz contida no conceito de EA, que estabelece a priorização do protagonismo da pessoa idosa estimulando sua participação efetiva nas diversas estruturas sociais.

Resultados e discussões

Inicialmente apresentamos o perfil econômico das mulheres entrevistadas para a pesquisa que, intencionalmente, buscou atingir as mulheres que demandam políticas públicas, ou seja, aquelas de menor poder aquisitivo: 90,2% delas declararam receber até 2 salários mínimos. Desse total, quase metade (41,4%) recebe apenas um salário mínimo. A maioria delas (76,7%) exerceram atividades remuneradas no decorrer da vida, não sendo, portanto, mulheres que tiveram a sua atuação circunscrita à vida doméstica.

Para a análise quanto à autonomia econômica realizamos o cruzamento de duas informações: estado civil e identificação da pessoa responsável pela tomada de decisão sobre o uso da renda. As mulheres que decidem sobre sua renda são aquelas que não vivem atualmente com algum companheiro ou marido. Em relação às casadas, não existe autonomia para o gasto de seus recursos financeiros. Segundo os dados pesquisados, 69,2% das idosas entrevistadas gastam todo seu rendimento em custos do domicílio; apenas 0,1% afirma gastar quase nada ou ter o salário integral poupado. Temos, ainda, que 21,7% dessas mulheres ainda exercem atividade que gera renda em trabalhos desempenhados no comércio 7,3%; em atividade agrícola, 7,7%; emprego em casas de família, 3,1%, e na indústria têxtil, 2%. Das mulheres que estão inativas (78,3% das entrevistadas), 39,7 delas recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC) do Governo Federal.

Em relação às formas de uso do tempo e participação em atividades no âmbito público, pode-se constatar que a grande maioria delas (63,5%), tem como atividade social principal visitar pessoas da família. Em seguida, temos 21,6% que frequentam grupos que denominam da terceira idade dedicando-se ao lazer, constituído de pas-

27 Projeto do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) desenvolvido por Aline de Oliveira Bomfim na Fundação Joaquim Nabuco, sob a orientação de Isolda Belo da Fonte.

seios ou pequenas festas organizadas por estas entidades, fundamentalmente frequentadas por pessoas idosas e, em sua quase totalidade, por mulheres.

Apenas uma minoria dedica seu tempo a ações que podem ser consideradas de engajamento ou compromisso com as estruturas mais politizadas da sociedade, tais como ONGs (2,9%), Sindicatos (2,4%) e Associações (4,5%), lembrando, ainda, que a maior parte dessas entidades também oferece o lazer como ocupação para os participantes. Em estudo paralelo, igualmente desenvolvido no âmbito da pesquisa matriz e tomando como referência os movimentos organizados em defesa da pessoa idosa, constatamos:

[...] que a participação das mulheres é majoritária nas principais entidades de defesa do coletivo idoso. No entanto, esta participação não se dá em cargos de direção. Não há sequer um levantamento das demandas específicas da mulher idosa nas reivindicações ou propostas feitas pelas entidades. Estas se restringem às demandas de saúde e afetivas, consideradas por meio unicamente das queixas relativas à solidão. Para tanto, se submetem a atividades propostas por uma liderança (exercida por um homem), que se limita a ações recreativas. (NIGRO, 2014, p. 33)²⁸.

Nessa perspectiva e, tendo por base os dados até aqui apresentados, observa-se que a relação com a família ainda é o grande eixo das atividades sociais dessas mulheres, seguindo o padrão de comportamento em que foram socializadas: sua participação não se amplia além do cuidado com a família e da dedicação aos serviços considerados secundários na hierarquia dos valores dominantes. A participação em entidades que estimulem a sua atuação política, tal como a vinculação a associações, sindicatos, e outras, é ainda muito escassa.

Ao lado dessas atividades também está a dedicação à vida religiosa, tradicionalmente associada ao comportamento feminino: 70% delas são católicas; 24,2% são evangélicas e 2,4%, espíritas. Não foram identificadas mulheres sem religião. Independente de sua opção de fé, é alto o percentual (89%) das que frequentam regularmente suas igrejas: 37,5% vão semanalmente; 6,0% mais de uma vez por semana; 22,4%, de uma a três vezes por mês; 23,6% menos de uma vez por mês.

Observa-se, portanto, que as atividades principais desenvolvidas pelas mulheres no âmbito público estão vinculadas à prática religiosa ou a dedicação a atividades familiares. Tais constatações se alinham com a ideia de que o comportamento da mulher idosa ainda encontra-se fortemente influenciado por essas estruturas, que tendem a reforçar o caráter doméstico de seu comportamento.

Para as entrevistadas que responderam à questão relativa à violência percebemos que os números apontam para um alto índice de violência doméstica. Identificam como principais agressores os filhos ou netos (16,8%) e parentes mais afastados (1,6%). Os cuidadores foram mencionados em apenas 0,6%, cabendo ressaltar que elas não consideraram como cuidadores as pessoas da família. Nesses casos, seguindo a tendência observada nos estudos sobre violência, não houve registro oficial dessas ocorrências, sob o argumento de não quererem expor os seus familiares, ainda que tenham sido agredidas por eles.

²⁸ Relatório do subprojeto de Pesquisa do PIBIC/FUNDAJ de Ícaro Nigro: Mulher Idosa em Pernambuco: um coletivo em ação. IN: Relatório da Pesquisa Mulher Idosa em Pernambuco. FUNDAJ. Mat. Impresso. 180p.

Perguntadas pela forma de busca e acesso a informações, não houve menção a amigos ou grupos de apoio, mas fundamentalmente, está presente a TV (90,1%) e o rádio (81,8%).

Por fim, em relação à pergunta sobre qual o significado de *Ser Idosa*, a opinião da grande maioria das entrevistadas (76,1%), identifica esta fase da vida a elementos negativos: doença, tristeza, medo da morte, fim da vida, solidão. Apenas 23,5% delas percebem fatores positivos, tais como, ser a melhor fase da vida, seja por terem já criado os filhos ou por terem adquirido experiência. Enquanto que na opinião sobre o que significa *Ser Mulher*, elas apontam elementos que requerem uma grande responsabilidade por parte delas, ou seja, ser forte, *trabalhadeira*, ter responsabilidade com a família, ser compreensiva, carinhosa e inteligente. Na mesma perspectiva, obedecer e *sofrer muito* aparecem em grande parte das respostas.

Para refletir sobre estes dados apresentamos alguns elementos sobre o fenômeno do envelhecimento populacional. Em seguida, baseadas nas concepções de Stuart Hall (2006) e Castells (1999) sobre a construção da identidade nas sociedades pós-modernas, buscamos compreender a atual realidade das mulheres idosas frente às exigências do conceito de EA.

O envelhecimento populacional vem despertando internacionalmente a preocupação dos gestores públicos diante de seus aspectos duradouros e irreversíveis. Nesse contexto, é consensual a identificação do processo de feminização da velhice (CAMARANO, 2006), que corresponde a maior proporção de mulheres idosas em relação aos homens dentro do coletivo. Ao mesmo tempo, constata-se a tendência à mudança dos paradigmas relativos à velhice, historicamente associada à exclusão social, dependência e doença. A ideia atualmente dominante, proposta pelos organismos internacionais, é a de promover o *Envelhecimento Ativo*, que se propõe a estimular o protagonismo da pessoa idosa por meio de sua participação nas diversas estruturas sociais. Esse conceito foi definido pela Organização das Nações Unidas (ONU) como orientação às principais políticas destinadas à população idosa.

O *Plano Internacional para o Envelhecimento* traz as diretrizes que vêm sendo seguidas nos diversos países do mundo e, também, no Brasil. Esse novo plano de ação cria o conceito de **Envelhecimento Ativo**, considerado o processo pelo qual se otimizam as oportunidades de bem estar físico, social e mental durante toda a vida, com o objetivo de ampliar a expectativa de vida saudável, a produtividade e a qualidade de vida na velhice (ONU, 2002). Esse conceito também se refere ao ato de uma implicação contínua em atividades socialmente produtivas e de trabalho gratificante. Nesse sentido, incorpora-se de maneira substancial a noção da pessoa idosa como uma pessoa de direitos e deveres na sociedade, devendo contribuir para a dinâmica da economia.

No entanto, pergunta-se: a atual geração das mulheres idosas, principalmente aquelas que demandam políticas públicas, encontram as condições estruturantes para assumirem esse protagonismo?

Stuart Hall (2006) e Castells (1999) afirmam que a sociedade contemporânea vem sofrendo grandes transformações sociais, culturais, políticas e econômicas decorrentes

principalmente do processo de globalização, provocando fragmentações nas antigas referências de suporte às identidades - como trabalho, família, religião.

Essas fragmentações sugerem mudanças, devido às novas realidades em que se apresentam, produzindo novas configurações sociais que transformam as identidades. Para o autor, há três concepções de sujeito que se formaram ao longo da história: *Sujeito do Iluminismo; Sujeito sociológico; Sujeito pós-moderno* (STUART HALL, 2006)

Em nossa análise, nos detemos apenas na ideia do *Sujeito pós-moderno*, considerando a pessoa que não possui identidade fixa ou permanente estando sempre em transformação, constituída de experiências advindas dos diversos sistemas culturais que nos rodeiam. Outra característica deste sujeito pós-moderno é a de possuir e absorver mais de uma identidade a partir das configurações sócio históricas. A identidade social é abrangente e se constrói nas diferenças e escolhas presentes nas relações sociais num processo de internalização e incorporação. A pessoa pós-moderna carece de afirmações e determinações tanto religiosas quanto científicas porque as duas já não satisfazem mais. Para ela, nada é fixo, tudo é mutável, moldável, fluido, contínuo, assim como a identidade, por isso, estará em eterno conflito e disputas de status e papéis para autoafirmação.

Nessa perspectiva, Castells (1999), considera a identidade como um processo de construção de significados baseado na cultura ou num conjunto de propriedades culturais, que se relacionam entre si. As configurações que permeiam a organização da conjuntura social produzem novos significados e novas identidades, tais como:

“Identidade legitimadora: introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais [...] Identidade de resistência: criada pelos atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e de sobrevivência [...] Identidade de projeto: quando os atores sociais constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social” [...] (CASTELLS, 1999, p.24).

Para Castells (1999), a identidade é algo fluido, mutante, que é transformada por meio das várias experiências acumuladas ao longo da vida e de condições sócio históricas impostas no meio em que vivemos, tanto influências por vias locais quanto globais. São as influências locais e globais, portanto, que produzem novas demandas e organizam formas de cognições da pessoa – objetiva e subjetivamente – servindo de marco para a construção e/ou reconstrução das identidades pelo reconhecimento e diferença.

Nesse sentido, é que necessitamos identificar quais as lutas, incorporações e fragmentações identitárias, que a atual geração das mulheres idosas está enfrentando, face ao conflito entre a sua vivência local e sua socialização histórica em uma sociedade patriarcal, frente à realidade global que as pressionam para que atuem no espaço público, referendado pela nova percepção da velhice como uma fase obrigatória de participação social.

No contexto de reconstrução dessas identidades, a mulher com mais de sessenta anos, vê reforçada sua vivência em um tempo de referências ambíguas, contraditórias, que exigem a fluidez na construção de sua identidade. Exige-se, portanto, fluidez a uma geração vinda de um contexto de formação de valores “sólidos”, fundamentados em dois alicerces:

sociedade patriarcal, que exclui a mulher do espaço privado, e da velhice, concebida como afastamento das atividades públicas.

A entrada da mulher no mercado de trabalho provocou uma mudança significativa nas configurações familiares, pois estas mulheres muitas vezes passam a ser a principal ou a única fonte de renda da família, tornando-se a provedora do lar. Dessa forma, os processos de globalização (SANTOS, 2010), que marcam e reforçam as desigualdades e diferenças colaboram para o aumento de discursos e práticas de responsabilização social da mulher como administradora do espaço doméstico. As transformações e/ou reconfigurações dos espaços ocupados por mulheres vem ocorrendo por meio dos de conquistas através dos movimentos sociais feministas, observados a partir dos anos 60 (CASTELLS, 1999). As mulheres idosas, que vivenciam estes processos na atualidade, são também atingidas por tais mudanças, influenciando suas referências estruturais identitárias, baseadas essencialmente no patriarcalismo. No entanto, o EA, vem sendo implementado no discurso e práticas sociais como uma orientação para que as pessoas idosas se adequem a este novo modelo, sem que sejam oferecidas as condições necessárias para tanto.

Como foram observados nos dados obtidas pela pesquisa, pode-se constatar que prevalece uma ambiguidade no comportamento dessas mulheres que, ao mesmo tempo em que buscam superar as concepções tradicionais sobre o envelhecimento, não encontram uma rede de apoio que lhes apoie para superação dos comportamentos tradicionalmente internalizados por elas ao longo de sua socialização. Aliás, muito pelo contrário. Ainda encontram atitudes preconceituosas quando fogem aos padrões tradicionais.

Considerações finais

O processo crescente de envelhecimento mundial da população ocorre em paralelo com a construção de novos discursos sobre a velhice especialmente destinados às pessoas acima dos sessenta anos de idade. Dentro desse processo um fator importante é a feminização da velhice, caracterizado pela maior longevidade entre mulheres, que exige novas articulações, dentre elas, a criação de políticas públicas específicas voltadas a este coletivo. No entanto, perguntamos: essas ações estão sendo construídas a partir de experiências e práticas locais? Ou estão sendo baseadas em estratégias mercadológicas e exploratórias numa visão de envelhecimento globalizada e de estereótipos marcados historicamente pela hegemonia do patriarcado? As mulheres idosas em questão estão sendo ouvidas? Ou essas ações são baseadas apenas em dados estatísticos? O conceito de Envelhecimento Ativo, proposto pela OMS refere-se ao “processo de otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas ficam mais velhas” (OMS, 2015, p. 13).

Com isto, observamos que o EA propõe a inclusão da pessoa idosa nos espaços públicos e coletivos de decisão e ação. Mas, de que forma está sendo implementada esta nova perspectiva para a velhice? Ainda no relatório da OMS, a palavra ‘ativo’ refere-se à participação contínua nas questões sociais, econômicas, culturais, espirituais e civis, e não somente à capacidade de estar fisicamente ativo ou de fazer parte da força de trabalho (OMS, 2015, p. 13). A proposta é que

haja o empoderamento desse coletivo nas esferas sociais, reforçando o caráter da participação e manutenção de habilidades físicas e mentais, o envelhecimento saudável.

Em nossa pesquisa percebemos que a atual geração de mulheres idosas vivem o conflito identitário entre valores, práticas, significados que reduzem os espaços da mulher apenas ao doméstico; e o conceito de EA que requer sua participação social nos espaços públicos e coletivos. Conforme o Relatório Mundial de Envelhecimento e Saúde:

“No passado, o papel fundamental das mulheres era o de cuidadoras, tanto de crianças como parentes mais velhos. Essa participação restritiva à força de trabalho remunerada proporcionou consequências negativas a elas, incluindo maior risco de pobreza, menos acesso aos serviços de saúde de alta qualidade e de assistência social, maior risco de abuso, problemas de saúde e acesso reduzido às pensões” (OMS, 2015, p. 10).

De acordo com dados da pesquisa, o cenário das mulheres idosas reafirma que os valores e práticas que constam no Relatório Mundial do Envelhecimento e Saúde, não foram ultrapassados ou vencidos, pois: a) A maioria delas estão na faixa salarial que caracteriza baixa renda; b) Dependem de benefícios sociais do governo ou de aposentadoria do parceiro, mesmo que a maioria delas tenham exercido atividade remunerada; c) Só decidem sobre o uso da renda dentro do lar, se não tiverem parceiros; d) Gastam toda sua renda no sustento do lar e ainda exercem alguma atividade para complemento da renda familiar.

Em relação ao uso do tempo, distribuem as suas atividades entre visitar a família, integram grupos de terceira idade (minoria) e participam e exercem práticas religiosas apontando para os principais grupos de construção identitária. Há um alto índice de violência e abuso doméstico em que os agressores são em sua maioria, parentes próximos como filhos ou netos, nos remetendo a objetificação da mulher sob uma dominação masculina. Em relação ao acesso a informação, a televisão e o rádio são os principais veículos, sendo estes os maiores reprodutores de discursos sobre o papel e o lugar restritivos e específicos em relação a mulher e a mulher idosa. A maioria delas aponta aspectos negativos ao fato de “ser idosa”, sempre relacionados à debilidade física e mental. Em relação a “ser mulher” apontam elementos que requerem responsabilidades domésticas e personalidade dócil a fim de atender as expectativas familiares e sociais.

As reflexões aqui apresentadas apontam para a necessidade de estudos diretamente focados na relação entre as atuais exigências contidas nas diretrizes da ONU, - adotadas pelo Brasil -, em relação ao envelhecimento e a atual geração de mulheres idosas.

Consideramos que as novas identidades da mulher idosa são arranjadas pela reconstrução de antigas referências identitárias, concomitantemente influenciadas pelas transformações de caráter externo - locais e globais. Foram socializadas fortemente pela ideia da priorização do espaço doméstico como ambiente de sua atuação, e continuam na velhice a seguirem esta orientação, mesmo que tenham que ocupar também os espaços públicos e buscarem a sua sobrevivência material.

Tendo em vista o *envelhecimento ativo*, preocupa na realidade social das mulheres idosas, tanto os discursos externos, como aqueles internos (subjetivos), relativos à compreensão da mulher idosa sobre si mesma, que produz uma dupla demanda de atuação. De um lado, é exigido um comportamento associado à fragilidade e a domesticidade; de outro, é requerida a sua participação ativa na manutenção de sua vida e de sua família.

Os discursos externos e internos estão cercados e banhados nas produções e reproduções institucionais. As exigências do discurso global, muitas vezes, não condizem com a realidade específica (local), contradição que provoca e induz ao reforço de um comportamento que sobrecarrega ainda mais a mulher idosa.

A fragilidade física e afetiva e a permanência da atuação no âmbito doméstico, por exemplo, apontadas não só pelo envelhecimento, mas também pela própria concepção sócio-histórica da mulher em sociedade, traduz esta luta: ainda que não queiram ser consideradas frágeis, e ainda que extrapolem o espaço de seu domicílio como campo de atuação, reproduzem para si, padrões que inibem representações ativas e livres a respeito do ser mulher e do ser idosa. As mulheres idosas pesquisadas, embora reajam aos estereótipos e modelos a elas predeterminados - seja pelos padrões marcadamente patriarcais da sociedade brasileira, seja pela imagem tradicional de velhice, ainda reproduzem situações e valores, que reforçam a sua integral responsabilidade pelos cuidados da casa e da família, em detrimento de suas necessidades individuais, tanto em relação à saúde como também em torno da destinação dos recursos econômicos. Dessa forma, vivenciam também uma ambiguidade em relação às exigências de participação no espaço público contidas nas novas identidades sociais preconizadas pelo EA.

Referências bibliográficas

- CAMARANO, A. A. Envelhecimento da população brasileira: Uma contribuição demográfica. In: FREITAS, E. V. et al. **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. p. 88-105.
- CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. 2ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Editora Graal, 2006.
- HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- _____. **Identidade e diferença a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.
- ONU. **Estratégia Internacional de Ação sobre o Envelhecimento**, 2002. “Disponível em”: < www.madrid2002-envejecimiento.org. > “Acesso em”: junho/2016.
- OMS. **Envelhecimento Ativo: Uma Política de Saúde**. Brasília, 2005. “Disponível em”: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/envelhecimento_ativo.pdf > “Acesso em”: junho/2016.
- OMS. **Relatório Mundial de Envelhecimento e Saúde**, 2015. “Disponível em”: <apps.who.int/iris/bitstream/10665/186468/6/WHO_FWC_ALC_15.01_por.pdf> “Acesso em”: julho/2016.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Gramática do Tempo**. São Paulo: Cortez, 2010.

CONSELHO DE DIREITOS DA MULHER E CONCRETIZAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS

Adélia Moreira Pessoa²⁹

Introdução

A discriminação de gênero não pode ser vista isoladamente – ela emerge de uma combinação complexa de fatores histórico-culturais, em um contexto onde a mulher, apesar do reconhecimento da igualdade nas leis, muitas vezes, é tratada como inferior e não protagonista de sua história.

Parte-se da compreensão, conforme SCOTT (1990, p.5-22), de que o sexo não é suficiente para explicar o comportamento diferenciado do masculino e do feminino em sociedade; daí, a categoria gênero é mais apropriada para se entender as razões da não efetivação plena dos direitos da mulher, apesar de previsão formal no direito brasileiro da isonomia entre homem e mulher.

Dessa forma, utilizando-se o conceito de gênero como produto social aprendido, institucionalizado e transmitido de geração em geração, percebe-se que os papéis sociais, distribuídos de modo desigual entre os sexos, são definidos culturalmente entre agentes imersos em relações de poder. Essa percepção pode trazer uma melhor compreensão sobre a origem e a permanência da discriminação e violência contra a mulher, a divisão sexual do trabalho, dos espaços, das formas de sociabilidade e diferenciação de papéis a serem desempenhados pelo homem ou mulher que era (ou ainda é??) tida como fundamentada na própria natureza que teria demarcado espaços para os sexos. Filósofos, religiões e mesmo as ciências serviram para reforçar a crença na inferioridade do sexo feminino e as normas jurídicas foram instrumento de sujeição da mulher através dos séculos, contribuindo para a herança do silêncio, discriminação e da violência, inclusive, o espaço da casa privatizou os conflitos domésticos, sendo a violência contra a mulher legitimada pelo Direito que conferia ao marido o direito de “disciplinar” a mulher.

Assim, não será a mera existência de leis que determinará a mudança de padrões culturais sexistas que imperam ainda em nossa sociedade. Há necessidade de políticas públicas consistentes, articuladas de modo transversal em todas secretarias, e fiscalizadas pelos Conselhos de Direitos da Mulher com a participação social.

Sobreleva ressaltar a necessidade de ações educativas em todos os níveis de ensino, mas, não apenas na educação formal, mas também através de todos meios de divulgação, especialmente a mídia; políticas assistenciais e de saúde; políticas culturais e de esportes, enfim ações efetivas para mulher em todos os campos. Um desafio apresenta-se se quisermos contribuir para uma existência menos excludente, com enfrentamento real da discriminação: um questionamento diário das “verdades” secularmente impostas, identi-

29 Licenciada em História. Bacharela em Direito. Pós-graduada em Direito de Família e Políticas Públicas e em Ciências Educacionais. Professora de Direito de Família e Sucessões. Atualmente: Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Aracaju; Presidente da Comissão Nacional de Gênero e Violência Doméstica do IBDFAM (Instituto Brasileiro de Direito de Família); Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da OAB/SE; Membro da Comissão Nacional da Mulher Advogada; Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Hermenêutica Constitucional Concretizadora dos Direitos Fundamentais e seus reflexos nas relações sociais; Presidente da Academia Sergipana de Letras Jurídicas. Autora de várias publicações. Anteriormente: Professora-Adjunta da UFS (aposentada). Promotora de Justiça (Aposentada).

ficando estereótipos e preconceitos que resistem apesar das leis, pois as normas jurídicas não são suficientes para mudar a realidade de discriminação e violência contra a mulher. E os Conselhos de Direitos tem papel relevante na concretização dos direitos da mulher.

Proteção à mulher no direito brasileiro

O período pós-guerra, especialmente a partir da segunda metade do século XX, conforme Pessoa (2006, p. 34-35), foi marcado por uma série de tratados, resoluções e declarações internacionais que reconhecem os direitos fundamentais do ser humano, em suas especificidades e, dentre eles, os que tratam do enfrentamento à discriminação contra as mulheres, como a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra Mulheres (1979), a Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a Mulher – denominada Convenção de Belém do Pará (1994), o Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de Discriminação contra a Mulher (1999), entre outros, são indicadores do longo caminho percorrido e do avanço global do direito relativo à proteção da pessoa humana, em suas especificidades. O Brasil ratificou essas convenções internacionais, incorporando tais normas ao seu ordenamento jurídico³⁰, comprometendo-se a garantir esses direitos a todas as mulheres, sem qualquer discriminação, buscando sua plena efetividade.

Nesse sentido, Daniela Ikawa (2005,p.25) explicita que a proteção dos direitos da mulher é parte de um processo de especificação de direitos que se afirmou através de diversas convenções que quebraram a dicotomia entre o público e o privado, acarretando a aplicabilidade do Direito mesmo a casos ocorridos na esfera doméstica. A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1979)³¹ define discriminação contra a mulher, em seu artigo 1º, estabelecendo como tal:

(...) toda distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais, nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo.

Vale frisar que, em 1993, na Declaração de Viena, os direitos humanos das mulheres ganham o reconhecimento integral da comunidade internacional, ficando ali estabelecido, em seu artigo 18: “Os direitos humanos das mulheres e das meninas são inalienáveis e constituem parte integral e indivisível dos direitos humanos universais”.

A Convenção de Belém do Pará (BRASIL, 1994), em seu art. 1º, define violência contra a mulher como “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera pri-

³⁰ O art. 5º, § 2º, da Constituição de 1988 não se contenta em afirmar o caráter exemplificativo da enumeração dos direitos, admitindo outros vinculados ao sistema e a seus princípios, inovando em relação às constituições anteriores, ao acrescentar: “ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte”.

³¹ A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW — Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women) foi aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 18 de dezembro de 1979. Assinada pelo Brasil, com reservas na parte relativa à família, em 31/03/1981, e ratificada pelo Congresso Nacional, com a manutenção das reservas, em 01/02/1984. Em 1994, tendo em vista a isonomia entre homens e mulheres estabelecida na Constituição de 1988, o governo Brasileiro retirou as reservas, ratificando plenamente toda a Convenção.

vada” e, em seu art. 3º, estabelece: *“Toda mulher tem direito a uma vida livre de violência, tanto na esfera pública como na esfera privada”*. Importante salientar que equipara a discriminação a uma forma de violência contra a mulher reforçando a indivisibilidade desses direitos, deixando claro que a não violência é condição fundamental para a fruição dos direitos das mulheres. Guilherme Assis de Almeida (2001, p.83) enfatiza inovação da Convenção ao introduzir o conceito de violência baseada no gênero como aquela que é cometida, pelo fato de a vítima ser mulher, e, amplia o âmbito de aplicação dos direitos humanos, tanto na esfera pública - ocorrida na comunidade -, como na esfera privada - no âmbito da família ou unidade doméstica.

Na denominada Cúpula do Milênio realizada pela ONU, em setembro de 2000, os países-membros das Nações Unidas comprometeram-se a cumprir alguns objetivos, estabelecidos como Metas do Milênio, e, dentre essas, inclui-se promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres.

Na Cúpula Mundial da Família, realizada em Sanya, China, em dez de 2004, ficou registrado que *“diferenças entre os gêneros permanece sendo um problema grave. Violência doméstica ainda viola os direitos humanos das mulheres e ameaça sua segurança pessoal, autoestima e saúde”*.

Os participantes da Cúpula Mundial da Família de 2004 comprometeram-se a disseminar o conteúdo da Declaração de Sanya e convocar governos, sociedade civil e outras instituições a aumentar esforços, entre outras coisas, no sentido de dar força a famílias e seus membros, em especial mulheres e meninas, e colocá-las no foco das políticas de redução de pobreza; garantir direitos iguais entre todos os membros da família com atenção especial aos direitos das mulheres e meninas; dar suporte a políticas de família que promovam a participação de homens na divisão de responsabilidades das tarefas domésticas; empoderar³² mulheres a participarem da vida pública e livrá-las do descaso, exploração, abuso e violência. Em seu artigo 5º, ao tratar da Família e Igualdade de Gênero, preceitua: *“A Igualdade entre mulheres e homens é baseada no valor fundamental e igual de cada pessoa e é essencial para o bem estar da família e da sociedade em geral”*. Estabelece, ainda, que a igualdade e equidade de gênero na família, assim como a plena participação da mulher em todas as esferas da sociedade é essencial para o desenvolvimento sustentável.

O jurista Celso Antônio Bandeira de Mello (2006, p. 10) pondera que o direito deve tratar equitativamente todos os cidadãos. Este é o fundamento absorvido pelo princípio da isonomia e juridicizado pelo texto constitucional e o assimilado pelo sistema normativo vigente. Só há possibilidade de a lei estabelecer tratamento diferen-

³² Empoderamento (empowerment) – Termo cunhado na língua inglesa para designar um processo contínuo que fortalece a autoconfiança dos grupos populacionais desfavorecidos e os capacita para a articulação de seus interesses e para a participação na comunidade, facilitando-lhes o acesso aos recursos disponíveis e o controle sobre estes, a fim de que possam levar uma vida autodeterminada e auto-responsável e compartilhar do processo político. Dessa forma, a abordagem de empoderamento das atividades ligadas ao fomento das mulheres aponta para a autodeterminação, o aumento do nível de auto-organização, assim como para um papel mais ativo do sexo feminino em todos os processos sociais. (fonte: www2.gtze/de/glossar).

ciado entre as pessoas se houver diferença juridicamente relevante entre elas. Assim, para MELLO (2006, p. 17) há de se observar que:

[...] as discriminações são recebidas como compatíveis com a cláusula igualitária apenas e tão-somente quando existe um vínculo de correlação lógica entre a peculiaridade diferencial acolhida, por residente no objeto, e a desigualdade de tratamento em função dela conferida, desde que tal correlação não seja incompatível com interesses prestigiados na Constituição.

Com efeito, a própria Constituição da República Federativa do Brasil recolheu na realidade social elementos que reputou serem possíveis fontes de desigualdades odiosas e explicitou a impossibilidade de virem a ser utilizados, tais como raça, sexo, trabalho, credo religioso e convicções políticas (MELLO, 2006, p. 18).

Afirmando a isonomia, a Constituição de 1988 tem enorme importância na história dos direitos da mulher brasileira. Dispôs, em vários artigos, os princípios de igualdade entre homem e mulher, estabelecendo, nos direitos individuais, art. 5º, inciso I – “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta constituição”; sobre os direitos sociais, em relação à mulher trabalhadora, no art. 7º inciso XXX, prescreve a “proibição de diferenças de salários, de exercício de funções e de critérios da admissão por motivo de sexo”; ao tratar dos direitos na família, no art. 226, §5º afirma que “os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher”. (BRASIL, 1988)

Além disso, no parágrafo 8º do art. 226, a Constituição estabelece que cabe ao estado o dever de assegurar assistência à família, na pessoa de cada um dos que a integram, devendo criar mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.

O artigo 3º da Constituição Federal enumera os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, deixando evidente que a proteção social se materializa nas políticas sociais efetivadas, no sentido de promover o bem de todos, sem preconceitos ou quaisquer formas de discriminação.

A lei 11.340/2006 – Lei Maria da Penha- regulamentou o §8º do art. 226 da Constituição de 1988 e prevê o Enfrentamento da violência doméstica e familiar contra as mulheres em três eixos: Proteção e Assistência; Prevenção e Educação; Combate e Responsabilização. Reconhece a violência contra as mulheres como problema de múltiplas dimensões que não pode ser tratada apenas como problema de justiça criminal. Representa um novo capítulo na luta pelo fim da violência contra as mulheres, inovando no cenário jurídico brasileiro ao definir a necessidade de políticas públicas para proteção integral à mulher em situação de violência.

Assim, o enfrentamento à discriminação e violência contra a mulher demanda a adoção de políticas públicas adequadas que envolvam áreas diversas.

Políticas públicas como instrumento de concretização de direitos

No Brasil, o desenvolvimento das políticas públicas foi lento e tardio; na primeira república, a questão social era tratada como caso de polícia. Na Era Vargas (1930/ 1945), aparecia como “favor”³³. Com a Redemocratização (1945 – 1964), governos populistas,

³³ Durante esse período, de cunho paternalista, constituiu-se um complexo sistema de gestão e regulação dos conflitos sociais, marcado pela ideia de

marcados por medidas de cunho antecipatório às demandas e pressões sociais, perceberam que era preciso conceder no periférico para salvar o essencial: grandes decisões pela cúpula, alianças de setores dominantes minoritários, afastamento das camadas populares³⁴. Com o Golpe Militar (1964), verifica-se violenta repressão às manifestações populares e a política social integra o conjunto das estratégias de governo buscando a legitimação de um modelo de desenvolvimento sob o lema da segurança nacional.

A partir de 1977, ocorre a abertura política, lenta e gradual, no governo Geisel. A década de 1980 assistiu a uma recessão econômica, com crise do petróleo, arrocho salarial, inflação, controle pelo FMI, pagamento da dívida externa. Por outro lado, na sociedade civil há a reorganização dos sindicatos e dos partidos políticos e criação de novos partidos.

O agravamento da questão social na década de 80, em decorrência do aumento da pobreza e da luta pela redemocratização do Estado, coloca em cena o debate a respeito das políticas públicas. Nesse contexto, importa a discussão não apenas do padrão histórico que tem caracterizado as políticas sociais no país - seletivo, fragmentado, excludente e setorizado - mas a necessidade de repensar os processos decisórios responsáveis pela definição de prioridades e modos de gestão de políticas.

Nessa época, as reivindicações feministas pugnavam pela adoção de políticas públicas que pudessem alterar os padrões culturais sexistas dominantes e oferecer atendimento diferenciado à mulher vítima de violência. Os movimentos de mulheres denunciavam a discriminação baseada no gênero, inscrita nas leis; o descaso policial no registro de ocorrências de violência sexual; a atuação discriminatória da justiça criminal, com decisões que absolviam homens que agrediam suas parceiras, legitimando, dessa forma, o comportamento masculino. Pugnavam pela formulação de políticas públicas para enfrentar a violência e a discriminação, especialmente para acabar com a impunidade nos casos de violência praticadas contra as mulheres, fomentando a criação das Delegacias de Defesa da Mulher, que permitiram maior visibilidade ao problema, contribuindo eficazmente nos debates, políticas e estudos sobre a violência contra as mulheres.

Com efeito, a criação em 1985 da primeira Delegacia de Defesa da Mulher, em São Paulo representou grande avanço como salienta Adriana Loche:

Pela primeira vez no Brasil, a violência baseada nas diferenças de gênero passava a ser tratada como um assunto de política pública, institucionalizando-se a prevenção e a repressão da violência contra a mulher. Objetiva-se, dessa, forma, acabar com a impunidade que favorecia os agressores, criminalizando esse tipo de comportamento enraizado na cultura brasileira (LOCHE, 1999, p. 123-124).

A Constituição de 1988 adota um perfil das políticas públicas como um direito que pode ser reclamado - direito de cidadania - e não mais vistas como ajuda ou favor ocasional e emergencial; complementada pela Lei 8742/93 - LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social) e outros diplomas normativos, estabelece o novo direito o co-financiamento dos entes federados (União, estado, municípios), com enfoque na descentralização e participação,

colaboração entre as classes. A CLT de 1943, inspirada na Carta del Lavoro do regime fascista italiano, regulou as relações entre os empregadores e trabalhadores. Vivíamos uma época autoritária, com a subordinação da organização sindical ao Estado.

34 Na década de 50 (e até 1964), o movimento social avança no campo e na cidade e há uma ampliação da consciência sociopolítica de segmentos da burocracia estatal. Na sociedade civil, desenvolve-se anseio por reformas sociais, políticas e econômicas.

destacando-se a importância da participação da sociedade civil. Aí o importante papel dos Conselhos de Direitos.

Atualmente, as políticas públicas figuram na ordem do dia nas discussões jurídico-sociais. Elas se apresentam como medidas jurídicas, administrativas, orçamentárias e financeiras, adotadas no plano governamental, e voltadas para a realização de direitos de conteúdo positivo, que exigem uma prestação por parte do Estado. Assim, são programas de ação governamental para coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas, visando à realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados (BUCCI, 2006, p. 241).

A expressão política pública, no dizer de MANCUSO (2001, p. 731), pode ser entendida como conduta da Administração Pública voltada à consecução de programa ou meta previstos em norma constitucional ou legal - não um “fim em si”, mas a criação de um “mero instrumento” de governo, determinando obrigações a serem adimplidas, de condutas a serem implementadas – sujeita ao controle jurisdicional.

Em relação às políticas públicas para as mulheres, vários aspectos devem ser levados em consideração, tendo em vista que as necessidades são muitas e os recursos finitos: a quem compete a definição de prioridades, a formulação, implementação e avaliação das políticas públicas? Quais as articulações necessárias? Qual a fonte de recursos? Quais os mecanismos que podem viabilizar a participação popular? Quais as necessidades da população feminina elegíveis para cada política? Como operacionalizar? Como avaliar?

As políticas públicas demandam a atuação dos poderes do Estado, do Ministério Público, e, cada vez mais, a participação social. Com efeito, o Poder Executivo é legitimado constitucionalmente a tomar a iniciativa de formular e implementar políticas públicas. Por sua vez, o Poder Legislativo possui ampla possibilidade de manifestação e deliberação, ressalvadas as limitações constitucionais. Atua, ainda, no controle e fiscalização das políticas públicas, com o auxílio do Tribunal de Contas.

O Poder Judiciário promove o controle de constitucionalidade e de legalidade das políticas públicas, havendo, inclusive, a possibilidade de controle de mérito, nos casos de legislação ou atividade desarrazoada ou proteção insuficiente. Segundo o Supremo Tribunal Federal, o poder de legislar não é ilimitado, havendo que se preservar o mínimo intangível assegurador da dignidade do ser humano. Além disso, como esclarece o Ministro do STF, Celso de Mello (STF, 2004) a atuação do Poder Judiciário aduz que a norma programática não pode ser vista como promessa constitucional inconsequente. Assim a possibilidade de controle do mérito ocorre, também, quando os Poderes Executivo e Legislativo demitem-se da obrigação de tornar efetivos os direitos assegurados na Constituição. E o Ministério Público tem sido canalizador de demandas, merecendo destaque também a atuação da sociedade civil e, especialmente, há necessidade de reforçar e cobrar a atuação de Conselhos de Direitos na articulação e fiscalização de políticas públicas.

Anteriormente, no estado liberal-burguês, pugnava-se pelo reconhecimento dos direitos civis e políticos frente ao estado e, “quanto menos palpável a presença do Estado, nos atos da vida humana, mais larga e generosa a esfera de liberdade outorgada ao indiví-

duo. Caberia a este fazer ou deixar de fazer o que lhe aprouvesse” (BONAVIDES, 1980, p. 31). Atualmente, como enfatiza SARLET (2006, p. 216), a Constituição de 1988 assegurou aos indivíduos a possibilidade de exigir do Estado, prestações específicas, materializadas em políticas públicas por conter normas definidoras de tarefas e programas de ação a serem concretizados pelos poderes públicos.

A meta central das constituições modernas, e da Carta de 1988 em particular, pode ser resumida na promoção do bem-estar do ser humano, cujo ponto de partida está em assegurar as condições de sua própria dignidade.³⁵ O papel do estado passou de provedor da equidade a gerente de políticas públicas, com ênfase em novos paradigmas na redefinição de suas funções, inclusive com possibilidade de controle pelo Judiciário, especialmente em caso de proteção insuficiente. Emergem formas dinâmicas de interação entre o Estado e sociedade, voltadas para a melhoria da qualidade de vida - dentre essas, situa-se o Conselho de Direitos.

Conselho de direitos da mulher nas políticas de equidade de gênero

A partir da Constituição Federal de 1998 adotou-se no Brasil uma perspectiva de democracia representativa e participativa, incorporando a participação da comunidade na gestão das políticas públicas. Dentre os mecanismos adotados de representatividade popular, os Conselhos de Direitos destacam-se como mecanismo para efetivar a participação da sociedade civil nos processos de planejamento, monitoramento e avaliação das políticas públicas.

Com efeito, os Conselhos de Direitos da Mulher, paritariamente formado com representantes da Administração e de entidades da sociedade civil, devem ser imunes a influências político-partidárias e relações de dependência, apesar de manterem vínculo funcional com a administração pública que se responsabiliza por sua manutenção. No Brasil existem conselhos da mulher, nos três âmbitos federativos – União, Estados e Municípios, além do Distrito Federal.

Esta participação social representa um avanço na construção de uma sociedade democrática e determina alterações profundas nas formas de relação do aparelho de Estado com o cidadão, buscando-se aumentar o nível da eficácia das políticas públicas e a concretização dos direitos. Os Conselhos de Direitos são órgãos colegiados deliberativos, representativos da sociedade, de caráter permanente, sendo um espaço de articulação entre governo e sociedade.

O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM – de Aracaju, reestruturado pela Lei Municipal nº 4.701, de 26 de outubro de 2015, tem por finalidade promover, em âmbito municipal, políticas públicas que visem a eliminar a discriminação e violência contra a mulher, assegurando-lhe condições de liberdade e de igualdade de direitos, bem como sua plena participação nas atividades políticas, sociais, econômicas e culturais do Município.

³⁵ Nesse sentido, interessante acórdão do Superior Tribunal de Justiça- STJ – no REsp 811608 / RS, cujo relator foi o então Ministro Luiz Fux.

Compete ao CMDM desenvolver ação integrada com o conjunto de Secretarias e demais órgãos públicos, de modo transversal, para a implementação de políticas públicas comprometidas com a superação dos preconceitos e desigualdades de gênero, nas áreas de saúde, assistência social, educação, esportes, cultura, trabalho e cidadania, entre outras.

Cabe ainda ao Conselho: acompanhar a elaboração e a execução de programas de governo no âmbito municipal, bem como opinar sobre as questões referentes à cidadania da mulher; estimular, apoiar e desenvolver o estudo e o debate das condições em que vivem as mulheres, propondo políticas públicas para eliminar todas as formas identificáveis de discriminação; estimular e desenvolver pesquisas e estudos sobre a produção das mulheres, constituindo acervos e propondo políticas de inserção da mulher na cultura, para preservar e divulgar o patrimônio histórico e cultural da mulher.

De grande importância é a atribuição do Conselho em divulgar, fiscalizar e exigir o cumprimento da legislação em vigor relacionada aos direitos assegurados da mulher; sugerir a adoção de medidas normativas para modificar ou derrogar leis, regulamentos, usos e práticas que constituam discriminações contra as mulheres, encaminhando-as ao poder público competente.

A lei municipal atribuiu ainda ao Conselho: promover intercâmbios e firmar convênios ou outras formas de parceria com organismos nacionais e internacionais, públicos ou particulares, com o objetivo de incrementar o programa de trabalho do Conselho; receber, examinar e efetuar denúncias que envolvam fatos e episódios discriminatórios contra a mulher, encaminhando-as aos órgãos competentes para as providências cabíveis, além de acompanhar os procedimentos pertinentes e participar da elaboração do orçamento, estabelecendo diretrizes para as ações na área.

Destaque-se a fundamental atribuição conferida pela lei ao Conselho, no sentido de manter canais permanentes de diálogo e de articulação com o movimento de mulheres em suas várias expressões.

Assim, depreende-se dos termos da lei, a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Aracaju em participar da formulação das políticas sociais pertinentes às mulheres no município, fiscalizar a prestação dos serviços nas redes constituídas de entidades públicas e privadas, visando à qualidade dos serviços, não só fortalecendo a construção de práticas de garantia de direitos, mas também no desenvolvimento de políticas que tornem as mulheres mais conscientes de seus direitos e em uma perspectiva de concretização de direitos das mulheres. Por outro lado, deve ser realçada a importância das Conferências – são eventos que devem ser realizados periodicamente para discutir e deliberar sobre as políticas públicas.

O importante papel das conferências de políticas para mulheres

As Conferências de Políticas para Mulheres são um *locus* privilegiado de participação da Sociedade civil. Assim, de maneira exemplificativa, vale trazer nesta oportunidade as propostas e recomendações pertinentes às políticas de enfrentamento à violência con-

tra a mulher, aprovadas com a participação de vários representantes da sociedade civil, na IV Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres, com o tema: “Mais direitos, participação e poder para as mulheres”, realizada dias 30/31 de julho de 2015, em Aracaju.

Dentre as ações educativas e preventivas, listam-se as seguintes: Campanhas de promoção da igualdade de gênero em todos os veículos da mídia; criação e veiculação de campanhas publicitárias municipais de combate à violência contra mulher, nos equipamentos públicos e nos meios de comunicação, inclusive nas redes sociais, com divulgação dos serviços de atenção à mulher; Realizar campanhas educativas tanto nas escolas, órgãos públicos e entidades não governamentais, quanto nos meios de comunicação, a fim de promover o empoderamento da população feminina, o combate à violência de gênero e o respeito à diversidade de gênero e orientação sexual.

Além disso, foram aprovadas outras recomendações: fortalecer junto à comunidade escolar programas permanentes e campanhas educativas de prevenção da violência contra as mulheres e que discutam as interfaces entre a violência doméstica contra mulheres e as violências contra crianças, jovens, adolescentes e idosos.

Ainda com referência a estudos e pesquisas foram aprovadas as seguintes recomendações: fortalecimento de pesquisas de gênero, relativamente aos diversos âmbitos da vida das mulheres, estabelecendo parcerias com instituições de ensino superior para ações conjuntas; criação de fórum permanente de debate sobre violência contra mulher incluindo o debate sobre a violência obstétrica; firmar Termo de Cooperação Técnica entre órgãos e entidades que atuam com políticas públicas que produzam indicadores de gênero para viabilizar uma base unificada de dados.

No que se refere à assistência à mulher em situação de violência: Criação/ Implantação de um centro de atendimento especializado a mulher em situação de violência, que contemple o serviço de segurança, assistência social e saúde, de funcionamento 24 horas, a exemplo da casa da mulher brasileira, com delegacias especializadas de atendimento, com funcionamento aos fins de semana e feriados com garantia de atendimento, com equipe multidisciplinar sensibilizada em relação ao tema, com atendimento 24h em regime de plantão e garantia de encaminhamento para a Casa Abrigo 24h; ampliação do número de delegacias da Mulher.

Destacam-se ainda as recomendações quanto à capacitação dos agentes públicos, com a sensibilização continuada das redes de atendimento à mulher, nos níveis municipal, estadual e federal, no âmbito dos serviços de saúde, educação, assistência social, segurança e outras políticas públicas; atualização periódica com relação às leis e ações desenvolvidas para as equipes da rede; formulação de projetos que trabalhem questões de gênero para os serviços já existentes nos equipamentos da Assistência Social, em parceria com outras secretarias; garantia de formação continuada e de pós-graduação dos profissionais de educação, bem como para os demais profissionais que atuam diretamente com o atendimento dos usuários de políticas públicas, para a abordagem de forma transversal de temas relacionados à questão de gênero (diversidade, violência, empoderamento, etc)

No âmbito dos Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher, criar Observatórios com o objetivo de fiscalizar a execução das políticas públicas voltadas para a população femi-

nina, bem como a política de igualdade em todos os âmbitos; mapear as organizações governamentais e não governamentais que atuam com a questão de gênero nos municípios.

No pertinente à responsabilização do autor de agressão, vale destacar a recomendação de acompanhamento psicossocial dos agressores e intervenções socioterapêuticas para que ele possa ter a percepção de seus atos e reformular seus padrões de comportamento; implantação de um centro de atendimento especializado para autores de violência contra mulher, como já previsto na Lei Maria da Penha. Várias outras recomendações foram aprovadas nas Conferências municipais, territoriais e estaduais de Políticas Públicas para a Mulher, culminando no primeiro semestre de 2016, com a Conferência Nacional. Precisam, entretanto, que não permaneçam nas gavetas e sejam materializadas no cotidiano das mulheres brasileiras.

Concretização dos direitos da mulher

A concretização dos direitos da mulher, especialmente o direito de viver sem violência, demanda múltiplas ações não só do Estado mas a participação indispensável da sociedade. Há milênios esta cultura de sujeição da mulher foi sendo construída... Não será de forma rápida que mitos, preconceitos e estereótipos serão desconstruídos. A vigência de uma lei pode ajudar, funciona como coadjuvante, como um dos fatores para o fim da violência. Mas as normas da prevenção previstas na lei precisam ser concretizadas no viver social.

É preciso que toda a sociedade se mobilize e nunca é demais enfatizar o papel fundamental da educação. Sabemos que mudanças dos padrões sexistas, de condutas e atitudes preconceituosas não ocorrem como consequência automática da sociedade democrática. Assim, há a necessidade de repensar os saberes que a educação formal – desde os primeiros anos escolares até a graduação e pós-graduação, as Escolas da Administração Pública, as Academias de Polícia, da Magistratura, da Advocacia ou do Ministério Público estão construindo.

É fundamental fomentar processos de educação formal e não-formal, de modo a contribuir para a construção da cidadania, o conhecimento dos direitos fundamentais, da pluralidade, da igualdade sexual e o respeito à diversidade.

Vale frisar que a Declaração Universal de Direitos Humanos, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948, em seu preâmbulo, reafirma “sua fé nos direitos humanos fundamentais, na dignidade e no valor da pessoa humana e na igualdade de direitos dos homens e das mulheres”, proclamando que este é um ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, (...), através do ensino e da educação. Por isso, o seu art. 26 determina que a educação deve ser orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais.

Com o advento da Constituição de 1988, a educação firmou-se como instrumento de cidadania e de dignidade da pessoa humana, itens essenciais ao Estado Democrático de

Direito e condição para a realização dos objetivos fundamentais da República, Com efeito, a Constituição Federal - CF - 1988, em seu art. 205, estabelece que a educação deve visar ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Há de ser realçado, entretanto, que a temática referente a gênero deve ser operacionalizada tanto no currículo explícito das escolas, ou seja, aquele que se liga à construção de conhecimentos e atitudes, como no currículo oculto, o qual tem na ideologia da instituição de ensino e dos seus mestres sua aplicação implícita. Isto porque os ensinamentos para equidade de gênero podem ser validados ou invalidados, consciente ou inconscientemente.

O currículo implícito está ligado também ao exemplo cotidiano dos professores, diretores e dos próprios estudantes. Assim, a prática docente diária é portadora de uma série de mensagens, podendo fortalecer o respeito à dignidade humana, o respeito às diferenças ou reforçar preconceitos e os padrões culturais sexistas.

Sem dúvida, o professor pode ser o estimulador de um ambiente plural, multidimensional. A prática docente diária é portadora de uma série de mensagens que pode fortalecer o respeito à dignidade humana. Na educação para a equidade de gênero é necessário considerar níveis e processos diferenciados e articulados de transversalidade e interdisciplinaridade no processo de ensino de todas as disciplinas, e não necessariamente a oferta de uma disciplina isolada. Isso precisa construir-se como valor, conhecimento e prática, enquanto tema transversal, atravessando todos os níveis da gestão, do ensino e da prática profissional e institucional de todos agentes dos sistemas de educação.

A educação – seja formal ou não formal - deve ser direcionada à vivência da igualdade, não podendo ser produtora e reprodutora da discriminação e violência de gênero. Deve desvelar preconceitos e estereótipos, problematizando o olhar para o mundo, não reforçando a separação por gênero através dos artefatos culturais, como por exemplo, brinquedos das meninas voltados para a maternagem, para a vida doméstica e brinquedos dos meninos que levam à lógica das ações. É preciso repetir: a educação produz as representações como um processo de construção social em um sistema de significações. É pela educação que diferenças sexuais se transformaram em desigualdades culturalmente constituídas - no fundo o que é necessário é a desconstrução de padrões culturais sexistas.

As Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, para o Ensino Fundamental e para o Ensino Médio evidenciam a função da educação, na sua relação com um projeto de nação, tendo como referência os princípios constitucionais, realçando a necessidade de considerar nos componentes curriculares e as áreas de conhecimento a abordagem de temas abrangentes e contemporâneos que afetam a vida humana. Dentre esses temas, registram sexualidade e gênero, vida familiar e social, atribuindo aos órgãos executivos dos sistemas de ensino a produção e a disseminação de materiais subsidiários ao trabalho docente, que contribuam para a eliminação de discriminações, e outros preconceitos e que conduzam à adoção de comportamentos responsáveis e solidários em relação aos outros.

Assim, com a inclusão de discussão de temas relativos a gênero, preferencialmente, de forma transversal e integradora bem como práticas que contribuam para a igualdade e

para o enfrentamento de todas as formas de preconceito, discriminação e violência, a educação pode contribuir para a construção da cidadania, da igualdade – inclusive sexual – e o respeito à diversidade.

Outra medida necessária para o enfrentamento à violência doméstica é a atuação em rede. É fundamental articular instituições governamentais e não governamentais, constituindo a chamada Rede, integrando programas, projetos e ações desenvolvidos por diversos atores, com a superação de ações isoladas ou iniciativas pontuais e aleatórias.

Em terceiro lugar, é preciso atentar para a corresponsabilidade da Sociedade e Estado com a construção sistemática de políticas públicas inclusivas, com o potencial suporte da participação social em sua formulação, em todos os níveis, no sentido de um real enfrentamento à violência contra a mulher. Devem ser levados em consideração a formulação, implementação, avaliação e a eventual redefinição das políticas públicas necessárias. Há necessidade de mobilizar os municípios ou estados que não têm uma política pública para o enfrentamento à violência a introduzi-la ou implementá-la e mobilizar os que já têm, a aperfeiçoá-la, seja em relação ao direito substancial (número e qualidade das ações), seja com relação aos procedimentos (número e qualidade dos controles, diagnósticos, monitoramento, avaliação). É indispensável que haja controle e fiscalização, tanto pelos poderes e órgãos do Estado, como pelos Conselhos de Direitos e pelas entidades da sociedade civil, para verificar se, como, e, em que grau, as normas e as políticas foram acolhidas e respeitadas.

Considerações finais

A discriminação contra a mulher reveste-se de complexidade e não pode ser mais ignorada - todas as discussões em face do tema perpassam pela necessidade do emprego de esforço conjunto e engajado da sociedade e do poder público - trabalho em rede efetivamente. Todos, indistintamente, precisam contribuir para superação da discriminação e violência contra a mulher. As leis não bastam para mudar um contexto cultural marcado pela discriminação, que foi legitimada e naturalizada historicamente.

As políticas públicas – conjunto de medidas adotadas com o objetivo de concretizar direitos e garantias fundamentais dos indivíduos ou coletividades - devem ser implementadas pelo Estado para atendimento dos direitos essenciais consagrados pela Constituição, dentre eles uma vida sem discriminação para a mulher.

Os Conselhos de Direitos da Mulher, se cumprirem efetivamente suas finalidades, podem exercer papel fundamental na construção, articulação e controle de políticas públicas para a mulher e, em consequência, contribuir para a concretização da equidade de gênero, na busca continuada de superação da mera igualdade formal rumo à igualdade substancial.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, G.A. **Direitos Humanos e não-violência**. São Paulo: Atlas, 2001.
- AMARAL, G. **Direito, escassez e escolha**: em busca de critérios jurídicos para lidar com a escassez de recursos e as decisões trágicas. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.
- BARCELLOS, A. P. **A eficácia jurídica dos princípios constitucionais**: o princípio da dignidade na pessoa humana. 2.ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.
- BOBBIO, N. A era dos direitos. Trad. C. N.Coutinho. Rio de Janeiro: Campos, 1992.
- BONAVIDES, P. **Do estado liberal ao estado social**. Rio de Janeiro: Forense, 1980.
- BRASIL. **Constituição** da República Federativa do Brasil (**1988**). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>; Acesso em: 16 jun. 2016.
- BRASIL. **STF: Suspensão de Liminar 228-7** Ceará/ Rel. Ministro Presidente Gilmar Mendes, decisão de 14 de outubro de 2008.
- BRASIL **STF :ADPF nº 45**, relator Ministro Celso de Mello; RE-AgR 410715/SP, 22.11.2005, Rel. Celso de Mello. J. 29.04.2004. Disponível em<<http://www.stf.jus.br/imprensa/pdf/re436996>>; pdf <http://www.stf.jus.br/arquivo/informativo/documento/informativo345.htm>. Acesso em 10 de junho de 2016.
- BUCCI, M. P. D. **Direito administrativo e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2002.
- CLAUDE, R.P. Direito à educação e educação para direitos humanos. In **Revista Internacional de Direitos Humanos**. Ano 2, n. 2, 2005 p. 37-63, Ed. Em português. São Paulo: Rede Universitária de Direitos Humanos.
- Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra Mulheres(1979). In: **Instrumentos Internacionais de Proteção aos direitos humanos**. Coleção Traduzindo a legislação com a perspectiva de gênero, vol.1. Coord. Leila Linhares Barsted & Jacqueline Hermann. Rio de Janeiro: CEPIA, 2001, p.35-52.
- Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a Mulher(1994). In: **Instrumentos Internacionais de Proteção aos direitos humanos**. Coleção Traduzindo a legislação com a perspectiva de gênero, vol.1. Coord. Leila Linhares Barsted & Jacqueline Hermann. Rio de Janeiro: CEPIA, 2001, p.97-108.
- CORDEIRO & SILVA. **Direitos humanos**- uma perspectiva interdisciplinar e transversal- Comitê Internacional Da Cruz Vermelha, 2003.
- DIAS, M. B. **A Lei Maria da Penha na Justiça**: A Efetividade da Lei 11.340/2006 de Combate á Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012.
- FONSECA, F. Democracia e participação no Brasil: descentralização e cidadania face ao capitalismo contemporâneo. **Revista Katálisis**, Florianópolis v. 10 n. 2 p. 245-255 jul./dez. 2007.
- HOLFLING, E.M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos CEDES**, Campinas, n. 55, p. 30-41, nov. 2001.

IKAWA, D. Mulheres e direitos humanos – In: Feminismo, desenvolvimento e direitos humanos. Org. Maria Helena Santana Cruz e Amy Adelina Coutinho de Faria Alves. Aracaju, REDOR, NEPIMG / UFS/ FAP-SE 2005, p. 25-30.

LOCHE, Adriana et al. **Sociologia jurídica: Estudos de Sociologia, Direito e Sociedade**. Porto Alegre: Ed. Síntese, 1999.

MANCUSO, Rodolfo de C. A ação civil pública como instrumento de controle judicial das chamadas políticas públicas. In: MILARÉ, Édis (coord.). **Ação Civil Pública. Lei 7.347/85 – 15 anos**, 2001.

MELLO, C. A. B. **O conteúdo jurídico do princípio da Igualdade**. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

MORAES, G.O. **Controle Jurisdicional da Administração Pública**. 2. ed., São Paulo: Dialética, 2004.

NOVELINO, M. **Direito Constitucional**. 2ª ed. São Paulo: Método, 2008.

PESSOA, Adélia Moreira. Direitos Humanos e Família: da Teoria à Prática. in: **Família e Dignidade Humana**. Anais do V Congresso Brasileiro de Família. São Paulo: IOB Thomson, 2006, p.29-53.

_____ et al. Violência contra a mulher: da norma à realidade – um desafio permanente In: **Revista do Ministério Público do Estado de Sergipe**. Aracaju: v.XIX, n.23, 2009, p. 315-336.

_____ et al. A educação como via indispensável para a mudança de padrões culturais sexistas: enfrentamento à violência contra a mulher. in : **O Ministério Público e os Objetivos do Milênio**. Série Estudos da Associação Sergipana do Ministério Público de Sergipe, nº 3. Adélia Moreira Pessoa e Arnaldo Figueiredo Sobral (organizadores) – Aracaju: Associação Sergipana do Ministério Público/ Evocati, 2013, p.97-116.

PIOVESAN, Flávia. A Constituição Brasileira de 1988 e os tratados internacionais de proteção aos direitos humanos. In: **As mulheres e os direitos humanos**. Coleção “Traduzindo a legislação com a perspectiva de gênero”, vol.2. Coord. Leila Linhares Barsted & Jacqueline Hermann. Rio de Janeiro: CEPIA, 2001.

Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de Discriminação contra a Mulher, 1999. In: **Instrumentos Internacionais de Proteção aos direitos humanos**. Coleção Traduzindo a legislação com a perspectiva de gênero, vol.1. Coord. Leila Linhares Barsted & Jacqueline Hermann. Rio de Janeiro: CEPIA, 2001, p.109-116.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**. 3a ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa Santos. **As tensões da modernidade**. Percuciente análise do papel dos direitos humanos como guia emancipatório. Disponível em: <www.dhnet.org.br>. Acesso em 10/jun/2008.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria de análise histórica. In **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.16, n.2, p.5-22, jul/dez, 1990.

A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: ENTRELACES DE GÊNERO E GERAÇÃO

Márcia Santana Tavares³⁶

Introdução

A violência contra as mulheres consiste não só em uma violação dos direitos humanos como um problema de saúde pública que tem adquirido proporções endêmicas e, comprometido o desenvolvimento socioeconômico do país, a despeito do investimento do governo federal em políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres, por meio da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SPM, que desde sua criação alinhou-se à luta pela implementação e aplicação da Lei 11.340, mais conhecida como Lei Maria da Penha.

Em 2007, quando assumiu a coordenação do Pacto Nacional de Enfrentamento da Violência Contra as Mulheres, a SPM procurou, em conjunto com outras secretarias e ministérios, com os governos estaduais e municipais, imprimir novas estratégias de prevenção, combate e repressão às diferentes modalidades de violência que atingem as mulheres brasileiras.

Debert e Oliveira (2007) ressaltam que a violência doméstica e familiar tem ocupado um espaço cada vez maior na mídia impressa e eletrônica brasileira, em que reportagens, documentários e notícias denunciam os abusos cometidos por maridos e companheiros contra as mulheres, por pais contra seus filhos crianças e adolescentes e por filhos contra seus pais idosos.

De acordo com as autoras, a imagem da família como espaço de harmonia e proteção contra um mundo sem coração, à medida que vêm à tona relações de opressão em que o abuso físico e emocional contra mulheres, crianças, jovens e idosos ganham visibilidade pública e passam a compor as estatísticas sobre a violência nos centros urbanos, fazendo com que medidas de políticas públicas e legislações sejam criadas.

Para Azevedo (1993), a família é uma instituição erigida sobre duas desigualdades: entre gêneros e entre gerações. A primeira delas, mediante relações de gênero assimétricas, isto é, da dominação masculina sobre a mulher e, a segunda, a desigualdade de geração, em que os mais velhos exercem autoridade sobre os mais jovens. Assim, a violência se manifesta mediante a conversão de diferenças naturais (sexo e idade) em desigualdade que, por as vezes, é nutrida por meio do exercício de dominação-opressão, que tem no ambiente familiar o espaço ideal para sua manifestação. Todavia, durante muito tempo, a cisão entre público e privado isentou tanto o Estado de intervir no que acontecia entre quatro paredes, como justificou a omissão e consentimento tácito da sociedade, já que a solução de quaisquer problemas no âmbito doméstico dizia respeito apenas aos membros do grupo familiar.

36 Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia. Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Federal da Bahia. Professora e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares Mulheres, Gênero e Feminismo - PPGNEIM/UFBA. Pesquisadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher - NEIM; Membro do Observatório pela Aplicação da Lei Maria da Penha - OBSERVE/NEIM/UFBA. E-mail: marciatavares1@gmail.com

Desde modo, o espaço doméstico torna-se *locus* de dominação histórica do homem sobre a mulher e dos mais velhos sobre os mais novos, as diferenças naturais entre homens e mulheres, entre adultos e crianças são transformadas em desigualdades e, estabelecidas como padrões culturais, que justificam e naturalizam, muitas vezes, comportamentos violentos. Azevedo (1993) reforça seus argumentos ao esclarecer que:

Daí os vários tipos de violência doméstica: a) em termos da direção exercida, essa sempre contra os mais fracos na hierarquia do poder familiar (mulher/criança-adolescente/filho); b) sempre qualificada em termos de natureza (sexual/física/psicológica). (AZEVEDO, 1993, p. 127)

Todavia, as situações de violência a que são submetidas as mulheres ao longo de suas vidas apresentam variações, de acordo com as diferenças sociais, culturais e econômicas resultantes do seu pertencimento a determinada raça/etnia, geração e procedência regional e/ou social (PASINATO, 2010). Neste artigo, portanto, pretendo analisar como a intersecção entre gênero e outros marcadores sociais como idade/geração, raça/etnia e classe social contribuem para sustentar e invisibilizar a violência contra as mulheres.

Caminhos metodológicos

Para a construção deste texto utilizei a pesquisa bibliográfica como procedimento metodológico. Lima e Mioto (2007), ao apontarem a diferença entre pesquisa bibliográfica e revisão bibliográfica, esclarecem, ao tratar da pesquisa bibliográfica, que ela é desenvolvida com a finalidade de fundamentar teoricamente o objeto de estudo, contribuindo com elementos que auxiliem a análise futura dos dados coletados. Neste sentido, o caminho metodológico escolhido permitiu-me realizar um estudo teórico a partir de documentos escritos, mais precisamente, artigos científicos, relatórios de pesquisa, processos administrativos e prontuários de instituições, de modo a compor o perfil de mulheres, crianças e idosas atendidas nos serviços da rede de proteção de Salvador, ao mesmo tempo em que dialogo com estudos desenvolvidos por mim e outras autoras sobre a violência contra mulheres em Salvador, cujo resultado apresento nas próximas linhas.

A violência contra as mulheres: da infância à velhice

A família, a despeito da importância que lhe é atribuída como espaço de transmissão dos princípios basilares de respeito à pessoa humana, configura-se como um espaço de hierarquia e subordinação caracterizada pelo processo de dominação que o homem exerce sobre a mulher e dos adultos sobre as crianças e adolescentes (RIBEIRO, FERRIANI; REIS, 2004).

No tocante às crianças e adolescentes, a violência doméstica ganhou visibilidade e passou a ser objeto de discussão no Brasil, no meio científico e político, a partir dos anos 1980, quando passa a ser considerada como um problema de saúde pública, em especial a violência sexual, que exige ações governamentais de prevenção, assistência e garantia de direito às vítimas (BRITO et al, 2005).

Habigzang e colaboradoras (2006, p. 16) definem o abuso sexual como:

[...] todo ato ou jogo sexual, relação hetero ou homossexual, cujo agressor esteja em estágio de desenvolvimento psicosssexual mais adiantado que a criança ou adolescente. Tem por finalidade estimulá-la sexualmente ou utilizá-la para obter estimulação sexual.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8069/1990, ao elevar crianças e adolescentes à condição de sujeitos de direitos favoreceu a implementação de políticas voltadas para a prevenção e combate à violência sexual contra o segmento infanto-juvenil.

Entretanto, o Mapa da Violência contra crianças e adolescentes (WASEL-FISZ, 2012), a partir de registros de notificação do SINAN, relativos a 2011, identificou um total de 10.425 crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, com maior concentração do sexo feminino 83, 2% e, na faixa etária entre 15 e 19 anos, com índice equivalente a 93,8%.

Faleiros (1997) pondera que valores como o machismo e patriarcalismo, que alimentam a desigualdade de gênero e subordinação das crianças aos adultos permanecem fortemente arraigados em nossa sociedade, o que favorece a prática do abuso sexual. Não é à toa, portanto, a maior proporção de vítimas do sexo feminino, uma vez que as mulheres ainda são tidas como objeto sexual, a despeito das conquistas feministas (MARTINS; JORGE, 2010).

Com efeito, ao orientar um trabalho de conclusão de curso em que foram estudados processos do Ministério Público, no período de janeiro de 2013 até janeiro de 2014, constam na 9ª Promotoria da Infância e Juventude de Salvador/BA setenta casos de violência sexual contra crianças e adolescentes. Neste universo, 78,57% das vítimas são crianças do sexo feminino, sendo 55 abusos cometidos com meninas e 15 com crianças e adolescentes do sexo masculino (LACERDA, 2015). Cabe ressaltar que a violência sexual contra meninos pode ser subnotificada, em virtude de questões culturais, valores machistas, mas também não podemos descartar que, conforme enfatiza Langdon (1993, p. 155), entre o dito e o não dito,

[...] a narrativa que não pode ser contada carrega um peso igual ou maior que aquela contada. No caso da sociedade de classe média, as proibições de narrativas sobre abuso sexual de jovens ou meninas carregam mensagens que marcam as Vítimas para o resto de suas vidas, mas não permitem uma elaboração no sentido de entender quem é realmente o culpado.

A análise dos 70 processos da 9ª Promotoria da Infância e Juventude de Salvador/BA demonstra que o vínculo familiar permanece fortemente associado aos casos de violência sexual. Dentre os acusados, foram identificados 17 pais, 13 padrastos, 6 primos, 4 irmãos, 3 avós e 6 tios, ou seja, 70% dos agressores são membros do grupo familiar, o que facilita o acesso às vítimas (LACERDA, 2015).

Todavia, Saffioti (1997) esclarece que a denúncia de abuso contra crianças do sexo masculino é rara, pois mesmo quando um menino é usado sexualmente por um adulto, no imaginário social ele é igualado a uma mulher, o que culmina na ocultação e/ou negação do abuso. Mais recentemente, Hohendorff, Habigzang e Koller (2012, p. 398), ao mapearem estudos nacionais desenvolvidos sobre a violência sexual masculina, identificam a escassez de trabalhos científicos sobre a temática, bem como confirmam que os dados epidemiológicos indicam a predominância de vítimas do sexo feminino, ressaltando que “o relato de meninos e homens sobre suas experiências de violência sexual é dificultado devido ao medo das reações e vergonha dos familiares e pessoas próximas à vítima”.

A diferença de idade e a ligação afetiva existente entre o agressor e a vítima reiteram a desigualdade existente nessa relação, pois a criança ou o adolescente são considerados não como sujeitos, mas objetos de desejo do adulto. Neste sentido, Saffioti (1997, p. 171) argumenta que a preferência por crianças aponta para o abuso sexual consiste em afirmação de poder, principalmente se levarmos em conta a predominância de casos de abusos cometidos por pais e padrastos. Daí porque refuta a ideia do abuso como decorrente de uma pulsão incontável e defende a tese de afirmação do poder do macho (LACERDA, 2015).

Com relação à violência perpetrada contra mulheres adultas, ao desenvolver uma pesquisa documental, retrospectiva, de duzentos processos administrativos instaurados desde o 4º trimestre de 2009 até o 2º semestre de 2013, de mulheres em situação de violência que recorreram ao Grupo de Atuação Especial em Defesa da Mulher (GEDEM) do Ministério Público da Bahia, em busca de proteção e, o respectivo levantamento de cada processo na Vara Especializada, com a finalidade de conferir as informações obtidas, eu pude construir um perfil das mulheres em situação de violência na capital, que apresento nas próximas linhas (TAVARES, 2015).

Com relação à faixa etária das mulheres agredidas, embora em 95 do total de 200 processos estudados não constasse sua idade, ou seja, em 47,5 % dos processos a idade da vítima não foi preenchida, nos demais processos os percentuais mais elevados se concentravam na faixa etária de 33 a 37 anos, com 13,0%, seguidos por 9,5 %, na faixa etária de 27 a 32 anos e, 8,5%, na faixa etária de 38 a 43 anos. Já os percentuais menos representativos correspondiam à faixa etária de 44 a 49 anos e acima de 55 anos, ambos com percentuais equivalentes a 5,5%, seguidos de 5%, referentes à faixa etária de 21 a 26 anos e, em menor grau, os índices relativos à faixa etária de 50 a 55 anos, com 3% e à faixa etária de 15 a 20 anos, com 2%.

Os dados apurados demonstram que a violência doméstica e familiar contra as mulheres persiste enquanto se mantiver a sua relação de convivência com o agressor (AQUINO, 2006), ao mesmo tempo em que revelam sinais da violência contra a mulher idosa que, assim como o abuso sexual contra crianças e adolescentes, é subnotificada, devido à culpa, vergonha ou receio da vítima de sofrer represália, mais agressões e até internação em asilos, uma vez que a agressão geralmente é cometida por familiares (SILVA; FRANÇA, 2013).

Os dados revelam também que a violência sofrida pelas mulheres apresenta modalidades e gradações distintas conforme sua faixa etária. Por exemplo, a violência patri-

monial e econômica é predominante apenas entre as mulheres com idade de 50 a 55 anos, que também são alvo de violência física/patrimonial/econômica, além de enfrentarem três tipos e/ou mais de violência. Já acima de 55 anos, as mulheres sofrem violência física, psicológica/emocional, física/psicológica/emocional, cárcere privado, além de três tipos e/ou mais de violência, que também atingem mulheres na faixa etária de 33 a 37 anos. Por outro lado, se há maior incidência de violência psicológica/emocional na faixa etária de 38 a 43 anos, a violência física/psicológica/emocional se concentra entre mulheres de 27 a 32 anos, enquanto mulheres com idade entre 15 a 37 anos são submetidas a cárcere privado, tal qual as mulheres acima de 55 anos, conforme já mencionado. Finalmente, o homicídio é recorrente entre mulheres mais jovens, com idade de 15 a 26 anos e de 33 a 37 anos.

A Bahia figura no ranking de violência como o 12º Estado mais violento para as mulheres, apresentando, em 2013, uma taxa média de 5,8 feminicídios por 100 mil mulheres, índice superior tanto em relação à região nordeste, cujo patamar estimado representou 5,6 para o mesmo ano, quanto relativo à média nacional, correspondente a 4,8 óbitos. Dentre as capitais do país, Salvador figura como a 10ª mais violenta: são 7,9 feminicídios em cada 100 mil mulheres (WASELFISZ, 2015).

O feminicídio é definido como o assassinato de uma mulher impelido pela condição de ser mulher. Quase sempre cometido por homens contra as mulheres, é motivado por ódio, desprezo ou pelo sentimento de perda da propriedade sobre elas. No Brasil, a circunstância que mais preocupa representantes do Estado comprometidos em coibir a violência de gênero é a do feminicídio íntimo, aquele cometido em contexto de violência doméstica, em que há ou houve relação íntima ou de afeto entre o assassino e a vítima. São mortes que, na maioria das vezes, poderiam ser evitadas com a ruptura do ciclo de violência através de mecanismos previstos na Lei Maria da Penha (INFORMATIVO, 2013).

No tocante ao grau de instrução das mulheres, no estudo dos processos administrativos já mencionados, embora não conste tal informação em 127 dos 200 processos estudados, ou seja, 63, 5%, podemos inferir que a violência contra as mulheres não só atinge diferentes faixas etárias como diversos graus de instrução, embora haja maior incidência no nível médio, com 31 mulheres, cujo percentual corresponde a 15,5%, seguido por 27 mulheres com ensino fundamental completo, que equivalem a 13,5%. Identificou-se 15 mulheres com grau de instrução superior, cujo percentual, 7,5%, indica mudanças no perfil de mulheres que denunciam as agressões sofridas.

Com efeito, a pesquisa mais recente realizada pelo DataSenado (2015) sobre violência doméstica e familiar contra a mulher, no tocante ao perfil sociodemográfico, demonstra que, entre as respondentes, o índice mais representativo de mulheres que já sofreram violência corresponde àquelas com menor grau de instrução: 27% das informantes tinham ensino fundamental, percentual que reduz para 18% e 12% quando consideradas as mulheres com ensino médio e ensino superior, respectivamente.

Cabe ressaltar, entretanto, que outros estudos desenvolvidos com mulheres após sua saída de Delegacias Especializadas de Salvador apresentam um perfil diversificado com relação à escolaridade, ora predominam mulheres com segundo grau completo e incompleto (SILVA; LACERDA, 2012), ora os índices mais elevados correspondem a mulheres

com nível médio (SOARES, 2011). Então, é possível afirmar que a violência doméstica e familiar atinge qualquer mulher, independente do seu grau de instrução.

Quanto às características étnico-raciais das mulheres, o relatório elaborado para o GEDEM identifica que, embora em 131 dos 200 processos estudados esta variável tenha sido omitida, o que corresponde a um percentual de 65,5%, nos demais processos predomina a cor parda, com um percentual equivalente a 25% (50 mulheres), seguido por 5% de mulheres classificadas como pretas (10 mulheres) e, 4% classificadas como brancas (8 mulheres).

Novamente, os dados coincidem com outros estudos realizados sobre a violência contra as mulheres, a exemplo da versão mais atualizada do Mapa da Violência (2015), que revela o crescimento da violência contra as mulheres negras, ao mesmo tempo em que esta violência diminui para as mulheres brancas.

De acordo com Waiselfisz (2015), o não reconhecimento das especificidades da violência contra as mulheres e, principalmente contra as mulheres negras, contribui para que a discriminação de gênero e o racismo produzam danos irreversíveis na vida das mulheres negras, pois, de acordo com o autor, de 13 mulheres assassinadas em 2013, 7 eram mulheres negras. O documento adverte que, quando comparado o tamanho das respectivas populações, foram assassinadas 66,7% mais meninas e mulheres negras do que brancas nesse período. Além disso, o documento destaca que mesmo não resultando em feminicídio, a violência contra mulheres negras cresceu 190,9% na década analisada, isto é, enquanto em 2003 o índice correspondia a 22,9%, atingiu 66,7% em 2013.

No que se refere às atividades laborais exercidas pelas mulheres, o relatório também omite essa informação em 116 dos 200 processos investigados, cujo percentual equivale a 58%. Nos demais processos, o índice mais representativo é o de donas de casa, isto é, 20 mulheres que não exercem atividade remunerada (10%) e, empregadas domésticas, totalizando 16 mulheres (8%), embora 14 mulheres desempenhem atividades variadas, tais como costureira, diarista, auxiliar de serviços gerais, professora, médica secretária etc.

Os resultados convergem com os estudos do Observatório pela Aplicação da Lei Maria da Penha, a exemplo de pesquisa realizada em 9 (nove) capitais brasileiras com a finalidade de investigar sobre o acesso à justiça das mulheres em situação de violência, em que as 253 (duzentas e cinquenta e três) respondentes exercem diferentes funções: ajudante de cozinha, assistente comercial, balconista, operadora de caixa, auxiliar de enfermagem, enfermeira, assistente social, professora, diaristas, manicuras, empregadas domésticas, funcionárias públicas entre outras. Em suma, as mulheres inseridas no mercado de trabalho estão concentradas em “guetos femininos”, isto é, espaços gendrados, cujas atividades desempenhadas são tidas como femininas (TAVARES; GOMES; SARDENBERG, 2011).

Já com relação à violência contra a mulher idosa, a pesquisadora do Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Carelli (Claves/ENSP/Fiocruz), Edinilsa Ramos, durante o painel Enfrentamento da Violência Intrafamiliar, realizado no 10º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva (Abrascão 2012), ressaltou que os casos de violência contra a pessoa idosa estão diretamente relacionados à família e, envolvem desde maus-

-tratos físicos e psicológicos, abuso financeiro ou material, abuso sexual, negligência, abandono, além do autoabandono e da autonegligência (VARGAS, 2012).

A pesquisadora enfatizou ainda que a violência intrafamiliar ocorre nas interações entre pai, mãe, filhos e parentes, devendo ser desnaturalizada, pois aproximadamente 90% dos casos de violência acontecem no espaço doméstico e, 2/3 dos agressores são cônjuges e filhos, cujo comportamento violento é potencializado pelo uso de drogas, que aumenta em três vezes a incidência de violência (VARGAS, 2012).

De fato, a coabitação de gerações tem afetado os níveis de hierarquia e poder no núcleo familiar, as pessoas mais jovens (filhos/as e netos/as) passam a exercer poder e controlar as mais idosas, principalmente com relação às questões financeiras, quando o idoso/a possui salário ou algum tipo de remuneração previdenciária. Deste modo, o poder das pessoas mais velhas é anulado, pouco a pouco deixam de ser ouvidas, o que as torna suscetíveis à violência doméstica e intrafamiliar, à discriminação, desrespeito e maus-tratos (AZEVEDO; TAVARES, 2014).

Assim, as violências resultantes de idade/geração sofridas pelas mulheres idosas, continuam ausentes na agenda das ações políticas em defesa da dignidade das mulheres.

Ao que tudo indica, as mulheres na velhice se igualam aos homens em relação ao sexo e à condição social de gênero, ou seja, as assimetrias de poder e desigualdades de gênero que acompanham suas trajetórias e experiências de vida se tornam invisíveis, na medida em que, agora idosas, parecem perder a condição de ser mulher (AZEVEDO; TAVARES, 2014, p. 13).

Afinal, conforme chama a atenção Alda Britto da Motta (2014), a condição etária relega a mulher à invisibilidade na velhice, até mesmo para a política feminista que reivindica proteção social apenas para as adultas jovens, a exemplo da criação de Delegacias Especializadas e casas-abrigo, desconsiderando que as agressões e maus-tratos cometidos contra as mulheres idosas são resultantes principalmente das relações entre as gerações, nas quais os mais velhos estão em desvantagem.

A violência contra as idosas, reforça a autora em outro momento (BRITTO DA MOTTA, 2010), deve ser compreendida como uma violência que envolve o âmbito geracional e a condição de gênero: predomina entre as mulheres, impulsionada pela esperada —fragilidade feminina— física, afetiva e social. Ou analisada de forma reversa: uma violência de gênero que se materializa principalmente na dimensão geracional. Por isso, a análise dos acontecimentos não pode prescindir do entrecruzamento dessas duas dimensões, de gênero e de gerações.

Considerações finais

A discussão aqui apresentada trouxe algumas inquietações surgidas a partir da minha incursão nos estudos sobre violência contra as mulheres e, particularmente, buscou compartilhar preocupações quanto aos serviços prestados pela rede de proteção às mulheres que se encontram em situação de violência. Mais precisamente, procurei demonstrar

como a violência doméstica e familiar acompanha a trajetória de vida das mulheres desde a infância à vida adulta até a velhice.

A Lei 11.340/2006, mais conhecida como Lei Maria da Penha, reconhece a violência infligida às mulheres em suas diferentes etapas de vida, ao mencionar em seu Art. 2º que:

Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social (BRASIL, 2010, p. 11).

Pasinato (2010) pondera que, embora o gênero seja uma categoria transversal, tanto a experiência de ser mulher como a capacidade de entender que se encontra vivendo em situação de violência não é única, ela se mostra diferente para cada mulher, uma vez que suas experiências estão condicionadas ao enfeixamento de categorias como classe social, raça/etnia, filiação religiosa e etapas da vida, motivo pelo qual a autora sugere a inclusão de uma perspectiva geracional nas análises sobre gênero e violência.

Com efeito, a violência de gênero, quando imbricada com a violência geracional, doméstica e intrafamiliar, mostra um quadro deveras preocupante, a imagem idílica da família como refúgio contra um mundo desumano e cruel é demolida diante da vulnerabilidade e desproteção a que se encontram sujeitas crianças/meninas, mulheres adultas e idosas em situação de violência, cujos agressores são pessoas do seu círculo de parentesco e convivência.

Afinal, conforme enfatiza Britto da Motta (2001), numa perspectiva de idade/geração, ser criança, jovem, adulto ou velho é uma “situação” que pode ser vivenciada de forma semelhante ou diferenciada, de acordo com o gênero e a classe social a que pertencem os indivíduos de cada grupo etário. Neste sentido, entendo que tanto os estudos sobre o tema como políticas, programas e ações voltadas para o enfrentamento da violência contra as mulheres não podem prescindir de um olhar mais atento sobre a intersecção entre gênero e geração.

Deste modo, se gênero e idade/geração atuam como dimensões fundantes de análise da vida social, uma vez que exprimem relações básicas, por onde se entretecem subjetividades, identidades e se projetam trajetórias, estas não se dissociam de outros marcadores sociais, a exemplo do pertencimento a determinado grupo étnico e classe social, que tanto podem oferecer às mulheres outras alternativas para romperem com situações de violência como podem contribuir para intensificar os graus de violência a que se encontram expostas, na esfera doméstico-familiar ou mesmo no âmbito institucional. Por enquanto, as políticas de enfrentamento à violência ainda não conseguem responder de forma efetiva e satisfatória às diferentes demandas das mulheres, assegurando-lhes desde a infância à velhice o direito a uma vida sem violência.

Referências bibliográficas

AQUINO, Silvia de. “Análise de Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher (DEAMs) em funcionamento no Estado da Bahia, em uma perspectiva de gênero e feminista”. **Aquino S. de.** – Salvador, 2006.

AZEVEDO, Maria Amélia. Violência doméstica contra crianças e adolescentes: problemas teóricos de pesquisa no Brasil. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 1, n. 3, p. 127-135, dez. 1993. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v1n3/v1n3a16.pdf>. Acesso em 08 maio 2016.

AZEVEDO, Eulália Lima; TAVARES, Márcia Santana. As DEAMs desconhecem sexo e gênero na velhice: reflexões sobre mais uma modalidade de violência contra as mulheres. **Anais do 18º Encontro Nacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero – REDOR.** Recife: UFRPE, 2014.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 30 jul. 2016.

_____. Lei Maria da Penha: Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, que dispõe sobre mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010.

BRITO, Ana Maria M.; ZANETTA, Dirce Maria T.; MENDONÇA, Rita de Cássia V.; BARISON, Sueli Z. P.; ANDRADE, Valdete A. G.; Violência doméstica contra crianças e adolescentes: estudo de um programa de intervenção. **Ciência & Saúde Coletiva**, 10(1), p. 143-149, 2005.

BRITTO DA MOTTA, Alda; A dimensão de gênero na análise do envelhecimento. In:

FERREIRA, Mary; ÁLVARES, Maria Luzia Miranda; SANTOS, Eunice Ferreira dos (orgs.). **Os saberes e os poderes das mulheres: a construção do gênero.** São Luís: EDUFMA/ Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas Mulher, Cidadania e Relações de Gênero; Salvador: REDOR, 2001, p. 193-213.

_____. Violência contra as mulheres idosas – questão de gênero ou de gerações? **Anais do III Seminário de Políticas Sociais e Cidadania.** Salvador: UCSAL, 2010. CD Rom.

_____. A despreocupação social com a violência contra as pessoas idosas. **Anais do 18º Encontro Nacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero – REDOR.** Recife: UFRPE, 2014.

DATASENADO. Violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília: DF, 2015. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/pdf/Relatorio_Violencia_Mulher_v10.pdf. Acesso em: 04 de jul. 2016.

DEBERT, Guita Grin; OLIVEIRA, Amanda Marques de. A polícia e as formas de feminização da violência contra o idoso. **São Paulo em Perspectiva**, v. 21, n. 2, p. 15-28, jul./dez. 2007.

FALEIROS, Vicente de Paula. A violência sexual contra crianças e adolescentes e a construção de indicadores: a crítica do poder, da desigualdade e do imaginário. Trabalho apresentado na Oficina de indicadores da violência Intrafamiliar e da Exploração Sexual de crianças e adolescentes, promovida pelo CECRIA, em Brasília de 01 a 02/12/97.

HABIGZANG, Luísa F.; AZEVEDO, Gabriela Azen; KOLLER, Sílvia Helena and MACHADO, Paula Xavier. Fatores de risco e de proteção na rede de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. **Psicol. Reflex. Crit.** [online]. 2006, vol.19, n.3, p. 379-386.

HOHENDORFF, Jean Von; HABIGZANG, Luísa Fernanda and KOLLER, Silvia Helena. Violência sexual contra meninos: dados epidemiológicos, características e consequências. **Psicol. USP** [online]. 2012, vol.23, n.2, p. 395-416.

INFORMATIVO Compromisso e Atitude Lei Maria da Penha. Instituto Patrícia Galvão. – n. 3, outubro 2013.

LACERDA, Simone Oliveira de. **Violência sexual contra crianças e adolescentes: uma leitura de gênero dos processos da 9ª Promotoria da Infância e Juventude de Salvador/Bahia**, 2015. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Instituto de Psicologia. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2015.

LANGDON, E. Jean. “O dito e o não-dito”: reflexão sobre narrativas que famílias de classe média não contam. **Estudos Feministas**. – n. 1, 1993, p. 155-158.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. In: **Rev. Katál.** Florianópolis v. 10 n. esp. p. 37-45 2007.

MARTINS, Christine Baccarat de Godoy; JORGE, Maria Helena Prado de Mello. Abuso sexual na infância e adolescência: perfil das vítimas e agressores em município do sul do Brasil. **Texto contexto - enferm.** [online]. 2010, vol.19, n.2, p. 246-255.

PASINATO, Wania. **Relatório Final: Estudo de Caso Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e a rede de Serviços para Atendimento de Mulheres em Situação de Violência em Cuiabá, Mato Grosso**. São Paulo, setembro de 2009. Disponível em: http://www.observe.ufba.br/_ARQ/estudodecaso.pdf. Acesso em: 05 de ago. 2016.

_____. Acesso à justiça para mulheres em situação de violência. Um estudo de caso sobre a Delegacia da Mulher e a rede de enfrentamento a violência de Belo Horizonte. **Anais do 34º Encontro Anual da ANPOCS**, 2010.

RIBEIRO, Márcia Aparecida; FERRIANI, Maria das Graças Carvalho; REIS, Jair Naves dos. Violência sexual contra crianças e adolescentes: características relativas à vitimização nas relações familiares. **Cad. Saúde Pública** [online]. 2004, vol.20, n.2, p. 456-464.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. No fio da navalha: violência contra criança e adolescente no Brasil atual. In: MADEIRA, Felícia (org.). **Quem mandou nascer mulher?** Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Record/Rosa dos Tempos; 1997, p. 135-211.

SILVA, Ermildes Lima da; LACERDA, Simone Oliveira de. Denunciei, e agora? Fragmentos de conversas com mulheres em situação de violência. **Anais** do XIII Encontro de Pesquisadores em Serviço Social. Juiz de Fora: MG, 2012.

SILVA, Edson Alexandre da; FRANÇA, Lucia Helena de Freitas Pinho. Violência e Maus-tratos contra as pessoas idosas. **Sinais Sociais**. – nº 22, v. 8 –. Rio de Janeiro: SESC, 2013.

SOARES, Jenefer Estrela. Relatório Final do Programa Institucional de Bolsistas de Iniciação Científica 2010-2011. Salvador: UFBA, 2011.

TAVARES, Márcia Santana. **Da queixa à sentença**: A Via Crucis das Mulheres em Situação de Violência na Bahia. Relatório de Pesquisa elaborado para o Grupo de Atuação em Defesa das Mulheres – GEDEM: MP. Salvador, 2015. (No prelo).

_____. GOMES, Marcia Queiroz de Carvalho; SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. O Acesso à Justiça no Brasil das Mulheres em situação de violência. **Anais** do XV Congresso Brasileiro de Sociologia. Curitiba: PR, 2011.

VARGAS, Tatiane. Mulheres idosas são as principais vítimas de violência. **Informe ENSP**. Disponível em: <http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/informe/site/materia/detalhe/31463>. Acesso em: 04 de maio de 2016.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2012** - Crianças e Adolescentes do Brasil. Rio de Janeiro: CEBELA: FLACSO, 2012.

_____. **Mapa da violência 2015**: homicídio de mulheres no Brasil. Brasília: FLACSO Brasil, 2015.

GÊNERO E DIREITOS DAS MULHERES NOS ASPECTOS SEXUAIS, REPRODUTIVOS, CLIMATÉRICOS E DA VIOLÊNCIA

Inez Sampaio Nery³⁷

Anna Karolina Lages de Araújo³⁸

Josanne Cristina Ribeiro Ferreira Façanha³⁹

Introdução

As sociedades primitivas eram organizadas em torno da figura da mãe; não havia divisão entre os papéis sociais de homens e mulheres, sendo as relações sexuais não monogâmicas. Assim, todos os integrantes do grupo ficavam relacionados às atividades da coleta de frutos e raízes e da luta pela sobrevivência, havendo igualdade de funções entre homens e mulheres. A partir da descoberta da agricultura, da caça, do fogo e com a fixação das comunidades é que essas relações foram modificadas (PEDRO, 2005).

A Pré-História é caracterizada pela ausência de documentos escritos, motivo pelo qual não se sabe qual o papel da mulher nesse período, tendo-se conhecimento apenas que as sociedades não eram matriarcais e, sim, matricêntricas. Logo, embora a mulher não exercesse papel de dominação era considerada como centro da sociedade em razão de sua fertilidade.

Na Grécia antiga, a figura da mulher era compreendida como um ser passivo, inferior ao homem quanto aos padrões anatômico, fisiológico e psicológico. Aristóteles, em sua obra *Geração dos Animais*, foi o pioneiro na argumentação quanto à inferioridade da mulher em relação ao homem, ao defender a tese de que “a mulher contribui para a reprodução humana com o sangue menstrual, enquanto o homem contribui com o sêmen, que é a forma superlativa do sangue”. O sêmen masculino fornece a “forma” enquanto a mulher “empresta” a carne (HILLMAN, 1984, p. 203).

No Direito Romano, a mulher, ainda em sua situação de submissão, apenas participava do culto ao pai ou ao marido, porque a descendência era estabelecida pela linha masculina. Durante a infância e a adolescência, era subordinada ao pai e, depois do casamento, ao marido. O pai, detentor do chamado “pátrio poder” tinha o direito de lhe designar um tutor ou marido após sua morte. A viúva era subordinada aos filhos e, na ausência destes, aos parentes próximos do marido falecido (VENOSA, 2005).

Na Idade Média, a mulher de classes sociais mais baixas desempenhava função social semelhante à do homem, competindo-lhe o cultivo da agricultura e a execução das tarefas domésticas, todavia possuía uma educação diferenciada, voltada para servir a família.

Nos séculos XVII e XVIII, a partir da Reforma Protestante, houve um progresso no processo de educação feminina, ocasião em que Martinho Lutero difundiu a proposta de

37 Enfermeira. Doutora, livre docente e pós-doutorado em Enfermagem. Professora Associada IV, membro efetivo dos programas de pós-graduação em Enfermagem e Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Email: inezsampaionery11@gmail.com

38 Enfermeira. Mestra em Enfermagem pelo programa de Pós-Graduação em Enfermagem da UFPI. Enfermeira do Hospital Universitário em São Luís-MA. Email: karol_lages@hotmail.com

39 Advogada, mestra em Políticas Públicas pela UFMA e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI. E-mail: jocrf_2009@hotmail.com

alfabetização de todos, independentemente do sexo, para que pudessem ler as Escrituras, apesar da valorização do modelo de família patriarcal (SISSA, 1990).

Em seguida, a Lei das XII Tábuas concedeu à mulher o direito de se ausentar do lar conjugal por três noites consecutivas em cada ano, reconhecendo também o chamado casamento “*sine manu*”, cuja característica era a desoneração da mulher dos vínculos estreitos com a família do marido. Esse pode ser considerado o primeiro avanço nos direitos da mulher (VENOSA, 2005).

Na Idade Moderna, a mulher continuava a ter o papel de cuidar dos filhos, principalmente em mantê-los limpos, agasalhados e alimentados, sendo a amamentação com o leite materno de extrema importância nesse período. Quanto à liberdade sexual, as mulheres, quando casadas, passavam a ser reprimidas pelos maridos no que diz respeito ao prazer sexual e, quando solteiras, havia reafirmação da virgindade até o casamento (BAUER, 2002).

Mediante os aspectos do direito da mulher no processo histórico, observa-se um dos grandes riscos gerados para as mulheres nas sociedades patriarcais que reside no fato da naturalização de seus papéis, baseada especialmente em suas condições biológicas que acabam, muitas vezes, sendo uma justificativa para o exercício de relações de poder e opressão das mulheres.

Gênero, saúde reprodutiva e sexual, climatério e violência de gênero

O gênero constitui uma dimensão relacional, podendo ser configurado de forma igualitária ou assimétrica. Neste último caso, favorece relações desiguais de poder, o que pode gerar sofrimento psíquico nas mulheres, sendo, portanto, as questões de gênero consideradas determinantes de saúde muito relevantes na criação de políticas públicas (ROSO; ANGONESE; SANTOS, 2013).

Para Saffioti (2004, p. 70 e 104), embora gênero seja interpretado como “um conjunto de normas modeladoras dos seres humanos em homens e mulheres, normas estas expressas nas relações destas duas categorias sociais, ressalta-se a necessidade de ampliar este conceito para as relações homem-homem e mulher-mulher”. A mesma autora define patriarcado como “um pacto masculino para garantir a opressão de mulheres. As relações hierárquicas entre homens, assim como a solidariedade entre eles existente, capacitam a categoria constituída por homens a estabelecer e a manter o controle sobre mulheres”.

Com base neste enfoque, é válido afirmar que as questões de gênero são consideradas determinantes de saúde e relevantes na criação de políticas públicas. A seguir, apresentam-se conceitos e considerações acerca da saúde reprodutiva, sexual e planejamento familiar com base na Constituição Federal e a lei que regulamenta o referido planejamento no país.

A assistência à saúde reprodutiva é definida como a constelação de métodos, técnicas e serviços que contribuem para a saúde e o bem-estar reprodutivo, prevenindo e resolvendo problemas de saúde reprodutiva. Isso inclui também a saúde sexual, cuja finalidade é a intensificação das relações vitais e pessoais e não simples aconselhamento e assistência relativos à reprodução e a doenças sexualmente transmissíveis.

A saúde sexual é a habilidade de mulheres e homens para desfrutar e expressar sua sexualidade, sem riscos de doenças sexualmente transmissíveis, gestações não desejadas, coerção, violência e discriminação. A saúde sexual possibilita experimentar uma vida sexual informada, agradável e segura, baseada na autoestima, que implica abordagem positiva da sexualidade humana e respeito mútuo nas relações sexuais.

Na Constituição Federal – Cap. 7 /Art. 226 descreve que: “o planejamento familiar **é livre decisão do casal**, competindo ao estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício deste direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas” (BRASI, 1988).

No que se refere ao climatério, o Ministério da Saúde (MS) considera ser a “fase de transição entre o período reprodutivo e o não reprodutivo da vida da mulher, estendendo-se até os 65 anos de idade”. Acrescenta-se que a menopausa é um marco dessa fase, correspondendo ao último período menstrual, somente reconhecida depois de passados 12 meses de sua ocorrência, sendo que a idade média em que se manifesta é em torno de 50 anos. Isso determina que, atualmente, “as mulheres passam cerca de um terço de suas vidas em estado de carência hormonal” (BRASIL, 2008, p. 11).

Quanto à violência, não é fácil apresentar um conceito, seja por se tratar de um fenômeno complexo que assola as pessoas, seja por se tratar de problema social, que acompanha a humanidade desde seus primórdios, sob o fundamento de questões ideológicas, morais e culturais, manifestado sob diversas formas, a depender do momento histórico, do local e das circunstâncias.

Como um dos principais indicadores da discriminação de gênero contra a mulher, encontra-se a questão da violência, seja doméstica, domiciliar ou sexual. Todavia, ao se reportar à conceituação de violência atrelada ao gênero, observa-se uma desarmonia teórica, a partir da qual se podem definir ao menos duas vertentes principais de argumentação sobre essa problemática: uma que enfoca a opressão das mulheres pelos homens; e outra que postula por uma ambiguidade que seria inerente às relações entre homens e mulheres. A primeira corrente de pensamento interpreta a violência como uma das faces da dominação masculina, enquanto a segunda considera a violência como um elemento natural da aliança afetiva/conjugal (CABETE, 2006).

No entanto, é válido enfatizar que, para Cabete (2006), a violência de gênero tem sido predominantemente conceituada considerando as relações de dominação entre os sexos, dando azo à constatação de que as mulheres vêm sendo historicamente vitimadas pela opressão masculina que se desenvolve das mais variadas formas e em diversos aspectos, sendo a violência física e sexual apenas algumas de suas manifestações.

A lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, denominada lei Maria da Penha, tipifica cinco formas de violência: física, psicológica, sexual, moral e patrimonial. Eis os conceitos:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e

decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria (BRASIL, 2006).

Aspectos históricos dos direitos e as políticas públicas de saúde da mulher

Neste tópico serão abordados os aspectos históricos e as principais políticas públicas criadas desde a década de 40 do século passado até os dias atuais com vistas a observar a evolução histórica dos acontecimentos.

Em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos garantiu que ninguém estará sujeito a interferências na sua vida privada, na sua família, no seu lar (art. XII) e que homens e mulheres têm o direito de contrair matrimônio e fundar uma família, sem qualquer resistência, exceto uma idade mínima para contraí-lo (art. XVI) (BARSTED et al., 2003).

Nos primórdios da sociedade, os direitos sexuais e reprodutivos eram entendidos como pertinentes à vida doméstica e individual, não consistindo em objeto das políticas públicas. Só com a “explosão populacional”, (décadas de 1950 e 1960), os formuladores de políticas passaram a defender a disseminação de métodos anticoncepcionais, mesmo contrariando os interesses individuais. É aí que os movimentos feministas ganham força na luta pelo direito de escolha e liberdade de decisão das mulheres nos assuntos sexuais e reprodutivos (BRASIL, 2010).

Em 1966, o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos garantiu o direito à vida e à liberdade (artigo 6º); à privacidade (artigo 17); ao casamento e à constituição de família, à proteção da honra e da reputação (artigo 23); à igualdade entre homens e mulheres (artigo 3º) (BARSTED et al., 2003)

A saúde da mulher no Brasil foi incorporada às políticas públicas nacionais, no início do século XX e até a década de 70 eram limitadas à situação da gravidez e do

parto. Os programas criados nessa época tinham como foco os cuidados voltados ao processo gravídico-puerperal, com o propósito de proteger a criança e a gestante (NARCHI; FERNANDES, 2007; COSTA, 2009).

Em 1975, foi criado pelo Ministério da Saúde o Programa Nacional de Saúde Materno-Infantil (PNMI) que tinha como finalidade contribuir para a redução da morbimortalidade da mulher e da criança. Tal programa possuía como objetivos estimular o aleitamento materno, garantir a suplementação alimentar para a prevenção da desnutrição materna e infantil, melhorar a qualidade das ações prestadas durante a gravidez, o parto e o puerpério e a crianças menores de 5 anos, dentre outros, buscando assim melhorar a saúde materno-infantil (BRASIL, 2011).

Como dito anteriormente, a atenção à mulher era voltada somente para o período gravídico-puerperal, tornando o cuidado fragmentado e restrito, esquecendo-se de assistir a mulher durante as outras etapas de sua vida. O movimento feminista brasileiro criticou a perspectiva reducionista desses programas e reivindicou a introdução de outras questões, como gênero, sexualidade, doenças sexualmente transmissíveis, anticoncepção e desigualdades, nas políticas de saúde da mulher (CASSIANO et al., 2014).

Neste sentido, em 1983, o Ministério da Saúde elaborou o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), publicado em 1984, com o objetivo de aumentar a cobertura do pré-natal, melhorar a qualidade da assistência ao parto, diminuir os índices de cesáreas desnecessárias, aumentar os índices de aleitamento materno, implantar o alojamento conjunto, identificar e controlar o câncer cérvico-uterino e de mama, como também as doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), evitar o aborto provocado por meio da prevenção da gravidez indesejada, do planejamento familiar, dentre outros (BRASIL, 1984).

Em 1989, o Ministério da Saúde se voltou mais especificamente para o adolescente, com a criação do Programa de Saúde do Adolescente (PROSAD), abrangendo, como área prioritária, a saúde sexual e reprodutiva deste grupo. Entretanto, o programa nunca foi implementado em sua totalidade (BRASIL, 1989). Vale destacar que a ênfase dada, no PROSAD, à saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes foi fruto do PAISM (JAGER et al., 2014).

Outro marco referencial relacionado aos direitos sexuais e reprodutivos em âmbito nacional foi a lei nº 9.263/1996 que regulamentou o planejamento familiar, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde em 2004. Ela inclui, além do que consta no PAISM, as mulheres marginalizadas: lésbicas, presidiárias, ruralistas, negras, indígenas, domésticas e aspectos da mortalidade materna, violência doméstica e sexual. Também são destaques a Política Nacional dos Direitos Sexuais e Reprodutivos, em 2005, e a Portaria nº 1459/11 da rede Cegonha, dentre outras.

Além dessas estratégias, outras foram criadas pelo Ministério da Saúde visando melhorar a qualidade da assistência à mulher e do neonato, da adulta e da idosa e agravos à saúde da mulher, levando em consideração a atenção obstétrica destacada por portarias, leis e programas que garantem os direitos das mulheres durante os ciclos de vida, em especial no pré-natal, parto e puerpério, referentes aos adolescentes e outras situações.

A Portaria nº 569, de 1 de junho de 2000, do Ministério da Saúde instituiu o Programa de Humanização no Pré-Natal e Nascimento (PHPN) com o objetivo de melhorar a qualidade, a cobertura e o acesso da assistência pré-natal, do parto e do puerpério. Nela, afirma-se que a humanização da atenção obstétrica e neonatal é a primeira condição para promover um acompanhamento adequado à mulher e ao recém-nascido, evitando-se o uso de práticas intervencionistas desnecessárias (BRASIL, 2012).

Apesar do progresso da assistência à mulher, identificou-se a necessidade da implementação de novas ações, como atenção às mulheres rurais, com deficiência, negras, indígenas, presidiárias e lésbicas além de serem observadas algumas lacunas na atenção ao climatério/menopausa, saúde da mulher na adolescência, saúde mental, doenças crônico-degenerativas, infertilidade, reprodução assistida, queixas ginecológicas, saúde ocupacional, doenças infectocontagiosas, a inclusão da questão de gênero, raça e a violência doméstica e sexual.

Para contemplar todos esses aspectos, o Ministério da Saúde criou, em 2004, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM). São seus objetivos primordiais: promover a melhoria das condições de vida e saúde das mulheres brasileiras; contribuir para a redução da morbimortalidade feminina no Brasil, em todos os ciclos de vida e nos diversos grupos populacionais; e ampliar, qualificar e humanizar a atenção à saúde da mulher (BRASIL, 2009). A política se destaca, por incluir as especificidades da saúde da mulher na adolescência, com enfoque aos direitos reprodutivos e sociais, lacuna até então existente.

Para promover a humanização da atenção obstétrica e baseado em evidências científicas de que a presença de um acompanhante, durante o trabalho de parto e no próprio parto, reduz a duração do processo da parturição, diminui o uso de medicações para o alívio da dor e proporciona um apoio emocional e conforto à mulher, criou-se a lei nº 11.108, de 7 de abril de 2005, que garante às parturientes e às puérperas a presença de um acompanhante de sua escolha nos hospitais públicos e conveniados ao SUS (BRASIL, 2005).

Para regulamentar e reforçar um dos direitos que o PHPN já traz, foi criada a lei nº 11.634, de 27 de novembro de 2007, que garante o direito das gestantes de conhecer e possuir vinculação prévia à maternidade onde será realizado seu parto, atendida em casos de intercorrências na gestação e no puerpério no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) (BRASIL, 2007).

Em seguida, a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 36, de 3 de junho de 2008, enfatizou o direito da mulher a um acompanhante e determinou parâmetros para que as unidades de saúde pudessem se adaptar e garantir uma estrutura física adequada para os acompanhantes. Essa determinação se aplica a todo serviço de saúde no país que exerça atividades de atenção obstétrica e neonatal, seja ele público, privado, civil ou militar (BRASIL, 2008).

Por fim criou-se a Portaria nº 1.459, de 24 de junho de 2011, que instituiu a Rede Cegonha apresentando 4 componentes: pré-natal; parto e nascimento; puerpério e atenção integral à saúde da criança; e sistema logístico. São seus objetivos: implementar novo modelo de atenção ao parto e nascimento, reduzir a mortalidade materna e infantil e garantir

à mulher e à criança o acesso, acolhimento e resolutividade nas redes de atenção à saúde da mulher (BRASIL, 2013).

A Rede Cegonha traz, em suas diretrizes, o atendimento com classificação de risco nos serviços de atenção obstétrica e neonatal e a implementação de Centros de Parto (CPN). Além disso promove incentivos financeiros de custeio para o CPN, estimulando sua inserção nos serviços de saúde e valorizando, assim, a atuação da enfermeira obstetra na atenção ao parto, já que, nesses estabelecimentos, essa profissional é quem conduz o cuidado da admissão até a alta (BRASIL, 2013).

Considerando o período pós-reprodutivo feminino, no Brasil, foi incorporada às políticas nacionais de saúde a Política de Atenção à Saúde da Mulher climatérica. Dentre suas prioridades, estavam inclusas ações educativas, preventivas, de diagnóstico, tratamento e recuperação, englobando a assistência à mulher em clínica ginecológica, no pré-natal, parto e puerpério, no climatério, no planejamento familiar, quanto às DSTs, ao câncer de colo do útero e mama, além de outras necessidades identificadas a partir do perfil populacional das mulheres. Pode-se enfatizar que essa política já contemplava uma abordagem geracional da mulher adolescente e da idosa (BRASIL, 2008).

Passaram a ser desenvolvidas atividades de capacitação em atenção integral à saúde feminina e ações de saúde específicas direcionadas às mulheres no climatério, culminando, em 1994, com o lançamento, pelo Ministério da Saúde, do Manual de Normas de Assistência ao Climatério.

Direitos sexuais e reprodutivos

Os direitos sexuais e reprodutivos constituem direitos humanos, reconhecidos nacional e internacionalmente. Os reprodutivos, para Marques e Pereira (2011), são a oposição a qualquer controle coercitivo da natalidade e qualquer imposição natalista que resulte na proibição do uso de métodos contraceptivos; os sexuais relacionam-se ao potencial do indivíduo em expressar sua sexualidade com liberdade, bem como à garantia do acesso à educação sexual durante toda a vida.

Esses direitos nasceram juntamente com a saúde reprodutiva e buscam interagir com os direitos sociais, principalmente no que concerne à saúde, à educação, à informação, com os direitos individuais de não interferência e não discriminação. A saúde sexual e reprodutiva ocupa um lugar importante na construção da igualdade de gênero e na construção da autonomia de adolescentes e jovens, sendo fundamental para a formação de pessoas saudáveis e responsáveis (BRASIL, 2007a; BRASIL, 2007b).

Os direitos reprodutivos são direitos humanos básicos, legitimados pela ordem mundial desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 10 de dezembro de 1948, e nas diversas leis internacionais (convenções e pactos), nacionais e nos documentos consensuais (Plataformas de Ação das Conferências Internacionais das Nações Unidas) sobre direitos humanos.

No contexto brasileiro, os direitos sexuais e reprodutivos tornaram-se uma prioridade devido ao interesse do Brasil em garantir os direitos humanos necessários à criação e à implementação de políticas voltadas para o desenvolvimento e melhoria das condições de vida da sociedade. O intuito é garantir a saúde sexual e reprodutiva de homens e mulheres, tanto adultos como adolescentes. Devem ter o mesmo status dos direitos sociais e econômicos.

A heterossexualidade, como norma, foi o esteio do modelo de sexualidade baseado em sexo-procriação, porém o feminismo, em suas lutas no campo ideológico para romper com a moral conservadora, que prescrevia para as mulheres a submissão da sexualidade à reprodução, teve uma participação muito importante na conquista dos direitos femininos. Colocando-se na posição de sujeito e construtoras de direitos, em especial, sexuais e reprodutivos, as mulheres romperem com a heteronomia à qual sempre estiveram submetidas, em relação ao uso de seus próprios corpos, uma vez que todas as regras e tabus que controlavam e reprimiam suas vivências corporais na sexualidade e na reprodução foram historicamente determinados pelos homens (ÁVILA, 2003).

O Plano de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, realizada no Cairo, em 1994, e o documento resultante da IV Conferência Mundial da Mulher, que ocorreu em Pequim, em 1995, legitimaram o conceito de direitos reprodutivos na sua concepção atual e estabeleceram novos modelos de intervenção na saúde reprodutiva e de ação jurídica, comprometidos com os princípios dos direitos humanos. Conceitua-se sexualidade como parte integrante da personalidade do ser humano. O desenvolvimento total depende da satisfação de necessidades humanas básicas, tais quais desejo de contato, intimidade, expressão emocional, prazer, carinho e amor. A sexualidade é construída através da interação entre o indivíduo e as estruturas sociais. Seu total desenvolvimento é essencial para o bem-estar individual, interpessoal e social. São direitos sexuais: liberdade, autonomia e integridade sexuais, segurança do corpo à livre associação sexual, privacidade sexual, prazer sexual, expressão sexual, escolhas reprodutivas livres e responsáveis e informação baseada no conhecimento científico (IPAS, 2016).

Além disso, os direitos reprodutivos e sexuais dos adolescentes incluem ainda a garantia da continuação dos estudos pela adolescente gestante, através da Lei Federal 6.202/75, que permite à adolescente concluir suas atividades em regime domiciliar após o oitavo mês de gestação e no período de licença-maternidade; o direito à realização da anticoncepção de emergência, garantido pela Resolução nº 1811/2006 do Conselho Federal de Medicina (CFM), que afirma, em seu artigo 4º, que esse tipo de anticoncepção pode ser utilizado em qualquer etapa da vida reprodutiva e fase do ciclo menstrual como forma de prevenir uma gestação; e a garantia de acesso irrestrito aos preservativos masculinos, estabelecida pela Nota Técnica nº 13/2009 do Programa Nacional – DST/Aids, em que se recomenda que as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde facilitem o acesso das populações mais vulneráveis aos preservativos masculinos, sem que haja necessidade de prescrição médica, participação em palestras ou outras reuniões (MORAES; VITALE, 2012).

O climatério, as questões de gênero e direitos das mulheres

Esta temática envolve dimensões prioritárias nos aspectos socioeconômicos, psíquico-emocionais, culturais, de saúde, gênero e violência com direitos específicos das mulheres. Sabe-se que a maioria das mulheres vivencia mudanças de papéis na estrutura familiar e na força de trabalho, o que torna importante discutir a multidimensionalidade que as envolve nessa etapa de vida marcada por preconceitos próprios das questões de gênero estabelecidas culturalmente na sociedade, no trabalho, na saúde, na educação e na vida conjugal compartilhada.

Segundo Veloso e Nery (2016) a vivência do climatério não depende apenas das características físicas, mas ainda dos aspectos psicoemocionais e socioculturais, o que aumenta demanda assistencial neste período, associada a novas formas do cuidado em que práticas educativas, integrativas e complementares são necessárias para a compreensão do climatério não como uma fase que envolve mistérios e tabus que se perpetuam, que é temido e estigmatizado pela sociedade.

Entretanto, no que diz respeito à assistência à mulher no climatério, percebe-se que os programas e ações específicas voltados para assistir a mulher de meia-idade ficam na dependência de iniciativas individuais e da sensibilidade de cada profissional, não configurando uma ação articulada e organizada dos serviços de saúde, voltada para o atendimento integral (NERY; TYRRELL, 2014)

Esta constatação é evidenciada em atendimentos diversos, através de relatos de mulheres vivenciando o climatério, as quais passaram pela experiência de procurar o serviço de saúde para, manifestarem suas angústias, suas relações familiares e sociais, insônia, depressão e autoimagem. Contudo, é válido salientar que essa clientela tem o seu atendimento limitado apenas a prescrições medicamentosas, ao passo que essas mulheres, mais do que medicamentos, necessitam serem ouvidas e orientadas, apresentando uma alternativa de solução como resposta aos problemas que as cercam. Surge, portanto, aqui a possibilidade da inserção de um atendimento holístico baseado em práticas integrativas e complementares.

Na verdade, o climatério ainda é pouco conhecido pelas mulheres, sendo um assunto gerador de constrangimento e curiosidade. Observa-se que muitos profissionais de saúde, inclusive o enfermeiro, ainda continuam prestando orientações técnicas, fragmentadas e prescritivas, sem levar em conta a multidimensionalidade do cuidado, principalmente quanto aos aspectos biopsicossociais e culturais que envolvem a mulher climatérica. Essa postura, provavelmente, ancora-se na formação acadêmica, baseada no modelo biomédico.

Vale destacar que, em 1850, a média de vida da mulher era de aproximadamente 40 anos e, na virada do século XX, já havia aumentado para cerca de 55 anos. Atualmente, em países desenvolvidos, a população feminina vive quase 80 anos, sendo que, no Brasil, a expectativa de vida desse grupo é de 72,5 anos. Estima-se que, neste início de século, a população feminina mundial com idade superior a 45 anos seja de mais de 700 milhões (OSÓRIO-WENDER, 2006).

Estudos avaliativos da mulher no climatério identificaram uma prevalência de 39,8% de transtornos mentais. Desses casos, os sintomas foram mais exacerbados em mulheres que perderam seus papéis sociais e não redefiniram seus objetivos existenciais, estando ainda associado a queixas psicológicas durante o climatério e a fatores da personalidade e tendências ansiosas prévias (GALVÃO et al., 2007).

Segundo o MS, o climatério não é uma doença e, sim, uma fase natural da vida da mulher, pela qual muitas passam sem queixas ou necessidade de medicamentos. Outras, no entanto, têm sintomas que variam na sua diversidade e intensidade. Ressalte-se que, neste caso, é fundamental o acompanhamento sistemático por equipe multiprofissional, constituída por enfermeiros, médicos, psicólogos, terapeutas naturistas, nutricionistas, fisioterapeutas e assistentes sociais, visando promover a saúde, o diagnóstico precoce, o tratamento imediato dos agravos e a prevenção de danos (BRASIL, 2008).

Nessa ótica, tanto nas diretrizes das políticas e programas de saúde para a mulher, como na visão de vários autores (MENDONÇA, 2004; PEREIRA; SIQUEIRA 2009), existe o consenso de que a atenção à saúde da mulher deve ser integral em todas as fases de sua vida. E o climatério, por compreender um período relativamente longo, no qual se processam diversas alterações, merece uma atenção especial capaz de garantir uma melhor qualidade de vida à mulher.

O profissional enfermeiro, como membro da equipe multiprofissional de saúde que assiste a clientela feminina, deve cuidar para que haja a maior efetividade possível no atendimento. Além disso, os serviços de saúde precisam adotar estratégias que evitem a ocorrência de oportunidades perdidas de atenção às mulheres no climatério, disponibilizando acesso a orientações ou ações de promoção, prevenção e ou recuperação, de acordo com o perfil epidemiológico desse grupo populacional (BRASIL, 2008).

É compreensível que a ciência coloque à disposição da sociedade diversos recursos, opções ou modalidades terapêuticas e tecnologias para abordagem da saúde das mulheres no climatério. No entanto, essas medidas devem ser utilizadas de maneira criteriosa e individualizada, considerando-se que, embora muitas das queixas comportamentais no climatério possam ser explicadas por influências socioculturais e psicológicas, existem importantes interações entre as dimensões biológicas, psicológicas e culturais (BRASIL, 2008).

Segundo Veloso e Nery (2016), essa situação existencial, única e singular na vida da mulher, necessita ser melhor compreendida e compartilhada dando-lhe oportunidade de manifestar suas vivências em relação ao momento, tornando-lhe possível expressar a realidade socialmente moldada pelos aspectos culturais e revelar o impacto causado pelas alterações físicas e psíquicas que caracterizam a fase. O climatério precisa ser entendido como um período de transformação e transição normal da vida feminina.

A violência de gênero e a garantia dos seus direitos específicos

O interesse pelo presente objeto de estudo surgiu em razão da necessidade de maior aprofundamento no estudo das questões relativas ao gênero, em especial ao impacto

da violência contra a mulher na atualidade e, principalmente, ao tratamento que a legislação concede a essas questões de violência de gênero.

Pode-se afirmar que a violência contra a mulher, considerada expressão da violência de gênero, consiste na manifestação do poder dos homens (“poder do macho”) em relação a ela. Isso porque, segundo a ideologia dominante, qual seja a da inferioridade feminina, o homem deve desfrutar de uma posição de poder no mundo do trabalho, no ambiente doméstico, bem como nas relações afetivas. Em contrapartida, ao ocupar a posição de “dominador”, o homem também é vítima da ideologia social, pois, ao ser considerado o provedor das necessidades da família, tem o dever de lograr êxito profissional e financeiro, independentemente da situação econômica do país (SAFFIOTI, 1987).

Os grupos feministas militantes, ao longo de décadas, conseguiram modificações nas legislações, políticas e costumes de muitos países. Porém, apesar dos avanços relevantes, em alguns países, ainda existem leis e políticas discriminatórias. Na prática, a discriminação “de fato” continua sendo uma realidade.

Por esse motivo, a violência contra a mulher vem sendo objeto de diversos acordos internacionais, sendo o Brasil signatário de todos. Tendo em vista as inúmeras agressões cometidas contra as mulheres e falta de uma resposta legal adequada às práticas delitivas no Brasil, foi promulgada a Lei nº. 11.340, de 07 de agosto de 2006, mais conhecida como Lei Maria da Penha⁴⁰, incorporada ao nosso ordenamento jurídico, através de decreto presidencial, com o escopo de criação de mecanismos eficazes para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher (BRASIL, 2006).

A introdução dessa lei na seara jurídica brasileira teve por objetivo cumprir a determinação do art. 226, § 8º, da Constituição Federal, segundo o qual “O Estado assegurará assistência à família na pessoa de cada um que a integra, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações” (BRASIL, 1988). Além dessa previsão constitucional, o Brasil cumpre o compromisso firmado, no plano internacional, nas Convenções e Tratados citados.

A Lei Maria da Penha “dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar” (Art. 1º). *Secundum lege*, violência doméstica e familiar contra a mulher consiste em:

Qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial, praticado no âmbito da unidade doméstica, da família ou em qualquer relação íntima de afeto.

I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

⁴⁰ O motivo pelo qual essa lei é assim denominada deve-se a um fato ocorrido em 29 de maio de 1983. Nessa data, na cidade de Fortaleza/CE, a farmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes, enquanto dormia, foi atingida por um tiro de espingarda desferido por seu marido Marco Antônio Heredia Viveiros. Em razão do disparo efetuado, a vítima foi atingida na coluna vertebral, destruindo-se a terceira e a quarta vértebras, razão pela qual ficou paraplégica (CUNHA; PINTO, 2007).

III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação (BRASIL, 1988)

Esta definição corrobora o entendimento constitucional, que prevê assistência à família e a cada um de seus integrantes para coibir a violência no âmbito de suas relações. Conforme preceitua a Lei Maria da Penha, no art. 7º, são formas de violência contra a mulher: a física, a psicológica, a sexual, a patrimonial e a moral, entre outras.

Enquadrando tais modalidades de agressão, essa lei aplica o princípio da proteção integral e o da dignidade da pessoa humana, seus principais fundamentos. Segundo o princípio da proteção integral, a mulher é protegida sob o aspecto patrimonial e em seus direitos da personalidade, ficando salvaguardada de qualquer conduta que viole ou ameace suas garantias fundamentais. O princípio da dignidade da pessoa humana, por sua vez, é o fundamento para todos os demais princípios constitucionais, sendo por meio dele garantidos e preservados os direitos fundamentais inerentes a todo ser humano (BRASIL, 2006).

Dentre as inovações da Lei 11.340/06, destaca-se a criação de Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, a serem instalados pela União, Estados e Distrito Federal, que deverão contar com uma equipe de atendimento multidisciplinar, composta por profissionais especializados nas áreas judicial, psicossocial e de saúde. A Lei Maria da Penha não excluiu da apreciação dos Juizados os casos de violência doméstica e/ou familiar quando a vítima for criança, adolescente ou idosa, e não estabeleceu que a mulher, para ser enquadrada como vítima e receber o amparo da legislação protetiva, tenha que comprovar sua dependência econômico-financeira ou hipossuficiência quanto ao agressor.

Na verdade, a violência contra as mulheres se faz presente em diversas sociedades, não importando seu sistema político ou econômico, cultura, classe social ou etnia. Esse crime cruel e covarde se manifesta de diferentes maneiras e ocupa lugar em espaços vários, porém, qualquer que seja seu tipo, possui um motivo principal: a discriminação, dominação e exploração sofridas pelas mulheres, devido à desigualdade das relações de gênero, nas sociedades patriarcais.

Considerações finais

Estudo de revisão da literatura, com utilização do método dedutivo-hermenêutico, seus objetivos foram refletir e compreender os direitos das mulheres nos aspectos sexuais, reprodutivos, no climatério e violência de gênero.

Percebe-se que as ações de assistência devem abranger a mulher nas diversas fases de vida, embora se constate que essas ações necessitam ser melhoradas. Sugerem-se mais políticas na atenção à saúde da mulher fazendo valer seus direitos e utilização das práticas integrativas e complementares, pois, de maneira autônoma, a enfermagem capacitada nessa área, pode contribuir para a promoção da saúde, prevenção das doenças, tratamento e reabilitação da saúde.

A deficiência nas políticas públicas se explica pela falta de vontade política regional e/ou local, além das fortes resistências culturais. Essas questões colocavam a mulher em

segundo plano, tendo em vista que não se dispunha de recursos estruturais e financeiros, capazes de garantir uma devida assistência à grande parcela dessa população.

Daí a necessidade do estudo das relações de gênero e os processos de constituição, legitimação, reprodução e reconstrução, bem como o estudo da saúde da mulher nos aspectos sexuais e reprodutivos, climatério e violência de gênero.

A violência contra a mulher admite imprecisões e peculiaridades que somente são compreendidas por meio da contextualização dessa conduta em uma conjuntura social, histórica e cultural, na qual homens e mulheres foram (e são) tratados de maneira desigual, de tal forma que o sexo feminino foi (e ainda é) subjugado, humilhado e vilipendiado, para que o homem, enquanto “chefe” de família pudesse (e possa) expressar e manter sua vontade dentro e fora do lar conjugal.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, M. B. M. Modernidade e cidadania reprodutiva. In: ÁVILA, M. B. M.; Berquió, E. **Direitos reprodutivos: uma questão de cidadania**. Brasília: CFMEA, 1994. Pág. 9.

_____. Direitos sexuais e reprodutivos: desafios para as políticas de saúde. **Cad. Saúde Pública**, v. 19, (Sup. 2), p.465-469, 2003.

BARSTED, Leila Linhares. **Uma vida sem violência é um direito nosso**: proposta de ação contra a violência intrafamiliar no Brasil. Nações Unidas; MJ/SNDH: Brasília, 2006.

BARSTED, L. L. et al. **Direitos sexuais e direitos reprodutivos na perspectiva dos direitos humanos**. Org. M. Ventura. Rio de Janeiro: ADVOCACI, 2003. (Advocacia Cidadã pelos Direitos Humanos)

BAUER, Carlos. **Breve história da mulher no mundo ocidental**. São Paulo: Xama Editora, 2002.

BRASIL. **Lei nº. 11.340**, de 07/08/2006. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 12 dez. 2013.

_____. Constituição Federal Brasileira, Brasil, 1988.

_____. Ministério da Saúde. **Assistência integral à saúde da mulher**: bases de ação programática. Brasília: Ministério da Saúde, 1984. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/assistencia_integral_saude_mulher.pdf>. Acesso em: 31 maio 2016.

_____. **Programa de Humanização no Pré-natal e Nascimento**. Brasília, DF, 2002. Disponível em: <<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/parto.pdf>>. Acesso em: 31 maio 2016.

BRASIL, Ministério da Saúde, **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher**: princípios e diretrizes. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nac_atencao_mulher.pdf>. Acesso em: 31 maio 2016.

_____. **Lei Nº 11.108, de 7 de abril de 2005.** Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para garantir às parturientes o direito à presença de acompanhante durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. Diário Oficial da União, Brasília-DF, 8 abr. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11108.htm>. Acesso em: 01 jun. 2016.

_____. **Lei Nº 11.634, de 27 de dezembro de 2007.** Dispõe sobre o direito da gestante ao conhecimento e à vinculação à maternidade onde receberá assistência no âmbito do Sistema Único de Saúde. Diário Oficial da União, Brasília-DF, 28 dez. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11634.htm>. Acesso em: 31 maio 2016.

_____. **Marco legal:** saúde, um direito de adolescentes. Secretaria de Atenção à Saúde, Área de Saúde do Adolescente e do Jovem. Brasília (DF), 2007a.

_____. **Marco teórico e referencial:** saúde sexual e saúde reprodutiva de adolescentes e jovens. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília (DF), 2007b.

_____. **Resolução - RDC Nº 36, de 3 de junho de 2008.** Dispõe sobre Regulamento Técnico para Funcionamento dos Serviços de Atenção Obstétrica e Neonatal. Diário Oficial da União, Brasília-DF, 4 jun. 2008. Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br/divulga/noticias/2008/040608_1_rdc36.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2016.

_____. **Manual de Atenção à Mulher no Climatério/Menopausa** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008.

_____. **Saúde sexual e saúde reprodutiva.** Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Brasília (DF), 2010.

_____. **Política Nacional de Atenção Básica.** Brasília: Ministério da Saúde, 2012. (Série E. Legislação em Saúde)

_____. **Gestões e gestores de políticas públicas de atenção à saúde da criança:** 70 anos de história. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/70_anos_historia_saude_crianca.pdf>. Acesso em: 30 maio 2016.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Gravidez, parto e nascimento com saúde, qualidade de vida e bem-estar** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas, Área Técnica de Saúde da Criança e Aleitamento Materno, Área Técnica de Saúde da Mulher. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013.

CABETE, E, L, S. A violência domiciliar e familiar contra a mulher: a questão dos crimes culposos. **Jus Navigandi.** 2006. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=8909>>. Acesso em: 15 out. 2012.

CASSIANO, A. C. M. et al. Saúde materno-infantil no Brasil: evolução e programas desenvolvidos pelo Ministério da Saúde. **Rev. do Serviço Público**, Brasília, v.65, n.2, p.227-

244, abr./jun. 2014. Disponível em: < <http://seer.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/581>. > Acesso em: 30 maio 2016.

COSTA, A.M. Participação social na conquista das políticas de saúde para mulheres no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, n. 4, p.1073-1083, 2009.

FIGUEIREDO, M. L. F; TYRRELL, M. A. R. O gênero in (visível) da Terceira Idade no saber da Enfermagem. **Rev. Bras. Enferm**, Brasília, v. 57, n. 06, p. 679-682, nov./dez. 2004.

GALVÃO, L. L. L. F. et al. Prevalência de transtornos mentais comuns e avaliação da qualidade de vida no climatério. **Revista da Associação Médica Brasileira**, 2006. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttex&pid> Acesso em: 15 de maio de 2016.

HILLMAN, James. **O mito da análise**: três ensaios de psicologia arquetípica. Trad. Norma Abreu Telles. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

JAGER, M. E. et al. O adolescente no contexto da saúde pública brasileira: reflexões sobre o PROSAD. **Psicologia em estudo**, Maringá, v. 19, n. 2, p. 211-221, abr./jun. 2014. Disponível em < <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv64436.pdf> >. Acesso em: 12 jan. 2016.

MARQUES, D.M.; PEREIRA, A.L. Assistência pautada nos direitos sexuais e reprodutivos: uma condição para promover a saúde da mulher. **Rev. Eletr. Enf.** v.13, n.3, p.449-455, 2011.

MENDONÇA, E. A. P. **Representações sociais como objeto de práticas educativas na promoção da saúde no climatério/menopausa**. 2004. Tese. Doutorado em Saúde Pública. Escola Nacional de Saúde Pública Fundação Oswaldo Cruz / Fiocruz, Ministério da Saúde, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <bases.bireme.br>. Acesso em: 12 jul. 2016.

MORAES, S.P.; VITALE, M.S.S. Direitos sexuais e reprodutivos na adolescência. **Rev Assoc Med Bras**. v. 58, n.1, p.48-52, 2012.

NARCHI, N. Z.; FERNANDES, R. A. Q. **Enfermagem e Saúde da Mulher**. Barueri: Manole, 2007.

NERY, I. S; TYRREL, M.A. R. **O aborto provocado e a questão de gênero**. 3. ed. Teresina-PI: EDUFPI, 2014

OSORIO-WENDER, M. C. Climatério In: DUNCAN, B. B.; SCHMIDT, M. J.; GUILIANE, E. R. J. **Medicina ambulatorial**: condutas de atenção primária baseada em evidências. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006, p. 481-491. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/gays/direitossexuais.html>> Acesso em: 10 de maio de 2015.

PEDRO, Joana Maria. **Traduzindo o debate**: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. São Paulo, UNESP, v. 24, n. 1, 2005, p. 78.

ROSO, A.; ANGONESE, M.; SANTOS, V.B. Saúde das mulheres, direito e resistência: analisando discursos produzidos no campo grupal. **DIÁLOGO**, n. 24, p. 09-20, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do macho**. Coleção polêmica. São Paulo: Moderna, 1987.

_____. **Violência doméstica**: questão de polícia e da sociedade. Gênero e Cidadania – PAGU/ Núcleo de Estudos de Gênero – UNICAMP, CAMPINAS, p. 59-69, 2004.

SISSA, Mary J. P. **O conhecimento no cotidiano**: as representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 1990.

VELOSO, L. C.; NERY, I. S. **Vivências de mulheres no climatério**: contribuições para o cuidar em enfermagem. Teresina: EDUFPI, 2016

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil**: parte geral. v. I. São Paulo: Atlas, 2005.

PARTE II

GÊNERO, CULTURA E LINGUAGENS

AS PESCADORAS DO RIO TEJO E A CULTURA AVIEIRA EM PORTUGAL

Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão⁴¹

Introdução

Nossa incursão em pesquisas com foco temático em pesca artesanal inicia em 2002 com a criação do Grupo de Pesquisa Desenvolvimento e Sociedade CNPq/UFRPE.

Essa pesquisa, desenvolvida a partir da perspectiva de gênero, fundamentada na teoria feminista, aborda questões relacionadas à cultura Avieira⁴² e dialoga com questões que envolvem a violência doméstica.

A cultura Avieira se constitui em um legado construído a partir dos deslocamentos realizados por pescadores e pescadoras no rio Tejo. Trabalhadores que migraram de Vieira de Leiria devido ao inverno rigoroso, fugindo do mar violento do norte de Portugal, para pescar no rio Tejo. Os Avieiros, assim denominados por serem originários de Vieira, também, são conhecidos por Nômadass do Rio, a partir do romance escrito por Alves Redol⁴³.

Iniciaram esta cultura itinerante a partir dos deslocamentos em finais do século XIX, realizados em barcos denominados de bateiras. Estes se transformavam em local de vida e trabalho, espaço no qual as famílias dormiam, cozinhavam, lavavam roupa desenvolviam as atividades cotidianas durante o inverno e no início da primavera retornavam a Vieira de Leiria.

Essa migração se intensificou no século XX, especialmente no período de crise, oriunda da primeira e segunda guerra mundial, nos anos entre 1919 e 1939⁴⁴.

Durante as primeiras décadas do século XX, os Avieiros deslocaram-se de um lado para o outro, às margens do rio Tejo, como nômades, vivenciavam um cotidiano no qual o barco de pesca consistia também em residência de muitas famílias pescadoras. Posteriormente construíram palafitas⁴⁵ as margens do rio Tejo. Este tipo de habitação foi a forma encontrada para enfrentar o movimento das águas, sobretudo no período de enchente do rio Tejo famoso por suas inundações. Ali se estabeleceram e fixaram residências, em povoados denominados de aldeias Avieiras, localizadas nas margens do rio Tejo.

Mulheres na cultura Avieira

Nossa trajetória de pesquisadora nos estudos de gênero na pesca artesanal, nos conduziu ao questionamento: quem são as mulheres avieiras? Onde estão? O que poderia nos contar

⁴¹ Docente Titular da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Doutora pela Universidade Complutense de Madrid em Estudios Iberoamericanos. Atua na Pós Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa - Ação Mulher e Ciência. Líder do Grupo de Pesquisa Desenvolvimento e Sociedade. Link www.gpdeso.com. E-mail: mrfaletao@gmail.com

⁴² Um projeto realizado no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, no estágio de investigadora visitante, em 2014, Portugal.

⁴³ Escritos português publica em 1942 o romance *Avieiros*, onde narra o cotidiano desses atores sociais, também denominado por ele de *ciganos do rio Tejo*.

⁴⁴ Francisco Oneto Nunes (1993), descreve a situação de crise que incentivou a migração, inicialmente sazonal

⁴⁵ As palafitas são tipos de habitações construídas para se adaptarem a situações onde há variação no volume da água. No Tejo, até a atualidade, existem inundações.

sobre o cotidiano desta cultura em processo de extinção? O que pensam sobre a candidatura a Patrimônio Imaterial da Cultura Avieira?

Na intenção de visibilizar a voz destas mulheres entrevistamos pescadores e pescadoras, pesquisadores e pesquisadoras e gestores e gestoras.

Especialmente os pescadores e as pescadoras, com quem mantivemos contato durante a pesquisa, afirmaram que era muito duro o dia a dia da mulher Avieira. Elas pescavam com os camaradas, realizam as atividades domésticas e comercializavam o pescado.

As narrativas de homens e mulheres entrevistados/as expressam a violência doméstica a qual estavam submetidas essas mulheres. A violência doméstica, umas das expressões da violência de gênero, é praticamente, consequência da assimetria de poder vivenciada na sociedade patriarcal. O poder dos homens sobre mulheres, crianças e idosos/as naturalizado nas relações familiares.

Outra fonte de informação sobre a violência doméstica, vivenciada pelas mulheres avieiras, é narrada por Nunes (1993, p.191-201) ao descrever um longo depoimento de uma pescadora chamada de Luzia Tocha, nascida na Espanha, país para onde seus pais migraram em busca de trabalho. Sua mãe, retornou, sozinha a Portugal onde criou os filhos com muita dificuldade vendendo sardinha. Ela relata o cotidiano de sua família abandonada pelo pai muito cedo. Aos 8 (oito) anos de idade, tornou-se, também vendedora de sardinha. Casou-se, muito jovem e teve 6 filhos. Dividiu as atividades da pesca com o marido, sofreu violência doméstica e ficou viúva. Nesta etapa da vida, ela narra que “acabou a vida; acabou-se a vida toda, ele enterrou-se e minha vida então acabou. Nunca mais trabalhei⁴⁶....”; mas olhe, senhor: Deus tem sempre mais para dar do que o diabo tem para levar”.

Na tradição da pesca Avieira os casais trabalham juntos, quando um morre o parceiro ou parceira ficam sem o camarada e deixa, em definitivo, de pescar.

Frequentemente ouvimos relatos de mulheres que sofreram violência física, de parentes dos que morreram e também da expressão pública de atos de violência pelos quais a sociedade passava ao largo, atuando a partir do ditado “em briga de marido e mulher não se mete a colher”. Considerando que é muito recente a consciência de que esse tipo de violência cometida contra a mulher não é um problema privado, mas que é um problema social, portanto deve ser combatido por toda a sociedade.

A pesquisa de campo.

Nos meses anteriores a nossa estadia em Lisboa, iniciamos a leitura sobre os Avieiros, com objetivo de nos prepararmos para nossa inserção na pesquisa de campo que foi realizada de maio a agosto, de 2014. Nossas incursões foram realizadas em Valada, Escaroupim, Porto da Palha e Vila Franca de Xira quando nos aproximamos das famílias Avieiras.

O contato inicial, se concretizou em 09 de junho de 2014, com a nossa participação no II Cruzeiro Religioso, quando nos deslocamos em trem até Reguengo, e por meio da Ollem, uma empresa de turismo nos levou até Valada. Desta cidade seguimos em barco até

⁴⁶ Trabalhar na pesca, porque trabalham juntos os casais, quando um morre o parceiro ou parceira ficam sem o camarada.

Porto da Palha quando deixamos a excursão e, a partir daí, nos incluímos num barco de pescadores Avieiros. Conhecemos os sujeitos de pesquisa na igreja de Escaroupim e no decorrer da procissão, no trecho, entre Valada e Vila Franca de Xira⁴⁷.

Posteriormente, retornamos ao Porto da Palha e Vila Franca de Xira⁴⁸, para dar prosseguimento as entrevistas. Neste encontro de culturas, rico e complexo, interagimos, estabelecemos contatos e construímos um acervo fotográfico, iniciado deste o momento da procissão.

Apoiamo-nos na literatura⁴⁹ sobre relações de gênero, patrimônio cultural e pesca artesanal realizada no rio Tejo. Conteúdos teóricos que nos abriu caminho para dialogarmos com as comunidades Porto da Palha e Vila Franca de Xira.

Na elaboração desta narrativa que ora apresentamos, priorizamos a entrevista realizada, com o casal Maria Guilhermina Lobo Cristino Vicente e José Eduardo Domingos Vicente (alcunha VARINO), em 20 de junho de 2014 na comunidade Avieira do Porto da Palha, Concelho de Azambuja, as margens do rio Tejo.

O Porto da Palha: o lugar da pesquisa

Este povoado situa-se no município de Azambuja, faz parte da área metropolitana de Lisboa, com acesso de trem aproximadamente de hora em hora, ao sairmos da estação em Azambuja, Guilhermina nos esperava de carro e nos levou a aldeia avieira do Porto da Palha. Localidade que se situa na direção Norte do país.

A família composta por Maria Guilhermina Lobo Cristino Vicente e José Eduardo Domingos Vicente nos recebeu em uma área coberta às margens do rio Tejo.

O casal pesca muitas vezes durante a madrugada, nos meses de janeiro a junho no rio Tejo. Outra atividade econômica que realiza, consiste no plantio de milho, em terras que se estendem desde as margens do rio Tejo na direção da sede do município de Azambuja.

Nossa conversa durou aproximadamente duas horas, abordou os temas: sobre a cultura Avieira, as vestes (trajes ou vestimentas usadas), as redes, os barcos de pesca e o movimento das águas da cheia e da vazante do rio Tejo, e, também, sobre educação.

⁴⁷ A pesquisa foi possível especialmente por causa das mulheres e homens Avieiros que nos receberam e relataram sobre a vida deles e dos antepassados.

⁴⁸ Além dos entrevistados e entrevistadas, outras pessoas contribuíram, direta ou indiretamente, nesta pesquisa, dentre elas João Monteiro Serrano, Maria de Lourdes Véstia e Teresa Serrano, os quais os conhecemos no Instituto Politécnico de Santarém por ser uma das instituições envolvidas na Candidatura da Cultura Avieira a Patrimônio Nacional. Também foi importante o contato com Maria de Fátima Nunes e o diálogo com o grupo de pesquisa da Universidade Évora e suas indicações de publicações sobre patrimônio cultural

⁴⁹ A obra da Dra. Maria Micaela Soares é citada por Oneto (1993, p.182), mas só tivemos acesso a ela no Rancho Folclórico de Vila Franca de Xira, folheamos, fotografamos e reconhecemos o seu valor para os Avieiros que se reconhecem em seu trabalho.

Maria Guilhermina Lobo Cristino Vicente pertence a uma família de pescadores. Seus dois irmãos trabalham na pesca e seus pais Luís Gregório Cristino e Lioninda da Conceição Vieira Lobo, ainda vivem na comunidade, onde possuem uma pequena cafeteria ou lanchonete.



Fonte: Fotografia 1. A pescadora Guilhermina chegando a Igreja de Escaroupin. Em 09/06/2014. Arquivo: Rosário Andrade

José Eduardo Domingos Vicente, marido de Guilhermina, pertence a uma família de agricultores e foi criado pelo avô na localidade de Valada. As filhas do casal Lina Isabel Cristino Vicente⁵⁰ e Carina Alexandre Cristino Vicente⁵¹ contribuem no trabalho da pesca se necessário for, mas não fazem da pesca seu meio de sustento. Sabem pescar porque viveram desde sempre nesta cultura pesqueira, cujos filhos muitas vezes nascem, se criam e constituem novas famílias que habitam nos barcos.

As narrativas do casal de pescadores dialogam com os dados explicitados por Nunes (1993, p. 184), “os Avieiros [...] erravam pelo rio, acompanhando nas praias isoladas onde depois nasciam pequenas aldeias de barracas de caniços e, mais tarde,

⁵⁰ É casada e tem duas filhas uma de 12 anos e outra de 2 anos.

⁵¹ Isabel é solteira e não tem filhos/as.

de madeira [...] assim surgiram as aldeias da Palhota⁵², Conchoso, Escaroupim, Casa Branca, Vau, Caneiras”, localizadas às margens do rio Tejo.

A luta para se fixarem nestas aldeias, nos foi relatada pelo Sr. Vau, um pescador avieiro que vive em Vila Franca de Xira⁵³. Em sua narrativa ele nos explicou que as palafitas eram constantemente destruídas por funcionários do governo de Salazar⁵⁴, necessitavam ergue-las a noite, para lograr algum êxito.

O tema da violência doméstica está presente na narrativa de Guilhermina ao afirmar que a vida das mulheres Avieiras sempre foi dura⁵⁵. A dupla jornada de trabalho das mulheres sempre foi constante e muitas vezes sofriam violência doméstica⁵⁶.

A rotina de trabalho incluía a pesca, a comercialização e todas as outras atividades no âmbito de reprodução do grupo doméstico. Hoje, a vida cotidiana ainda inclui uma jornada de trabalho intensa, elas acompanham o marido na pesca, companheiro de trabalho denominado de camarada, e, ainda, realizam as atividades domésticas, de beneficiamento e de comercialização⁵⁷ do pescado.

A violência doméstica, sempre presente nos relatos, nos impactou a narrativa realizada por dois irmãos de uma pescadora, que estava grávida e recebeu um forte chute do marido, vindo a falecer. Outra pescadora nos contou que ela foi obrigada a remar para o marido, no dia em que saiu da maternidade, quando teve sua primeira filha. Na ocasião, ela temia que se a criança chorasse, as duas, a pescadora e a recém-nascida sofressem violência física por parte do seu companheiro, porque violência psicológica ela já estava vivenciando.

Por outro lado, segundo Guilhermina: “a convivência constante ajuda a desenvolverem uma vida plena a dois, afinal ao passar todo o tempo juntos, ao compartilhar muitas tarefas”. Há os momentos difíceis, ela reconhece, os quais são superados na convivência familiar.

Alguns homens entrevistados, falaram que a violência contra as mulheres avieiras, devia-se ao costume dos pescadores beberem e também por causa da vida dura que enfrentavam em seu cotidiano.

Do Barco à Aldeia

Os pais de Guilhermina, Luís Gregório Cristino e Lioninda da Conceição Vieira Lobo, há 53 anos⁵⁸ migraram para esta localidade, quando ela nasceu. Como de costume, ela foi criada dentro do barco. Assim, fazia parte da tradição, também, quando as crian-

52 Palhota, junto à Azambuja, aldeia imortalizada pelo escritor Alves Redol que aí viveu e se inspirou quando escreveu o seu romance “Os Avieiros”.

53 Além da narrativa de Sr. Vau, sobre a destruição das palafitas pelo governo de Salazar, esta informação é citada por Nunes (1993, p.190).

54 Período de ditadura, conhecido por Estado Novo vigorou em Portugal durante quatro décadas, sem interrupção, desde 1933 até ser derrubado pela Revolução de 25 de abril de 1974.

55 Vide Véstia (2014b).

56 Escutamos outros relatos de mulheres e homens sobre a violência doméstica. Nunes (1993, p. 199) relata a vida escrava (uma leitura trágica do contexto Avieiro), um Avieiro bateu tanto na mulher que o amigo comentou “Oh Joaquim, isso não se faz! Eu tenho ouvido dizer que tua mulher é boa para ti, não te merece uma coisa destas; nem a um animal se faz o que tu fizeste agora à tua mulher!...”.

57 Há a tradição das mulheres venderem pescado na rua e as vezes nos mercados.

58 Desde 1961, a indicação de datas conforme eventos na família, por exemplo nascimento, é indicado na literatura, como sendo um marcador no discurso dos/as Avieiros/as.

ças ficavam maiores eram entregues aos tios que viviam em terra, para que pudessem também estudar. A vida das famílias, era ora no barco de pesca as margens do Tejo e, ora em terra, nas aldeias localizadas próximas ao rio. Assim foi a vida de Guilhermina que estudou até a 4ª série⁵⁹. Em sua vida de adulta, dividia seu dia a dia: ora estava no barco o lugar de trabalho, mas não de dormida. A noite ficava na casa em terra no Porte de Palha.

Vale ressaltar a nossa aproximação com o casal de entrevistados, aconteceu por meio de Lina Isabel, filha de Guilhermina e José, que estava semelhantemente aos demais jovens presentes na procissão, vestiam camisetas verde, nas quais haviam dizeres sobre o rio Tejo, o que nos aguçou a curiosidade e lhe indagamos sobre o tema. Foi nos explicado que as cores das camisetas, indicava a comunidade de origem, Verde (Porto da Palha), Branca (Vila de Franca de Xira), Laranja (Póvoa de Santa Iria). Cada aldeia escolhe a cor e os dizeres que divulgarão o evento, neste caso a procissão. Ela nos levou até a pescadora Guilhermina, sua mãe, que se prontificou a nos receber em outro dia.

Vale ressaltar que II Cruzeiro Religioso do Tejo, incluiu os municípios ribeirinhos de Abrantes, Constância, Vila Nova da Barquinha, Chamusca, Golegã, Almeirim, Santarém, Cartaxo, Salvaterra Magos, Azambuja e Vila Franca de Xira, Alhandra, Póvoa de Santa Iria, Lisboa e Trafaria.

Conforme o cartaz de divulgação, o roteiro do II Cruzeiro Religioso do Tejo, iniciou sua primeira etapa em 17/05 e concluiu em 14/06 em Paço do Arcos.

As associações dos Avieiros se reúnem especialmente na época do Cruzeiro Religioso. Na aldeia do Porto da Palha são 07 casais de Avieiros, os quais compõem a Associação, são pescadores e pescadoras avieiros que sobrevivem do rio Tejo.



Fonte: Figura 1. Cartaz publicitário da Procissão. Acesso em <http://www.cm-salvaterrademagos.pt/informacoes/eventos/item/1064-ii-cruzeiro-religioso-do-tejo-escaroupim-8>

⁵⁹ Sobre as dificuldades na escolarização dos Avieiros, Nunes (1993) escreve sobre a falta de escolas próximas as comunidade Avieiras.

Além destes casais, outras pessoas na comunidade de Porto da Palha, que trabalham na agricultura, não vivem da pesca, são moradores de fins de semana.

Na comunidade de Porto da Palha, fotografamos uma casa de pescadores que mantém todo o formato original das construções dos Avieiros e que deveria ser transformada em museu.

Explicaram-nos que só recebiam o subsídio para adquirirem outro barco se destruíssem os barcos/embarcações de 9 metros de comprimento, norma definida no N.º1, artigo 24 do Regimento 4028/86. Ela e José Eduardo nos responderam que isso aconteceu da localidade de Vila de Franca de Xira para baixo, em direção de Lisboa. Informou-nos inclusive que em Palhota e Escaroupim, ainda existem barcos de madeira, de 9 metros. Atualmente a maioria dos barcos são construídos de fibra.

Pesca e Turismo

Para os Avieiros a exploração do turismo no Tejo, como pratica econômica é perfeitamente compatível com as atividades tradicionais da cultura Avieira. Algumas pessoas querem que os pescadores se desloquem para outros lugares. Mas eles entendem que se houver respeito ao trabalho na pesca e sem a destruição das redes é possível diálogo entre eles. Entendem que “o rio é de todos. O rio é livre, é de todos, é preciso conversar”.

Para Guilhermina e José Eduardo, viver a longo do rio Tejo é um prazer indescritível, sentem orgulho em mostrar os lugares bonitos e conhecem como ninguém as espacialidade do rio, onde se deve passar para não encalhar os barcos. Consideram o rio de uso coletivo, onde todos podem ganhar a vida e sobreviver dos recursos aquáticos.

Nosso interesse em saber a posição do casal de pescadores sobre o desenvolvimento do turismo no rio Tejo se fundamentou nos critérios estabelecidos no Projeto de Reconhecimento da Cultura Avieira⁶⁰, no qual o turismo cultural e ambiental consiste num dos pilares de sustentabilidade por sua capacidade em fomentar a valorização e preservação do patrimônio cultural e artístico, os usos e costumes, geração de renda e postos de trabalho.

A manutenção de barcos e redes de pesca

A pesca é feita nos meses de janeiro a junho, especialmente as espécies: o Sável, a Lampreia, a Enguia, o Peixe Gato (não comestível, dizem que tem veneno nas vísceras), o Barbo, a Fatasa (Tainha), o Robalo, o Pimpão e o Lucipercio. Os instrumentos de trabalho são redes e também pode-se realizar a pesca de linha. As redes são diferentes, conforme o tipo e a espécie a ser pescada. As redes são adquiridas prontas, mas, ainda, persiste a fabricação artesanal. A recuperação deste apetrecho de pesca quando danificada é feita por eles mesmo: os pescadores. As redes de pesca de Guilhermina e José Eduardo são recuperadas pelos pais da pescadora. Em Salvaterra os barcos são construídos pelos pescadores e são

⁶⁰ Ver Actas I 1.º Encontro Nacional da Cultura Avieira publicada em 2010.

eles que realizam a manutenção e a recuperação das redes com a intenção de contribuir no processo de preservação da cultura Avieira.

Religiosidade e Cultura Avieira

Guilhermina e José nos explicaram que os Avieiros procuram manter a tradição religiosa a partir da Nossa Senhora dos Avieiros e do Tejo, uma tradição recente, quanto a outras expressões de religiosidade, por exemplo as procissões de Nossa Senhora da Boa Viagem, Jesus dos Navegantes, São Pedro, São Gonçalo, são vivências religiosas que diferem entre pescadores do rio e do mar⁶¹, especialmente porque a pesca no mar é diferente do rio.

No Cruzeiro Religioso de 2014, todos da família de Guilhermina participam desta festa da cultura e religiosa Avieira. O irmão desta pescadora é o presidente da Associação dos Avieiros de Porto da Palha. A inserção e contribuição da família na procissão foram possibilitadas a partir do convite recebido pelo irmão de Guilhermina para uma reunião de planeamento, do evento religioso, no Instituto Politécnico de Santarém. O segundo passo foi reunir os 07 (sete) associados da Associação de Porto da Palha junto com o primo que mora na aldeia avieira de Palhota. O terceiro passo, para a concretização da profissão, foi o apoio da Junta de Freguesia e da Câmara de Azambuja.

O resgate e preservação da cultura Avieira é importante para o casal de pescadores. Eles são conscientes da necessidade de preservar este Patrimônio Cultural que, possivelmente, pode acabar na geração a qual ela pertence. Pois, “já não se vê muita juventude a viver do rio Tejo”. Existe um jovem na faixa dos vinte anos que é pescador avieiro, mas segundo Guilhermina, é algo excepcional.

No acervo de foto que nos cederam vemos algumas crianças envolvidas nas celebrações, e percebermos aí o esforço em manter as tradições, dos pais e avós.

Ao visitarmos o Porto da Palha nos mostraram a bateira de madeira que conduziu a imagem de Nossa Senhora dos Avieiros pelo rio Tejo no II Cruzeiro Religioso realizado em 09/06/2014. Esta bateira vai passar por uma reforma (restauração) e que eles vão contratar (por meios próprios) um pescador da região que sabe ainda as técnicas de construção e conhece as madeiras utilizadas para recuperá-la.

Identidade Avieira:

Quais as características e particularidades dos Avieiros? Eles nos responderam que são pessoas acolhedoras que vivem do trabalho, respeitam o trabalho dos outros e que são amados pelos vizinhos, inclusive os que não vivem do rio Tejo. Estes últimos, ao conhecerem o Porto da Palha e as pessoas que ali vivem, diante da hospitalidade e do modo de viver dos Avieiros procuram obter uma casa de fim de semana. Para o casal de pescadores a “família Avieira é muito acolhedora, respeita o trabalho dos outros e quer ser respeitada”.

⁶¹ Para aprofundar o tema consultar Lopes e Serrano (2008).

A exemplo: durante o II Cruzeiro Religioso no rio Tejo, consideraram importante oferecer almoço aos visitantes. No I Cruzeiro Religioso, em 2013, as mulheres ficaram em casa cozinhando até as 04 horas de manhã, para oferecer alimento aos peregrinos. Em 2014, fizeram uma comida especial em quantidade para aproximadamente 150 pessoas. Esta comida, apesar de ser em grande quantidade, foi feita com o amor como se faria para a família Avieira. O tema do amor às pessoas, a natureza, o respeito e a necessidade de comunicação, perpassou toda a nossa conversa.

Guilhermina nos explicou que não mede esforços para manter a cultura Avieira, da qual tanto se orgulha.

Tejo um rio, uma cultura

O que significa o Tejo para eles. José com emoção respondeu: “Não há palavras para descrever”, ao que Guilhermina concluiu o pensamento do camarada, “vivemos dele e vemos a sua beleza”. E complementou: “O Tejo é uma riqueza, além de dar a sobrevivência é maravilhoso”. A emoção transmitida por Guilhermina e José Eduardo, nos fez recordar um poema de um dos escritores, ícone da literatura portuguesa Fernando Pessoa⁶²: O Tejo é mais belo que o rio que corre pela minha aldeia, mas o Tejo não é mais belo que o rio que corre pela minha aldeia porque o Tejo não é o rio que corre pela minha aldeia....”.

José Eduardo também comentou sobre dificuldades de sobrevivência com o Tejo, o vento sul, parte os barcos e avança sobre a terra, semelhante ao mar. (a analogia ao mar foi feita por nós, e por ele confirmada). O tema relacionado às dificuldades de convivência com o Tejo, o casal explicou que a vantagem do barco mesa é que colocam tudo sobre o barco e ele flutua e não tem que retirar daquele espaço os eletrodomésticos e fogão que seriam destruídos pela água, nas enchentes.

Avieiros : homens e mulheres na pesca artesanal

José Eduardo concorda com o ditado de Escaroupim “um pescador sem mulher não é nada”. Um ditado que representa uma elaboração retórica, especialmente no que concerne à violência doméstica.

No caso específico deles, constatamos a cooperação e integração entre os dois, durante a preparação do almoço ao qual nos convidaram e que cozinharam ali diante de nós. Ele trouxe o peixe, ela inseriu o pescado na panela para cozinhar. No processo, ele sugeriu um pouco mais de tempero e ao fim trouxe um molho de hortelã miúda que deu um sabor todo especial a iguaria. Não esqueceremos jamais o sabor daquela comida feita num clima de tanto acolhimento.

⁶² Alberto Caeiro, “O Guardador de Rebanhos - Poema XX”. *Heterónimo de Fernando Pessoa*.

Avieiros e pluriatividades

O pai de Guilhermina pescava e caçava. Sobre o tema, ela nos contou de uma lembrança que guarda com carinho. Não lembra a idade que tinha. Era bem pequena, “estava no barco com a mãe e o pai, ele viu uma lebre, pediu para ficarem bem quietas, pegou a espingarda que levava sempre junto a si, no barco, entrou no mato e logo voltou com a lebre. Esta caça, vendeu em Salvaterra e “ com o dinheiro comprou o que necessitavam, ingredientes que não vêm do rio nem de suas margens”.

Atualmente não se pode caçar, porque a legislação prever a proteção das espécies, a limitação da atividade e há taxas e imposto para quem a realiza. Por isso quando se faz é muito caro, geralmente com aves e animais de cativeiro. Para José este “tipo de caça não tem graça, pois as aves criadas em cativeiro nem sabem voar”.

Guilhermina comentou sobre sua proximidade com Lurdes Vestia e João Serrano, pesquisadores vinculados ao Projeto de Candidatura a Patrimônio Imaterial Nacional fomentada pelo Instituto Politécnico de Santarém. Explicou que os primeiros contatos, as primeiras reuniões, foram arregimentadas pelo Dr. João Serrano, sempre no Instituto Politécnico de Santarém. Por outro lado, Lurdes Vestia é por ela considerada a “embaixadora dos Avieiros” um trabalho realizado a partir de uma verdadeira “paixão aos Avieiros”.

Por fim, eles falaram da criação e da plantação, ou seja, nas pluriatividades por eles desenvolvidas. Galinhas e plantio do milho, atividade agrícola desenvolvido em sua propriedade desde as margens do rio Tejo até as proximidades da zona urbana de Azambuja, são ajudas para sobrevivência, porque só pode-se pescar ½ ano de Janeiro a Junho. Os meses de julho a dezembro, são períodos de reprodução das espécies. Para eles o rio Tejo não é o mesmo, mas ainda se vive bem dele, ou seja, dos recursos naturais proporcionado pelo rio.

Considerações finais

A experiência de pesquisa vivenciada com os Avieiros nos possibilitou conhecer uma parcela da história, da cultura e do trabalho destas pessoas que lutaram muito para estabelecer se estabelecer as margens do rio Tejo, para isso, desenvolveram uma cultura de resistência. Atualmente, diversas intervenções governamentais tem fragilizado a sobrevivência deste modo de vida, entre elas a legislação na qual se exige a destruição do barco antigo ao adquirir um barco novo, o que tem redundado na quase extinção dos barcos de madeira substituídos pelos barcos de fibras.

Importante conquista em 2016 a inscrição (salvaguarda urgente) das «Artes e saberes de construção e uso da bateira avieira no rio Tejo» (Caneiras, Santarém) no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial⁶³.

A necessidade de construção de novas habitações, necessárias e mais confortáveis, no entanto, não deveria impedir a preservação da memória, tem-se destruído por completo

63 Disponível em <http://legislacaoportuguesa.com/anuncio-n-o-1212016-diario-da-republica-n-o-862016-serie-ii-de-2016-05-04/> acesso em 10/05/2016.

um patrimônio material, a exemplo do que aconteceu em Vila Franca de Xira. A intervenção governamental criticada pelos Avieiros, por não manter, conforme combinado duas casas para se constituírem em Museu Avieiro nesta localidade.

Dos pescadores, constatou-se a vida dura apesar da beleza e encantamento com o rio Tejo, uma vida repleta de dificuldades cotidianas como ilustra Guilhermina que para estudar tinha que caminhar 4 km a pé, até uma escola em Reguengo, localidade onde há a estação de trem, mais próxima a Valada, Escaroupim. Guilhermina sempre esteve vinculada à cultura avieira, diferentemente de José, que apesar de inicialmente trabalhar na agricultura, logo se adaptou ao rio Tejo. Hoje, ele é um autêntico Avieiro. Um Avieiro a 100%, conforme observa sua companheira Guilhermina.

As margens do Tejo, não havia escolas e por isso ainda há algumas mulheres não alfabetizadas, só entrevistamos uma.

Os pescadores e pescadoras Avieiros são licenciados pela Capitania dos Portos, portanto, reconhecidos como trabalhadores e trabalhadoras da pesca. Em decorrência, cumprem as leis tributárias e que toda a produção pesqueira comercializada e registrada por meio da nota fiscal. Nossa entrevista foi realizada durante o recesso da pesca, por causa disso não os acompanhamos na pescaria.

A pesquisa abre espaço para outras reflexões, a preservação desta cultura imaterial, a preservação também do patrimônio cultural, a perseverança e resistência de uma população contra um governo ditatorial e contra as leis de mercado.

Estão juntos nesta luta diferentes atores sociais, pescadores, pesquisadores, instituições que dialogam com as temáticas que envolvem a sustentabilidade, entre elas o turismo e a educação.

O movimento feminista tem denunciado a violência contra a mulher, tem exercido pressão na definição de políticas públicas, no sentido de conscientizar que se trata de um problema social, mesmo que seja vivenciado no espaço privado. No caso dos Avieiros, a casa era o barco, então de certa forma mais visível à comunidade.

Hoje o tema é verbalizado, há conscientização de que as mulheres são sujeitos de direitos, consciência advinda por meio dos movimentos sociais feministas e por valores advindo dos princípios dos Direitos Humanos.

A violência sobre mulheres foi visibilizada a partir do movimento feminista e os relatos de experiências de mulheres envolvidas no atendimento às mulheres vítimas de violência.

Referências bibliográficas

CABRAL, Clara Bertrand. **Patrimônio Cultural Imaterial: convenção da UNESCO e seus contextos**. Lisboa: Edições 70 LTDA, 2011.

CARVALHO, Ana. **Os Museus e o Patrimônio Cultural Imaterial: Estratégias para o desenvolvimento de boas práticas**. Lisboa: Edições Colibri/CIDEHUS – Universidade de Évora, 2011.

LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão. **Gênero e Pesca Artesanal**. Recife: LICEU, 2012.

LOPES, Aurélio e SERRANO, João Monteiro. **A Reconstrução do Sagrado: Religião Popular nos Avieiros da Borsa D'Água**. Lisboa: Editora Âncora, 2009

NUNES, Francisco Oneto. Sob o signo da entropia: notas de antropologia marítima. **Argos: Revista do Museu Marítimo de Ílhavo**, 1: 7-14, 2013.

_____. A Antropologia Marítima Portuguesa: Expressões e Ausências, in **Tudo num Barco. Património Marítimo e Cultura Popular**, catálogo da Exposição coordenada por Márcia Carvalho no Museu Marítimo de Ílhavo - 23 de Outubro de 2010 a 30 de Janeiro de 2011.

_____. (org.) **Culturas Marítimas em Portugal**. Lisboa: Editora Âncora, 2008.

_____. **Vieira de Leiria: A História, o Trabalho, a Cultura**. Vieira de Leiria: Edição Junta de Freguesia de Vieira de Leiria, 1993.

PERALTA, Elsa e ANICO, Marta. **Patrimônios e Identidades. Ficções Contemporâneas**. Oeiras/Portugal: Celta Editora, 2006.

REDOL, Alves. **Avieiros**. 7ª Edição. Lisboa: Gráfica Europam LTDA, 1976.

SERRANO, João Monteiro. **ACTAS I: 1º Encontro Nacional da Cultura Avieira**. Lisboa: Âncora, 2010. VÉSTIA, Maria de Lurdes e RAFAEL, Emídio. **Avieiros: Dores e Maleitas**. Lisboa, Editora Âncora, 2014.

_____. **Mulheres Avieiras: Porta-vozes da Memória de um Povo**. João Monteiro Serrano (org.). Camarate/Portugal: Agir. 2014.

_____. Crónicas do Tejo: as identidades Ribeirinhas. **Cadernos Culturais** Nº 07. João Monteiro Serrano (org.). Camarate/Portugal: Agir. 2013.

SOBRAL, José Manuel. **Portugal, Portugueses: Uma Identidade Nacional**. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2012.

CAMINHOS E PROTAGONISMO DAS MULHERES NEGRAS

Joanice Conceição⁶⁴

Introdução

Quando a Professora Ana Cláudia convidou-me a compor a mesa *Gênero e Relações Étnico-Raciais para o 19º Encontro da REDOR*, fiquei a pensar como deveria articular a minha fala de maneira a não tornar repetitiva e trazer uma nova contribuição. A priori, me pus a refletir sobre os corpos negros de homens e mulheres africanas que foram forçados a sair de seu continente para serem conduzidos para diversas diásporas. Apesar dos percalços por que passaram as populações negras, ainda que vivessem nos períodos colonial e pós-colonial com regime escravista, muitas mulheres descendentes das primeiras africanas tornaram-se protagonistas da história; ao longo do tempo se constituíram grandes administradoras, comerciantes em muitas sociedades negro-africanas, sobretudo em momento de grandes tensões étnicas, já que à época grupos inteiros fossem dizimados e espalhados por diversas partes do mundo, conhecidas como diásporas.

Segundo o dicionário Houaiss, o termo *diáspora* significa “dispersão”. Especificamente, refere-se ao movimento de um povo em consequência de preconceito ou perseguição política, religiosa ou étnica. No caso dos povos africanos, o movimento foi forçado, tendo como premissas razões comerciais. Soma-se a estes fatos, a suposta superioridade dos europeus colonizadores. O termo vem sendo amplamente utilizado, porém esse uso nos coloca algumas inquietações: seria o termo diáspora empregado para pensar apenas a dispersão ou poderíamos ampliar a reflexão para falar de um conjunto de ações que permitiram homens e mulheres se conectarem, religarem laços, rituais religiosos, aspectos lúdicos, políticos e projetos coletivos, como as irmandades negras? Essas são inquietações que se ocupam um grande número de pesquisadores de diferentes áreas, tais como antropólogos, historiadores que abordam a temática da diáspora não apenas como dispersão, mas como estratégias de conexidades, de reposições de elos de vidas rompidas com o movimento imposto.

Hall (2003) propõe pensar a diáspora através do jogo da semelhança e da diferença, que por vez vem transformando a cultura de grande parte do mundo. É a partir das categorias cultura, corpo, violência e diáspora que a nossa reflexão fortalecerá os argumentos da temática *Gênero e Relações Étnico-Raciais*.

Sabe-se que a captura e a venda de africanos para as Américas puseram em situações distintas paragens como Haiti, Cuba e, sobretudo, o Brasil que sofreu grandes transformações nos aspectos visual e econômico, mas principalmente na concepção da figura da feminina e seu papel na vida da sociedade colonial. À época, em grande medida, a casa era e ainda o é, espaço de circulação e domínio femininos, assim como a rua era lugar masculinizado e consequentemente área do homem. De igual modo, pensava-se e assim o era, o corpo da escravizada como propriedade do senhor; um corpo sem autonomia, sem inscrição própria, forjado pela cultura da dominação, na medida em que era aprisionado e condicionado ao desejo e

64 Doutora e Mestre em Antropologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Profª Adjunta em Antropologia da Universidade Federal Fluminense; Tem pesquisas e trabalhos publicados nas áreas de Gênero, Masculinidades, Feminidades, Performance, Religião e Relações Étnico-Raciais; Coordenadora do AZANIA – Grupo de Estudos e Pesquisas em Cultura, Gênero/Sexualidade, Raça, Classe, Performance e Religião.

vontade do dominador. Séculos se passaram e ainda hoje o corpo feminino ainda é objeto de disputa e posse.

Por conseguinte, a lógica da construção do corpo como um ato performativo, se encaixa perfeitamente no caso das mulheres negras já que o gênero é legitimado como instrumento da cultura e do discurso. Foi usando justamente a performance que as mulheres negras conseguiram registrar sua trajetória na história da sociedade brasileira. Ainda que a historiografia tenha sistematicamente negado o protagonismo das mulheres, sobretudo, as negras.

Durante o período escravista o corpo das mulheres negras ora aparece como peça, destituído de toda sua humanidade, ora reconstruído por elas mesmas para que seus objetivos tivessem êxito. Deste modo, o corpo está para além das funções biológicas, ele é carregado de marcas ideológicas, ou seja, a exterioridade corpórea pode garantir ou não a totalidade de um indivíduo, em relação à imagem daquilo que visualmente se vê, já que o corpo é socialmente e culturalmente construído.

Conceitos e argumentações: As Categorias Enquanto Suporte Discursivo

Muitas categorias, especialmente, *gênero*, foram e são utilizadas como sinônimos de mulher, dela pouco ou quase nada se contestava. Esse problema foi apontado pela teoria. Contudo, com o passar dos anos nas categorias ganham novos significados para se ajustar a dinâmica da cultura. Estudos recentes apontam que é necessário considerar outros construtos na conformação de uma dada situação. Neste sentido, ao investigar sobre a trajetória das mulheres negras e comunidades tradicionais percebemos que há singularidades entre elas, dentre as quais, estão as mulheres religiosas, quilombolas, quituteiras, dentre outras. Isto implica dizer que não se deve furtar o reconhecimento da pluralidade de traços que as envolvem e as diferenciam, portanto, as categorias cultura, corpo, violência etnia/raça, classe, habitação, região se juntam para que assim se possa definir um determinado grupo de mulheres. As categorias são móveis, instáveis, como assim observou Harding:

*As categorias analíticas feministas **devem** (Grifo da autora) ser instáveis - teorias coerentes e consistentes em um mundo instável e incoerente são obstáculos tanto ao conhecimento quanto às práticas sociais. Precisamos aprender a ver nossos projetos teóricos como acordes claros que se repetem entre os compassos das teorias patriarcais, e não como releituras dos temas de quaisquer delas - marxismo, psicanálise, empirismo, hermenêutica, desconstrutivismo, para citar apenas algumas as teorias -, capazes de expressar perfeitamente o **que achamos que queremos dizer no momento** (Grifo da autora). O problema é que não sabemos e não deveríamos saber exatamente o que queremos dizer a respeito de uma série de opções conceituais que nos são oferecidas: exceto que as próprias opções criam dilemas insolúveis para o feminismo. (HARDING, 1993, P 7-8)*

Nesta mesma direção Crenshaw (2002) faz um alerta ao dizer que a interseccionalidade das categorias capta as consequências estruturais e as interações entre os vários eixos que subordinam às mulheres, podemos assim de igual modo, pensar nas mulheres negras. Portanto ao trabalhar com a categoria *mulher negra* na perspectiva, estar-se-á a articular que a interseccionalidade enquanto categoria carrega consigo o combate às desigualdades, às discriminações e estereótipos perpetrados contra determinados grupos, na

medida em que cada construto leva em consideração diferentes paradigmas. Assim procedemos a análise das categorias abaixo, com a intenção de revelar a multiplicidade e especificidade das mulheres nos distintos espaços.

O primeiro termo a ser considerado é cultura que, segundo o entendimento de Geertz (1989), a cultura pode ser entendida como:

Um padrão de significados transmitidos historicamente, incorporados em símbolos, um sistema de concepções herdadas e expressas em formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam, perpetuam, desenvolvem seus conhecimentos e suas atividades em relação à vida. (GEERTZ, 1989, p. 103).

O conceito acima referido é importante, para entender o corpo, uma vez que ele é um elemento da cultura, portanto são peças indissociáveis, elementos políticos capazes de garantir a dignidade ou a desumanidade de determinadas pessoas. Já o termo o corpo pode ser entendido como uma construção que se faz pela repetição de atos, gestos e signos, do âmbito cultural, tantas vezes reforçado pelo determinismo biológico Butler (2010). Contudo, em relação às mulheres e aos homens negros essa construção vai além do social, já que seu corpo foi por muito tempo considerado uma peça, uma coisa de valor comercial. Guardadas as devidas proporções, ainda hoje isso ocorre com os corpos das mulheres, quando lhe negam o direito ao aborto e lhe responsabilizam por estupros e ações sexistas dessa sociedade masculinizada.

No primeiro momento havia a divisão de gênero reforçava a inferioridade da mulher perante o homem e o branco; havia também uma suposta superioridade do homem branco em relação ao negro. Logo, o corpo da mulher negra era e ainda o é, o corpo mais desvalorizado no mercado racializado, parafraseando Elza Soares (2002). No dizer de Marcel Mauss (2003, p. 422) “O corpo é o primeiro e o mais natural instrumento do homem, ele é modelado conforme os hábitos culturais” e como tal serve assim para expressar elementos da cultura.

A desvalorização do corpo negro, a propensão para o sexo desmedido, amplamente difundido nas obras de Gilberto Freyre, sobretudo, Casa Grande e Senzala (2006), as quais enaltecem a miscigenação como algo positivo na sociedade brasileira. No entanto, porém, suas obras não revelam que a tão valorizada miscigenação tem origem no determinismo biológico, na dominação masculina e nos sucessivos estupros contra as mulheres negras, especialmente no período do Brasil colônia. Em certa medida, a violência sofrida pelas mulheres ainda hoje, encontra repouso na naturalização de tais práticas em séculos anteriores e nos tempos hodiernos, assim como os atos racistas que crescem a cada instante.

A inserção de políticas públicas de promoção da igualdade racial, conhecidas como ações afirmativas implementadas nos últimos anos denunciam, de certo modo, as diversas formas de discriminações, preconceitos e racismo silenciosos e estruturantes da sociedade brasileira. Portanto, a criação de programas especiais para as mulheres faz parte do conjunto de ações que visam corrigir as desigualdades entre homens e mulheres no contexto das relações brasileiras, principalmente no que tange a violência feminina, que inclui o crescente feminicídio⁶⁵, estupro e outras mazelas sociais. Todas as violências aqui apresentadas possuem um forte componente racista.

⁶⁵ Segundo Fragoso (2002) o termo feminicídio pode ser entendido como mortes intencionais e violentas de mulheres em decorrência de seu sexo,

A ideologia da democracia cria a imagem de harmonia racial e étnica, cujo objetivo é dissipar as tensões e controlar os conflitos que possam surgir. (HASENBALG, 1979). Mas com força dos movimentos sociais a Lei 13105/15 foi promulgada, passando alterar o artigo 121 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 do código penal, para incluir o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio. O levantamento publicado no mapa da violência atesta que as mulheres negras são as maiores vítimas no rol da violência entre as brasileiras (Waiselfisz, 2015). Os fatos expostos acima atestam de algum modo, que o racismo é estruturante na sociedade brasileira.

Não obstante, o Brasil não se pode pensar determinados temas e grupos sem levar em conta as singularidades de sua conformação, vivemos em uma falsa democracia racial, onde a supremacia eurocêntrica prevalece em detrimento da inferiorização de pessoas e/ou grupos.

O racismo, no sentido moderno do termo, não começa necessariamente quando se fala da superioridade fisiológica ou cultural de uma raça sobre outra; ele começa quando se alia a (pretensa) superioridade cultural direta e mecanicamente dependente da (pretensa) superioridade fisiológica; ou seja, quando um grupo deriva as características culturais de um grupo dado das suas características biológicas. O racismo é a redução do cultural ao biológico, a tentativa de fazer o primeiro depender do segundo. O racismo existe sempre que se pretende explicar um dado status social por uma característica natural. (DELACAMPAGNE, 1990, p. 85-6).

A citação acima é muito interessante, uma vez que busca explicar o racismo pelo viés cultural, isto é, o quanto as ações discriminatórias reduz determinados grupos para supervalorizar pessoas ou características de outrem e sendo o corpo da mulher negra forjado nas dobras da cultura africana, dita como inferior, poder-se-ia pensar que de igual modo, os corpos de mulheres e homens negros são igualmente inferiores quando comparado aos corpos hegemônicos de mulheres e homens brancos detentores do poder.

O termo poder supramencionado nos faz refletir no empoderamento que as mulheres negras buscaram para deslindar no protagonismo que algumas delas tiveram ao longo da história, contudo, em um dos dicionários mais utilizados no Brasil, a categoria pode ser como:

Supremacia em dirigir e governar as ações de outrem pela imposição da obediência, domínio, influência, domínio de fatos exercício sobre uma coisa, posse, virtude ou capacidade de (algo) produzir determinado efeito, eficácia. (HOUAISS, 2009, 1513)

Utilizo o Houaiss para definir uma categoria cara para nossa discussão, tendo em conta que a definição acima remete ao poder que emana de grupos dominantes. Contudo, gosto muito da forma como M. Foucault (1979) reflete sobre a capacidade de poder de todo humano; para quem o poder se produz face ao um conjunto de relações que, não necessariamente se veicula a uma suposta superioridade ou subalternização. O poder pode apresentar faces poucas acessadas, como por exemplo, as assimetrias sistêmicas entre aquele que exerce o trabalho de limpar o chão e aquele que o usa. De algum modo, aquele ou aquela que paga para limpar depende do serviço da pessoa que considerado inferior. Gosto de pensar nesse poder do homem e mulher negros, por muitos considerados inferiores.

sobretudo pelo fato de serem mulheres. O conceito ganha amplitude quando se acrescenta a este conceito os dados referentes às mulheres negras, divulgados pelo Mapa da Violência do ano de 2015.

A revelia das teorias que rechaçam o poder dos “subalternos” mulheres e homens negros vão aos poucos criando novas mentalidades, quebrando paradigmas. À luz da historiografia recente, sobretudo feita pela população negra, as mulheres, de modo geral, despontam na desconstrução dessa inferioridade e mostram o quanto são protagonistas de uma história que estava safada ao insucesso. Tal como as Iyalorixás, as quituteiras, as camelôs, as docentes universitárias, as comerciárias as mulheres mostram sua cara na música, nas artes, na literatura e até mesmo nas carreiras ditas masculinizadas. Um bom exemplo, são as carreiras militar, marinha e aeronáutica, em quase todas elas, encontramos a presença feminina, escrevendo e reescrevendo um novo capítulo no livro sobre a história e vida das mulheres. Estão elas, contrariando as projeções estatísticas, mesmo que ainda estas se sintam contrariadas, desvalorizadas e tenham seus corpos apropriados e negociados, como o fizeram no período oficial de escravidão brasileira. Essas últimas aqui expostas nos faz pensar nas violências vividas por tantas mulheres negras cotidianamente.

Racismo e Violência Feminina

A violência vivida pela mulher negra se diferencia da violência praticada contra as demais mulheres de um modo geral, porque esta vai atingir desproporcionalmente as mulheres ante a combinação de múltiplas formas de discriminação, que se baseiam nas desigualdades que se retroalimentam interseccionando diversas categorias: gênero, raça, etnia, classe e orientação e identidade sexual. Assim ainda hoje as mulheres negras, apesar das conquistas, são violentadas todos os dias. A violência contra as mulheres aqui referidas não constitui dado novo; a novidade é a busca por estratégias para barrar as atitudes violentas. Neste sentido em agosto de 2006, foi promulgada a Lei 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, cujo objetivo maior é aumentar e salientar o rigor das punições para as agressões contra a mulher.

É impossível pensar a violência descolada do racismo, sem relacioná-las a outras categorias que se coadunam para tornar a vida das mulheres ainda mais difícil. Para Crenshaw (2002), a categoria interseccionalidade capta as consequências estruturais e as interações entre vários eixos que subordinam às mulheres, portanto, essas concepções podem ser relacionadas à forma como os corpos das mulheres negras são concebidos na sociedade brasileira. Consequentemente, ao trabalhar esta perspectiva, estamos a dizer que a interseccionalidade enquanto categoria carrega consigo o combate às desigualdades, às discriminações e estereótipos perpetrados contra determinados grupos, revelando assim a multiplicidade e especificidade de mulheres nos mais diversos espaços.

O Mapa da Violência, no quesito Homicídio de Mulheres no Brasil aponta:

- Com poucas exceções geográficas, a população negra é vítima prioritária da violência homicida no País;
- As taxas de homicídio da população branca tendem, historicamente, a cair¹¹, enquanto aumentam as taxas de mortalidade entre os negros;
- Por esse motivo, nos últimos anos, o índice de vitimização da população negra¹² cresceu de forma drástica;
- O número de homicídios de brancas cai de 1.747 vítimas, em 2003, para 1.576, em 2013. Isso representa uma queda de 9,8% no total de homicídios do período;
- Os homicídios de negras aumentam 54,2% no mesmo período, passando de 1.864 para 2.875 vítimas. (WASELFISZ, 2015, 29-30)

De modo geral, com a implementação da lei Maria da Penha de 2006, houve uma pequena mudança no que toca a redução de mortes violentas contra às mulheres. Por conseguinte, ao relacionar essa mudança a cor negra, percebe-se que houve as mulheres negras ainda são as maiores vítimas:

- As taxas de homicídio de mulheres brancas caíram 11,9%: de 3,6 por 100 mil brancas, em 2003, para 3,2 em 2013. Em contrapartida, as taxas das mulheres negras cresceram 19,5%, passando, nesse mesmo período, de 4,5 para 5,4 por 100 mil;
- Com esse diferencial de crescimento, as taxas de ambos os grupos de mulheres foram se afastando (Sic). Essa distância relativa, entre as taxas de vítimas brancas e negras, é o que denominamos índice de vitimização negra, que nada mais é do que a diferença percentual entre as taxas de homicídio de mulheres de ambos os grupos (Sic) O índice de vitimização negra, em 2003, era de 22,9%, isso é, proporcionalmente, morriam assassinadas 22,9% mais negras do que brancas. O índice foi crescendo lentamente, ao longo dos anos, para, em 2013, chegar a 66,7%¹³;
- Esse largo diferencial nas taxas de homicídio, pela cor das vítimas, faz com que os índices de vitimização de mulheres negras (Sic). De 2003 a 2012, uma escalada íngreme, sendo 2013 o único ano em que o índice cai: de 77,1% para 66,7%;
- Observando as UFs⁶⁶, podemos conferir que, em 2013, Rondônia, Paraná e Mato Grosso lideram nos homicídios de mulheres brancas, com taxas acima de 5 por 100 mil. Já Espírito Santo, Acre e Goiás são as unidades com maiores taxas de homicídio de negras, com taxas acima de 10 por 100 mil. (WASELFISZ, 2015, 30-31)

Os dados acima ressaltam o quanto a cor influencia no número de mortes violentas. De igual modo, isso também encontra ressonância nas mortes de jovens negros em todo país. Essa é uma questão que está diretamente a outras violências sofridas pelas mulheres, –o estupro. Muito se fala hoje, mas ele ocorreu, de forma invisibilizada, ainda ocorre com

⁶⁶ Unidades Federativas, isto é, os Estados brasileiros.

as mulheres negras desde os primeiros dias do sistema escravista. Ainda no século XXI as mulheres negras continuam as maiores vítimas de estupro, da violência doméstica, do assédio moral e institucional. Além disso, como revela o mapa da violência⁶⁷, divulgado no ano de 2016 pode-se constatar que a mulher continua sendo a maior vítima da violência praticada no Brasil, seja ela física ou simbólica, ao lado do número alarmante das vítimas de estupro. Poderíamos então indagar o porquê da persistência dessa realidade? Por que apesar de terem ascendido no mercado de trabalho, nos postos de comando a desvalorização das negras continua sendo praticada? As mulheres negras são as que mais morrem no período do parto, por qual motivo? Quais os elementos que alimentam o estupro e o faz perdurar ainda com tanta força?

Uma das respostas possíveis é que a violência vivida atualmente encontra ressonância numa sociedade que opera sob a égide masculinizada, classista e racista. Todavia, grande parte de mulheres, sobretudo as negras não assistem passivamente às violências. Como sempre, criam situações estratégicas para superar as adversidades. Tanto as mulheres na África, quanto no Brasil, em qualquer diáspora organizavam suas famílias por meio do trabalho e da religião. As primeiras mulheres advindas do continente africano contribuíram para perpetuação da cultura africana entre nós. As mulheres, aos poucos, foram imprimindo outra dinâmica ao *modus operandi*, unindo e formando inicialmente *ethos* de sociabilidades, tais como as irmandades negras, as congadas, maracatus, ao redor de seus tabuleiros e posteriormente, os *nos candomblés*, de modo a reconstituir laços familiares, superando as perdas e colocando em perspectivas os saberes, os conhecimentos culturais resguardados no corpo e da memória.

O protagonismo da mulher negra que se espalhou pelo mundo, pelo Brasil e se consolidou através das performances estratégicas empregadas para a manutenção de seus saberes. Neste sentido, as mulheres escravizadas e libertas aliaram religião às inúmeras atividades, ditas femininas, como lavar roupas, vender água, frutos e outros afazeres. Tais atividades permitiram que elas saíssem da esfera doméstica e comesçassem articular politicamente suas vidas e a vida de pessoas ligadas à religião e seu grupo étnico. Atitudes, extremamente úteis tanto do ponto de vista político-religioso quanto das estratégias utilizadas nas muitas revoltas e no trato da vida cotidiana. Aliando articulações de poder frente à sociedade sexista, classista e racista. O exemplo das grandes Iyalorixás Mãe Aninha, Mãe Menininha, Mãe Senhora, Mãe Stela, Mãe Teófila, Mãe Perina, Iyá Daddy, Mãe Filhinha da Boa Morte e suas descendentes servem como modelo na configuração de redes de combate ao machismo, ao estupro, ao genocídio de negras e negros e, outros males sociais.

Considerações Finais

Como almejei apontar brevemente, o protagonismo das mulheres negras na realidade atual, com articulação da violência sofrida pelas mulheres negras constitui ainda é um desafio a ser superado, tendo em vista o crescente número de mortes e outras violências simbólicas vividas cotidianamente. Não busquei aqui aprofundar questões sobre

⁶⁷ <http://www.mapadaviolencia.org.br>. Acesso junho de 2016.

a persistência das violências, mas apontar como as categorias se coadunam para reforçar estereótipos, vitimização e a manutenção da suposta inferioridade feminina. Propositamente, algumas questões foram deixadas em abertas para fomentar o debate, a partir da exposição das demais integrantes que compuseram a mesa.

Os estudos tendem a confluir para o reconhecimento, nos últimos anos, de esforços tanto da parte de órgãos governamentais quanto da sociedade civil para a redução da violência contra as mulheres. Em contrapartidas as últimas estatísticas mostram que houve crescimento da violência em relação à mulher negra. Ainda que contrariem, dentre os massacres perpetrados contra as negras, mesmo assim, as pesquisas desenvolvidas vêm velando pequenos avanços normativos em relação ao protagonismo das mulheres negras em variados segmentos da sociedade brasileira.

Acreditamos que a temática aqui abordada ainda careça de árduo debate, principalmente no que tange as questões relativas às populações negras, ao considerar todo processo histórico de coisificação, vitimização e estigmatização desde que foram aportadas.

Apesar dos impactos do período escravista é incontestável o poder das mulheres negras, bem como sua capacidade de recriar e ressignificar situações, através do trabalho, da religião e da memória retida em seus corpos. As mulheres negras inscreveram na história sua contribuição muitas vezes negociando, reconstituindo sociabilidades para deslindar tessituras de sucesso. Não nos esqueçamos: lutar é o lema da população negra porque somos e podemos ser pessoas dignas. Esperamos por um dia em que as desigualdades e diferenças sejam transformadas em um único termo, *-Respeito*. Todavia, ainda é preciso lutar por terras como AZANIA, -terras de mulheres e homens livres. É imperativo que as negras se tornem CANDACES, isto é, rainhas.

Referências Bibliográficas

- BRASIL. Ministério da Presidência da República. Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres Elaboração. Brasília: SEPM. 2015. Disponível em www.presidencia.gov.br/spmulheres, acesso 10 de setembro de 2016.
- BUTLER, Judith. *Gender trouble: feminism and subversion of identity*. New York/London: Routledge, 1990.
- DELACAMPAGNE, Christian. "Racism and the West: from praxis to logos". In: David Theo Goldberg, org. *Anatomy of racism*. University of Minnesota Press, 1990, pp. 85-6.
- CRENSHAW. Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. In: *Revista Feminista*. 2002, vol.10, n.1, pp.171-188.
- FOUCAULT. Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- Fragoso, Julia Monarrez. *Feminicídio sexual serial en Ciudad Juárez. 1993-2001. Debate Feminista*, ano 13, vol. 25. México-DF, 2002.
- GEERTZ, C. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. *Revista Estudos Feministas*, No. 1, 1993, pp.:7-32.

HASENBALG, Carlos Alfredo. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HALL, Stuart. *Da diápora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HOUAISS, Antonio. SALLES, Mauro. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

WASELFISZ, J. J. *Mapa da violência de São Paulo*. Brasília: Unesco, 2015.

Discografia

SOARES, Elza. *Do Coccix até o Pescoço: A carne*. TRATORES CD/DVD, 2002, 1CD.

O ESTILO DA LINGUAGEM NAS RELAÇÕES DE EMPODERAMENTO EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS BRASILEIRAS

*Suzana Mary de Andrade Nunes*⁶⁸

*Raquel Meister. KO. Freitag*⁶⁹

Introdução

O objeto desse estudo é desenhado pela interdisciplinaridade de cunho sócio discursivo interacionista, de modo que as concepções no campo da Linguística sob o aporte da Dialogia bakhtiniana e a Sociolinguística laboviana se articulem com concepções dos Estudos de Gênero, a fim de analisarmos o funcionamento da linguagem, as variações linguísticas analisadas socialmente sob o referente das identidades que se constroem em diferentes contextos por sujeitos e por relações que se estabelecem na estrutura primária entre homens e mulheres; mulheres e mulheres; homens e homens.

Sob as bases das matrizes teóricas da Linguística e dos Estudos de Gênero, podemos afirmar que o uso da língua sofre mudanças históricas com a inserção das mulheres no mercado de trabalho ou em tempos anteriores, quando há um movimento das mulheres estudarem e apropriar-se de uma variação culta, elitizada e institucionalizada, de modo que incorporam termos especializados de determinada categoria profissional ou classe social, se bem que levemos em consideração as divisões sexuais do trabalho norteadoras à composição e concentração de determinados grupos de gênero, conforme a reprodução androcêntrica estudada e denunciada por estudos feministas na década de 60, antagonicamente, reproduzidas nas primeiras décadas do século XXI.

Para desenvolvermos o tema proposto, dividimos o texto em três sessões: na primeira apresentamos conceitos de Linguagem e Gênero com o objetivo de dialogarmos, em um segundo momento, com a apreensão dinâmica da língua em consonância com as mentalidades e valores da sociedade machista frente às mudanças ocorridas nas instituições públicas brasileiras com a inserção e consolidação das mulheres no mercado de trabalho e nas instâncias de poder. A sessão é intitulada “A arbitrariedade da linguagem sob o signo de Gênero”. Em seguida, analisamos diferentes discursos – jornalísticos e políticos – falados e escritos, em 2016, a fim de denunciarmos a recorrência do preconceito e discriminação acerca das políticas de gênero. Com isso, a instrumentalização da linguagem preconceituosa e deformadora da realidade tem a finalidade de rebaixar a trajetória dos Estudos de Gênero e o empoderamento das mulheres alcançados historicamente. Intitulamos a sessão de “A perplexidade dos retrocessos enviesados por Gênero”.

68 Professora da SEED e da Faculdade Estácio de Sergipe; Doutora em Educação pela Universidade Federal de Sergipe; membro do Grupo de Estudos: Educação, Formação, Processo de Trabalho e Relações de Gênero e do Comitê de Pesquisa e Ética do CNPQ. suzanamary@hotmail.com

69 Professora do Departamento de Letras Vernáculas, do Programa de Pós-Graduação em Letras e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe. Graduada em Letras, mestre e doutora em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina, área de concentração Sociolinguística. Investigação de fenômenos de variação e mudança linguística com ênfase na dimensão estilística, considerando contatos, em comunidades de práticas, especialmente as marcadas por relações de gênero. rkofreitag@uol.com.br

Gênero na construção do discurso

Severo (2009) no artigo “O Estudo da Linguagem em seu contexto social: um diálogo entre Bakhtin e Labov” assinala que ao tentarmos dialogar com o Dialogismo e a Sociolinguística é fundamental a manutenção das devidas distâncias entre o entendimento de língua e as suas possibilidades acerca do enfoque discursivo. A autora destaca os estudos sobre a variação linguística em que implica os seus significados valorados socialmente e, por isso, vinculados ao processo de constituição das identidades dos sujeitos, os quais se evidenciam as relações de valor que os sujeitos estabelecem com as variantes em virtude das variações linguísticas poderem ser vistas como lugar de manifestação de discurso. (SEVERO, 2009, p. 281).

Bakhtin (2006) destaca “[...] a atenção do falante transfere-se do objeto do discurso para o próprio discurso (reflexão sobre o próprio discurso). Essa mudança de polo de interesse do discurso é condicionada pela atenção do ouvinte.” (BAKHTIN, 2006, p. 136).

Labov (2008) na publicação “Padrões Sociolinguísticos” destaca as oposições teóricas acerca da variação linguística, ao passo que apresenta uma nova perspectiva dos estudos linguísticos sob o argumento das estruturas heterogêneas, as quais não são compreendidas como um “mero” desempenho, mas como parte da competência linguística da mesma língua. Desse modo, o autor assegura que a língua serve a uma comunidade complexa com estrutura heterogênea, ou seja, a língua no campo da funcionalidade da fala não pode ser vista como uma estrutura homogênea.

Bakhtin (2006) assinala “[...]. Cada enunciação, cada ato de criação individual é único e não reiterável, mas em cada enunciação encontram-se elementos idênticos aos de outras enunciações no seio de determinado grupo de locutores” (BAKHTIN, 2006, p. 93). São, justamente, estes traços idênticos, assim, normativos para todas as enunciações – traços fonéticos, gramaticais e lexicais -, que garantem a unicidade de uma dada língua e sua compreensão por todos os locutores de uma mesma comunidade. Bakhtin (2006) pontua:

A escrita (a relação do autor com a língua e a utilização da língua que ela implica) é o reflexo impresso no dado do material por seu estilo artístico (sua relação com a vida e com o mundo da vida e, condicionado por essa relação, sua elaboração do homem e do seu mundo). (BAKHTIN, 2006, p. 206).

Recorremos às concepções de Bakhtin (2006; 1997) e Labov (2008) para criarmos possíveis conexões entre os estudos da linguagem ou da língua em funcionamento, através das falas e escritas dos sujeitos, de modo que depreendamos semelhanças e diferenças entre os sujeitos femininos e masculinos em instituições públicas. Com isso, ao reportarmos à teoria da Igualdade ou das Diferenças da segunda e terceira onda feminista evidenciamos que as instâncias de produção e reprodução legitimam sujeitos matizados por traços de identificação, os quais relacionamos no campo da linguagem traços característicos individuais e coletivos como o modo de pronunciar e escolher as palavras em uso, a sonoridade, os sentidos e significados produzidos pelo locutor e assimilado pelo destinatário, segundo critérios de gênero, religião, etnias, geração, dentre outras.

Entendemos que na passagem das mulheres de espaços reprodutivos para espaços produtivos imprimem mudanças interiores e exteriores na e nas mulheres, bem como no e

nos homens, visto que afloram questões, acedem conceitos posições e papéis de conformação, resistência e enfrentamento. É nesse contexto social que são constituídas as comunidades, classes e grupos governamentais e não-governamentais que desenham as falas desses sujeitos, uma vez que devemos levar em consideração as imposições sobre os sujeitos frente as necessidades de mudanças e de adaptação à realidade que nem sempre correspondem com as estruturas psíquicas individuais, levando-os, por conseguinte, ao conflito, tensão, maculação e contradição entre o dito, o não-dito e os contraditos.

Arbitrariedade da linguagem sob o signo de gênero

Bauman (2015) afirma que diante dos novos tempos a linguagem passa a ser a primeira vítima de uma vida apressada, em que as palavras se reduzem a consoantes, uma linguagem atenuada empobrecida de significados, ao contrário, da linguagem de sujeitos que ainda insistem em ser “cavaleiros errantes das palavras”, que, por sua vez, precisam estar conectados as mídias sociais, sob pena de se tornarem sujeitos inexistentes. Para o autor, as mídias, dentre as Tecnologias de Informação, não são só políticas. Elas produzem indivíduos insensíveis, cuja natureza e atenção social só são despertados por estímulos sensacionais e destrutivos, ao passo que ele relaciona a visão política da mídia e dos meios de comunicação ao começo do fim da Política com P maiúsculo em nosso mundo pós-neoliberal, uma vez que, a política clássica sempre foi associada ao poder de transformar problemas privados em questões públicas, assim como, ao poder de internalizar questões públicas e transformá-las em problemas privados ou existenciais. Hoje, esse mecanismo político está fora de sintonia, visto que, o que nós em nossa política pós-moderna tratamos como questões públicas são mais frequentemente problemas privados de figuras públicas.

Bauman (2001) reporta a categoria de espaço público, sob o ponto de vista de comunidade, que sinaliza para o aspecto de pertencimento, ausência de diferença, portanto, o sentimento de espaço “purificado” longe da competição e da negociação em que todos têm um projeto comum. Entretanto, a ideia de comunidade consagrando a posição de estar juntos por semelhança, elide a presença de vigilância ou esforço dos sujeitos das comunidades não serem reduzidos ao espaço de “consumo” que o submeteria a perda do equilíbrio entre liberdade e segurança. Assim, questionamos o que designamos por comunidade e ao seu referente conceitual não ser conduzido ao referente institucional. As instituições públicas concentram sujeitos de diferentes realidades, vivências, mentalidades, embora, compreendamos que eles estejam atraídos por traços de identificações que vão se amalgamando em similitudes institucionais, de modo que, nesse processo de forjamento os discursos sejam produzidos e as marcas dos sujeitos da enunciação são postas para análise ou, desavisadamente, recepcionada pelos seus interlocutores/as.

Os estudos de Gênero, precipuamente, reportam à história e apresentam um conjunto de práticas e representações empreendidas por movimentos, inicialmente, isolado de mulheres que romperam com as regras e papéis sociais delimitadores para o sexo masculino e feminino. Essas, primordialmente, incitadas para lutar por causas injustas forjadas pelo social, a fim de manter o controle sobre os seres, em oposição, a reprodução cultural

machista e patriarcal. Elas começam a se insurgirem ativamente na conquista pelo usufruto aos direitos de igualdade e liberdade entre os seres humanos. É deste movimento intelectual em que as bases do conhecimento também sofrem adaptações metodológicas e requisitam uma nova leitura sobre a realidade. Castells (2008) aponta para o movimento feminista moderno, uma vez que a atuação é centrada na ordem “discursiva”, através da integração de pesquisadoras como aditivo de um ativismo adotado pelos Estudos de Gênero. A apropriação de teorias já consagradas como, por exemplo, marxista, estruturalista, pós-estruturalista e cultural são utilizadas como instrumentos viabilizadores e complementares para análises críticas de questões relacionadas às diferenças de gênero/sexo, cultura, etnia, geração, religião, entre outros.

Fraser (2005) assinala que ao traçar a dança desconcertante dos dois feminismos – da segunda e terceira onda – frente a mudança do capitalismo organizado pelo Estado e pelo neoliberalismo concluiu que a segunda onda do feminismo fracassou *simpliciter*, se bem que não se deve culpá-lo pelo triunfo do neoliberalismo. Certamente, não se trata dos ideais feministas serem inerentemente problemáticos; nem que eles sempre já estejam condenados a serem ressignificados para os propósitos capitalistas “[...]. Precisamos ampliar nossa consciência histórica na medida em que operamos em um terreno que também está povoado pela nossa estranha cópia”. (FRASER, 2005, p. 29).

Haraway (1994) no texto “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual da palavra destaca que “a dialética significa uma linguagem de sonho, ambicionando resolver a contradição:

Talvez, de forma irônica, possamos aprender nossas similitudes com os animais e máquinas como não ser Homem, segundo a corporificação dos logos ocidentais. Do ponto de vista do prazer, nestas fusões poderosas e acima de elementos tabu, tornadas inevitáveis pelas relações sociais da ciência e da tecnologia, deveria, realmente, existir uma ciência feminista (HARAWAY, 1994, p.273).

A compreensão da mensagem vai depender de elementos internos e externos à linguagem, da qual a malha complexa constituintes dos signos estão em permanente disputa no emaranhado jogo entre os significantes, significados e referentes, de modo que a emersão das verdades se matizam sob o efeito das associações formadoras dos disfarces, engodos e desvios emergentes nas representações sociais. Em conjunção ao pensamento de Fontenele-Mourão (2006) ao traçar percursos, estratégias das mulheres ao romperem os tetos de vidro com a ascensão nas carreiras profissionais, criando sobre si e sobre os outros um fosso entre os significantes e os significados até a construção de novas identidades.

Os fatos requisitam novos valores, por conseguinte, uma nova significação. O encaideamento frustra qualquer produção de significado pela indecifrável leitura do referente. Fontenele-Moura (2006) afirma “Atuam, ainda, como guias de interpretação e organização da realidade, permitindo aos sujeitos que se posicionem diante dela e definam a natureza de suas ações sobre esta realidade (aspecto de reconstrução do real)”. É do paradoxo entre a palavra e a ação, entre o sonho e a realidade; entre a razão e a paixão que se constrói a história, vidas, seres humanos – homens e mulheres. Vozes, que insistem atravessar a linha do esquecimento e do tempo. É nesta relação dialógica da leitura da realidade e das compreensões que a escuta do outro delinea o objeto de estudo de Gênero por meio de pistas,

trilhos e caminhos, às vezes, até percorridos, porém não mais apreendidos pela mesma ótica, uma vez que o entrecruzamento linguístico e psicológico impresso pela singularidade do ato em compromisso político, econômico e social com a ciência é singular e irrepetível.

A antagônica mudança permeada de tensão entre a coexistência de gênero em “um espaço imaginado para o homem e (re) imaginado para mulher”, Conforme Quinn (2003) na obra “POWERFUL SUBJECTS: are women really taking over the university” traz a voz masculina emergente nos relatos femininos por meio das vozes das acadêmicas. Apesar de certos espaços serem, fortemente, identificados com gênero, este é sempre aberto à renegociação, de modo que os espaços de gênero devem ser menos compreendidos pela imposição geográfica das estruturas patriarcais e mais como um processo social de acordo com o simbólico e à decodificação”. Isto significa que é um espaço visto como um homem pode ser reconfigurado como feminino. (grifos meus – QUINN, 2003, p. 130).

É bem verdade, que mudanças ocorreram, as mulheres adentraram em mercados de trabalhos qualificados, arrebentaram ferrolhos e fechaduras e adentram no mundo da política, se bem que, ainda há espaços diminutos de restritíssima paridade na representação ideológica dos gêneros. Nestes dois últimos anos, após a segunda candidatura e eleita a Presidente Dilma, a primeira presidente mulher no país, foi desencadeado um forte embate político norteado por motivações internas e externas emergentes e manifestadas por estruturas psíquicas modeladas pelas interações sociais que transitam entre o individualismo dos grupos e da consciência de grupos, conforme a concepção de Bakhtin (2006):

[...] a atividade mental do eu” (não modelada ideologicamente, próxima da reação fisiológica do animal, características do indivíduo pouco socializado) e a “atividade mental do nós” (forma superior que implica a consciência de classe. “O pensamento não existe fora da sua expressão potencial, fora da orientação social desta expressão e do próprio pensamento”. (BAKHTIN, 2006, p. 117)

Assim, a constatação de resistentes estruturas linguísticas revestidas de significados permeadas de preconceitos apontam, seguramente, uma estética machista patriarcal, potencialmente, transversalizada por mentalidades forjadas e maquiadas pela oposição política partidária. É inquestionável, que a figura feminina no mais elevado posto do executivo brasileiro traz ressonâncias que provocam desencaixes nas estruturas sociais, reforçando o recrudescimento das oposições, ao passo que, são determinantes o legado que a língua, instrumentalizada pela linguagem, sofre pela imposição dos contextos e das interações sociais postas no encadeamento dos significantes e significados.

Apontamos para o paradoxo de que tudo mudou, mas nada mudou. Sim, as mulheres falam, reivindicam espaços e direitos, por outro lado, e concomitantemente, questionam e refreiam avanços e retrocedem em ressignificações. Nos contextos midiáticos e nas interlocuções da sociedade ressoam expressões como burra, sapatona, não sabe falar, analfabeta, incompetente, burra, bujão, debiloide, presidanta, enfim, ..., O funcionamento da língua, sob o uso estilístico da fala apresenta metáforas que denotam xingamentos, humilhações, descrédito, ofensas sem nenhuma referência a polidez da linguagem. Expressões não somente emitidas por homens, mas também por mulheres, colocando em xeque a teoria variacionista ao destacar que a linguagem das mulheres é mais formal, polida, com restrito uso de palavrões.

Os discursos refletem as estruturas internas dos sujeitos, as variações linguísticas e as valorações indenitárias dos significados denotam a ambivalência entre a norma culta e a popular. São postas, à margem, as análises e reflexões políticas, interesses de um estado democrático para reverenciar em público, expressões que ficassem restritas aos espaços privados. Ou seja, as mulheres ao saírem das suas casas e ao adentrarem nos espaços públicos passam a serem alvo de violência simbólica, física e psicológica, publicamente. Uma estética machista sob a autoria dos sujeitos, homens e mulheres, que arbitram a reprodução da dominação do macho sobre a fêmea. Vale ressaltar, momentos em que os chefes do governo federal ousaram ir aos estádios quando da abertura de jogos internacionais e o público presente insatisfeitos com a política brasileira vaiavam as figuras masculinas, enquanto a figura feminina da presidente, além de ser vaiada, recebeu xingamentos e ofensas. Com isso, constatamos que o teor de agressividade sobre os homens é de menor intensidade se comparado com as mulheres que exercem uma função de poder.

Hirata (2007) assinala que sempre que se tenta fazer um balanço da divisão sexual do trabalho em nossa sociedade se chega à mesma constatação no que diz respeito à centralidade da reprodução cultural, na qual consiste compreender a natureza do sistema que lhe dá origem no nosso tempo em forma de paradoxo “nessa matéria, tudo muda, mas nada muda.” (HIRATA, 2007, p. 597). Por isso, nesta exposição, procuraremos desconstruir esse paradoxo ou reafirmá-lo, infelizmente, para a nossa conscientização dos enfrentamentos que teremos pela frente.

Freitag (2015) traz as quatro abordagens de Coates (2006) – déficit, dominância, diferença e construção social utilizadas nos estudos da Sociolinguística para apontar questões da linguagem em interface com Gênero. Ressaltamos a abordagem da dominância, nesta, a autora aponta o pressuposto de que as mulheres constituem um grupo oprimido, por sua vez, a dominância masculina é enaltecida pelos usos linguísticos, através da premissa de que, na interação, todos os participantes, sejam homens ou mulheres, conspiram para sustentar e perpetuar a dominância masculina e a opressão feminina. Trazemos o entendimento de representação da estilística da linguagem em instituições públicas como proposição enunciativa e de produção dos sentidos e significados, através da leitura de uma realidade preconceituosa, cujos preconceitos não se aplicam, indiscriminadamente, a todas as situações e a todos os setores da sociedade. Existem nuances regionais e culturais quanto às percepções do papel das mulheres no mundo do trabalho. Mesmo assim, ainda persiste um quadro geral onde a inferioridade feminina pode ser verificada tanto no mercado de trabalho do setor privado quanto no setor público indistintamente.

Hirata (2007) relata, a partir das observações em contextos diferenciados, que a constatação de duas relações sociais entre mulheres, segundo a autora, inéditas historicamente, que se estabelece entre a relação de classe entre as mulheres do norte, empregadoras, e essa nova classe servil, uma relação de concorrência entre mulheres, todas precárias, mas precárias de maneiras diferentes, dos países do Norte e dos países do Sul e logo também de “cores” diferentes com a chegada a esse mercado de mulheres dos países do Leste. Esta visão setorial sobre as matizes de gênero no nosso país é histórica e resistente, uma vez que, nitidamente, evidenciamos o estabelecimento de privilégios sob o estigma das diferenças aos diferentes mesmo antes das mulheres adentrarem no mercado de trabalho,

ao passo que se encaminham para a perpetuação de mentalidades e valores tendo a sua origem desde o Brasil colonial: as escravas do norte/nordeste; a do sul/sudeste, mulheres cortesãs; mulheres recatadas; mulheres liberais, mulheres de esquerda, enfim, os estudos de gênero em interface com a Linguística e outras ciências Humanas e Sociais denunciam o encalorado debate sobre a diversidade e/ou as diferenças aos diferentes, versando as variações linguísticas implicadas na construção de identidades e os modelos reportam as valorações de significação social, política e econômica.

Com o incremento das novas tecnologias eletroeletrônicas e de automação na década de 80 do século XX, as mulheres investiram no campo profissional, buscando a qualificação, inserindo-se em cursos de formação e especialização no trabalho; perseguiram a ascensão aos postos de trabalhos e transitaram em setores que eram preponderantes à figura masculina, especificamente, o setor secundário da indústria e da construção. Elas enfrentaram o preconceito e os desafios dos empregos precarizados, as desigualdades salariais e os impactos da crise; espaços restritos de gestão, alcançando cargos e funções com estereótipos masculinos; enfrentaram os impactos do desemprego formal e transitaram na informalidade e remanejaram-se para setores de serviços especializados, ascendendo em postos e cargos de gestão.

Fontenele-Mourão (2006) ressalta a necessidade de capacitação das mulheres que já vinham exercendo atividades asseguradas pelos novos modelos de gestão pública, mas que não eram portadoras de conhecimentos técnicos, sociais e políticos, de maneira que respaldassem ações em acordo à ordem de mercado, até então, preconizada pela figura masculina como apta a realização de determinadas funções e a ocupação dos cargos de gestão nos primeiros escalões das instituições privadas, bem como da gestão em instituições públicas. Com a consolidação das mulheres em carreiras qualificadas, em cargos de gestão, mais especificamente, a partir de 1999, instigada pelo movimento de Equidade de Gênero implantado pelo Governo Federal, através da Secretaria de Política das Mulheres, uma política de inclusão e de estímulos para que as mulheres participassem mais ativamente nas instituições públicas e ocupassem postos gerenciais. Na ENAP, teve início um programa de capacitação voltado, exclusivamente, para mulheres, visando promover o aprimoramento da capacidade gerencial e comportamental destas profissionais com a finalidade de favorecer a sua ascensão na organização pública. (FONTENELE-MOURÃO, 2006, p. 12).

As mulheres ao qualificarem-se para assumir os cargos gerenciais tiveram a oportunidade de discutir questões que as inquietavam, como, por exemplo, os preconceitos com relação às mulheres gerentes; as dificuldades na administração do tempo entre família e trabalho; a defasagem salarial; o “matar um leão” todos os dias para comprovar competência profissional já que o fato de ser mulher implicava transpor maiores barreiras. Ao questionar entre a postura de “machona” para mostrar autoridade ou ao não demonstrar sentimentos *vis a vis* a postura frágil e dócil construída culturalmente. As mulheres construíram perfis que, inevitavelmente, não romperam com o modelo reproduzido pela gestão masculina. Com isso, a percepção generalizada de que as mulheres que adotam comportamentos dominantes são mais apreciadas pela organização do que aquelas que agem com delicadeza e gentileza.

Lombardi (2010), Fraser (2007), Hirata (2010) dentre tantas que se dedicam ao ativismo dos estudos de gênero salientam que a crise de 2008 afetou, em primeiro lugar, o emprego masculino com maior perda dos postos na indústria de transformação e na construção civil. Os setores do comércio e dos serviços foram os que mais empregaram entre outubro de 2008 e abril de 2009, sendo que a maioria dos empregos na sua maioria destinou-se às mulheres. Sob o ponto de vista do mercado formal do trabalho, portanto, a crise vem facilitando o ingresso e a manutenção das mulheres nos empregos o que não deixou de ser positivo. Os últimos dados sobre o desemprego no Brasil apontam que as mulheres têm perdido mais os seus empregos, além disso, há um movimento de retorno a informalidade, de modo que surgem novas categorias de trabalho artesanal e de prestação de serviços domésticos como venda de produtos alimentícios, cuidados de adultos, crianças e animais domésticos.

A parplexidade dos retrocessos enviesada pelos de gênero

Nesta sessão ressaltamos expressões usadas nas televisões abertas e de assinatura, redes sociais e um fato ocorrido na comissão de impeachment no Senado Federal que foi televisionado para todo o Brasil, os quais desenham, inquestionavelmente, a estética da cultura machista ecoada pela discriminação e preconceitos ora acalentada pela estética do machismo por meio de ironias subliminares legitimadas e reforçadas por um conjunto de encadeamentos de marcadores, pronomes ou estrutura sintáticas e morfológicas maquiadas pelo uso de eufemismos e hipérboles.

A revista VEJA durante o processo de impeachment da Presidente Dilma publica em uma das suas matérias semanais a imagem e a descrição da suposta futura 1ª dama, em exercício. A matéria assinada por uma jornalista mulher recorre ao uso de marcadores “Bela recatada e do Lar”, em seguida, a jornalista descreve no marcador secundário quais seriam as qualidades que justificam o marcador principal “por vestir-se com roupas até os joelhos, que deseja ter filhos e que se tratam romanticamente...”. A matéria acionou um intenso embate, no qual transvestia uma posição político partidária que veio se contrapor ao movimento de luta a igualdade de direitos entre os gêneros. Na semana seguinte, o mesmo veículo de imprensa publica e descreve a imagem da esposa do Ministro do Turismo, indiciando a figura, às avessas, da semana anterior. Estes dois episódios jornalísticos relatado, exaustivamente, nas redes sociais, nos programas jornalísticos e de fofoca trouxeram a comparação conflituosa que remonta a construção do perfil de mulheres que são modelos e cópias para outras mulheres transversalizados por interesses políticos conservadores instalado nas instâncias de poder.

Após a votação de admissibilidade do processo do impeachment e a destituição do Ministério da Igualdade e dos Direitos Humanos foi publicado na coluna do blogueiro Felipe Moura Brasil da **veja.com** de 1 de junho de 2016, após a divulgação pelas redes sociais do caso de estupro coletivo no Rio de Janeiro, o blogueiro traz o marcador de efeito “Estupro, cultura e culpa – Vamos desmontar as farsas: para não cair na histeria da militância”. No texto, o dito blogueiro questiona a cultura do estupro no Brasil e refuta o tema do

estupro no Brasil, afirmando que a recorrência dos fatos noticiados e divulgados por pesquisas acionais e internacionais deve ser analisado sob a perspectiva das políticas públicas em defesa das mulheres. O jornalista contesta os resultados da pesquisa realizadas pelo IPEA, em 2014, apontando a retificação registrada pelo dito órgão de pesquisa, no qual os índices divulgados, inicialmente, eram de 65% retificados após denúncias para 26% com margem de 39%. No texto, há uma distorção nos resultados, omite informações e ressalta que o resultado divulgado pelo IPEA atendeu aos interesses da mídia e do poder público trazendo a figura da Presidente Dilma como maior beneficiada da publicação, de modo que relaciona os estudos e as políticas de gênero como uma estratégia de política partidária, por conseguinte, um engodo em prol de interesses particulares. Ele deprecia a trajetória dos estudos e das teóricas de gênero, atribuindo-os a catarse histórica, por sua vez, uma ilusão patogênica natural das mulheres.

O jornalista não lamenta que os números de 26% ou 39% expressa uma realidade de violência contra as mulheres, números, totalmente, inaceitáveis. Além disso, ele desconsiderou pesquisas realizadas pela ONU, em 2015, publicada pelo Coordenador dos Estudos da Violência da ONU e divulgada pelo G1., em 10/11/2015. A pesquisa denuncia que o Brasil ocupa o 5º lugar do ranking entre os países com maior violência contra as mulheres do mundo, ficando somente atrás do El Salvador, Guatemala, Colômbia e Rússia. A pesquisa ainda salienta sobre a faixa etária das mulheres violentadas que fica entre 18 aos 25 anos, ademais, apresenta que 60,3% da violência destina-se a negras e metade dos casos são realizados por pessoas das próprias famílias, ou seja, na maioria das vezes é praticado por companheiros ou ex-companheiros e também pelos pais dos seus filhos.

A deformação de matérias jornalísticas seja pela omissão de informações ou pela presença intencional de associações de marcadores apontam para parcialidade da notícia camuflada pela adesão política partidária, de modo que a informação está implicada aos interesses ideológicos dos seus locutores institucionais. Portanto, ao analisarmos a estrutura linguística dos discursos em conjunção aos elementos explícitos e implícitos dos contextos apreendemos o veículo emissor das informações, de modo a configurar a produção dos significados e sentidos produzidos pelos seus assinantes.

Levantamos na sessão de 01/06/2016 da comissão do impeachment, no momento em que um Senador profere uma questão de ordem, o mesmo interrompe o seu discurso e diz incisivamente “Fique quieta senadora, se comporte, fique quieta senadora”. Não sabemos o motivo que o levou a realizar tal injunção, uma vez que as imagens não mostraram e não se ouviu ruído que justificasse a sua repreensão. O senador, por sua vez, não teve interesse de relatar ou justificar o porquê da inflexão e dos motivos que levaram-no a recorrer a determinado expediente linguístico, de modo que percebemos pelos fatos e pelo discurso que a intenção era criar constrangimento na senadora. O uso dos verbos no imperativo, intercalado, com a ordem de comporta-se, demonstra, claramente, a dominação ao estabelecer a ordem do homem civilizado em contraponto a desordem da natureza da mulher. As mulheres precisam se aquietar, se comportar e cabe aos homens fazê-las submeter-se ao seu imperativo.

A dominância masculina acontece independentemente da classe social. Portanto, estudá-la requisita analisar as perspectivas de transversalização das categorias de gênero

em relação as etnias, as gerações, as classes sociais. Precisamos estar atentas para campanhas que foram lançadas no Brasil logo após homens postarem nas redes sociais imagens de uma jovem de 16 anos, nua e desfalecida com a inscrição “Aqui, passou mais de 30”. A denúncia chamou-nos atenção acerca da autoria da postagem, um homem. Por outro lado, há uma grande crítica sobre as instituições de proteção às mulheres, as Delegacias Especializadas de Direito a Mulheres, quando as vítimas resolvem prestar boletins de ocorrência por terem sofrido violências físicas, psicológicas ou sexuais, ao contrário, do que se espera, elas são (re) vitimizadas pelas autoridades que ao invés de acolhê-las e prestar serviços que viessem reintegrá-las socialmente culpam-na pelo ato sofrido. Este caso teve grande repercussão nacional e internacional no que pese ao teor de violência sobre a jovem que se encontrava totalmente indefesa e pela forma como foi denunciado o ato, uma vez que o próprio autor, a figura do macho agressor rompe com o silêncio da omissão, efeito da cultura machista e patriarcal, de modo que a voz masculina despertou a população para eventos, amplamente, já denunciados por teóricas que se debruçam a estudarem questões de gênero.

A decomposição do marcador “aqui, passou mais de trinta” sinaliza para o uso do advérbio de lugar “aqui” denota um local seguido do verbo na terceira pessoa “passou”, indicando uma ação indeterminada no pretérito perfeito do indicativo, ou seja, uma ação concluída satisfatoriamente, sem nenhuma interdição ou interrupção, por fim, o marcador “mais de trinta” endereça um coletivo com o mesmo objetivo, com as mesmas intenções, uma comunidade, um grupo, uma classe que passa, que presentifica subjetivamente a ação.

Considerações finais

Percebemos que os enfrentamentos das feministas da 2ª e a resignificação ocorrida na 3ª onda instigam em nós ou presume-se uma nova resignificação do discurso pós-neoliberalista, no qual as mulheres retomam a figura de mãe, esposa, mulher submissa, figura adequada para cuidar e formar os filhos. Fraser (2009) afirma que “somos inclinadas a lutar sobre a nossa própria cópia”, por sua vez, ao modelo que queremos seguir ou reproduzir. A adequação das mulheres ao modelo neoliberal fez parte do momento histórico social que nós endossamos, compomos ao sermos inseridas no mercado liberal, no sistema de produção flexível e no investimento ao consumo, bem como autorizamos a política do Estado menor em vista da política econômica. Nesse momento, precisamos perceber que as instâncias públicas se unem organizadamente – as instâncias políticas e midiáticas, conservadoras, mais uma vez, se levantam para travar o combate, do qual não somos a vítima, mas somos sujeitos que transitam entre a dominação e exploração, portanto, precisamos estar conscientes dos enfrentamentos que teremos que travar com as cópias que reproduzimos de nós mesmas, bem como das cópias que são reproduzidas por nós através dos diferentes outros.

É nessa direção, retomando, o paradoxo “Tudo muda, mas parece que nada muda” uma realidade ambígua nada consensual que nos leva a enfrentamentos e a superação de conflitos interiores que externalizam, em parte, pelo uso da fala, das entonações, dos usos

de pronomes, marcadores de identificação que escamoteiam ou denunciavam preconceitos e discriminações com a história das mulheres como sujeitos institucionais.

Referências bibliográficas

- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: HUCITEC, 2006.
- _____. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BAUMAN, Zigmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro; Jorge Zahar Ed., 2001.
- _____. **Cegueira Moral**. Rio de Janeiro; Jorge Zahar Ed., 2015.
- CASTELS, Manuel. **O Poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- FONTENELE-MOURÃO, Tânia Maria. **Mulheres no Topo da Carreira**: flexibilidade e persistência. Brasília/DF: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006.
- FRASER, Nancy O Feminismo, o Capitalismo e a Astúcia da História. In: **Mediações**, Londrina, v.14, nº 2, jul/dez 2009, p. 11-33.
- FREITAG, Raquel. Meister. KO. (Re)discutindo sexo/gênero na sociolinguística. In.: **Mulheres, Linguagem e Poder**. Estudos de Gênero na Sociolinguística Brasileira. FREITAG, R. M. KO; SEVERO, C. G. (Org.). São Paulo: Editora Edgard Blücher Ltda., 2015.
- HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais de nosso tempo. **Educação & Realidade**. Porto Alegre: Faced/UFRGS, v. 22, nº 2, jul/dez 1997.
- _____. **Identidade e diferença**: A perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis/RJ: Vozes, 2009.
- HIRATA, Helena; KERGOAT Daniele. **Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho**. In: **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, nº 132, set/dez. 2007, p. 595-609.
- _____. Emprego, responsabilidades familiares e obstáculos sócio-culturais à igualdade na economia. In: **Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero**. 1ª impressão. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2010, p. 88 a 95.
- LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- LOMBARDI, Maria Rosa. Do Feminino ao Gênero: a construção de um objeto. In: **Uma Questão de Gênero**. COSTA, R. A. de O. ; BRUSCHINI, C. Rio de Janeiro/RJ: Rosa dos Ventos, 1992, p. 216-250.
- QUINN, Jocey. **Powerful Subjects**: are women really taking over the university? British Library: England, 2003.
- SEVERO, Cristine Gorski. **O estudo da linguagem em seu contexto social**: um diálogo entre Bakhtin e Labov. São Paulo: D.E.L.T.A., vol. 25/2, 2009, p. 267-283.

O ENTRELACE ENTRE GÊNERO E COMUNICAÇÃO: UMA DISCUSSÃO CONTEMPORÂNEA.

Soraya Barreto Januário⁷⁰

Ana Maria Veloso⁷¹

Introdução

Na atualidade é inegável a influência exercida pelos meios de comunicação no âmbito social. Nesse sentido, é pertinente afirmar que suas imagens, representações e discursos auxiliam na construção de “verdades” (FOUCAULT, 1979), estereótipos e hierarquias sociais que corroboram nas relações de poder. A mídia ocupa um papel preponderante nas relações sociais e na interação entre os atores sociais que é dinâmica e permanente. Dessa forma, não podemos falar de uma influência unidirecional, mas de uma troca de representações entre quem recebe e quem produz os conteúdos midiáticos numa lógica noticiosa e mercadológica. Para Marcel Mauss (2003), o debate sobre o simbolismo e as relações sociais a lógica mercantil moderna não substituiu as formas antigas de constituição de vínculos entre os atores sociais e afirmou que tais formas continuam presentes nas sociedades modernas. Mauss (2003) advogou sobre a existência de um “fato social total” que se revela a partir de duas compreensões de totalidade: a primeira baseada em um fenômeno complexo pelo qual estruturas sociais, tais como a família, a política, a economia, a educação, a religião, a mídia dentre outros, se manifestam, e portanto, mobilizam a sociedade e as suas instituições sociais em prol de um mesmo objetivo. E a segunda, também no sentido de totalidade, de que a natureza desses bens produzidos pelas comunidades não é apenas material, mas também e, sobretudo, de natureza simbólica. Para ajudar a compreender o sentido que queremos conferir quando tratamos do termo mídia, se faz imprescindível recorrer à produção de Venício Lima.

A mídia, plural latino de médium, é entendida aqui como o conjunto das instituições que utiliza tecnologias específicas para realizar a comunicação humana. Vale dizer que a instituição mídia implica sempre a existência de um aparato tecnológico intermediário para que a comunicação se realize. A comunicação passa, portanto, a ser uma comunicação mediatizada. [...]constituem-se em um dos importantes símbolos da modernidade. Duas características da comunicação mediatizada são a unidirecionalidade e a produção centralizada, integrada e padronizada dos seus conteúdos. (LIMA, 200, p. 53)

Percebe-se, dessa maneira, o caráter simbólico presente nas produções midiáticas, que também são difusoras de representações e arquétipos sociais. Dessa forma, entendemos a comunicação midiática como uma das responsáveis pela (re) produção e concepção de subjetividades. Sendo assim, se faz pertinente analisar seus produtos e fenômenos com um olhar atento às retratações das relações de gênero com um olhar interdisciplinar que congregue o campo de saber da Comunicação, bem como o diálogo com a Sociologia, a Antropologia, a Psicologia, etc.

⁷⁰ Publicitária, Doutora em Comunicação pela Universidade Nova de Lisboa, pesquisadora do Observatório de Mídia da UFPE, Professora no Departamento de Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Coordenadora do GT Gênero e Comunicação da Redor, email: sorayabarretopp@gmail.com

⁷¹ Jornalista, Doutora em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da UFPE, pesquisadora do Observatório de Mídia da UFPE, professora do Departamento de Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Email: velosoanam@gmail.com

Neste contexto é possível considerar que o homem é socialmente percebido e historicamente concebido como sexo forte, dominador de classes, provedor (Barreto Januário, 2009). Nos meios de comunicação social, essa imagem não é apresentada de modo diferente. Por seu turno, a mulher esteve sempre retratada como “dona de casa” ou objeto de desejo do “homem dominador” (MOTA-RIBEIRO, 2005). No percurso histórico da sociedade ocidental a identidade sexual e dos gêneros foi intrinsecamente ligada à representação do seu dito “papel social”. Nesse sentido, podemos afirmar que a mídia possui um caráter pedagógico (LOURO, 2008) e de aconselhamento (WINSHIP, 1980) no constructo das relações de gênero socialmente estabelecidas.

Com efeito, as representações sociais de gênero presentes nos meios de comunicação, não só possibilitam aos sujeitos dar significado às suas vivências e relações, mas também, devido ao seu caráter performático (BUTLER, 1990), trazem implicações concretas, tanto sociais como subjetivas para a vida do sujeito em sociedade (SAFFIOTI, 1992). Dessa forma, pretendemos debater, nesse artigo, as relações entre o conceito de gênero e as implicações de sua representação na mídia.

O Conceito de Gênero : um breve histórico

Nancy Frazer (2002) atesta que o feminismo deu uma “volta cultural” e teve um deslocamento na sua centralidade nos anos 70. De movimento que se ocupava em chamar atenção da sociedade para o entendimento do gênero na divisão sexual do trabalho, com claras influências marxistas, que se fundamentavam na divisão de classes, o feminismo passou a concentrar suas análises na noção do gênero como uma identidade ou construção social:

Assim sendo, hoje, a teoria de gênero é basicamente um ramo dos estudos culturais (...) a mudança ocorreu basicamente nos últimos 30 anos - de quase-marxista, passando pelo entendimento de gênero centrado no trabalho, gênero ligado à área cultural até chegar às concepções de gênero baseadas na identidade - coincide com uma mudança paralela nas políticas feministas (FRAZER, 2002, p.66).

Apesar do reconhecimento, no mundo acadêmico, da “suposta” oposição entre o masculino e o feminino e da temática feminina ou das mulheres, principalmente nas análises da teoria social entre os séculos XVIII e começo do século XX, o conceito de gênero como categoria analítica só se firmou no fim do século XX. Um dos mais significativos impulsos para que o termo se popularizasse no Brasil se deu entre os fins dos anos 80 e início dos anos 90, com a publicação do artigo Gênero, Uma Categoria Útil de Análise Histórica, de Joan Scott (1995).

O texto causou furor por convocar as feministas a abraçar o “desafio teórico” de instituir o gênero como categoria de análise. A publicação indicou, ainda, que o conceito estava intimamente relacionado com construções culturais e históricas. Essa noção era radicalmente contra a explicação meramente biológica a respeito da diferenciação entre os sexos e foi amplamente incorporada nos estudos feministas. “Trata-se de uma forma de referir as origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e mulheres.

Gênero é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado” (SCOTT, 1995, p.75).

Scott defende que a conceituação foi proposta por aquelas que sustentavam que a pesquisa sobre as mulheres transformaria fundamentalmente os paradigmas disciplinares:

O termo gênero faz parte da tentativa empreendida pelas feministas contemporâneas para reivindicar um certo terreno de definição, para sublinhar a incapacidade das teorias existentes para explicar as persistentes desigualdades entre as mulheres e os homens (SCOTT, 1995, p.85).

Nesse aspecto, a teoria de Scott tem pontos de ligação com o pensamento de Nancy Fraser:

Gênero não é somente uma “diferença” construída simultaneamente pelos diferenciais econômicos e pelos padrões institucionalizados de valores culturais, mas também pela má distribuição e reconhecimento equivocado, que são fundamentais para o sexismo. As implicações para as políticas feministas são claras. Para combater a subordinação das mulheres é necessário estabelecer uma abordagem que combine uma política de redistribuição e uma política de reconhecimento. (FRAZER, 2002, p.66)

Outra autora que deu significativas contribuições para a legitimação do conceito de gênero foi Judith Butler (1986), ao interpretar a famosa frase de Simone de Beauvoir, “não se nasce mulher, mas torna-se mulher”. Com uma veia teórica aguçada, Beauvoir desalojou o gênero do sexo e questionou a diferença sexual como natural. Conferindo relevância à produção de Beauvoir, Judith Butler evidenciou a não coincidência de uma identidade natural e uma identidade de gênero.

Butler (1986) parece concordar com a afirmativa de Beauvoir de que os corpos femininos não poderiam ser vistos receptáculos de uma identidade limitadora e definitiva, mas como instrumentos para a expressão de liberdade. Seu pensamento aponta para a construção social, histórica e cultural da identidade.

O conceito de uma identidade descorporificada do sexo foi primordial para Simone de Beauvoir, que na obra “O Segundo Sexo” (1980), aprofundou seu trabalho a partir das teorias psicanalíticas de Lacan e do conceito de “*differance*”, de Derrida, ambos incorporados pelo feminismo francês nos anos 1970. Já no campo político, a demarcação de uma identidade feminina diversa da masculina despontou como mais uma estratégia de enfrentamento ao poder patriarcal.

No entanto, uma questão se faz necessária quando intensificamos nossas pesquisas acerca do feminismo francês. Quando reivindicam a distinção de uma identidade feminina como “o outro”, conforme argumentava a própria Simone de Beauvoir, os estudos feministas não correram o risco de legitimar, reafirmar e garantir a continuidade da existência da identidade opressora e hegemônica do “mesmo”? Será que a ferrenha contraposição ao “dominante patriarcal” não denunciava ainda mais sua existência?

Os debates sobre a noção do “outro” como ser feminino não se esgotaram com as teorias da corrente francesa. Elas incendiaram ainda mais a produção acadêmica sobre o assunto entre as feministas. Steven Connor, em sua análise da cultura pós-moderna, destaca:

A escrita feminista projeta o feminino como o lugar do outro do patriarcado, identificado como o lado negativo desacreditado e sombrio de toda polaridade, como o corpo diante da mente, natureza diante da cultura e noite diante do dia, a matéria diante da forma e a insanidade diante da razão. (CONNOR, 1996, p.185)

Comentando o trabalho de Kristeva, Connor resgata críticas direcionadas a minar a noção de uma identidade feminina intrínseca, no contexto de uma luta para descolar o conceito de marginal da mulher. A ideia era romper com os alicerces de uma ordem falocêntrica de organização da sociedade.

Connor (1996) afirma que o feminismo se ocupou atentamente com o lugar de fala da mulher. O discurso nos espaços políticos sempre foi atributo do “sujeito universal” masculino que, através da linguagem e da inserção na esfera pública, se lançou como representante de todos os segmentos da sociedade. A concepção feminista, ao repudiar as metanarrativas reafirmou a diferença e a “auteridade” das mulheres como sujeitos políticos, ao mesmo tempo que rechaçou as políticas de representação e as formas institucionalizadas de poder.

O incentivo à expressão da fala pública das mulheres e a contraposição a qualquer forma de opressão que fizesse com que seu conhecimento fosse subjulgado e invisibilizado também representou um dos pilares da luta feminista. Compreender, portanto, a íntima relação dessas teorias com conceitos como “auteridade” e “*outredad*” se faz imprescindível quando pretendemos estudar o que viria a ser um “movimento criado de forma discursiva”(MANSBRIDGE, 1999).

Após o debate sobre o conceito de gênero é pertinente compreender como as questões de gênero são representadas pela mídia e refletir sobre a força que o próprio movimento feminista conquistou com sua expressão midiática. Trata-se de reconhecer, especialmente, as mudanças que o ativismo digital provocou nas formas de organização do movimento e da difusão das causas feministas nos produtos da indústria cultural e de consumo.

Questões de Gênero na Publicidade: velhas e novas perspectivas

A comunicação noticiosa e publicitária sempre refletiu padrões que perpetuam as relações de poder assimétrica entre homens e mulheres, na tentativa de atuar como um espelho da realidade, até que esses valores começaram a ser contestados com o surgimento do feminismo e a luta dos direitos pela igualdade das mulheres, mais ainda: quando a mulher começou a cobrar uma nova representação de sua própria imagem enquanto cidadã, com protagonismo econômico e social. Diante desta nova realidade, a mídia iniciou também o processo de mudanças na imagem retratada até então do homem e da mulher.

Numa sociedade industrializada, que colaborou com a perda de postos de trabalho, a concorrência feminina e as crises da economia mundial, o homem foi assumindo outras formas de experienciar a sua masculinidade, inclusivamente no lar. E a mulher foi conquistando novos lugares e fazeres. Mas será que isso é realmente retratado pela mídia? Abarcados pela historicidade da atividade publicitária, é possível afirmar que até 1980 o

homem aparecia, na maioria dos casos, a ser servido e cortejado pela sua esposa (BARRETO JANUÁRIO, 2009; CUSHNIR, 1994).

A imagem do homem na publicidade da década de 80 é a de provedor do lar, do pai, verificando-se uma forte presença dos valores tradicionais da instituição familiar. Foi através da disseminação desse novo cenário social, estruturado por uma cultura do consumo (BAUDRILLARD, 2008) que se materializa uma crescente oferta de produtos. A atividade publicitária torna-se um importante mecanismo de socialização, devendo portanto deixar de ser concebida apenas como técnica de comunicação, isenta de qualquer valor. Ao vislumbrar-se o potencial económico e mercantilista do público masculino pelo mercado promoveu o aparecimento de várias respostas de consumo, sejam elas produtos ou serviços, envolvendo também estética, moda, sexo e corpo. O corpo jovem e delineado é uma evidência da cultura imagética ocidental, suplantada em meados da década de 90 (VERÍSSIMO, 2008).

Segundo Ribeiro (2003), “tradicionalmente, entre nós, o grande valor social dos homens é o êxito [social], como o é para as mulheres a beleza: dois sinais distintos, afinal de adequação aos respetivos papéis socialmente prescritos (2003, p. 96-97). Podemos, retirar das afirmações do autor a ideia de que é possível constatar na publicidade contemporânea dois aspetos: 1. O homem enquanto personagem, associado a valores dominantes de poder, como sucesso e virilidade; 2. A mulher ligada à noção de sensualidade, em alguns casos à pureza e perfeição anatómicas. Sobre este último ponto Mota-Ribeiro (2003) escreveu que:

[...] o seu eu visual, tão fundamental para a interacção social, uma série de práticas e de resíduos culturais sedimentados codificam e enformam as concepções do feminino realçando a importância vital daquilo que a mulher dá a ver de si. Este é um ponto fundamental, uma vez que culturalmente o sexo feminino está mais predisposto para uma preocupação com a aparência (MOTA-RIBEIRO, 2003, p.3).

Nesta perspectiva, ao longo dos anos a publicidade e a mídia foram concebendo modelos de representações ligados a diversos fatores sociais, tais como gênero, etnia, classe social, entre outros. Sendo assim, construíram perceptivas e modelos sociais do que seriam o homem e a mulher nessas representações. Em relação ao estereótipo de mulher Veríssimo (2005) defendeu que:

Depreendemos que a presença da mulher na publicidade tem vindo regularmente a evidenciar o seu estatuto de “objeto simbólico”, cuja representação, ao apelar a atenção do consumidor masculino para a publicidade, acaba por induzir na sociedade determinados ideais estereotipados acerca da condição da mulher (VERÍSSIMO, 2005, p.1714).

Segundo Bourdieu (2005), a divisão desigual de poder, que confere aos homens a posição dominante e às mulheres a posição subalterna, perpassa toda a estrutura social, não se restringindo às questões de gênero. A dominação masculina estende-se por todas as instituições e processos, por exemplo as representações mediáticas, isto para além das instituições estruturantes de cada sociedade como a religião, estado, escola, família. Nesta perspectiva, a estrutura da sociedade funciona como uma máquina simbólica que “tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça” (BOURDIEU, 2005, p. 18). As manutenções dessas relações sociais vigentes são garantidas pela atuação dessas instituições sociais e, na contemporaneidade, potencializadas, difundidas e (re) produzidas através da mídia.

Para muitos/as pesquisadores/as, a mídia também fixa estereótipos geradores de preconceitos e discriminação, produzindo e reproduzindo valores e hábitos consoantes a formações ideológicas sexistas. A mídia reforça um modelo de *superwoman*, isto é, da mulher que está inserida no mercado de trabalho, que cuida dos filhos, do marido e da casa e ainda está sempre arrumada, reforçando modelos de beleza calcados na feminilidade e na juventude. Para a integrante do Observatório da Mulher⁷², Rachel Moreno:

A mídia comanda, sem mandar. Mandam a mulher ser bela, ser magra, ser boba, ser mãe, ser invejosa, competir com as outras, manda correr em busca da felicidade perfeita que virá a partir da compra de produtos e valores, da exibição de marcas e etiquetas que nos identifiquem e qualifiquem. Sem tom de mando, a mídia evita a resistência e a rebelião (MORENO, 2009, p. 13).

Já a publicidade utiliza conjuntos de valores simbólicos e representativos de cada sociedade. Recodificando as mensagens para atingir nichos específicos, através de apelos persuasivos agregados às novas tendências comportamentais e a diversidade de personagens e personalidades sociais. Segundo Mota-Ribeiro (2003, p. 3), “a importância da publicidade enquanto discurso social advém do fato de ela não apenas refletir, espelhar, modelos socialmente aprovados, mas também contribuir para a incorporação de valores e tendências sociais.” A indústria mediática descobriu no masculino uma grande potencialidade comercial e tornou-a num forte mercado a ser explorado pela cultura consumista. A publicidade enquanto prática discursiva fomenta a circulação de pensamentos, valores e modelos de comportamento, constituindo-se como a própria linguagem, um “local” de interação humana (GARBOGGINI, 1999). Os anúncios tentam suprir a carência de identidade do seu consumidor, recorrendo à “necessidade que cada pessoa tem de aderir a valores e estilos de vida que confirmem seus próprios valores e estilos de vida e lhe permitam compreender o mundo e seu lugar nele” (VESTERGAARD e SCHRODER, 2000, p. 74).

Tal como os modelos de comportamento e de ordem social são representados pela publicidade, o gênero também o é. Percebemos o gênero como algo social, cultural e discursivamente produzido. Defendemos ainda que as representações desempenham um papel fundamental na construção de identidades, pois “é por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos” (WOODWARD, 1997, p. 17). Deste modo, as representações discursivas e imagéticas constroem os lugares a partir dos quais assumimos a nossa posição individual.

De acordo com Barreto Januário (2009) a imagem da mulher tem mudado ao longo dos últimos anos. Além da representação de doméstica e “dona de casa”, a mulher também é retratada na sua vida profissional pública. A autora argumentou que essa mudança ocorreu principalmente por volta dos anos 1970 e 1980, e deu lugar a dois tipos de mulheres: a mulher solteira, jovem e bonita. Além de representar um modelo de beleza a aspirar por outras mulheres, também conquistava a atenção do público masculino. O segundo tipo é relativo à mulher casada, adulta, mãe e dona de casa, daí a ligação privilegiada com produtos domésticos.

Barreto Januário (2009) ressaltou ainda uma outra mudança ocorrida nos anos 1990, motivada pela consolidação da mulher no mercado de trabalho e no ambiente corporativo, o

⁷² Organização que busca contribuir, resgatar e tornar visíveis as lutas das mulheres no Brasil. Tem como objetivos promover os direitos das mulheres, democratizar a comunicação e produzir e veicular informações sob o ponto de vista das mulheres.

que possibilitou a ênfase no seu poder econômico. A publicidade começa a representar a mulher no papel de bem na vida, bonita, elegante, com vida própria, no campo profissional e amoroso. No entanto, neste mesmo período consolida-se a imagem da mulher ligada ao corpo, ao seu cuidado, com o intuito de atrair a atenção do homem. Mota-Ribeiro (2005) também deu conta desta mudança em relação a estereótipos do passado. A autora descreveu como desapareceu a imagem da “mulher doméstica, que cozinha e cuida da casa” (2005, p. 54) em favor da emergência do conceito de mulheres jovens e belas. Segundo a autora, a mulher ganha maior destaque em termos estéticos e visuais, criando-se assim uma imagem redutora de mulher, com padrões de beleza inatingíveis pela mulher comum.

Ao veicular repetidamente as performances de gênero (BUTLER, 2008) a publicidade fornece aos espectadores modelos de identificação masculinos e femininos. E dessa forma, categoriza determinados produtos ligados ao masculino e feminino, criando um *habitus* (BOURDIEU, 2005) de gênero. Esse *habitus*, uma vez interiorizado, fomenta a exploração e a mercantilização da mulher enquanto objeto, assim como a reiteração de estereótipos que reforçam o lugar submisso atribuído às mulheres nas sociedades modernas, como se fosse algo natural. De acordo com Baudrillard (2008), a mercantilização do corpo da mulher e a sua exploração comercial são formas de neutralizar a emancipação do corpo feminino, e da sua sexualidade também, uma estratégia usada para manter inalterada a hierarquia dos gêneros, quando a mulher é apresentada como objeto desejado e o homem o sujeito que a deseja.

O empoderamento das mulheres e sua reprodução na mídia e no ativismo digital

Com o crescimento do movimento feminista e o desenvolvimento da internet e, portanto, com o engajamento das mulheres no ativismo digital, as empresas e marcas tiveram que prestar mais atenção num novo cenário de representações e principalmente em outras formas de representar a mulher. O ano de 2015 (e continuou em 2016) foi considerado o ano do “empoderamento feminino” na publicidade e na mídia de forma geral. A explosão do debate sobre o tema nas peças publicitárias e nas capas das principais revistas de circulação nacional e internacional comprovam tal afirmação de que essa “Primavera Feminista” estava elevando as mulheres, mais uma vez, ao “status” de sujeito político.

O conceito de Empoderamento é abrangente e está associado a uma série de significados, que correlacionados entre si, “estão ligados ao processo de criação e socialização do poder em sistemas participativos em diversos espaços de atuação social e política” (FONSECA *et al*, 2015, p.6). O termo “empoderamento” vem do inglês *empowerment*, e significa, sucintamente, dar poder, e já é amplamente utilizado em diferentes campos de saber.

Para Fonseca (2015) o conceito conquistou enorme espaço, tendo em vista a efervescência pela luta por direitos das mulheres, LGBT e igualitários, evidenciados âmbito acadêmico, na mídia e nas estratégias de marketing das marcas. O empoderamento feminino evidencia a libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero e patriarcal (SARDENBERG, 2009). É pertinente destacar, ainda, que não estamos lidando com um fe-

nômeno novo, uma vez que o empoderamento não é algo dado e sim um processo contínuo, percebido “enquanto momento estático e sim como trânsito dinâmico” (LEITE, 2012, p.3).

Com o avanço na usabilidade da internet e suas ferramentas, o feminismo ganhou uma aliada no processo de informação, o Ciberativismo revolucionou os movimentos sociais, tanto quanto à sua caracterização, como quanto ao desempenho do ativismo no campo digital. Nesse sentido, o movimento feminista também foi impactado quanto a sua auto-organização e a militância, que precisou ter fôlego para estar nas ruas e nas redes virtuais.

Com base em tal revolução, o movimento começa a repensar sua forma de atuação, o fomento e a disseminação das propostas e causas feministas, não somente ao vislumbrar o ciberativismo como estratégia de disseminação de sua ideologia, mas, especialmente por observar as redes virtuais como espaços de produção, divulgação e reflexão dos conteúdos com liberdade, facilidade e *feedback* (LANGNER & ZULIANE & MENDONÇA, 2015). Segundo Moraes (2000):

As características de interatividade, cooperação e descentralização da internet abriram espaço para as lutas sociais a partir da segunda metade da década de 1990, visto as possibilidades de difusão de reivindicações, disseminação de ideias e estabelecimento de contatos, e semter a necessidade de passar pelos filtros ideológicos da grande mídia. Desta forma, “a militância on line vem alargar a teia comunicacional planetária, usufruindo de uma das singularidades do ciberespaço: a capacidade de disponibilizar, em qualquer espaço-tempo, variadas atividades, formas e expressões de vida. (MORAES, 2000, p. 142)

Nesse âmbito também são publicadas dezenas de capas no jornalismo noticioso e de entretenimentos sobre os temas associados ao feminismo e ao empoderamento, como as da revista Elle, que só no ano de 2015 apresentou cinco capas abordando as conquistas das mulheres (NASCIMENTO, 2016). Já a revista Cult, trouxe edições com destaque de capa para pensadoras como Hanna Arendt, Simone de Beauvoir e Judith Butler.

Já na publicidade surge o termo *femvertising*, junção das palavras *feminism* e *advertising*, de origem inglesa que, traduzidas para o português significam, respectivamente, feminismo e publicidade. O termo foi usado por Samantha Skey, diretora executiva e de marketing da plataforma *SheKnows Media*, pioneira em comunicação digital direcionada para mulheres, em uma entrevista às NGB⁷³. Nesse sentido, *femvertising* é a publicidade pensada para a mulher enquanto consumidora, e que carrega em seu discurso mensagens associadas ao empoderamento feminino.

Neste sentido, o fenômeno de *femvertising*, na publicidade, está associado a uma lógica mercantilista, mas também faz emergir um novo cenário social em suas encenações publicitárias. Ao compreendermos o caráter pedagógico da mídia (LOURO, 2008) é possível afirmar que o fenômeno é positivo na busca da promoção de um processo de empoderamento feminino e pode contribuir para uma nova cultura de pensar as relações de gênero. Com efeito, ao investir em uma estratégia de comunicação que legitima a imagem feminina enquanto agente de sua própria emancipação social, inspira consumidoras e pode promover uma nova forma de visibilidade do feminino na sociedade.

73 Disponível em: <http://goo.gl/IWUt12>. Acessado em 20 de Agosto de 2016 às 11:50.

Considerações finais

No atual cenário econômico, político e social é possível identificar importantes mudanças nas relações de gênero e a sua representação nos meios de comunicação. Com efeito, este artigo objetivou compreender os laços entre o gênero e suas representações na contemporaneidade, na tentativa de traçar um breve panorama sobre o que permanece e o que vem mudando nessas representações à luz das relações de gênero.

É pertinente ressaltar que o estudo da imagem feminina que vem sendo reproduzida pelos meios de comunicação tem sido, ao longo dos anos, alvo de intensos debates pelo movimento feminista e, mais recentemente, analisado pelo mercado voltado às mulheres. Entretanto, faz-se necessário olhar para o tema com algum cuidado, já que estamos observando que tal reconhecimento tem sido protagonizado por publicações comerciais que visam lucro.

O que se pode perceber é que essa nova lógica social delimita, ao mesmo tempo, um novo nicho de mercado e se identifica com os valores voltados às mudanças sociais conquistadas nas últimas décadas. Obviamente que a publicidade e os produtos jornalísticos dialogam com essas mulheres e homens que são fruto de um novo cenário social e, portanto, precisam acompanhar tais avanços. Todavia, é possível ser otimista ao compreender que a mídia acompanha as tendências sociais.

Assim, podemos sugerir que algumas publicações do *mainstream* tem tentado acompanhar essa movimentação principalmente no segundo semestre de 2015, o que traz consigo formas desviantes da normativa de retratação social do que tem sido visto ao longo dos últimos anos que notadamente oprimia as mulheres.

Apesar dos avanços, para Sara Lovera, fundadora da Organização Mexicana de Comunicação e Informação da Mulher (Cimac), a importância da luta pela igualdade ainda não foi completamente assimilada pelas corporações de mídia:

[...] estamos tratando de uma realidade vivida, pelas mulheres, desde os anos de 1970, quando as feministas foram às ruas e promoveram mudanças no mundo e nas formas de representação. Mas, quem trabalhava (e ainda trabalha) nas redações experimentava a invisibilidade. [...] As lutas gerais feministas ainda não foram incorporadas pelos grupos de mídia.

De acordo com Ana Veloso (2014), uma das explicações plausíveis para a vigência desse sistema, que fica evidente com a análise dos dados levantados acerca das arquiteturas da mídia *mainstream*, é a de que os negócios, sobretudo quando estamos analisando corporações mantidas por poucas famílias, operam em regime de propriedade cruzada e em consonância com práticas predatórias de mercado.

Nesses ambientes, a transmissão do comando ainda se dá, na maior parte dos casos, entre os filhos. Esse patriarcado de mídia é reproduzido por meio de relações familiares que sustentam esses grupos e redes, mesmo em corporações com gestão modernizada. Relações essas que extrapolam o privado e são engendradas no âmbito público por dentro de companhias que paradoxalmente utilizam tecnologia de ponta e processos decisórios altamente atualizados do ponto de vista gerencial. Mas que ainda possuem seu aparato

administrativo centrado, mesmo que de modo não declarado, na utilização de um bem público para fins particulares e que, em vários momentos, reproduzem práticas sexistas.

Diante do exposto, resta-nos, ainda, indagar: quanto do reconhecimento do lugar social das mulheres em meio ao contexto desse mercado dominado por organizações notadamente comandadas por homens sofre influência do ativismo feminista realizado nas ruas e nas mídias digitais? Tal questão nos levará, certamente, a acompanhar os próximos passos desse setor para compreender se realmente há uma mudança de mentalidade, ou se é apenas uma “moda” passageira. Tudo isso, com o cuidado em analisar se tal “incorporação” tende a mascarar o “esvaziamento” do caráter político e reivindicativo do movimento.

Com efeito, percebemos a existência de uma dicotomia de representações. Se, por um lado, as mulheres continuam sendo objetificadas e em espaços naturalizados, por outro lado, nos deparamos com a emergência de outros debates e retratações. Por isso, se faz relevante a continuidade do monitorando a mídia, seus discursos e representações.

Referências bibliográficas

- BARRETO JANUÁRIO, S. As masculinidades contemporâneas e a sua representação nos media: as revistas de estilo de vida masculina Men's Health com edição em Portugal e no Brasil. **Mestrado, Universidade Nova de Lisboa**, Lisboa, 2009
- BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo: a Experiência Vivida**. Rio de Janeiro. Editora Nova Fronteira, 1980.
- BAUDRILLARD, J. **A sociedade de consumo**. Portugal: Edições 70, 2008.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2005
- BUTLER, J. Sex and Gender in Beauvoir's Second Sex. Yale French Studies, **Simone de Beauvoir: Witness to a Century**, 72(nov/dez), 1986
- _____. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008
- CONNOR, S. **Cultura Pós-Moderna: Introdução às Teorias do Contemporâneo**. Edições Loyola, 3ª Edição, 1996.
- Cuschnir, L. **Masculino: como ele se vê**. São Paulo: Saraiva, 1994
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979
- FONSECA, A.; SILVA, J.; FILGUEIRAS, J. O Empoderamento das Marcas no Universo Feminino: Estereótipos e arquétipos na campanha Like a Girl, da Always. In: **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste – Natal - RN – 2 a 4/07/2015**. Disponível em: <<http://www.portalintercom.org.br/anais/nordeste2015/resumos/R47-2639-1.pdf>> Acessado em 16 de Abril de 2016.

- FRAZER, N. Políticas Feministas na Era do Reconhecimento: Uma Abordagem Bidimensional da Justiça de Gênero, in Bruschini Cristina. **Gênero, Democracia e Sociedade Brasileira**. Editora 34, Fundação Carlos Chagas, Rio de Janeiro, 2002
- GARBOGGINI, F.O Homem no Espelho da Publicidade. **Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo**, São Paulo, 1999
- LANGNER, A.; ZULIANI, C.; MENDONÇA, F. **O movimento feminista e o ativismo digital: conquistas e expansão do uso das plataformas online**. In: Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade, 3., 2015, Santa Maria. **Anais**. Ufsm, 2015. p.1 - 14.
- LEITE, Fernanda Capibaribe. Configurando o “Eu-Mulher”: A Construção do Sujeito no Processo de Empoderamento para as Mulheres. In: **XXXV Confresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 2012, Fortaleza. Anais Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/sis/2012/resumos/R7-1600-1.pdf>>. Acesso: 29 abr.2016.
- LIMA, V. A. de. **Mídia: crise política e poder no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.
- LOURO, G. L. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**, 19, v. 2, n. 56, p. 17-23, 2008
- LOVERA, Sara. **El reto de este siglo denominado de la Sociedad de la Información**. Disponível em: http://observatoriodaimprensa.com.br/monitor-da-imprensa/mulheres_na_midia_mexicana/ . Acesso em: 15 jun. 2012.
- MANSBRIDGE, J. in CASTELLS Manuel. **O Poder da Identidade**. Editora Paz e Terra, São Paulo, 1999.
- MORAES, D. Comunicação virtual e cidadania: movimentos sociais e políticos na Internet. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo: julho/dezembro, Vol. XXIII, no 2, p. 142 – 155, jun. 2000.
- MOTA-RIBEIRO, Silvana. **Retratos de mulher: construções sociais e representações visuais do feminino**. Porto:Campo das letras, 2005
- Mauss, M. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naifa, 2003
- Ribeiro, A. **O corpo que somos. Aparência, sensualidade, comunicação**. Lisboa: Notícia Editorial, 2003
- SAFFIOTI, H.I.B. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, A.O. ; BRUSCHINI, C. (Orgs.) **Uma Questão de gênero**. São Paulo ; Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992
- SARDENBERG, Cecília M. B. Conceituando “Empoderamento” na Perspectiva Feminista. In: **Seminário internacional: Trilhas do empoderamento de mulheres**, 1., 2000, Salvador. Projeto TEMPO. Salvador: UFBA, 2009. p. 1-10
- SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica** (C. R. Dabat & M. B. Ávila, Trans.). Nova Iorque: Columbia University Press, 1995
- VELOSO, Ana. Mulher e mídia no Brasil: “uma pauta desigual”? IN OLIVEIRA, Suzane, STEVENS, Cristina e ZANELLO, Valeska. **Estudos feministas e de gênero: articulações e perspectivas** [livro eletrônico].Florianópolis: Ed. Mulheres, 2014.

VERÍSSIMO, J. **O corpo na publicidade**. Lisboa: Colibri, 2008

VESTERGAAD, T.; SCHRODER, K. **A linguagem da propaganda**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

WINSHIP, Janice. **Advertising in women's magazines** (Vol. 59). Birmingham: Centre for Contemporary Cultural Studies, University of Birmingham, 1980

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In T. T. d. Silva (Ed.), **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais** (Vol. 5, pp. 7-72). Petrópolis: Vozes, 2012

COMPONDO TRILHAS PARA A CONSTRUÇÃO DE EPISTEMOLOGIAS FEMINISTAS EM MÚSICA NO BRASIL

Laila Rosa⁷⁴

Bruna Santos⁷⁵

Cristiane Lima⁷⁶

Introdução: das epistemologias feministas em música

O presente trabalho objetiva compartilhar dados e reflexões sobre a pesquisa em questão, que se encontra em seu 5^a ano de realização. Desde o seu início em 2012, já passaram diversas bolsistas, tutoras e colaboradoras pela *Feminaria Musical: grupo de pesquisa e experimentos sonoros* (FM) e também tivemos vários planos de trabalho realizados, cuidando de aspectos diferenciados da mesma. A FM é um grupo da Escola de Música da UFBA que integra também a linha de pesquisa Gênero, Arte e Cultura, do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher – NEIM/UFBA. Importante ressaltar aqui um pouco da história deste núcleo de pesquisa que nos acolhe enquanto docente e discentes, nos níveis da graduação e também da pós-graduação:

Criado em maio de 1983, como núcleo então vinculado ao Mestrado em Ciências Sociais da UFBA, o NEIM se destaca não apenas por ser o núcleo de estudos feministas mais antigo do país, como também por sua atuação marcante e continuada na promoção de uma série de atividades nas áreas de Ensino, Pesquisa e Extensão, tendo sempre em vista a formação de uma consciência crítica acerca das relações de gênero hierárquicas, predominantes em nossa sociedade, e da conseqüente especificidade da condição feminina.

Em 1995, o NEIM conquistou um lugar de maior destaque na UFBA, ascendendo à categoria de órgão suplementar. Hoje o Núcleo é reconhecido pela sua competência, tanto no âmbito nacional quanto internacionalmente, destacando-se dentre os principais centros de ensino e pesquisa na área dos estudos sobre a mulher e as relações de gênero do país. No âmbito nacional tal reconhecimento materializa-se com a criação do programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM), o primeiro nessa temática no país e na América Latina.

Em 2009, mais um passo foi dado no avanço dos estudos nessa área com a criação do curso de Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade com concentração em Políticas Públicas, no período noturno com oferta de 50 (cinquenta) vagas anuais. Trata-se de uma graduação que visa à formação de profissionais que possam atuar na área de Gênero e Diversidade (raça/etnia, geração, direitos sexuais e outras desigualdades sociais) no planejamento, execução e avaliação de políticas públicas.⁷⁷

Seguindo os passos do NEIM, importante espaço de formação e ativismo para nós, a Feminaria Musical (FM) se pauta por epistemologias feministas que norteiam e articulam

⁷⁴ Compositora, musicista e doutora em música – etnomusicologia pela UFBA/Universidade de Nova York. Professora da Escola de Música e dos Programas de Pós-Graduação em Música e Estudos sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM), da Universidade Federal da Bahia. Pesquisadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares Sobre a Mulher (NEIM/UFBA) e coordenadora da Feminaria Musical: grupo de pesquisa e experimentos sonoros, lailarosamusica@gmail.com

⁷⁵ Graduanda do Bacharelado de Estudos de Gênero e Diversidade da Universidade Federal da Bahia e bolsista PIBIC - Programa de Iniciação Científica do projeto Feminaria Musical ou epistemologias feministas em música no Brasil 3. brunaranha@yahoo.com.br

⁷⁶ Atriz, bacharela em Humanidades pela UFBA, graduanda em História da Universidade Federal da Bahia. bolsista PIBIC - Programa de Iniciação Científica do projeto Feminaria Musical ou epistemologias feministas em música no Brasil 3. cclima80@gmail.com

⁷⁷ Ver: <http://www.neim.ufba.br/wp/apresentacao/>

produção teórica e práxis feminista. Logo, somos um grupo de pesquisa e de ativismo feminista que dialoga com a perspectiva da pedagogia do oprimido defendida por Paulo Freire em sua proposta de dialogicidade, onde não se constrói conhecimento “de”- “para”, mas “com” (FREIRE, 1987, p. 44). Dialogamos ainda com as pedagogias feministas antirracistas, anti-sexistas, anti-lesbo-homo-transfóbicas, antietaristas, anti-capacistas, etc., defendidas por autoras como bell hooks (2013), procurando trazer tais referenciais, bem como, nossas próprias identidades, desejos, afetos e trajetórias para nossas produções e performances (ROSA *et al*, 2014 e 2013; ROSA, HORA e SILVA, 2013).

Neste momento, no entanto, iremos nos deter aos dados e problematizações dos três dos planos de trabalho que integram o projeto de pesquisa “Feminaria Musical ou epistemologias feministas em música no Brasil 3”, que estamos concluindo ainda este ano de 2016:

1. *Feminaria Musical III: o que (não) se produz sobre mulheres e música no Brasil nos anais dos encontros das associações musicais brasileiras e seminários interdisciplinares sobre os estudos de gênero* - sobre a produção de conhecimento sobre mulheres e música no Brasil, considerando suas devidas interseccionalidades com raça, geração, classe social, orientação sexual, dentre outros marcadores. Este plano de trabalho é executado pela bolsista PIBIC Cristiane Lima.

2. *Mapeando a Plataforma Lattes: autoras/es, trajetórias e produções sobre mulheres e música no Brasil* - dados sobre a pesquisa na plataforma lattes, sobre o perfil das pesquisadoras encontradas no nosso banco de dados, bem como, de suas produções. Este plano de trabalho é executado pela bolsista PIBIC Bruna de Jesus e co-orientado pela tutora Jorgete Lago.

3. *O som das compositoras de Salvador: da experiência etnográfica* - plano de trabalho de cunho etnográfico da pesquisa, como uma contrapartida de produzir dados frescos sobre mulheres e música no Brasil, visibilizando as mesmas enquanto artistas e criadoras. Este plano de trabalho é executado pela bolsista PIBIC Thalita Vieira e co-orientado pela tutora Jorgete Lago, em colaboração com Ellen Carvalho. Este plano, especificamente, conta ainda com a parceria do Grupo de Estudos em Música e Gênero, coordenado pela cantora, compositora e Profa Dra Isabel Nogueira, com o projeto “Mulheres Compositoras em Porto Alegre”, desde 2015, no âmbito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e conta com a bolsista Isadora Nocchi Martins e o bolsista Nikkolas Gomes Ferrandis.

Como referencial teórico para nossa pesquisa, trazemos a perspectiva das epistemologias descoloniais, tais quais, Gloria Anzaldúa (2005 e 2000) que defende uma perspectiva de consciência feminista, lésbica e *chicana* fronteiriça que rompe não apenas com conteúdos e perspectivas, mas, sobretudo, com formas de pensar e escrever, Ochy Curiel (2010), que nos traz uma abordagem crítica que problematiza os feminismos negros no Brasil e América Latina, reconhecendo a importância desta construção descolonial de militância e conhecimento e, ainda, Rita Segato (2005) que defende raça enquanto signo, como importante categoria analítica e política, dentre outras.

Dialogamos ainda com dos estudos sobre corpo, gênero e música no Brasil, a partir da pioneiro coletânea organizada pelas compositoras e professoras doutoras Susan Campos (Costa Rica) e Isabel Nogueira (Brasil), que criticam a questão da normatização das categorias gênero e corpo em música, defendendo um maior diálogo entre o campo da música e das ciências humanas, para, deste modo, tecermos diálogos mais diversificados que deem conta das diversas demandas que o tema provoca (NOGUEIRA e CAMPOS, 2013, p. 5).

São recentes os estudos sobre gênero e música no Brasil, no entanto, temos percebido uma abertura nas discussões sobre o tema (ROSA e NOGUEIRA, 2015; GOMES, 2013; MOREIRA, 2012; WERNECK, 2007, etc.). O debate tem sido cada vez mais emergente e fortalecido, tendo pessoas do campo da música e/ou dos feminismos que se debruçam e militam sobre o tema mulheres e música, de modo geral, visando destaque, valorização e difusão dos trabalhos e esforços desempenhados pelas musicistas, compositoras, mestras da cultura popular e demais protagonistas musicais femininas (cis e/ou trans). Por outro lado (e infelizmente), a tradição acadêmica patrilinear ainda persiste e ignora, em grande medida, a entrada destas “outras vozes”, “dissidências”, incluindo a de nós, mulheres (AZE-RÊDO, 1994). Seguimos resistindo. Avante.

Caminhos, perguntas e inquietações artistas feministas

Para melhor trilhar nossa rota sobre as epistemologias feministas em música no Brasil e, como são 3 planos de trabalhos distintos, ainda que sejam complementares, propomos aqui separá-los para uma melhor compreensão dos mesmos em suas especificidades e interlocuções:

1. *Feminaria Musical III: o que (não) se produz sobre mulheres e música no Brasil nos anais dos encontros das associações musicais brasileiras e seminários interdisciplinares sobre os estudos de gênero* - O levantamento do presente plano abarcou os trabalhos encontrados nos anais dos encontros em música (ABET, ABEM e ANPPOM), como também os anais de encontros nacionais e regionais (BA) feministas e sobre gênero e sexualidade como REDOR - Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações Gênero, Simpósio Baiano de Pesquisadoras (es) sobre mulher e relações de gênero, Seminário Internacional Fazendo Gênero e o Seminário Internacional Desfazendo Gênero.

Levando em consideração que a pesquisa nos anais dos encontros em música já foi concluída no período anterior (2015) e feita também uma revisão, nos atemos apenas aos anais dos encontros feministas nesta primeira etapa, priorizando os anais que se encontram disponíveis online, quais sejam: 1. Desfazendo Gênero(2013 e 2015); 2. A REDOR - Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações Gênero (2014) e 3. Simpósio Baiano de Pesquisadoras (es) sobre mulher e relações de gênero (2015).

2. *Mapeando a Plataforma Lattes: autoras/es, trajetórias e produções sobre mulheres e música no Brasil* – este plano se dedicou ao levantamento e análise dos currículos disponíveis na Plataforma Lattes de autoras/es que já fazem parte do nosso banco de dados. A análise dos dados obtidos tem servido para a ampliação de informações em sua análise

qualitativa, para termos uma dimensão do perfil de quem produz conhecimento sobre mulheres e música no Brasil, sua filiação institucional, qual o conjunto dessa produção, etc. Foi elaborada e aplicada uma ficha (cadastro) criada para cada autora/o, com informações pessoais, como nome, raça/etnia, cidade natal, formação acadêmica, produção na área dos estudos feministas, nas diferentes áreas da música (etnomusicologia, composição, musicologia, performance e educação musical) e áreas afins.

3. *O som das compositoras de Salvador: da experiência etnográfica* - nesta nova etapa do estudo, a proposta é inserir os dados revisados no nosso banco de dados, que engloba, dentre outras coisas, a verificação da lista das compositoras, inclusão de novos nomes encontrados, leitura e revisão de textos utilizados como norteadores do trabalho, checagem e listagem de todo material obtido até o presente momento. Como mencionado anteriormente, é importante ressaltar que, a partir de 2015 e sobre este plano de trabalho, especificamente, se inicia uma parceria entre a Feminaria Musical e o Grupo de Estudos em Música e Gênero da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, coordenado pela compositora e Profa Dra Isabel Nogueira realizando o mapeamento das compositoras de Porto Alegre (UFRGS). Desta parceria nasceu também o artigo “O que nos move, o que nos dobra, o que nos instiga: notas sobre epistemologias feministas, processos criativos, educação e possibilidades transgressoras em música” (ROSA e NOGUEIRA, 2015), onde as autoras propõem discutir a respeito de suas diferentes e convergentes identidades, trajetórias e inquietações artísticas, pedagógicas e científicas:

Neste sentido, este estudo busca, intencionalmente, trazer para o centro do discurso não apenas uma temática de inclusão do trabalho das mulheres, mas uma perspectiva de pesquisa onde a reflexão sobre o próprio processo, suas motivações e desejos, são o centro do trabalho. Discutir não apenas produtos acabados, mas seus processos formativos e generativos. Buscamos para isto apoio nas epistemologias feministas e na pesquisa artística, que defende a produção do conhecimento a partir da própria prática, e de como a observação e reflexão sobre estes processos engendram, modificam e retroalimentam a prática artística. Mais além da composição ou criação musical, buscamos então dialogar com a área da pesquisa artística, modalidade de trabalho acadêmico investigativo que tem o processo criativo e o produto artístico como foco e objetivo.

(...)

As epistemologias feministas cumprem, desta forma, a função de oferecer uma outra forma de escuta e olhar, questionando a produção de conhecimento que prioriza a racionalidade, o distanciamento, e atrelado à ele o mundo masculino, heteronormativo, branco, ocidental. Assim, a construção desta outra forma de olhar passa então por priorizar processos e não apenas produtos, e a reflexão sobre nossos processos artísticos se torna então o centro deste texto. (ROSA e NOGUEIRA, 2015, p. 25-26).

Mapeando, tateando, criando novos espaços...

Seguindo o nosso mapear sobre as epistemologias feministas em música no Brasil, para então criar novos espaços, furar os bloqueios desta invisibilização que ainda persiste, apresentamos alguns dados preliminares de cada plano de trabalho:

1. Em relação ao plano de trabalho *Feminaria Musical III: o que (não) se produz sobre mulheres e música no Brasil nos anais dos encontros das associações musicais brasileiras e seminários interdisciplinares sobre os estudos de gênero* é possível observar, na tabela abaixo, que os resultados encontrados até o momento são mais animadores que aqueles obtidos na edição passada de 2015, tendo em vista que estamos considerando encontros feministas com trabalhos cujo foco é música, gênero e suas interseccionalidades:

Ano	Encontros pesquisados	Total dos trabalhos	Trabalhos com as temáticas encontradas
2013	I Desfazendo Gênero	*1	02
2015	II Desfazendo Gênero	935	06
	Simpósio NEIM	170	06
2014	18º REDOR	256	07
Totais	4	1,361	21

De modo geral, foram encontrados trabalhos com temáticas variadas desde aqueles que discutem representação da mulher em letras de música de variados gêneros musicais e também a música como forma de enfrentamento da violência e forma de militância, além das discussões sobre homoafetividade e visibilidade da comunidade LGBT e seus protagonismos musicais.

As pesquisas realizadas anteriormente foram de suma importância, pois, a partir das mesmas, foi possível ter um parâmetro entre os anais dos encontros em música, especificamente, que apresentaram poucas produções que dialogassem com o enfoque dos estudos sobre gênero em suas interseccionalidades, e dos encontros feministas e sobre gênero, propriamente ditos, que apresentam uma produção de maior fôlego e engajamento, ainda que não se aprofunde nos aspectos sonoro-musicais mais técnicos, não deixando, portanto de contribuir para o campo dos estudos sobre gênero e música no Brasil.

Em relação ao plano de trabalho *Mapeando a Plataforma Lattes: autoras/es, trajetórias e produções sobre mulheres e música no Brasil* foi possível ampliar as informações individualmente dos nomes de autoras/es no banco de dados existente no projeto, através da Plataforma de currículo lattes, do qual foi feita uma lista separando os trabalhos encontrados nos periódicos dos programas de Pós-Graduação em música no Brasil entre os anos de 2003 a 2013, os trabalhos do Banco Digital de Teses e Dissertações (BDTD) das Universidades como UFBA, UFPE, UFPB, UFRJ, UFMG, UNICAMP, USP, UNESP e de três associações musicais brasileiras: Associação Brasileira de Educação Musical (ABEM), a Associação Brasileira de Etnomusicologia (ABET) e a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música (ANPPOM). Esta parte da pesquisa foi extremamente importante para termos em conta os distintos perfis de quem produz sobre mulheres e música no Brasil, suas produções em termos globais, bem como, suas localizações regionais, institucionais, identidades de gênero e étnico-racial.

Em relação ao plano *O som das compositoras de Salvador: da experiência etnográfica* ao revisarmos os dados obtidos pela pesquisa que, somados a outros nomes nesta etapa, chegamos a um total de 79 nomes encontrados no primeiro ano da pesquisa, realizada

pela bolsista Neila Alcântara (Neila Kadhí). Já no segundo ano da pesquisa, realizada pela bolsista e percussionista Thalita Vieira foram encontrados 38 nomes, onde 14 deles se repetem em relação à primeira lista.

No livro do Festival de Música Educadora FM (IRDEB, 2014) encontramos 52 nomes de compositoras onde 28 deles se repetem em relação a primeira e segunda listagem e outros 5 nomes encontrados durante a pesquisa. Todos esses dados totalizam até o momento um total de 132 nomes de compositoras atuantes na cidade de Salvador, o que nos deixa otimistas e igualmente críticas à fala recorrente no meio musical de que não existem compositoras atuantes na cena soteropolitana.

Além do mapeamento, também foram realizadas nove entrevistas com compositoras de diferentes gêneros musicais para uma melhor perspectiva dos dados como um todo, onde 3 destas entrevistas foram realizadas no primeiro ano e 6 no segundo ano do presente estudo. Estas entrevistas darão continuidade para próximo semestre do projeto visto que no atual momento estamos realizando a revisão do material coletado.

Este plano de trabalho, especificamente, contou com a colaboração de Ellen Carvalho, que dedicou seu Trabalho de Conclusão de Curso especificamente ao debate pioneiro no âmbito da Escola de Música da UFBA sobre gênero, corpo e voz (CARVALHO, 2015), trazendo o repertório autoral de algumas das compositoras entrevistadas para o seu recital de formatura.

No decorrer tanto da nossa pesquisa, como da pesquisa de Ellen, que também realizou entrevistas, percebemos vários fatores que interferem na atuação das mulheres na música. Um dos preconceitos vividos por uma das entrevistadas se referiu à questão racial onde ela relatou que “é como se tivesse um lugar destinado às mulheres negras na música”. Em “Raça e Signo”, Rita Segato (2005) problematiza o racismo identificado e vivido por nossa entrevistada, que se sente “colocada” a ocupar assim determinado lugar na sociedade (SANTOS, 2011). Outros fatores que podemos observar que influenciam na aceitação dessas mulheres são dados como orientação sexual, classe social, gênero musical, raça e etnia.

Por fim, os dados encontrados neste plano de trabalho revelam uma forte atuação das mulheres em sua diversidade, enquanto compositoras e musicistas fortalecendo seu empoderamento no meio musical soteropolitano. Vale mencionar novos movimentos feministas em música que acontecem no momento e que, por ora nos dedicamos também, que são: o “Som das Binha: ciranda sonora formada por mulheres”, idealizado pela compositora e musicista Ana Luisa Barral e um grupo heterogêneo de compositoras e musicistas de Salvador, que inclui também a participação de algumas integrantes da Feminaria Musical⁷⁸:

Se o Brasil começou na Bahia, aqui também é onde nasce a primeira JAM formada unicamente por mulheres e com repertório feminino. A fim de criar espaços de aprendizados e trocas musicais, longe do pedantismo machista, o Som das Binha convida musicistas a apresentarem o seu melhor em ciranda sonora que não se restringe a determinados ritmos, pelo contrario, visa a ampla difusão da música concebida por compositoras em suas múltiplas vertentes: no movimento rola samba, rap, carimbó, bossa, xaxado, rock, funk, valsa, arrocha e tudo mais que apetecer às moças.⁷⁹

⁷⁸ A partir deste ano de 2016, Alexandra Martins, artista audiovisual integrante da Feminaria Musical e mestranda do PPGNEIM tem se debruçado sobre esses grupos de ativismo feminista em sua pesquisa de mestrado orientada pela Profa Dra Laila Rosa.

⁷⁹ <https://www.facebook.com/somdasbinha/>

Um outro movimento interessante é o Minavu, que tem ocupado alguns espaços de Salvador, reunindo musicistas e oficinas:

O Coletivo MINAVU é uma plataforma artística que promove, incentiva e conecta mulheres através da arte. Fundado há 2 anos pelas artistas e produtoras culturais Andrea Martins, Natália Arjones e Renata Bastos, o MINAVU reúne artistas de diversos setores, como música, dança, teatro, cinema, multimídias e qualquer tipo de expressão do “ser mulher”, promovendo trocas, sensibilizando e empoderando novas artistas. Indo além de revelar a expressividade das mulheres no cenário artístico e cultural baiano, o MINAVU tem o propósito de fomentar o mercado cultural incentivando a atuação de mulheres nas mais diversas funções da produção artística.⁸⁰

Por fim, e a partir da articulação do Som das Binha, que, por sua vez, nasceu a partir da hashtag “Mulheres Criando” em âmbito nacional, surge o Sonora – Ciclo Internacional de Compositoras⁸¹ com o tema “a revolução virá pelo ventre!”, do qual Neila Kadhí e Laila Rosa realizaram seus shows autorais em Salvador.⁸²

Conclusões, indagações e outras insubordinações musicais

Como pudemos perceber, os três planos de trabalhos distintos nos trazem questões a serem problematizadas, indagações que permanecem, como o paradigma da invisibilidade musical das mulheres enquanto criadoras e, por outro lado, as insubordinações musicais das mesmas que continuam persistindo e existindo para além dos holofotes desde sempre, como nos mostram os diversos estudos do campo da musicologia feminista e da etnomusicologia, por exemplo (CUSICK, 1994; GREEN, 2001; PALOMBINI, 2003; WHITELEY e RYCENGA, 2006; MELLO, 2005, dentre outros).

Em relação ao plano de trabalho *Feminaria Musical III: o que (não) se produz sobre mulheres e música no Brasil nos anais dos encontros das associações musicais brasileiras e seminários interdisciplinares sobre os estudos de gênero* que consiste na continuação da pesquisa anterior “O que (não) se produz sobre música e mulheres no Brasil nos Anais dos encontros das associações musicais brasileiras”, levamos em consideração a mesma metodologia com uma diferente abordagem, visto que, o foco da análise atual está voltado para os encontros feministas e de gênero, especificamente.

Na pesquisa anterior constatou-se que no universo de mais ou menos 4500 trabalhos, apenas 38 dialogavam com a nossa abordagem. Já nos anais específicos dos encontros sobre gênero e feminismo de um total de 61 trabalhos sobre o tema, 22 apresentaram a articulação proposta pela nossa pesquisa, de construção de epistemologias feministas numa abordagem interseccional.

⁸⁰ Disponível em: <http://www.minavu.com.br/#!minavu/sonxv>

⁸¹ <https://www.facebook.com/sonora.compositoras/?fref=ts>

⁸² “Com o mote “a revolução virá pelo ventre!”, compositoras e produtoras se reúnem no Sonora - Ciclo Internacional de Compositoras. O evento, que já acontece em 19 cidades do mundo, englobando cinco países, chega a Salvador em julho. Na capital baiana, o encontro acontece em quatro dias: 8, 9, 15 e 16 de julho, sempre às 20h30. Os shows serão realizados por duplas de compositoras, que vão interpretar canções autorais com arranjos feitos especialmente para o festival. Cada show contará também com artistas convidados. No encerramento do festival, o palco estará aberto para compositoras que queiram mostrar seu trabalho. Na programação, as compositoras e interpretes: Aline Lobo, Alexandra, Mo Maiê, Emillie Lapa, Zinha Franco, Verona Reis, Jadsa Castro, Seraina Gratwohl, Josyara, Laila Rosa, Ana Luisa Barral, Neila Kahdi, Aline Falcão e Camila Jatobá.” Disponível em: <http://www.correio24horas.com.br/guia/single-agenda/evento/sonora-ciclo-internacional-de-compositoras-na-tropo>

O objetivo aqui não é apresentar uma amostra para mapear os dados apenas, mas, igualmente, problematizar que essa enorme diferença nos chama a atenção para discutir o por quê da falta de interesse nesse tipo de estudo de modo geral no campo da música? Quais são as variáveis e categorias que têm importância acadêmica?. Apesar das discussões sobre gênero terem se ampliado nos últimos anos, pouco se produziu sobre mulheres e música, principalmente nos encontros de música. Claro que reconhecemos que o debate sobre gênero e feminismo em música no Brasil é emergente, tendo rendido frutos de grande importância (ROSA e NOGUEIRA, 2015).

Além disso, não é colocá-las como vítimas, mas questionar o seu (não) lugar no cenário musical brasileiro no que se refere ao campo da produção de conhecimento sobre as mesmas, uma vez que a visão da complexa relação de gênero com outras categorias de opressão, especialmente num país desigual como o Brasil, abre caminhos para uma ação em direção a uma sociedade onde todos possam viver melhor (AZÊREDO, 1994) respeitando as diversidades existentes. E isso inclui as diversidades de mulheres, sejam negras, indígenas, lésbicas, bissexuais, transexuais, idosas, deficientes, etc. Ouvir essas protagonistas se expressarem através da música é ouvir metade da sociedade invisibilizada, reconhecendo a música como manifestação de crenças, de identidades, como expressão única, mas universal quando consideramos a sua existência e importância em qualquer que seja a sociedade (PINTO, 2001).

O que observamos a partir da análise dos dados, é que algumas mulheres são invisibilizadas como lucidamente nos fala Viviane Vergueiro (2014) sobre as produções sobre pessoas trans* produzidas por pessoas cisgêneras, como se esta última fosse autorizada a falar sobre experiências que não são por elas vivenciadas.

Em relação ao plano de trabalho *Mapeando a Plataforma Lattes: autoras/es, trajetórias e produções sobre mulheres e música no Brasil* podemos concluir que há uma produção ainda emergente, mas quase invisível sobre mulheres sob a perspectiva dos estudos feministas, de gênero e suas interseccionalidades, em relação à produção de conhecimento sobre música em geral.

A partir da análise dos respectivos currículos lattes, constatamos uma carência de autoras/es associarem os estudos da música com as epistemologias feministas. Já entre as/os acadêmicos/as que dialogam com as discussões feministas, ainda que não sejam originalmente da área de música, o conceito de gênero foi abraçado com entusiasmo uma vez que consiste num avanço significativo em relação às possibilidades analíticas oferecidas pela categoria “mulher” (PISCITELLI, 2002, p. 1). Podemos também analisar ainda a questão da regionalidade das autoras/es e suas universidades, levando em consideração também a questão da identidade que torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (HALL, 1987, p. 9).

Ainda que saibamos que no Brasil a questão da cor da pele é uma questão de autoafirmação e posicionamento político, contudo, a partir da análise das fotografias disponíveis nos perfis do currículo *Lattes* foi possível constatar que a maioria é de pele clara. Como todo mito, o da democracia racial oculta algo para além daquilo que mostra (GONZALEZ,

2008 e 1984). A ideia é perguntar quais novas perspectivas apareceriam, em uma releitura de elementos da tradição cultural brasileira, quando a branquitude - cujo prestígio se exerce silenciosamente no cotidiano - é colocada no centro do cenário junto com seu fiel escudeiro, a mestiçagem (SOVIK, 2009, p.15). É de extrema necessidade uma problematização sobre a produção musical com algumas questões e discussões sobre mulheres negras e indígenas. A estrutura do poder no Brasil também é historicamente machista, as mulheres indígenas encontram dificuldades para se inserir nos espaços de discussão política das questões que afetam os povos indígenas (KAINGÁNG, 2012, p.417).

Por fim, *O som das compositoras de Salvador: da experiência etnográfica* pretende mapear quem são as compositoras atuantes no cenário musical da cidade de Salvador, quais suas produções musicais, suas composições, em qual gênero musical estão inseridas e sua discografia, ou, o que elas fazem sonoramente?, e também problematiza a invisibilidade dessas mulheres como a autora Carla Patrícia aborda em “O dedo de moça na música da Bahia, Mapeando o estudo da produção de compositoras dos anos 1990-2000” (SANTANA, 2012).

Sabe-se que há várias mulheres atuando na área de composição em Salvador, e os movimentos do Som das Binha, Minavu e Sonora – Ciclo Internacional de Compositoras representam esse importante espaço de resistência e articulações. Contudo, durante a pesquisa, percebeu-se nas falas de várias artistas, como as mesmas não recebem o devido reconhecimento. O Livro do Festival de Música Educadora FM (IRDEB, 2014) foi muito importante neste momento, pois, nos trouxe alguns nomes de compositoras, realizado pela rádio Educadora FM e IDERB (Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia) de sua 1º até sua 10º edição. O Festival seleciona os vencedores nas categorias de melhor Música Instrumental, melhor Música com Letra, melhor Intérprete Vocal, melhor Intérprete Instrumental, Melhor Arranjo e música mais votada pelos ouvintes. Na primeira edição apenas uma mulher estava entre os cinquenta selecionados. Ainda que seja extremamente relevante para a cena musical independente de Salvador, os resultados do Festival da Rádio Educadora apontam para a invisibilidade da mulher neste mesmo cenário, onde tivemos no auge, oito mulheres dentre os cinquenta compositores selecionados.

Dos 52 nomes de compositoras apresentados durante o total de 10 anos de festival, 28 se repetem em relação à listagem já obtida por nossa pesquisa, o que nos leva a concluir até aqui que, é somente nos encontros, coletivos e festivais feministas que têm acontecido na atualidade, como o Som das Binha, o Minavu e o Sonora – Ciclo Internacional de Compositoras, que diversos nomes surgiram, sendo uma maioria que jamais apareceu no Festival da Educadora, por exemplo. Sem dúvida, Todos esses se configuram movimentos de militância de mulheres no campo da música e das artes que não somente nos inspiram, como também nos acolhe enquanto artistas e compositoras, o que denota a sua relevância artístico-cultural e política.

Referências bibliográficas

- ANZALDÚA, Gloria. La conciencia mestiza/ Rumo a uma nova consciência. **Revista Estudos Feministas**. Tradução de LIMA, Ana Cecília Acioli. Florianópolis, Vol. 13(3), Set-dez., 2005, pp. 704-719,
- _____. “Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo.” **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, Vol. 8 (1), 2000, pp. 229-236.
- AZERÊDO, Sandra. Teorizando sobre gênero e relações raciais. In: **Estudos Feministas**. CIEC/ECO/UFRJ, número especial, out. 1994, pp. 2013-216.
- CARVALHO, Ellen. **Experiências soteropolitanas de cantoras-compositoras: breve estudo sobre corpo e gênero para o canto popular**. Trabalho de conclusão de curso do Bacharelado em Canto Popular, Escola de Música. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2015. 45p.
- CUSICK, Suzanne. 1994. “Feminist Theory, Music Theory, and the Mind/ Body Problem.” In: **Perspectives of New Music**. Vol. 32, No. 1 (Winter). pp. 8-27. Disponível em: www.jstor.org/stable/833149 . (Acessado em: 15/08/2008)
- CURIEL, Ochy. Hacia La construcción de un feminismo descolonizado. MIÑOSO, Yuderlys Espiñosa (org.). **Aproximaciones críticas a las prácticas teórico-políticas del feminismo latinoamericano**. Vol I. Buenos Aires: En La Frontera, 2010, pp. 69-78.
- GARCÍA, Mestra Dina Susana Mazariegos; GROSSI, Miriam Pillar; TASSINARI, Antonella. Mulheres Mayas na Guatemala: relações de poder, gênero, etnia e classe. In: **Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 9**, Florianópolis. Ago. 2010, pp. 01-10.
- GOMES, Rodrigo Cantos Savelli. A Casa do Samba, o Samba da Rua: relações de gênero, arte e tradições no samba carioca. In: Nogueira, Isabel; Campos, Susan (orgs). **Estudos de gênero, corpo e música**. Goiânia/Porto Alegre: ANPPOM, 2013. vol. 3. Pp. 354-382.
- GONZALEZ, Lélia. Mulher negra. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). **Guerreiras de natureza: mulher negra, religiosidade e ambiente**. (Sankofa: Matrizes Africanas da cultura Brasileira; 3), São Paulo: Selo Negro, 2008. S/N.
- _____. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, pp. 223-244.
- GREEN, Lucy. **Música, género y educación**. Madrid: Ediciones Morata, 2001.
- HALL, Stuart. **Identidade cultural na pós-modernidade**, 11ª edição Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.
- hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática libertadora**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.
- IRDEB. **10 ANOS DO FESTIVAL DA EDUCADORA FM**. Salvador: IRDEB, 2014.
- KAINGÁNG, Azelene. **Nova História das Mulheres**. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO; Joana Maria (orgs.). São Paulo: contexto 2012, p. 411-422.

- MELLO, Maria Ignez Cruz. ***Iamurikuma: música, mito e ritual entre os Wauja do Alto Xingu***. Tese (Doutorado em Antropologia). Florianópolis: UFSC, 2005.
- MOREIRA, Talitha Couto. **Música, Materialidade e Relações de Gênero: Categorias Transbordantes**. Dissertação de mestrado em música- etnomusicologia. Programa de Pós-Graduação em Música da Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.
- PALOMBINI, Carlos. “Música Lésbica e Guei”, de Philip Brett e Elizabeth Wood: notas de tradução. In: **PER MUSI: Revista de Performance Musical**, v. 8, p. 157-164, dez. 2003.
- PINTO, Tiago de Oliveira. Som e música: Questões de uma Antropologia Sonora. **Revista Antropologia**, vol. 44, n.1, São Paulo, 2001.
- PISCITELLI, Adriana. “Recriando a (categoria) mulher?”. In: ALGRANTI, Leila (org.). **Textos Didáticos**, nº 48. Campinas, IFCH-Unicamp, 2002, pp. 7-42.
- ROSA, Laila. “Pode performance ser no feminino?”. In: **ICTUS**, Vol. 11, 2010. p. 83-99.
- ROSA, Laila; HORA, Eric e SILVA, Laurisabel. FEMINARIA MUSICAL: GRUPO DE PESQUISA E EXPERIMENTOS SONOROS. IN: **Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 10**. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1385055525_ARQUIVO_LailaRosa.pdf
- ROSA, Laila.; IYANAGA, M. ; HORA, E. ; SILVA, L.; ARAUJO, S.; MEDEIROS, Luciano. Epistemologias feministas e a produção de conhecimento recente sobre mulheres e música no Brasil. In: Nogueira, Isabel; Campos, Susan (orgs). **Estudos de gênero, corpo e música**. Goiânia/Porto Alegre: ANPPOM, 2013. vol. 3, Pp. 110-137.
- ROSA, Laila; LAGO, Jorgete; SOBRAL, Rebeca; ARAÚJO, Ítalo; LIMA, Cristiane; CARDOSO, Laura; AMARAL, Maiara; ALCÂNTARA, Neila. ROMPENDO COM OS SILENCIAMENTOS: CANTANDO GÊNERO, RAÇA E SEXUALIDADE NA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE MULHERES E MÚSICA NO BRASIL. In: **Anais do XI ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura**. Salvador, 27 a 29 de agosto de 2014. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult/>
- ROSA, Laila; NOGUEIRA, Isabel. O que nos move, o que nos dobra, o que nos instiga: notas sobre epistemologias feministas, processos criativos, educação e possibilidades transgressoras em música. **Revista Vórtex**, Curitiba, v.3, n.2, 2015, p.25-56.
- SANTANA, Carla Patrícia. As baianas da música. IN: **Anais Eletrônicos do IV Seminário Nacional Literatura e Cultura**. São Cristóvão/SE: GELIC/UFS, 03 e 04 de maio de 2012.
- SANTOS, Giselle Cristina dos Anjos. **As representações sociais sobre mulheres negras na música**. Salvador, 2011, Artigo inédito, Pp. 1-12.
- SEGATO, Rita Laura. Raça é signo. In: **Série Antropologia**. Brasília, vol. 372, 2005, pp. 1-34.
- SOVIK, Liv. **Aqui ninguém é branco**. Rio de Janeiro, Aeroplano, 2009.
- V. Viviane. É a natureza quem decide? Reflexões trans* sobre gênero, corpo e (ab?)uso de substâncias. In: JESUS, Jaqueline Gomes de (org.). **Transfeminismo: teorias & práticas**. Rio de Janeiro: Editora Metanoia, 2014, pp. 30-47.

WERNECK, Jurema Pinto. **O SAMBA SEGUNDO AS IALODÊS: Mulheres negras e a cultura midiática.** Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação – UFRJ: Rio de Janeiro, 2007.

WHITELEY, Sheila; RYCENGA, Jennifer. *Queering the Popular Pitch.* New York: Routledge, 2006.

PODERES E RESISTÊNCIAS: UM ESTUDO SOBRE AS SUBJETIVAÇÕES FEMININAS PRESENTES EM POR ESCRITO

Elza Ferreira Santos⁸³

O presente artigo intenciona discutir como a feminilidade é representada dentro do imaginário das mulheres. Inseridas em um contexto histórico no qual os movimentos feministas legaram para a cultura diversas conquistas, espera-se, muitas vezes, que mulheres de uma determinada classe social, possuidora de certo status escolar e profissional reconhecida saibam posicionar-se como mulheres autônomas, independentes. Entretanto isto não é regra: há mulheres bem colocadas no mercado de trabalho, escolarizadas, cientes de seus direitos, mas não conseguem se desvencilhar das teias de opressão geradas nas relações sociais das quais fazem parte.

Os movimentos feministas construíram um legado que foi disseminado por várias partes do mundo. Quer se saiba sobre eles ou não, suas ideias chegaram até os lugares mais longínquos. Hoje provavelmente quaisquer mulheres sabem que podem vestir-se do modo como queira, que podem frequentar escolas e escolher a profissão dos seus interesses, entre outros. No Brasil, de norte a sul, se sabe que o cargo de presidência de um país pode ser assumido por uma mulher. Independentemente da filiação aos movimentos feministas ou da concordância com seus postulados, a presença de suas ideias é tão forte em nossa cultura de tal modo que aqueles que escolhem a mulher como objeto de estudo ou como objeto estético dificilmente não apresentarão um trabalho envolto nessas ideias.

Ciente de tudo isso pode significar que os avanços foram muitos e que atingiram a todas e todos modificando sua vida para melhor, inclusive. Mas o que acontece quando há mulheres que não escolhem ser livres? Esse trabalho recupera a ideia de que a mulher não é um sujeito universal. “Não existe A Mulher” porque cada uma se posiciona de um modo bem distinto do da outra. No que diz respeito à produção de discursos, ver-se-á que quando se espera uma atitude revolucionária nem sempre acontece e quando se espera total alienação, o discurso pode surpreender.

Ciente dos diversos discursos que circulam em torno do feminino e dos movimentos feministas e ciente de suas contradições, empreendemos uma leitura apurada do romance *Por Escrito* de Elvira Vigna a fim de detectar discursos emitidos por personagens femininas. Que situações fazem delas mais ou menos livres das artimanhas do contexto social com nuances machistas? Como se relacionam as mulheres nas situações conflituosas? Para responder tais questões, nos valem do entendimento que o processo de subjetivação é fruto da história construída coletivamente e dos processos psíquicos construídos nas relações de gênero e de poder. Para tanto, nos valem do arcabouço teórico dos estudos de gênero de Judith Butler e dos de sexualidade compreendidos por Foucault.

⁸³ Professora do Instituto Federal de Sergipe. Doutora em Educação pela Universidade Federal de Sergipe. E-mail: elzafesantos@gmail.com

A autora e o romance

Elvira Vigna é uma dessas escritoras que aparece silenciosamente e provoca re-verberações surpreendentes. Seus livros arrebatam crítica e público, possuem uma escrita contundente e, por isso mesmo, reveladora de sentimentos mais recônditos do ser humano. Em *Por Escrito*, a narradora vai por meio de papéis percorrendo o drama de viver cercada por contradições e incertezas as quais se mostram na escrita de um diário impreciso, da história de uma vida que se confunde com os dramas sociais da pobreza, com os conflitos amorosos diversos, com a mesquinhez dos patrões ou dos coronéis, com a hipocrisia das relações humanas etc.

O romance foi publicado em 2014. É fruto de uma escritora madura e experiente. Como ela mesma se define, “Na carteira de trabalho sou jornalista. Trabalhei por diversos períodos em O Globo, para a Folha de São Paulo na época em que morei no exterior, para O Estado de São Paulo de 1999 a 2003” (VIGNA, 2007). Mas sua experiência vai além do jornalismo, perpassa pela literatura com formação em letras, divide a paixão e os estudos por imagem – desenho e cinema –. Enfim, Elvira nasceu em 1947, no Rio de Janeiro. É jornalista, escritora, roteirista e ilustradora. Tem vários livros publicados e alguns prêmios, como o de ficção da Academia Brasileira de Letras e um prêmio Jabuti de literatura infantil - setor a que se dedicou no início de sua carreira.

Elvira faz parte de uma geração de mulheres que vivenciaram as experiências advindas da segunda e da terceira ondas do movimento feminista. Sua escrita denota a compreensão de uma mulher que luta por autonomia do pensar e do agir. Uma mulher que não só trabalha para sustentar-se financeiramente, mas também luta para escapar da opressão de um casamento convencional em que dependa exclusivamente do homem o vínculo afetivo ou financeiro. Em *Por Escrito*, há mulheres que extrapolam a identidade de fortes ou de frágeis, são elas ao mesmo tempo paradoxais. Por exemplo, a narradora que tem o domínio da escrita, pois escreve quando quer e sobre o que quer também precisa lidar com a solidão e com a invisibilidade que experimenta nas “cadeiras” do saguão dos aeroportos e nos bastidores do mundo do *agrobusiness*.

Assim, a narrativa aproxima-se de uma postura pós-feminista ou no mínimo de um feminismo de terceira onda em que a autorreflexão faz-se presente. A narradora sente um desprezo pelo mundo dos negócios, pelo casamento ao tempo em que se interessa ou é levada a interessar-se pelas relações amorosas de seu irmão e pela opressão de que foi vítima sua mãe. O que sente pela ex-esposa de seu companheiro? Um misto de desprezo e dó, afinal, era a mulher que preenchia a cama e o coração do companheiro e agora se destrói sozinha pela doença que a consome e pela solidão em que mergulhou depois do fim do casamento. O fato é que a escrita de Vigna reconta a invasiva realidade da qual todos fazem parte, ou seja, o livro é sobre a rotina, os detalhes triviais, as dores e raivas do dia a dia de mulheres comuns. Sem dúvida, esta é uma narrativa de mulheres com seus dramas, dores, silêncios e gritos.

Os movimentos feministas, suas ideias e a escrita de Vigna

Desde a Revolução Francesa que as mulheres estão em organizações lutando por igualdade contra uma dominação masculina. Atualmente, sua luta constitui-se em uma tentativa da ressignificação do ser mulher, uma ressignificação que garanta às mulheres liberdade e autonomia (SANTOS, 2013). Sua luta é mais do que reivindicar conquistas palpáveis como creches, salários dignos etc. Sua luta passa pelo conquistar respeito, dignidade, direito a escolhas profissionais. A luta que faz o movimento feminista é, parafraseando Foucault (1984), transversal, pois tal luta se faz presente em todo o mundo. Não está confinada a uma forma política e econômica particular de governo. Ademais, “a oposição ao poder dos homens sobre as mulheres não se constitui em ser tão somente uma luta antiautoritária” (FOUCAULT, 1984, p. 234), é uma manifestação que envolve a emergência de novas dimensões de subjetividade.

As questões contemporâneas passam a envolver aspectos pessoais e íntimos da vida humana: sexualidade, relacionamento marital etc. tal como uma literatura brasileira compreendida por Marina Colasanti, Hilda Hilst, pela própria Elvira Vigna, entre outras. Nesse sentido, a aproximação feita à abordagem feminista e à abordagem foucaultiana se impõe como interessante, pois nelas se valorizam os discursos, as compreensões do que está em jogo nas formas de opressão e, principalmente, como se operam os poderes. A narrativa de Vigna insere-se nas lutas designadas por Foucault como contemporâneas, aquelas que “giram em torno de quem somos”.

O feminismo, como movimento e filosofia, tem sua origem na Europa Ocidental a partir do século XVIII (KAPLAN, 1992). Para alguns, esse tipo de perspectiva só seria possível após o fenômeno do Iluminismo com a presença de pensadoras como Mary Wortley Montagu e a Marquesa de Condorcet, lutadoras da educação feminina. A primeira sociedade científica para mulheres foi fundada em Middelburgo, uma cidade ao sul dos Países Baixos, em 1785. É aqui que se configura a primeira onda do feminismo⁸⁴. É salutar destacar a Declaração dos direitos da mulher, de 1791, escrita por Olympe de Gouges, como a expressão de uma luta em prol das mulheres: “Olympe põe em evidência o direito de resistência à opressão em relação à declaração masculina” (GERHARD, 1995, p. 54).

A segunda onda começa a partir das décadas de 60/70 do século XX. Resulta do progresso educativo das mulheres. São citados como marcos os livros de Simone de Beauvoir – O Segundo Sexo de 1949 –, de Beth Friedman – A Mística do Feminino de 1963 – e o de Kate Millet – A Política dos Sexos de 1971. Se na primeira fase buscavam-se direitos civis como o voto e o acesso ao ensino superior, na segunda fase, buscavam-se reivindicações mais amplas como o direito à sexualidade e à igualdade em relação aos homens no mercado de trabalho. Foi um momento de engajamento político.

Faz-se importante lembrar que nos anos 60, também, o movimento feminista presenciou uma grande conquista que alterou a vida na família e implicou participação maior no mundo do trabalho: o surgimento da pílula. A revolução sexual dos anos 60 questionou os valores patriarcais e religiosos que restringiam a vida da mulher ao lar e à família. Aqui

⁸⁴ A denominação ‘ondas’ usada para explicitar as fases do movimento feminista foi alcinhada por Maggie Humm no *Dictionary of Feminist Theory* (HUMM, 1995).

no Brasil, segundo Beltrão e Alves (2004), houve um salto qualitativo na situação da mulher brasileira que ampliou sua presença em todos os níveis de ensino, iniciou a transição da fecundidade e passou a apresentar taxas crescentes de participação no mercado de trabalho.

Foi também na segunda onda do feminismo que surgiram os estudos de Gênero.

A terceira onda acontece a partir dos anos 90 e tem se construído como um momento de intensa reflexão e de consolidação das teorias feministas. Em 1995, acontece a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, na cidade de Beijing. Agora novos agentes passaram a reivindicar os direitos e ações mais afirmativas que minimizassem seus problemas. Mulheres negras, lésbicas, domésticas se distinguem tecendo seu discurso que se constituía muito diferente do discurso das mulheres brancas burguesas feministas presentes nas organizações feministas dos anos 60/70. As discussões em torno de raça/etnia, classe, sexualidade e gênero traziam outras solicitações.

Scavone (2004) refere-se à terceira onda do movimento feminista como relacional já que nela homens e mulheres “posicionam-se com suas respectivas identidades, tempos, situações políticas e sociais” (SCAVONE, 2004, p. 15); Aqui, admitem-se novos sujeitos sociais e questionam-se os modelos convencionais de homem e mulher.

Os feminismos também têm produzido uma crítica contundente ao modo dominante de produção do conhecimento científico além de proposto modelos alternativos de operação e articulação nesse campo (RAGO, 1998; SCHIEBINGER, 2001). Os feminismos têm produzido um contradiscurso, propondo uma nova linguagem em que se possa processar o universo científico. Segundo Rago (1998, p. 25), “a crítica feminista evidencia as relações de poder constitutivas da produção dos saberes, como aponta Michel Foucault”.

No Brasil, no que diz respeito à produção literária, são do século XIX os primeiros textos escritos por mulheres brasileiras que têm alguma divulgação entre o público letrado. O destaque é Nísia Floresta Brasileira Augusta, considerada, inclusive a primeira feminista (GOTLIB, 2003). Outros nomes mais retumbantes apareceram no século XX. Num primeiro momento modernista, houve Patrícia Galvão, conhecida como Pagu. Sua postura feminista e comunista era perceptível na sua obra literária:

o romance se sobressai mais pelo seu tom de firme inconformismo, buscando novos caminhos de ação prática e evitando o perigo da simples e passiva constatação da vitimização da mulher e do homem, agora, unidos ou enquanto operários, ou enquanto militantes, diante das circunstâncias nefastas de desigualdade social (GOTLIB, 2003, p. 19)

As mulheres, logo, começavam a expressar sua voz de denúncia, de reflexão. O tom lírico se inseriu perfurando um contexto anteriormente preenchido majoritariamente por homens. Ressalta-se a produção de Cecília Meireles. Por vezes, o tom político de engajamento reaparece trazendo a concepção comunista no jeito de explicar a configuração social a exemplo da obra de Raquel de Queiroz com suas personagens femininas cheias de valentia, heroísmo e possibilidade de liberdade.

Mais recentemente, as mulheres ocuparam a tessitura introspectiva de escrever. Inicialmente, o grande modelo foi o de Clarice Lispector que buscava demonstrar as contradições das ações do ser humano – digo, da mulher –. Contradições entre os aspectos fanta-

sísticos e os reais. Em Clarice, a mulher é desvelada como ser que deseja, que se liberta das condições sociais mas que nem sempre se liberta de seus medos, de sua angústia. A partir daí outros nomes de mulheres e de homens despontam no cenário literário brasileiro.

O psíquico cede espaço para as questões referentes ao cotidiano feminino, sua lida em casa com filhos, com esposo, a exemplo da obra de Adélia Prado e de Cora Coralina. Há também a poética que destaca a condição de ser negra, de ser oprimida pela repressão social e sexual, como a de Conceição Evaristo. Enfim do metafísico ao pornográfico, do político ao privado, não houve temática que não fosse encarada como objeto da escrita pelas mulheres escritoras.

O mundo da privacidade recalcada e até mórbida da mulher, no seu espaço familiar de que se vê na maioria das vezes prisioneira, e a dimensão coletiva em que a mulher descortina a consciência de seu não-espaço, marginal e massacrado, será assunto de outros romances femininos, como os de Lygia Fagundes Telles e Lya Luft (GOTLIB, 2003, P. 26)

No caso de Elvira Vigna, a fantasia e a realidade se fundem: os aspectos socioculturais se mesclam aos devaneios e aos dramas existenciais. Por escrito é demasiadamente humano, com registros emocionantes que nos deixam afetadas porque desvela a opressão social através do mundo do café, das viagens de negócios a que tem de se submeter a protagonista, bem como a opressão através da oligarquia tipicamente nordestina que massacra a mulher mãe solteira, aquela que não pode figurar nos casamentos de altares. Enfim, para autora, “a literatura nunca será um simples entretenimento. Será sempre uma viagem em busca de algo. Mesmo que esta viagem tenha invariavelmente um destino desconhecido” (PEREIRA, 2010).

Escrever é coisa de mulher e o que não é

A protagonista do livro em questão está sempre a escrever. É preciso registrar até o nada, até a ausência dos “pinheirinhos”. No papel, coloca as emoções, mas principalmente seu vazio diante do que está acontecendo com ela, com seu irmão Pedro, com Molly sua mãe, com Alexsandra quase sua cunhada, com todos que de certa forma aparecem em sua vida.

O fato de inicialmente a personagem aparecer com a necessidade da escrita leva-nos a crer que a escrita é a forma com a qual ela se conecta com o mundo de modo mais direto, ou seja, com menos intervenções. Há somente ela e a representação gráfica: “... fotografo tudo, anoto tudo, os detalhes. Para que não sumam. Para que não acabem. (VIGNA, 2014, p. 11). Não significa que ela escreva exatamente um diário. São apenas registros dos fatos que ocorreram ou não ocorreram no dia. São registros de vivências experimentadas ou imaginadas: “Então, o que tomo nota no papelzinho é na verdade uma ausência de uma ausência. (VIGNA, 2014, p. 15.)

É na escrita que ela tem de compreender o mundo. A escrita presentifica seu passado. Por meio dela, a personagem parece remoer suas queixas e vontades ou simplesmente tamponar o vazio. Por meio da escrita parece passar a limpo suas ações,

suas conversas e, assim compreender melhor o que ocorrera. Por exemplo, quando diz que vai registrar a ausência, vale a pena esclarecer que Izildinha não sabe do pai, pois sua mãe grávida foi expulsa da fazenda onde trabalhava e levou consigo na fuga apenas a barriga e a humilhação de ter sido expulsa pela esposa do seu patrão, um coronel que a estuprou, que se considerava por ser patrão dono do corpo de uma mulher. Daí, o que se vê é uma tentativa de Izildinha recuperar pela escrita sua vida, suas origens ao tempo em que denuncia o abuso sexual de que são vítimas muitas meninas no interior das fazendas no nordeste brasileiro.

A ausência que também se registra é a ausência de um elo mais forte com o companheiro. Com este existe uma relação de sexo, de prazer. Mas acabado o momento do contato sexual, existem silêncios, conversas esparsas que muitas vezes se justificavam pelas imensas viagens de trabalho que Izildinha tinha de fazer. Mas na maioria das vezes o silêncio entre eles apenas denunciava a provável falta de amor, o provável temor de se repetir com ela o mesmo relacionamento que havia entre ele e a esposa dele. Izildinha não queria se tornar a esposa. A relação entre homens e mulheres que, dentro de uma perspectiva tradicional do feminismo, é colocada como agressores dominantes versus submissas dominadas é posta em cheque. Veem-se aqui, novas configurações de relacionamento: ao invés da típica troca de alianças, ela deixa a calcinha no apartamento do amante. A calcinha como símbolo de sexo arrebatador mas não de companheirismo até que a morte os separe.

A resistência ao casamento tradicional é perceptível. Tradicional era o casamento de dona Tereza e o coronel. Tiveram três filhos. Mas o prazer sexual ao longo dos anos, para ela, foi substituído pelo prazer das compras, do teatro ao passo que para ele foi substituído pelo prazer de corpos mais jovens e subservientes: jovens empregadas de sua fazenda. Estas tinham que fingir prazer para garantir a sobrevivência. Assim foi com a mãe de Izildinha, Maria Olegária, posteriormente, na cidade, chamada de Molly. Como todo ser humano, a protagonista se compõe de formações discursivas e são estas de fuga, de opressão, de abuso, de fingimento que vão acompanhá-las desde a infância.

Mas a escrita também tem outro objetivo para a narradora, é o de transformar as pessoas numa imagem, num protótipo. Aliás este é o trabalho de Izildinha: criar por meio da escrita a imagem de homem perfeito, de família perfeita, entenda-se aqui a família convencional defendida.

É preciso dizer que Izildinha ou Valderez é uma mulher que trabalha no mundo do agronegócio. Como se sabe, essa é uma área predominantemente ocupada por homens. Segundo o IBGE (2006), 12,7% dos dirigentes de estabelecimentos rurais são mulheres. A narradora personagem não é proprietária de terra, nem dirigente. Ela é quem intermedeia os grandes negócios, as grandes interlocuções entre compradores e vendedores de café. Em meio à grande produção de café, é preciso vendê-la, exportá-la, fazer do café o melhor negócio do mundo e, para tanto, é preciso criar perfis de cafeicultores compatíveis com o perfil que o mercado exige: perfil de homem bem sucedido, simpático, ordeiro, inteligente, enfim, é preciso criar o modelo de um grande empresário mesmo que na verdade não passe de um carrancudo e grotesco fazendeiro.

Izildinha trabalha com homens o tempo todo, em seu trabalho há ela e eles. É aqui que se faz nossa intervenção no sentido de compreendê-la como mulher performática. A identidade de gênero construída em Izildinha é fluida.

Resistência e Poder: uma mulher transvestida de discursos

Segundo Judith Butler, o feminino não é uma essência. Aliás, o gênero compreendido como constructo histórico-social que contrariava o binarismo biológico macho e fêmea, em Butler (2003) passará a ser compreendido como resultado de formações discursivas. Logo, o “gênero não é um substantivo” (2003, p. 48). Por um lado, uma mulher ou um homem não são produtos construídos por uma história ou por uma cultura que atuem como marcos definitivos e distintos sempre; por outro lado, o gênero não são atributos flutuantes, assim, homens e mulheres agem de acordo com o que foi apreendido histórico-culturalmente desde que isso não seja entendido como resultado inalterável: “O caráter total e fechado da linguagem é presumido e contestado no estruturalismo” (BUTLER, 2003, p. 69).

O gênero é performático. “É a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida” (2003, p. 59). O mundo dos negócios, as viagens certamente “fabricaram” uma Izildinha mais versátil, destemida. Mas isto não significa ausência de contradições. Por exemplo, Izildinha sabe que o casamento faz bem aos homens: “Casamento é bom para homens. Divisão de despesa, uma cretina que se preocupa com as chatices da casa e que emite a cola emocional/afetiva necessária. E nenhuma obrigação de retorno com nenhuma dessas três coisas”. (VIGNA, 2014, p. 13). Mas se no início da narrativa refere-se à casa do amante como tua casa – “Dormi na tua casa” (p. 9) –, no decorrer dela transformar-se-á em nossa casa – “Chamo tua casa de tua casa embora saiba que vá virar nossa casa” (p. 9) ou “Vamos compartilhar um espaço, um lugar nenhum, um lugar comum” (p. 305). São posições assumidas diante do que pensa, do modo como precisa agir, das circunstâncias em que se envolveu.

Citaremos aqui duas cenas a fim de comentar as performances da protagonista que melhor esclarecem essa fragilidade de uma identidade fixa. A primeira cena é sobre sua viagem a Paris. A narradora viaja para representar os negócios e lá ela trabalha no palco e nos bastidores. A segunda cena envolve o registro de uma mulher forte proprietária de terras que ao flagrar o marido com uma amante jovem, expulsa-o de casa.

Izildinha precisa representar a empresa em que trabalha na França. Aproveitará para visitar o irmão.

Sou a presença feminina, necessária para tempos de politicamente correto, em um ambiente só de homens. Fosse no Brasil eu não estaria na mesa. Lá ninguém está nem aí. (...) Antes de me transformar em presença feminina necessária em mesa e ambientes só de homens, fui eu mesma. Sentada no chão, com as outras moças que, como eu, pertencem a essa altura pequena do chão corporativo, sentadas todas, no carpete, único-espaco grande o suficiente para que os montinhos de coisas se ajeitem à nossa volta, as pernas cruzadas, arrumamos os kits de boas vindas dos participantes. ... mas minha voz está firme no microfone. Escutam minha voz firme. Estou nessa vida há muito tempo. Não dou nada de graça. (VIGNA, 2014. p. 71)

Percebe-se que a narradora está ciente do quão os tempos mudaram em Paris. No mundo dos negócios é politicamente correto ter uma mulher com o microfone para fazer uso da fala, o que simboliza no evento exercício de liderança. Quanto ao Brasil faz uma crítica procedente, afinal, nota-se no país que, em relação ao preconceito de gênero, ainda há muito a ser realizado. Conforme *World Economic Forum*⁸⁵, o Brasil ocupa o 71º lugar quanto à igualdade de gênero. Essa colocação se deve em grande parte à participação feminina no trabalho (WORLD ECONOMIC FORUM, 2014). A França ocupa o 16º lugar nesse mesmo ranking.

Apesar de registrar sua presença nesse ambiente tão masculinizado, a narradora reconhece que houve uma necessidade histórica, política e mercadológica para está ali. Isto não significa que ela se sinta o tempo todo assim: um ser distinto, como se tivesse sido premiada por estar entre os homens. Ao contrário, “Antes... fui eu mesma”. Esse antes se refere ao momento em que se encontra com outras mulheres e, consequentemente, na linguagem da narrativa registra-se o emprego de termos como “chão corporativo”, “montinhos”, “pernas cruzadas”. A necessidade de as mulheres serem solidárias entre si, ao emprego do diminutivo como uma marca linguística de docilidade e ao modo de apresentar o corpo feminino, fechado, discreto. Ao que nos parece a narradora faz tudo isso com bastante destreza, sem constrangimento. Da mesma forma, ver-se-á usar a fala com firmeza, com traquejo social.

As mulheres em sua atuação no mundo do trabalho ou no mundo privado se valem de estratégias de sobrevivência que preferimos chamá-las, numa perspectiva foucaultiana, de resistências. Estas são constituídas nas relações de poder de que fazem parte. Então, o fato de se comportar ora de uma forma ora de outra mostra a necessidade de se adaptar aos discursos que são produzidos em determinado espaço que ocupa. De acordo com Foucault (2003, p. 244) “O exercício do poder consiste em “conduzir condutas” e em ordenar a probabilidade. O poder, no fundo, é menos da ordem do afrontamento entre dois adversários, ou do vínculo de um com relação ao outro, do que da ordem do ‘governo’”.

A segunda cena também se relaciona ao ambiente de trabalho. Ao construir as fichas históricas dos grandes cafeicultores brasileiros para, posteriormente, fazer uma grande apresentação no mundo dos empresários, a narradora descobre “a única mulher cafeicultora que conheci durante todo o tempo em que fiz esse trabalho” (VIGNA, 2014, p. 91). Refere-se a Rosário Rocceto. Narra que essa mulher nasceu e se criou nos cafezais. Casou-se aos dezessete anos. Mas aos setenta anos foi avisada pelo marido que este “vai se juntar com uma dona que ele tem na cidade e abrir um bar.” (VIGNA, 2014, p. 92). Diante da separação, foi preciso recomençar os negócios que antes estavam praticamente falidos. Essa história de sucesso de uma mulher foi rechaçada na empresa, seus chefes não viram sucesso algum.

Ao ter a história rejeitada, como reage a narradora? “uma ficha que na hora mesmo em que defendo me parece tão inútil defender” (IDEM, p. 91) “escrevi a história. A agência não gostou. Pensando bem, nem eu.” (p. 92).

Há aqui vários elementos discursivos que nos mostram o conflito e as contradições com os quais lidamos diariamente. Antes de tudo era preciso uma história de mulher no

⁸⁵ O Fórum Econômico Mundial é uma organização internacional independente, comprometida a aprimorar a situação mundial, engajando líderes da sociedade empresarial, política, acadêmica, entre outros, para formar agendas globais, regionais e industriais.

meio de tantas de homens bem sucedidos, pois isso também era um pouco da sua história. Porém, se os fatos de um lado apontam para o sucesso de uma cafeicultora, em virtude da renovação dos negócios, por outro apontam que essa mulher levou uns cinquenta anos para se aperceber como proprietária, negociante. É só com a separação do marido que ela toma as rédeas no negócio.

O exercício do poder desliza entre Rosário e o marido, entre a narradora e os chefes da empresa que não querem o relato, pois para que serve o relato? Essa história vai inspirar quem? Vai fazer aumentar os lucros do café?

O relato serve a, pelo menos, dois planos: um psíquico e outro social. Neste, faz-se fundamental registrar as histórias de mulheres que exerceram reconhecidamente um poder de gestão ou de liderança dado que ainda hoje a presença de mulheres nos cargos de comando político ou de gestão de empresas é pequena. Para combater essa discrepância numérica, é preciso reconhecer que há escassez de modelos femininos “nas atividades relacionadas à ciência e tecnologia área de exatas” (CASAGRANDE e CARVALHO, 2009, p. 113) bem como na gestão política ou empresarial (GRANT THORNTON, 2015). Assim, a narradora, a seu modo, por intuição ou por conhecimento feminista (não se pode esquecer de que a narradora é uma mulher “estudada e viajada”) sente ser fundamental contar esse feito feminino.

No plano psíquico, a narradora tem uma dívida para com seu passado. Também a sua mãe fora uma adolescente cujo relacionamento sexual serviu de estopim para a separação de um casamento tradicional na Paraíba. A Rosário recupera a Dona Tereza patroa de Maria Olegária (Molly). Dona Tereza separa-se do marido e o ameaça de morte se ele não conceder as terras para ela. Dona Tereza vive a contradição de amar mas também de odiar Molly. Amava-a pois a considerava sua filha; odiava-a menos por ter flagrado na cama com o coronel e mais por conta de desmascarar o casamento convencional hipócrita em que estava.

A narradora, portanto, precisava fazer os ajustes com seu passado: “Porque todo mundo um dia tenta atar, não as duas pontas da vida, mas bem mais do que duas. (VIGNA, 2014, p. 19). Desse modo, os processos de subjetivação se erguem. “É na imanência da história que os modos de subjetivação se constituem”. Era preciso resgatar parte de sua história para se reconhecer na relação mãe e filha, para se reconhecer como mulher dentro dos seus relacionamentos.

Os processos de subjetivação consistem na construção de si mesmo, isto é, um governo de si mesmo; há, portanto, um cuidado de si e uma prática de si que visam à existência (FOUCAULT, 2007). Então, a história precisava ser registrada para servir de modelo a outras mulheres ou, simplesmente, para servir de catarse a si mesma.

Necessárias Considerações Finais

Em congressos do porte do XIX REDOR, é sempre necessário criar espaços em que se mostrem as lutas e estratégias femininas de se colocar no mundo. As mulheres hoje mais

do que nunca estão refletindo sobre seu papel de mulher, de escritora, de mãe, de amante, de profissional, de ser e de estar no mundo. Assim um dos espaços vitais para a reflexão dos poderes investidos e a percepção de novos poderes construídos é arte literária, especialmente, a produzida por mulheres.

Os livros de Elvira Vigna tratam de mulheres, especialmente, dos dramas vivenciados por mulheres contemporâneas com seus conflitos, suas angústias, enfim, com os novos modos de se subjetivar. Como diante da separação conjugal, perda de status profissional, da morte, do assassinato, atuar no mundo? Como vivenciar as crises das novas configurações familiares? A escrita vem tamponar o vazio de existir. É uma forma de minimizar a invisibilidade relegada às mulheres na produção literária, tecnológica, mercadológica, política etc. É uma forma de expressar a solidão ou a solidariedade em torno da dor e do desemprego. Mas é acima de tudo uma forma de demonstrar como acontecem as relações nada harmoniosas entre mulheres e homens, entre mulheres no papel de mãe e no de filhas, no papel de gestoras e no de empregadas etc.

Em *Por Escrito*, embora no primeiro plano não esteja um projeto político-social, pois o texto discorre muito mais sobre os conflitos em torno da relação mãe e filha, irmã e irmão, mulher e amante, mulher e esposa do amante etc., nesse artigo procuramos destacar que os dramas psíquicos não se distanciam dos dramas socioculturais. Procuramos mostrar como Izildinha atua a fim de se constituir profissional, mulher nada convencional, isto é, uma mulher que reflete as performances construídas a partir da existência no trabalho, em casa e, principalmente, nos lugares de ninguém, tais como nos aeroportos, nos hotéis, na solidão dos bastidores e na solidão das festas sociais.

Por Escrito trata dos conflitos com que o ser humano se depara todos os dias. A escrita é a forma de pontuar os momentos de solidão, os esquecimento, as lembranças da família, os ditos do amante, os discursos falsos que sendo falsos são verdadeiros, pois o que conta é a produção de verdades. As verdades produzidas pelas e nas relações de poder. O que importa são os efeitos de poder e de verdade em torno das relações entre mulheres no mundo do trabalho ou no mundo privado. Nesse sentido, a escritora diz apropriadamente que a escrita literária “Não é imitação de gestos e palavras porque, se não for vivido, não fica bom. Mas você imita vidas que não teve. E nessas vidas imitadas faz os gestos e palavras reais.” Assim, somos todas Izildinhas, somos narradoras de nós mesmas.

Referências Bibliográficas

- BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade**. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003.
- CASAGRANDE, L. S.; CARVALHO, M. G. de. Um olhar crítico para os livros didáticos: uma análise sob a perspectiva de gênero. In **Construindo a Igualdade na adversidade: gênero e sexualidade na escola** (Orgs.). NANCI, S. da L.; MARÍLIA, G. C.; LINDAMIR, S. C. Curitiba, PR: Editora UTFPR, 2009.

GERHARD, U. Sobre a liberdade, igualdade e dignidade das mulheres: o direito “diferente” de Olympe de Gouges. In: GROUPPI, A.; BONACCHI, G. (Orgs.). **O Dilema e Deveres das Mulheres**. São Paulo: UNESP, 1995.

GOTLIB, Nadia Battella. A literatura feita por mulheres no Brasil. In: BRANDÃO, Izabel; MUZART, Zahidé (Orgs.). **Refazendo nós**. Florianópolis/SC: Editora Mulheres, 2003., p. 20-65.

GRANT THORNTON. **Women in business: the path to leadership Grant Thornton International Business Report**, 2015. Disponível em http://www.grantthornton.global/globalassets/1.-member-firms/global/insights/ibr-charts/ibr2015_wib_report_final.pdf. Acesso em julho de 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). 2006. **Censo Agropecuário de 2006**. Disponível em http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/50/agro_2006_agricultura_familiar.pdf. Acesso em: 20 jul. 2016.

FOUCAULT, Michael. **O Sujeito e o Poder**. Paris, Gallimard, 1984, p. 297-321. Disponível em: < <http://jornalista.tripod.com/teoriapolitica/3.htm> >. Acesso em: 10 jul. 2008.

FOUCAULT, Michael. **Ditos e escritos**, vol. IV. Estratégia. Poder-saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

KAPLAN, G. **Contemporary Western European feminism**. London: UCL Press, 1992.

PEREIRA, Rogério. Entrevista a Elvira Vigna. **O JORNAL RASCUNHO**, Curitiba, de abril de 2010. Disponível em <http://www.tiroletra.com.br/entrevistas/ElviraVigna.htm>. Acesso em maio de 2016.

RAGO, M. Epistemologia Feminista, Gênero e História. In: **Masculino, Feminino Plural: Gênero na Interdisciplinaridade**. (Orgs.). PEDRO, J.; GROSSI, M. P. Florianópolis: Mulheres, 1998, p. 21-41.

SANTOS, Elza Ferreira. Gênero, educação profissional e subjetivação: discursos e sentidos no cotidiano do Instituto Federal de Sergipe. Tese (Doutorado em Educação), UFS, 2013.

SCAVONE, L. A emergência das questões feministas nas ciências sociais. In: **Dar a vida e cuidar da vida**. São Paulo; Editora Unesp, 2004.

SCHIEBINGER, L. **O Feminismo mudou a ciência?** Bauru, SP: EDUSC, 2001.

VIGNA, Elvira. **Por Escrito**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

VIGNA, Elvira. Entrevista Simultânea. In: Tiro de letra: Mistérios da Criação Literária, 2007. Disponível em <http://www.tiroletra.com.br/biografia/ElviraVigna.htm>. Acesso em 10 de 2016.

World Economic Forum. **The Global Gender Gap Report**, 2014. Disponível em <http://reports.weforum.org/global-gender-gap-report-2014/economies/#economy=BRA>. Acesso em julho de 2016.

PARTE III

GÊNERO, SEXUALIDADES E EDUCAÇÃO

EDUCAÇÃO, GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS

Anderson Ferrari⁸⁶

Introdução

Ao ser convidado para participar da 19ª. REDOR – XIX Encontro Internacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre mulher e relações de gênero – senti-me desafiado em buscar um recorte mais específico dentro da temática da mesa que iria participar. A proposta da mesa que faria parte era pensar os desafios e as perspectivas contemporâneas no âmbito das relações sociais no que se refere às construções de gênero e sexualidades. Ainda que a REDOR priorize as análises sobre as mulheres, resolvi me dedicar às relações de gênero e seus encontros com as sexualidades, mais centrado nas diversidades sexuais. Assim, este texto coloca em evidência a “fabricação” dos sujeitos masculinos e femininos, em suas diversas e múltiplas possibilidades de vivências das sexualidades. Sujeitos em construção contínua e sutil, afirmando o seu caráter social e nossa impossibilidade de pensa-los como essência. Processos que ocorrem de maneira diferente em distintas sociedades e dentro de uma mesma sociedade. Esse fato nos impede de falar de homem e mulher no singular nos obrigando a considera-los em sua pluralidade e momentos históricos diversos. Como nos convida pensar, Foucault (1988) somos sujeitos de experiências, desta tensão entre saber-poder-subjetividades. Sujeitos que foram nomeados e que assumiram o protagonismo das pesquisas em diversidade sexual na Educação.

Para Foucault quando nascemos já viemos num mundo organizado discursivamente, de maneira que somos mais resultado dos discursos do que propriamente produtores deles. Os saberes nos constituem. Neste sentido, tomei o desafio de pensar como diferentes sujeitos LGBTT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) se constituíram como pesquisadores de um campo de conhecimento no enfrentamento em produzir pesquisa e outras “novas” formas de conhecer e ser. No embaralhamento entre gêneros e sexualidades, as questões que dizem das diversidades sexuais parecem incomodar mais, reforçando, em certa medida, o lugar de “normalidade” das heterossexualidades, já que não são problematizadas como “construção”. Os estudos das diversidades sexuais são recentes e campo de disputa em diferentes áreas, como a Educação. No entanto, seu surgimento abriu espaços e novas possibilidades de fazer pesquisa, de pensar as escolas e ampliar o sentido de Educação.

Por isso, acho importante deixar claro o lugar de onde olho para a produção do conhecimento sobre as diversidades sexuais e sua relação com o ativismo político acadêmico no Brasil. Há 20 anos, venho investindo na problematização da construção das homossexualidades masculinas no contexto escolar. Posso dizer que o meu interesse pela produção do campo sobre as diversidades sexuais andou passo a passo com a minha trajetória de investigação em torno das homossexualidades masculinas na Educação, entendida como resultado de processos educativos de constituição dos sujeitos homossexuais. Sou um pes-

⁸⁶ Professor da Faculdade de Educação da UFJF, do Programa de Pós graduação em Educação da UFJF, membro do GESED/UFJF. Pós doutor em Educação e Cultura Visual pela Universidade de Barcelona e Doutor em Educação pela Unicamp. E-mail: aferrari13@globo.com

quisador que se dedica a analisar, especificamente, a produção no campo das diversidades sexuais e sua relação com a área da Educação. Neste sentido, posso afirmar que a Educação vem bebendo nas águas de outras áreas de conhecimento, para nestes encontros interdisciplinares, construir algo próprio. Talvez isso tenha se fortalecido na Educação pela entrada tardia destas questões na arena de debate.

Para este artigo, quero olhar para este campo específico – a Educação – para trazer para discussão a constituição de um quadro atual em que podemos contar com pesquisadores e pesquisadoras reconhecidas e com temáticas e grupos de pesquisas consolidados nas relações de gênero e sexualidades. Ao longo do tempo, fomos enfrentando novos desafios que iam da aceitação das nossas temáticas ao embate atual com instituições empresárias e religiosas que foram se interessando pela educação e pela elaboração de saberes. Movimento que diz de um processo histórico que impacta a relação dos sujeitos com os modos de ser e estar no mundo, com o conhecimento, com aquilo que chamamos de “realidade”, escola, educação.

A chegada das discussões de Gênero e sexualidades na Educação

Em 2012, organizei um dossiê na revista *Gênero da UFF*, junto com o professor Márcio Caetano intitulado “A produção das homossexualidades nas Ciências Sociais e Humanas” em que convidamos e provocamos diferentes autores de referência para pensar e verificar este quadro de produção na Educação, na História, nas mídias e na arte (FERRARI; CAETANO, 2012). Naquela ocasião já nos chamava atenção o avanço da produção identificado por nossas participações nos eventos mais importante no Brasil sobre as relações de gênero e sexualidades e consideramos importante propor e organizar um dossiê que demonstrasse os desafios e potencialidades para a produção de conhecimento, de discursos, de saberes num campo específico, o das ciências sociais e humanas em torno das homossexualidades. Venho acompanhando o crescimento e a consolidação das discussões das relações de gênero e sexualidades, principalmente, no campo da Educação. Assim, vou escrever deste lugar de pesquisador do campo da Educação, como participante assíduo dos principais eventos de gênero e diversidade sexual nos últimos 20 anos (e organizador de alguns deles) e como atual presidente da ABEH (2015-2016).

Embora eu tenha limitado minhas análises a essa área de conhecimento, considero que essa produção dialoga, discute e responde a diferentes formas de produção em outros campos. Outra consideração importante de ser feita neste início é a relação que podemos estabelecer entre as diversidades sexuais e os gêneros. Pensar a produção de conhecimento sobre as diversidades sexuais originários das ciências sociais e humanas é um movimento relativamente novo. Isso porque ele diz respeito à segunda metade do século XX, contemporâneo do feminismo e do movimento gay, que foram influentes no desenvolvimento dos estudos gays e lésbicos. (COLLING, 2015). Se dedicarmos um olhar mais atento para a programação dos trabalhos apresentados nos maiores e mais importantes eventos internacionais que temos organizado no Brasil podemos sugerir que elas giram em torno destes

encontros entre as relações de gênero e as diversidades/dissidências sexuais. Poucos são os trabalhos que colocam sob suspeita as masculinidades e as heterossexualidades.

Para compreender estas primeiras considerações acho necessário trazer à tona alguns acontecimentos para pensar as condições de emergência desta produção e, como elas foram e vêm se constituindo como avanços e desafios para todos e todas nós. Para isso quero recuperar algumas passagens da minha trajetória acadêmica que, a meu ver, dizem da relação entre a produção de conhecimento na área e sua divulgação e o fomento de novos pesquisadores e pesquisadoras e temáticas. Penso que o que aconteceu comigo também se repetiu com outras experiências de formação porque diz deste contexto de ampliação das discussões na pós graduação. Em 1994 eu escutei de uma banca do processo seletivo para o mestrado em educação da Universidade Federal Fluminense (UFF), que a minha proposta de pesquisa voltada para a discussão das homossexualidades masculinas na sala de aula não cabia por três motivos, que se retroalimentavam. Primeiro porque isso não ocorria nas salas de aula. Não havia homossexualidades na sala de aula e nas escolas, argumentavam os professores da banca. Segundo porque não havia bibliografia no campo da Educação capaz de fundamentar e amparar tal pesquisa, ou seja, ninguém pesquisava estas questões na educação e, por último, não havia quem orientasse a investigação. Argumentos semelhantes eu continuei escutando ao longo de três anos nas outras universidades públicas na cidade do Rio de Janeiro. O mais interessante era que, em grande parte, isso se confirmava: eu não conseguia encontrar nada na literatura em educação que me fortalecesse. Mas se, por um lado, eu concordava com eles na inexistência da produção neste campo e a falta de orientador ou orientadora possível, por outro lado, eu sentia, na pele, a necessidade e pertinência desta problematização. Como homossexual sempre senti a presença das homossexualidades na sala de aula, seja como assunto ou como fato. Como professor homossexual continuava presenciando tratamentos destinados a alunos homossexuais que se assemelhavam ao que tinha vivido. Sentia que havia necessidade dos professores gays e professoras lésbicas tomarem para si a tarefa de problematizarem este espaço de produção de conhecimento, de sujeitos e trazerem suas histórias e dos alunos e alunas para o debate. Esses fatos se somavam a outro. Seguindo o caminho apontado por esta banca, fui beber nas fontes da sociologia e trabalhando com a construção das identidades homossexuais em duas boates gays (Boêmio e Le boy) na cidade do Rio de Janeiro, me encontrei com um conjunto de participantes que traziam a escola para o debate, com uma força que me impressionava e reforçava minha intenção de discutir a produção das homossexualidades masculinas neste contexto específico. Eles negavam o primeiro argumento da banca da UFF.

Em 1998 fui aprovado no Mestrado em educação na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), sob a orientação de um professor que, assumidamente, dizia não entender nada do que eu estava falando, mas que identificava a potencialidade da discussão para o campo da Educação e que aceitava assumir comigo o desafio de pesquisar um tema novo e candente para um campo marcado pela disciplinarização dos corpos e sujeitos, pela normalização e normatização e pelo preceito. Neste mesmo ano tive um encontro com o livro “Gênero, Sexualidade e Educação – uma perspectiva pós estruturalista” de Guacira Louro (1997), que se tornou minha referência, visto que discutia as questões de gênero e sexua-

lidade diretamente no campo da educação por uma perspectiva teórico-metodológica que já identificava nas leituras de Foucault e que me fazia olhar para educação por outro viés analítico. E, mais do que isso, me senti fortalecido e acolhido pelo livro e pelo campo da Educação novamente, sobretudo porque a autora assumia que esta era uma discussão de difícil acesso na educação e, portanto, necessária e nova. Ainda hoje este livro é quase que obrigatório em toda dissertação e tese na Educação, reforçando seu papel de vanguarda no campo.

Até então traçava encontros entre a literatura de outras áreas e a educação, me atendo às obras de Michel Foucault (1984, 1985, 1988) e Jurandir Freire Costa (1992, 1995, 1996) buscando entender as homossexualidades como uma pequena parte na história do homoerotismo. Mas também ficava evidente que este era um movimento tributário de algo que a história me mostrava como importante de ser recuperado. A questão que me surgia naquela ocasião era como esta discussão estava sendo construída no Brasil e quais as condições de emergência dela? Se ela não estava pautada no campo da Educação, como ela estava sendo inscrita em outras áreas de conhecimento que poderiam se articular com a Educação? Havia a necessidade de recuperar e analisar a história mais recente das Universidades, seus programas de pós graduação e suas produções de conhecimento para a partir daí, pensar o lugar da Educação neste contexto mais amplo.

Podemos dizer que durante anos a Universidade brasileira e todos nós, em certa medida, sofremos a interferência dos dispositivos de vigilância, violência e segurança de um estado ditador. Mas este momento da nossa história também foi capaz de alimentar uma vontade de liberdade, organizar a luta pela redemocratização e pela defesa de uma universidade autônoma, lugar de vanguarda e de acolhimento das novas questões sociais que estavam sufocadas e com vontade de explodir. Também foi neste período que o sistema de pós graduação começou a se construir com as primeiras iniciativas de incentivo à pesquisa. Segundo Mário Lugarinho (2015), o ano de 1980 foi um marco histórico a partir da 32^a. Reunião da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) que trouxe, pela primeira vez, os estudos das mulheres e do feminino para a discussão, além de ser o ano em que ocorreu o I Encontro Brasileiro de Homossexuais na Universidade de São Paulo (USP), reunindo militantes que iriam dar origem ao movimento homossexual brasileiro. Muitos dos pesquisadores e pesquisadoras que hoje estão na academia iniciaram suas trajetórias de produção de conhecimento e de luta nos movimentos sociais, destacadamente o movimentos estudantil e o “antigo” movimento Gay, hoje LGBTT.

Segundo Lugarinho (2015), aos poucos os estudos da mulher e os feminismos foram tomando força nas áreas mais conservadoras, reunindo ativistas e intelectuais que foram responsáveis pela entrada das discussões propondo e mesmo impondo a abordagem do feminino e do gênero na pesquisa. Penso que podemos arriscar a dizer que o feminismo e as relações de gênero foram as primeiras entradas nas discussões,

instigando o debate das diversidades sexuais. Mas na década de 90 as investigações mais “desviantes” aos padrões aceitáveis eram sistematicamente recusadas o que impediu temáticas mais “ousadas”. Os programas de pós graduação, tanto os de excelência quanto os mais novos, demonstravam seu caráter mais conservador negando pesquisas a partir das temáticas e das filiações teórico-metodológicas “inovadoras”. Na Educação não era diferente. Podemos dizer que a exclusão da diversidade sexual se dava na negação das propostas de estudo e dos pesquisadores e pesquisadoras, visto que o simples fato de trazer para o debate as questões das sexualidades desviantes embasados em obras, autores e autoras que assumiam os elementos dos campos semânticos dessas diversidades era suficiente para questionar a sexualidade do investigador e da investigadora. Mas a educação também foi um destes campos, que pouco a pouco, foi “aceitando” novas temáticas. Um exemplo disso é a inserção das diversidades sexuais na Anped, (Associação Nacional de Pesquisa em Educação) que ficavam pulverizadas nas discussões dos GTs, (Grupos de Trabalhos) até a criação do GT 23 – Gênero, Sexualidade e Educação em 2003, sob iniciativa de Cláudia Ribeiro da Universidade Federal de Lavras (UFLA) que mobilizou um número suficiente de pesquisadores e pesquisadoras para propor a Assembléia Geral da ANPED a criação de um grupo de pesquisa que concentrasse as discussões de gênero e sexualidades. Com muita disputa a ANPED entrou tarde nesta luta, visto que outros eventos já discutiam as relações de gênero e diversidade sexual pelo viés da Educação.

Mas as dificuldades enfrentadas no final do século XX e os primeiros anos do século XXI não foram suficientes para evitar as iniciativas. Pesquisadores e pesquisadoras enfrentaram a situação e provocaram os campos de pesquisa, se posicionaram politicamente, defendendo e insistindo no desafio das suas propostas de investigação, de maneira que algumas poucas e corajosas dissertações, teses e artigos foram abrindo caminhos para as novas gerações. A década de 90 ainda sofria com este início dificultoso em algumas áreas, em especial a educação. Isolado com o livro da Guacira, em 1998 fui tomado por uma surpresa ao saber do I Encontro sobre Literatura e Homoerotismo, que seria realizado na UFF. Finalmente havia encontrado um espaço acadêmico em que poderia discutir e ouvir outras experiências de pesquisa, já que não havia entrada destas discussões na ANPED e em poucos eventos a Educação era pautada. Enviei uma mensagem para um dos organizadores – Sérgio Aboud – que gentilmente me respondeu dizendo que não poderiam aceitar a apresentação da minha pesquisa já que o evento era exclusivamente de literatura, mas que eu seria bem vindo caso me interessasse em participar. Movido por este interesse em saber o que estava se produzindo no campo da literatura e como essa produção poderia contribuir para as minhas discussões na educação fui ao encontro. Participei das discussões, conheci pesquisadores e pesquisadoras que como eu estavam nos seus processos de mestrados e doutorados e pautei, na medida do possível, as questões que se ligavam a educação. Aos poucos esses encontros foram acolhendo novas áreas, ampliando as temáticas, definindo uma política de inclusão que garantisse a pluralidade das pro-

duções acadêmicas e do debate, se transformando em Associação Brasileira de Estudos da Homocultura (ABEH) em 2002 (SANTOS; GARCIA, 2002).

Nestes 14 anos vivemos um crescimento de estudos sobre a diversidade/dissidência sexual e de gênero nas áreas de conhecimento e nas universidades. Poucos anos, mas muito intensos. Hoje temos linhas de pesquisas consolidadas em programas de pós graduação em diferentes áreas do conhecimento, assim como pesquisadores e pesquisadoras brasileiras importantes para o construção do campo. As revistas especializadas como *Bagoas*, *Estudos Feministas*, *Pagu*, *Gênero e Periodicus*, recebem cada vez mais artigos que demonstram a pluralidade de temática e a efervescência na pós graduação, acolhendo com grande empenho as produções com foco na Educação. Mas este movimento também ocorre em revistas específicas das áreas (e com as revistas da área de Educação ocorre o mesmo) que vêm organizando dossiês em torno das discussões de gênero e sexualidades. Os eventos internacionais vêm se fortaleceram como espaços de difusão e debate das áreas como o “Fazendo Gênero”, “Desfazendo Gênero”, “Corpo, Gênero e Sexualidade”, “Enlaçando sexualidades” e o “Congresso Internacional da ABEH”, enfim, eventos que não se enquadram numa única área do conhecimento, mas que investem exatamente nesta possibilidade de intercâmbio entre elas.

Neste movimento de ampliação, fortalecimento e consolidação das discussões é importante destacar a formação e entrada de pessoas LGBTT na academia, seja como professores e professoras ou com estudantes dos programas de pós graduação. Muitos deles e delas vêm partindo de suas histórias de vida e de constituição como sujeitos LGBTT para propor pesquisas que problematizem a relação entre conhecimento-poder-subjetividades. Muitas vezes as dissertações e teses vêm se constituindo como “acertos” de conta com suas histórias, com as escolas e com o social. Essa entrada vem ampliando as relações entre os movimentos sociais e as Universidades, muito embora este ainda seja um desafio importante de ser enfrentado, ou seja, estabelecer maior diálogo entre o que se produz nas Universidades e nos movimentos sociais.

O fornecimento de bolsas de pesquisas para projetos também têm aumentado possibilitando que as discussões envolvam estudantes de graduação na iniciação científica, um quadro impensável há 20 anos atrás. Desta forma, a produção do conhecimento na Educação não está limitada a pós graduação mas vem atingindo a graduação de maneira contundente, sobretudo a partir da constituição de um quadro de pesquisadores e pesquisadoras da área que vem ampliando a oferta de disciplinas de gênero e sexualidade na graduação, pautando as temáticas que envolvem as diversidades sexuais. Mas este movimento também vem aumentando a tensão e reforçando os aspectos discursivos e disputa destas questões de gênero e sexualidades. A “escola sem partido”, o terror e o pânico moral advindos da “ideologia de gênero” e a ameaça ao estado laico vem dizendo “presente” nas salas das nossas Universidades e vem se constituindo como um desafio atual para nossas produções e nossas atuações. Este é um desafio que temos enfrentado cotidianamente no nosso fazer docente e de investigação.

Também vem se ampliando o intercâmbio de conhecimento, de pesquisadores e pesquisadoras nos seus processos de pós doutoramento, expandindo suas articulações com estudos internacionais, pensando o contexto brasileiro com uma internacionaliza-

ção dos corpos, sujeitos, desejos, práticas, valorizando a inter/trans/disciplinariedade em nossas universidades. Essas trocas também foram responsáveis pela entrada e divulgação de novas perspectivas teóricas, conceituais, metodológicas e epistemológicas, como a teoria *queer*, que provocou novas tensões e problematizações para as produções. (COLLING, 2015). Temos aprendido com pesquisadores e pesquisadoras de outros países e também temos ensinado a eles e elas outras formas de elaborar e escrever pesquisa, de elaborar conhecimento e de fazer política.

A teoria *queer* também chegou na Educação num movimento ainda mais recente e reforçando a articulação com as outras áreas como venho destacando como característica formativa do campo. No entanto, não podemos dizer que esta emergência da teoria *queer* tenha sido fácil ou mesmo tranquila na Educação. Tivemos dificuldades em entender e trabalhar com o termo e neste sentido, mais uma vez a contribuição de Guacira Louro (2008) foi fundamental a partir dos seus textos e, principalmente, da publicação do livro “Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria *queer*”. Ela nos convidou a pensar que o *queer* se constitui como um campo semântico por onde sujeitos são construídos discursivamente, com maior ênfase nas sexualidades para além dos binarismos, colocando sob suspeita as identidades e provocando os estudos de gênero. A teoria *queer*, ao chegar a Educação, contribuiu para provocar a estabilização deste campo ainda muito novo dos estudos gays e lésbicos no interior dos estudos de gênero, denunciando o trabalho insistente com os discursos identitários de matriz binário.

A irreverência e a disposição antinormalizadora da teoria queer me incitam a jogar com suas ideias, sugestões, enunciados e a testá-los no campo (usualmente normalizador) da educação. Quero apostar em suas articulações, pôr em movimento o subversivo, arriscar o impensável, fazer balançar estabilidades e certezas – processos geralmente estranhos e incômodos aos currículos, às práticas e às teorias pedagógicas. (LOURO, 2008, p. 7)

Nos últimos 5 anos venho participando incansavelmente de bancas de mestrado e doutorado na Educação em que a temática das diversidades sexuais são o foco da investigação. Neste movimento que vem se ampliando tenho notado alguns avanços interessantes.

O primeiro diz das temáticas de investigação. A presença de pesquisas interessadas na investigação da LGBTTFobia⁸⁷ nas escolas vem se destacando. A meu ver esse é um tema de pesquisa inovador e importante, minimamente por dois sentidos. Primeiro porque busca colocar em discussão e tensionar o conceito de “homofobia”, problematizando-o, sobretudo a partir das vivências no dia a dia da e na escola. Em seguida porque busca e investe em outro olhar para a homofobia na escola, trazendo a relação com a resistência para pensar que estes processos estão presentes cotidianamente no fazer escolar e nos modos de subjetivação neste espaço. Durante muito tempo as pesquisas que olhavam para a relação entre escolas e diversidade sexual ficaram no lugar da denúncia, da acusação e do “não”. A escola e a formação eram entendidas como os espaços em que “não” se discutia gênero e diversidade sexual. Hoje o desafio é pensar que as escolas e os espaços de formação sempre discutem gênero e sexualidade, visto que eles são organizadores sociais. A questão, portanto, não é saber se as escolas fazem ou não, mas sim o que fazem.

⁸⁷ LGBTTFobia diz de processos de discriminação, preconceitos, agressões e ataques a comunidade de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

Discutir homofobia e resistência na escola é tomá-la como espaço atravessado por relações de poder. E mais do que isso é chamar atenção para um fato que insisto: a escola não é um lugar agradável para todos e todas. Olhar para o que acontece nas salas de aula, nos espaços que constituem o que chamamos de escola é pensar que a educação diz de um processo mais amplo que vai além do conteúdo, mas que está diretamente ligado a construção de modos de ser e de existir. Estes trabalhos ao assumirem esta temática, propõem um olhar para um sentido de educação mais abrangente. E neste olhar se dispõem a pensar nas resistências, para uma ação mais positiva de construção destas relações de poder. Penso que o conceito de homofobia tem ganhos. Um primeiro deles é que ele está incorporado no senso comum. Ele possibilita assumir outro lugar, não somente da vitimização, mas da luta, da reivindicação e, portanto, de um outro espaço de poder. Mas ele também deve ser problematizados, sobretudo no jogo das identidades, no processo entre absolutização e hibridização.

O que venho provocando até aqui é o desafio de pensar as questões de pesquisa na Educação ancoradas num contexto histórico. Grande parte desta explosão discursiva em torno das relações de gênero e sexualidades se deu em função do advento da epidemia do HIV/Aids que foi capaz de estabelecer relações importante entre saber, pesquisa e subjetivação. Além disso, a epidemia impactou a sociedade e a relação entre Estado e sociedade civil. Neste contexto, a educação também foi impactada, estabelecendo relação entre educação, saúde e prevenção. Este contexto fez com que aumentasse o reconhecimento da escola como local importante de discussão destas relações e, portanto, de prevenção que também diz de outras possibilidades de se construir como sujeitos, desconstruindo imagens negativas das homossexualidades e construindo outras mais positivas. Aumentou também a denúncia de que as escolas não formam e nesta disputa discursiva em torno das sexualidades, outras instâncias de poder entraram neste jogo da formação, como por exemplo, os grupos gays. Variados programas formativos, políticas públicas e cursos de formação continuada foram implementados como desdobramento deste contexto e serviram como espaços de pesquisas na Educação. São exemplos disso o programa “Brasil sem homofobia”, “Saúde e prevenção nas escolas”, “GDE – Gênero e Diversidade nas escolas”. Programas que sofreram um gradativo desmonte até sua total extinção, demonstrando que se constituíram como políticas de governo e não de Estado.

Não podia terminar esta fala sem reforçar a importância do surgimento do GT 23 da ANPED como um marco fundamental para os estudos da diversidade sexual no âmbito da educação. O trabalho de convencimento empreendido por nós que apresentávamos trabalhos em outros GTs na luta por formar o grupo que acolhesse nossas discussões e se constituísse como um campo de troca foi intenso. Este espaço vem se constituindo como um local de diversidade de temáticas a cada ano, não deixando de reconhecer a importância do Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero (GEERGE) para o fortalecimento e consolidação deste GT e para as discussões no campo da educação, capitaneados por aquela luta iniciada por Guacira Lopes Louro. Pesquisadoras e pesquisadores de várias universidades brasileiras vêm conduzindo o grupo, demonstrando que a discussão em torno das relações de gênero e diversidade sexual está espalhada em todo Brasil sob diferentes perspectivas e recortes temáticos. No entanto, se olharmos mais de perto os trabalhos apresentados, verifi-

camos a presença marcando da perspectiva pós estruturalista na condução das pesquisas e análises, sob forte influência dos estudos foucaultianos. Isso nos coloca o desafio de acolher outras perspectivas teórico metodológicas que ampliariam o nosso debate e participação de outros pesquisadores e pesquisadoras de outras linhas teóricas. Nestes anos de existência do GT temos acompanhado a discussão em torno da necessidade de democratização da ANPED, acusada constantemente de ser elitista. Isso tem afetado o GT 23 que acaba não recebendo o número de trabalhos que verificamos em outros eventos.

Enfim, temos tido grandes avanço e desafios enfrentados com luta e articulação entre grupos de pesquisa, pesquisadoras e pesquisadores que trocam informações, temáticas de pesquisas, que influenciam uns aos outros, de maneira que podemos dizer que hoje há um campo de conhecimento de gênero e sexualidades na Educação, produzindo conhecimento próprio e autoral. Manter a efervescência das pesquisas, das temáticas e dos eventos neste momento de desmonte de uma infra estrutura que possibilita suas existências é talvez o desafio político mais atual.

Referências bibliográficas

COLLING, Leandro. Muita produção e pouca influência: o conhecimento sobre diversidade sexual e de gênero e seus impactos no Brasil. In: SEFFNER, Fernando; CAETANO, Márcio. **Cenas latino-americanas da diversidade sexual e de gênero: práticas pedagógicas e políticas públicas**. Rio Grande: Ed. da FURG, p. 123-136, 2015.

COSTA, Jurandir Freire. **A inocência e o vício: estudos sobre o homoerotismo**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

_____. **A face e o verso – estudos sobre o homoerotismo II**. São Paulo: Editora Escuta, 1995.

_____. O referente da identidade homossexual. In: PARKER, Richard; BARBOSA, Regina Maria (orgs.) **Sexualidades brasileiras**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996.

FERRARI, Anderson; CAETANO, Márcio. A produção das homossexualidades nas Ciências Sociais e Humanas. **Gênero**, v. 12, n. 2, p. 9-26, 2012.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 3: o cuidado de si**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

_____. **História da sexualidade 2: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

_____. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

LUGARINHO, Mário. Prefácio. In: SEFFNER, Fernando; CAETANO, Márcio. **Cenas latino-americanas da diversidade sexual e de gênero: práticas pedagógicas e políticas públicas**. Rio Grande: Ed. da FURG, p. 7-16, 2015.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação – uma perspectiva pós estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. **Um corpo estranho – ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

SANTOS, Rick; GARCIA, Wilton. **A escrita de até: perspectivas teóricas dos estudos gays e lésbic@s no Brasil.** São Paulo: Xamã: NCC/SUNY, 2002.

A PEDAGOGIA DISCIPLINAR COMO INVENÇÃO DA HOMOSSEXUALIDADE MASCULINA NA MODERNIDADE

*Marcelo Henrique Gonçalves de Miranda*⁸⁸

Introdução

Este texto tem como finalidade abordar que a existência de uma pedagogia disciplinar sobre a sexualidade e a homossexualidade masculina na sociedade moderna. O foco recai sobre o pensador Michel Foucault visto como um dos pioneiros ao indicar a genealogia da heterossexualidade tida como “natural” e “normal” e a homossexualidade considerada como “antinatural” e “anormal”. Tal processo genealógico foucaultiano está relacionado ao campo do conhecimento da Teoria Social e sua relação com a produção de verdade e poder. Assim, a sexualidade, na sociedade moderna foi materializada na Ciência Sexual, no ocidente, em contraposição à Arte Erótica de grandes civilizações do mundo oriental. Em seguida, serão expostas as ideias de Judith Butler, em uma perspectiva pós-estruturalista, ao desconstruir a lógica linear entre corpo/gênero/sexualidade indicando que o corpo/sexo também é uma construção sociocultural.

Sendo assim, em um primeiro momento será abordada a relação da sexualidade e da homossexualidade com as Ciências Sociais como materialização do dispositivo sexual, no século XX; no próximo tópico se abordará o pensamento de Michel Foucault sobre a subjetivação e a criação da identidade homossexual masculina nos indivíduos via a produção de verdades/poder disciplinador; logo em seguida, abordar-se-ão as ficcionalidades do corpo/sexo, do gênero e da sexualidade que são desconstruídas como discursos, por Judith Butler.

A Pedagogia Disciplinar como Invenção da Sexualidade na Sociedade Moderna

A educação, seja formal ou informal, tem como característica educar as novas gerações de uma sociedade com a finalidade que essa não venha a desaparecer. Nesse processo, a educação reproduz os valores socioculturais que a sociedade possui sejam eles democráticos, de reconhecimento e inclusão das diferenças ou discriminatórios, preconceituosos e estereotipados. Tal processo educacional acontece também em relação à sexualidade. Assim, compreende-se que os seres humanos necessitam de um aprendizado social na coordenação de sua atividade mental e corporal para saberem “de que maneira, quando e com quem agir sexualmente” (BOZON, 2004, p. 14). Essa construção social da sexualidade passa pela socialização de regras pertencentes a teias de significados internalizados e condicionantes dos indivíduos (BRITZMAN, 1996; FURLANI, 2005; LOURO, 1997).

Esse processo educacional, na obra de Foucault, assume a dimensão de dispositivo disciplinar como objeto da análise genealógica, decorrente da necessidade do estudo sobre

88 Doutor em Sociologia. Professor do Núcleo de Formação Docente, do Centro Acadêmico do Agreste e do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da Universidade Federal de Pernambuco. Email: mm.marcelohenrique@yahoo.com.br

o poder, na relação entre o discursivo e não discursivo. Dessa forma, o dispositivo disciplinar é

rede de relações que podem ser estabelecidas entre elementos heterogêneos: discursos, instituições, arquitetura, regramentos, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas, o dito e o não dito. [...] estabelece a natureza do nexos que pode existir entre esses elementos heterogêneos (CASTRO, 2009, p. 124).

Nesse percurso, o dispositivo de sexualidade na sociedade moderna é “a história de um dispositivo político que se articula diretamente sobre o corpo, isto é, sobre o que este tem de mais material e mais vivente; funções e processos fisiológicos, sensações, prazeres etc. (CASTRO, 2009, p. 401).

Vale ressaltar que a construção da noção de dispositivo sexual contribui de maneira profícua na construção do campo do saber da Teoria Queer, uma vez que essa teoria concentra sua analítica na crítica dos estudos de comunidades homossexuais que não excedem e nem percebem a organização da sociedade nas categorias dicotômicas excludentes e hierarquizadas natureza/cultura, macho/fêmea, homem/mulher, heterossexual/homossexual. Assim, para haver uma heterossexualidade “normal” e “natural” essa categoria precisa da homossexualidade como “anormal” e “não natural”. Dessa forma, a Teoria Queer busca sua analítica na ruptura da estrutura da inteligibilidade da heterossexualidade como compulsória e ou como normativa (GAMSON, 2010).

Assim, para Dreyfus e Rabinow, a genealogia:

se opõe ao método histórico tradicional; [...] seu objetivo é assinalar a singularidade dos acontecimentos, não há essências fixas, nem leis subjacentes, nem finalidade metafísicas. A genealogia busca descontinuidades ali onde desenvolvimentos contínuos foram encontrados. [...] Ela busca recorrência e jogo ali onde progresso e seriedade foram encontrados. Ela recorda o passado da humanidade para desmascarar os hinos solenes do progresso. A genealogia evita a busca da profundidade. Ela busca a superficialidade dos acontecimentos, os mínimos detalhes, as menores mudanças e os contornos sutis (DREYFUS; RABINOW, 1995, p. 117-118).

Nessa perspectiva, a partir do dispositivo da sexualidade, em decorrência da análise genealógica, Foucault (2005, 2006, 2007) foi um dos pioneiros a analisar como o mundo moderno centra sua atenção sobre a sexualidade por meio dos dispositivos disciplinares (a vontade de saber, o uso dos prazeres e o cuidado de si). Tal centramento tem como objetivo disciplinar o indivíduo sob a perspectiva da ciência médica (saber/poder), definindo o que é “natural” e “normal” e o que é “antinatural” e “anormal”.

Assim, o autor aborda que, na Idade Média, os discursos sobre os indivíduos que mantinham relações anais entre pessoas do mesmo sexo eram consideradas sodomitas, pecadores pela Igreja. Não havia um dispositivo sexual que os categorizava como homossexuais, nem eles se autocategorizavam como tal orientação sexual.

Dessa forma, o dispositivo sexual interpela os indivíduos em relação às orientações sexuais já existentes em nossa sociedade. Esse dispositivo sexual, atualmente, é abordado, denunciado como uma estrutura de inteligibilidade constituída em pares dicotômicos,

hierarquizados e excludentes tais como: corpo (macho-fêmea), gênero (homem-mulher) e sexualidade (heterossexual-homossexual) (BUTLER, 2003, 2008).

Nesse processo pedagógico há a (re)produção lógicas de exclusões e de não reconhecimento das diferenças sexuais limitando os sentidos e instituindo um saber/poder do que pode ser consideração como sexualidade normal. Assim, esse processo termina contribuindo para que os indivíduos sejam categorizados como abjetos, sendo as “falhas” nesse processo educacional do dispositivo sexual conduzidas a uma inteligibilidade em que os indivíduos transgêneros (travestis, transexuais) e *intersex* deixam de ser considerados humanos.

Dessa forma, o único sexo “normal/sadio” e “natural” é o vinculado à heterossexualidade, ou seja, ao casamento e à reprodução biológica que pode ser traduzida como uma estrutura de inteligibilidade da heterossexualidade como compulsória e posteriormente como normativa.

***Scientia Sexualis*⁸⁹, Heteronormatividade e os Limites Porosos da Identidade Masculina**

Foucault (2007), ao assumir uma postura genealógica, indica que há duas grandes maneiras de produzir a “verdade” do sexo: a primeira, diz respeito à arte erótica (China, Japão, Índia, Roma, nações árabes-muçulmanas); e, a segunda está relacionada à ciência sexual do mundo ocidental moderno.

Assim, na arte erótica, a produção da verdade sexual é extraída da experiência do próprio prazer que é percebido no corpo e na alma e obtido na prática sexual. Tal aprendizado dessa arte é mantido na maior discrição para que não seja perdida a sua eficácia. A segunda maneira de produzir “verdade” sobre a sexualidade está relacionada com a ciência sexual que na sociedade europeia do século XIX ganhou *status* de ciência médica normativa instituindo subjetividades “anormais” e “normais”. O principal método dessa ciência sexual é a confissão. A confissão é entendida aqui como fazendo parte de um processo de transformação de sentido como nos indica Foucault além de está vinculada a uma hermenêutica:

A própria evolução da palavra “confissão” [...] dá garantia de status, de identidade e de valor atribuído a alguém por outrem, passou-se à “confissão” como reconhecimento, por alguém, de suas próprias ações ou pensamentos. O indivíduo, durante muito tempo, foi autenticado pela referência dos outros e pela manifestação de seu vínculo com outrem (família, lealdade, proteção); posteriormente passou a ser autenticado pelo discurso de verdade que era capaz de (ou obrigado a) ter sobre si mesmo (FOUCAULT, 2007, p. 67).

A confissão sexual, matéria-prima da ciência do século XIX, foi constituindo as formas científicas da seguinte maneira: a) por meio da medicalização dos efeitos da confissão. A confissão e seus efeitos são recodificados na forma de operações terapêuticas; (FOUCAULT, 2007, p. 74-77); e, b) por meio do método da interpretação/hermenêutica:

não é somente porque aquele que ouve tem o poder de perdoar, de consolar e de dirigir que é necessário confessar. É que o trabalho da verdade a ser produzida, ela não está

⁸⁹ *Ciência Sexual*

unicamente no sujeito, que revelaria pronta e acabada ao confessá-la. Ela se constitui em dupla tarefa: presente, porém incompleta e cega em relação a si própria, naquele que fala, só podendo completar-se naquele que a recolhe (FOUCAULT, 2007, p. 76).

Foucault, dando continuidade a sua análise genealógica, demonstra, nos outros dois volumes da *História da Sexualidade* (2005, 2006), que o processo para se entender a ciência sexual consiste na sujeição do indivíduo ao que, na atualidade, é denominada de uma heterossexualidade compulsória. Assim, no volume II da *História da Sexualidade: o uso dos prazeres* (2006), o autor indica como no mundo Antigo houve uma ética relacionada à questão erótica no que diz respeito à honra do rapaz e ao fato do mesmo ter controle sobre seus desejos, não se permitindo ser objeto de prazer para outros homens. Ou seja, para manter a honra, o rapaz tem de disciplinar/controlar seus desejos e não deve ceder aos desejos de outros homens.

No terceiro volume: o *cuidado de si* (2005), Foucault foca sua análise no mapeamento de uma cultura voltada para si, isto é, como o cuidado consigo foi algo levantado e incentivado por várias correntes filosóficas levando a um tipo de individualidade; a um prestígio social a partir do momento em que o indivíduo se conhecia e se controlava. É importante ressaltar que, no mundo Antigo, essa ética não era imposta para toda a sociedade, mas apenas para os homens livres (jovens e velhos).

Tendo por base parte dos estudos foucaultianos, outra importante teórica que denuncia o assujeitamento do indivíduo por meio de pressupostos moralizantes e de uma sociedade misógina e LGBTfóbica⁹⁰ em relação à lógica linear entre sexo/gênero/sexualidade, é Judith Butler.

Butler centra seus argumentos problematizando o estatuto ontológico das categorias de corpo, gênero e sexualidade. A autora problematiza um fundamento consagrado nos estudos de gênero de que o sexo seria biológico e apenas o gênero seria uma criação sócio-cultural encima dos corpos sexuais (BUTLER, 2003). Assim, tanto o corpo, o gênero e a sexualidade são criações ficcionais via processo de inteligibilidade heteronormativa. Não há um corpo biológico macho *versus* um gênero masculino sociocultural, ambos têm seus significados construídos em processos simbólicos na sociedade.

Butler também indica como sexo-gênero-sexualidade estão concebidos de forma compulsória em uma lógica linear da heterossexualidade normativa que condiciona a inteligibilidade social. Dessa maneira, a autora organiza suas proposições problematizando a ordem compulsória do sexo/gênero em que o gênero termina sendo um suplemento do sexo; indicando que a possibilidade da mudança social a ser realizada via transformações nas estruturas de inteligibilidade acontece por meio da paródia feita pelas *drag queens/kings* e das criações corporais das/dos transexuais em relação ao corpo, ao gênero e à sexualidade.

Para Butler (2003), a divisão entre sexo e gênero possibilita que a própria unidade do sujeito seja potencialmente contestada, visto que a distinção entre elas abre espaço ao gênero como interpretação múltipla do sexo. Em outras palavras, há a problematização

⁹⁰ Homofobia foi o termo inicial para designar e denunciar a violência física, sexual e simbólica praticada contra homossexuais ou qualquer homem que não corresponda ao padrão da heterossexualidade compulsória (BORRILLO, 2010). No entanto, o Movimento LGBT vem utilizando a expressão LGBTfobia para marcar as especificidades da violência que sofrem lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, na sociedade brasileira.

do estatuto ontológico do corpo macho ou fêmea, do gênero masculino ou feminino e dos desejos.

Assim, corpos masculinos não têm de engendrar compulsoriamente apenas “homens”, nem corpos femininos deveriam constituir apenas “mulheres”. Esses corpos poderiam assumir outros gêneros como no caso dos “entrelugares” das *drag queens*, *intersex* e dos corpos “abjetos”/*queer*: das travestis, das “mulheres masculinizadas que escolhem homens homossexuais –, das práticas do *strapon* – casais heterossexuais em que os homens são penetrados por suas mulheres invertendo os tradicionais papéis sexuais de atividade e passividade (SAFATLE, 2006).

Desse modo, o próprio campo de construção de conhecimento sobre o gênero e sexualidade está imbuído de uma lógica heteronormativa ou como Derrida classifica de falocêntrica (BUTLER, 2003). Assim, a questão da mudança social, no pensamento de Butler, não é focada em uma concepção de sujeito emancipatório, iluminista, mas sim é obtida pela desestabilização das construções naturalizadas – sexo/gênero/sexualidade – que contrariam a estrutura de inteligibilidade social, por meio da paródia.

No entanto, Vale sublinhar que para Hutcheon (1985), a paródia tem uma característica ambivalente, porque busca imitar ao mesmo tempo em que se diferencia do objeto inspirador. Essa característica ambivalente a diferencia do pastiche. Este apenas faz réplicas dos objetos como na produção em série da lógica mercantil sem haver possibilidade, no entanto, para outros significados que escapem a lógica hegemônica inicial.

É exatamente o sentido ambivalente da paródia que possibilita desestabilizações categoriais que perturbam, denunciam e desnaturalizam as definições existentes. Assim, Butler expõe que uma genealogia das ontologias do gênero sendo bem-sucedida, via paródias, “desconstruiria a aparência substantiva do gênero, desmembrando-a em seus atos constitutivos e explicaria e localizaria esses atos no interior das estruturas compulsórias criadas pelas várias forças que policiam a aparência social do gênero” (2003, p. 59). Assim, a paródia, com sua possibilidade de inversão de sentidos, permite que as *drags queens/kings* mostrem a fragilidade do sistema da heterossexualidade compulsória e a debilidade das identidades ficcionais da masculinidade.

Vale ressaltar que Butler, entretanto, negligência um importante aspecto da interpretação de qualquer “texto” no ato de sua recepção: os sentidos produzidos nessa recepção dependem do contexto de quem os recebe, ou seja, da comunidade discursiva a que esses indivíduos pertencem, resultando em posturas mais ou menos reflexivas na direção de um projeto político emancipatório.

Entretanto, esse assujeitamento, de certa forma, denunciado por Butler e, assumido por Foucault, não é aceito sem contestações.

Os Limites acerca do assujeitamento dos indivíduos

Para Foucault nos três volumes da *História da Sexualidade*, o indivíduo tem uma margem muito pequena ou quase nenhuma na realização de ações/intervenções na cons-

trução da realidade social – mesmo considerando que a realidade social não é uma relação mecânica de causa e efeito. Nesse percurso, os homens assumem uma identidade heterossexual ou faz parte das sexualidades “periféricas” ou “disparatadas”, como, por exemplo, no caso da homossexualidade masculina. Sem qualquer tentativa de reivindicar, protestar ou criar espaços para essas ditas sexualidades “periféricas. Ou seja, homens ao assumirem a heterossexualidade ou a homossexualidade alimentam os jogos de verdades e a condensação de sentidos que já estão postos na heteronormatividade a partir das categorias dadas na estrutura de inteligibilidade heteronormativa.

O método genealógico, assumido por Foucault, prioriza as descontinuidades na produção de verdade pelos discursos. Porém, o autor termina indicando, via os jogos de verdade, que as identidades sexuais são sempre significadas da mesma maneira do início da ciência sexual, do século XIX e que permanece até os dias atuais. É nesse ponto que Giddens expõe sua crítica à Foucault

não podemos aceitar a tese de Foucault de que há um caminho de desenvolvimento mais ou menos direto, desde um “fascínio” vitoriano pela sexualidade até os tempos mais recentes. Há contrastes importantes entre a sexualidade revelada pela literatura médica vitoriana, e ali efetivamente marginalizada, e a sexualidade como um fenômeno cotidiano em milhares de livros, artigos e outras fontes descritivas atuais (GIDDENS, 1993, p. 33).

Assim, as significações dos discursos sobre a sexualidade têm assumido várias direções ou para usar um linguajar mais foucaultiano, várias verdades que disputam hegemônias na construção desse saber/poder, como no caso do dispositivo da sexualidade, no mundo moderno.

Outra observação diz respeito à generalização/padronização ocidental na produção do saber/poder sobre as identidades sexuais. Como se as verdades fossem válidas para todas as pessoas, independente de processos históricos específicos e geográficos, não dando espaços para outras verdades ou outras formas de se viver que rompem com um saber institucionalizado como no caso de certa parcela populacional da América Latina e do Brasil.

Nessa perspectiva, nos trabalhos de Fry (1982) e de Fry e MacRae (1985), há estudos que indicam que as identidades heterossexuais masculinas e homossexuais masculinas são construções de uma ciência e veiculadas com maior vigor nas camadas médias e altas da então sociedade brasileira, enquanto que para as camadas populares, há apenas a atividade ou passividade na relação sexual. Em outras palavras, o homem assume a identidade heterossexual se ele é quem penetra sexualmente, não importando se este penetra outro homem ou uma mulher. Esse mesmo homem pode assumir a identidade da homossexualidade se ele for penetrado na relação sexual.

Apesar de se tratar de campos de atuação diferentes, nas políticas públicas de saúde sexual, tal vivência é levada em consideração nas campanhas governamentais de prevenção de DST/AIDS, pois há a categoria HSH – homens que fazem sexo com homem, além das demais categorias (gays, lésbicas, travestis, transexuais) na intenção de aumentar o contingente sensibilizado pelas propagandas no uso de preservativo e no controle e prevenção do HIV/AIDS.

Giddens ainda faz outro questionamento relacionado à concepção do *eu* foucaultiano na modernidade que é engendrado pelo uso de “tecnologias” específicas. Para o referido autor, a auto-identidade é problemática na vida social moderna da forma como foi exposta por Foucault, particularmente nos períodos mais recentes visto que há uma alta reflexividade que possibilita um caráter mais “aberto” da auto-identidade e a natureza reflexiva do corpo (1993, p. 38-40). Exemplificando seu argumento, Giddens (1993) nos indica que *gays* que contestam os valores de uma heteronormatividade (“casamento” *gay*, adoção de crianças por casais homossexuais, transexuais mulheres que têm relação sexual e ou afetivas com mulheres ou vice-versa etc.).

As críticas não ficam apenas sobre a obra de Foucault, mas também recaem sobre Judith Butler. Cláudia Costa (2006) expõe a crítica que Susan Bordo faz à possibilidade da mudança social acontecer via a interpretação das paródias corporais, não levando em consideração a questão da reflexividade. Para Bordo, Butler não leva em conta nem o posicionamento dos receptores dos *body-in-drags* e, conseqüentemente, suas várias respostas, nem as possíveis diferenças na recepção de mulher em *drag* masculina e homem em *drag* feminina pela sociedade, pois não se pode desprezar que as *dragqueens* têm uma visibilidade, recepção e “aceitação” na sociedade diferente dos *dragkings*.

Assim, na perspectiva de Cláudia Costa, para Butler, a mudança social acontece por mudanças na inteligibilidade social sem a especificidade da recepção das paródias corporais. Isto é, mesmo que os corpos *queers* não tenham intenção alguma de emancipação política, suas paródias corporais problematizam os processos, de categorização social, naturalizados em relação à masculinidade/feminilidade e heterossexualidade/homossexualidade.

As ideias de Butler a respeito da mudança social por meio da paródia são interessantes, entretanto parece que o fato de não problematizar uma recepção reflexiva, compromete ou pelo menos limita a possibilidade de mudança social defendida pela mesma. Assim, não há garantias que os indivíduos, ao verem e interagirem com os corpos “abjetos”, problematizem suas próprias categorias de compreensão da realidade social, desnaturalizando noções de gênero e sexualidade. Os sentidos produzidos pelos indivíduos na recepção dos corpos *queers* podem, inclusive, fortalecer as estruturas compulsórias e heteronormativas existentes que a autora tão eficazmente denuncia e quer desconstruir.

Sobre as críticas em relação à concepção desse *eu* não reflexivo, o qual Butler vai a uma direção muito próxima a de Foucault, o próprio Foucault (1995) tenta esclarecer focando acerca dos modos de subjetivação dos indivíduos e suas práticas de resistência.

Foucault: subjetivação e práticas de resistência

Foucault (1995) alega que o seu objetivo ao denunciar o dispositivo da sexualidade está em perceber os diferentes modos na cultura ocidental de como os seres humanos, por meio da objetivação, são transformados em sujeitos. O autor nos expõe que há três modos dessa objetivação. O primeiro diz respeito ao estatuto da ciência no discurso da gramática geral, na filosofia e na literatura, ou ainda a objetivação do sujeito produtivo na análise das

riquezas e na economia; o segundo foca as práticas divisórias, pois o sujeito é dividido no seu interior e em relação aos outros (o louco e o são, o doente e o sadio, os criminosos e os “bons meninos”); o último modo de objetivação, o qual seria mais relevante para este texto, diz respeito ao modo pelo qual o homem aprende a se reconhecer como sujeitos de sexualidade (a ser homossexual ou heterossexual).

Nesse caminho, Foucault alega que não é o poder, mas sim o sujeito o tema principal de sua pesquisa. O ser humano é colocado em relações de poder muito complexas, faltando instrumentos de estudo que estendam as dimensões de poder para além da legitimação e de seu modelo institucional estatal. Dessa forma, Foucault (1995, 2003, 2005, 2006, 2007) investiga as relações entre as racionalidades específicas, a subjetividade e o poder. Esses processos existem em vários campos, cada um dos quais com uma referência a uma experiência fundamental: loucura, doença, morte, sexualidade etc.

Foucault propõe outra forma de prosseguir em direção a uma nova economia das relações de poder⁹¹

que é mais empírica, mais diretamente relacionada à nossa situação presente, e que implica relações mais estreitas entre teoria e prática. Ela consiste em usar as formas de resistência contra as diferentes formas de poder como um ponto de partida. Para usar outra metáfora, ela consiste em usar esta resistência como um catalisador químico de modo a esclarecer as relações de poder, localizar sua posição, descobrir seu ponto de aplicação e os métodos utilizados. Mais do que analisar o poder do ponto de vista de sua racionalidade interna, ela consiste em analisar as relações de poder através do antagonismo das estratégias (FOUCAULT, 1995, p. 234).

De acordo com Foucault, para descobrir o que significa a sexualidade (heterossexualidade), deveríamos investigar a homossexualidade com suas formas de resistência e as tentativas de dissociar essas relações da heterossexualidade compulsória. Assim, pode-se colocar como exemplo dessas estratégias de resistência filmes e telenovelas que abordam a temática da homossexualidade de uma nova perspectiva rompendo com padrões hegemônicos e provendo o reconhecimento e inclusão ao mesmo tempo em que há filmes e telenovelas que podem realçar padrões mais conservadores. Ou ainda, podem-se citar paródias como das *dragqueens* e dos/das transgêneros (travestis e transexuais) que ao mesmo tempo em que imitam trazem algo de diferente na construção da subjetividade de gênero, dos corpos e de sua sexualidade. Foucault alega que não basta afirmar que essas são lutas anti-autoritárias, mas que devemos tentar definir mais precisamente o que elas têm em comum. Para Foucault (1995), o objetivo dessas lutas é atacar, não necessariamente uma ou outra instituição de poder, grupo ou elite, mas sim, atacar uma técnica, uma tecnologia (DE LAURETIS, 1994), uma forma de poder que se aplica à vida cotidiana imediata e que caracteriza o indivíduo.

Nesse caminho, Foucault deixa algum espaço para possibilidades de resistências, entretanto, o que nos leva a refletir é que mesmos esses espaços de ações e ou intervenções podem conter elementos que endossem as relações de poder existentes ou que contribuam para novas condensações de sentidos, novos jogos de verdades como se pode averiguar na

⁹¹Nesse sentido, “não existe em Foucault uma teoria geral do poder. O que significa dizer que suas análises não consideram o poder como uma realidade que possua uma natureza, uma essência que ele procuraria definir por suas características universais. Não existe algo unitário e global chamado poder, mas unicamente formas díspares, heterogêneas, em constante transformação. O poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social, e, como tal, constituída historicamente” (MACHADO, 2007, p. 10).

recepção do, então, programa humorístico televisivo, recifense, Papeiro da Cinderela que foi criticado tanto por entidades de defesa dos Direitos Civis como por parte de grupos sociais mais conservadores e homofóbicos. Por um lado, os defensores dos Direitos Civis, o programa era acusado de discriminador, preconceituoso porque fazia humor com a “bicha” negra, pobre e da periferia recifense; por outro, os homofóbicos, o programa era recriminado porque incentivava a homossexualidade masculina uma vez que seu principal ator era um homem que assumia a personagem de Cinderela gay (REIS, 2002).

Nesse sentido, levando em consideração o contexto da atual sociedade brasileira de um legislativo fundamentalista, de apropriação de sentidos sobre liberdade de expressão para justificar discursos de ódio contra homossexuais, étnico-raciais e de intolerância em relação às religiões de matriz africanas, ou seja, de edificação de um projeto neoconservador e neoliberal, deixa-se a pergunta: considerando os indivíduos como capazes de agenciarem suas ideias inovadoras a partir de ideias dadas socialmente (DUMONT, 1985), quais seriam as materializações das práticas de liberdade/resistência em relação às lutas contra a subjetivação dos sujeitos (heterossexualidade compulsória e ou normativa)?

Considerações Finais

Ao considerar a sexualidade como uma construção sócio-cultural e não como algo instintivo relacionado ao mundo da natureza, buscou-se problematizar e indicar os fatores que contribuíram para ampliação da construção do campo de saber das Ciências Sociais. Sublinhamos a contribuição de Foucault com os seus estudos de ordem genealógicos ao denunciar o engendramento de uma ciência sexual, no século XIX. A produção desse saber está vinculada a produções de verdade/poder, ao cuidado de si e ao uso dos prazeres. Logo em seguida, abordaram-se as ideias de Butler, em um viés pós-estruturalista, a respeito de que os corpos são construções socioculturais; e que o campo da produção de conhecimento sobre gênero e sobre os estudos das comunidades homossexuais quando desconsideram esse aspecto terminam reforçando uma produção heteronormativa. A crítica recai na denúncia de que esses estudos produzem conhecimento a partir das categorias dicotômicas, excludentes e hierarquizadas de macho-fêmea, homem-mulher, heterossexual-homossexual dadas em uma sociedade misógina, LGBTfóbica conservadora e neoliberal como no caso da sociedade brasileira.

Ao mesmo tempo, destacou-se que depois da criação da homossexualidade, da heterossexualidade compulsória ou da heteronormativa, na sociedade moderna, há necessidade de práticas de resistências que podem problematizar ou desconstruir esses assujeitamentos por meio dos sentidos produzidos na recepção das paródias corporais das/dos *drag queens/kings*, das/dos travestis e das/dos transexuais.

Referências bibliográficas

- BORRILLO, Daniel. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. 7ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.
- BOZON, Michel. **Sociologia da Sexualidade**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- BRITZMANN, D. O que é essa coisa chamada amor: identidade homossexual, educação e currículo. **In Educação & Realidade**. V. 21 (1), jan./jun. p.71-96, 1996.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gêneros: feminismo e subversão da identidade**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- _____. **Cuerpos que importan**: sobre los límites materiales y discursivos Del “sexo”. 2ª ed. Buenos Aires, Barcelona, México: Paidós, 2008.
- CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- COSTA, Claudia de Lima. O Feminismo e o Pós-Modernismo/Pós-estruturalismo: as (in) determinações da identidade nas (entre)linhas do (con)texto. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar (orgs.) **Masculino, Feminino, Plural: gênero na interdisciplinaridade**. Florianópolis: Mulheres, p. 57-90, 2006.
- DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault – Uma Trajetória Filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- DUMONT, Louis. **Homo Hierarchicus**: o sistema de castas e suas implicações. 1ª ed. São Paulo: EDUSP, 1985.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. 18ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007.
- _____. **História da Sexualidade II**: o uso dos prazeres. 11ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006.
- _____. **História da Sexualidade III**: o cuidado de si. 8ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2005.
- _____. O Sujeito e o Poder. In DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault – Uma Trajetória Filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- _____. **Sexo, Poder e Indivíduo**. 8ª ed. Florianópolis: Nefelibata, 2003.
- FRY, Peter. **Para Inglês Ver**: identidade e política na cultura brasileira. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- _____.; MACRAE, Edward. **O Que é Homossexualidade?** 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- GAMSON, Joshua. As sexualidades, a teoria queer e a pesquisa qualitativa. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. [et. al.]. **O planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

GIDDENS, Anthony. **A Transformação da Intimidade**: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. 2ª ed. São Paulo: UNESP, 1993.

HUTCHEON, Linda. **Uma teoria da paródia**: ensinamentos das formas de arte do século XX. 1ª ed. Rio de Janeiro: Edições 70, 1985.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 16ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

FURLANI, Jimena. Políticas Identitárias na Educação Sexual. In Grossi, Miriam et al (org.) **Movimentos sociais, educação e sexualidades**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

MACHADO, Roberto. Introdução. FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. 5ª ed. São Paulo: Graal, 2007.

REIS, Luís Augusto. **Cinderela**: a história de um sucesso teatral dos anos 90. 1ª ed. Recife: Do Autor, 2002.

SAFATLE, Vladimir. Sexo, Simulacro e Políticas da Paródia. In **Revista do Departamento de Psicologia**, Niteroi (RJ), n. 1, v. 18, p. 39-56, Jan-Jun, 2006.

O VOLUNTARIADO E GÊNERO NO ENSINO SUPERIOR: REFLEXÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DOCENTE

Maria Helena Santana Cruz⁹²

Introdução

Neste texto, as reflexões referem-se a resultados de pesquisas desenvolvidas nestes últimos anos sobre a temática do trabalho e a construção identitária de professores/as no ensino superior. Para tanto, apresentamos uma parte dos resultados de pesquisa em andamento sobre “As relações de gênero no trabalho voluntário docente na Universidade Federal de Sergipe (UFS)”, abordando aspectos subjetivos e outras dimensões de análise. A articulação com aportes de gênero é considerada vital, não porque *as mulheres constituem a maioria no trabalho social voluntário*, tampouco por ser um trabalho considerado como *naturalmente feminino*, mas sim, como ferramenta teórica de análise especialmente valiosa para a identificação das diferenças e semelhanças no trabalho de mulheres e homens, principalmente, sobretudo por seu poder de explicação e interpretação para problematizar as desigualdades, relações de poder, a hierarquia social entre os sexos, a partir das relações sociais de gênero, com base na divisão sexual do trabalho. Isto faz com que haja atribuições construídas socialmente de forma diferenciada para homens e mulheres. Parte-se do *pressuposto* de que, assim como as práticas sociais são sexualizadas, também a inserção no trabalho docente voluntário no ensino superior apresenta aspectos peculiares a cada gênero. A reinserção no trabalho socioeducacional no ensino superior foi problematizada, sem perder de vista o caráter múltiplo e dinâmico do trabalho, em interface com outras categorias de análise (classe social, gênero, etnia, global-regional-local).

Ainda há uma incipiente produção científica acerca do trabalho voluntário nas universidades públicas do Brasil, quer de forma isolada ou mediante estudos comparativos. Tal fato evidencia a relevância de uma reflexão crítica sobre gênero e trabalho voluntário em uma Instituição de Ensino Superior para, numa etapa posterior, realizar estudos comparativos interuniversidades e apresentar propostas de políticas e programas específicos relacionados à questão. Considerando este contexto, entendemos que o campo das políticas públicas é um *locus* privilegiado para se trabalhar a *transversalidade de gênero* (CRUZ, 2015) no ensino superior considerado um campo social específico de intervenção profissional, isto porque, no exercício da docência, o professor contribui significativamente com saberes, valores e experiências para a ampla tarefa de melhorar a qualidade social da formação e escolarização.

O interesse pelo tema teve origem em minha trajetória no ensino na UFS, e pelo fato de, atualmente, integrar o segmento de professores/as voluntários/as da Instituição, fato que requer uma identificação intelectual e emocional com os fenômenos e grupos envolvidos. Para Bourdieu (1989), o processo de ruptura epistemológica para a construção de um objeto de pesquisa implica uma verdadeira “conversão” do pesquisador a um novo

⁹²Professora Emérita dos Programas de Pós-Graduação em Educação e Serviço Social; Pós-Doutora em Sociologia da Educação, Doutora e Mestra em Educação (UFBA); Coordenadora da REDOR – Rede Feminista Norte-Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero (2016-2018); Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre a Mulher e Relações de Gênero (NEPIMG/UFS) da Universidade Federal de Sergipe; Coordenadora do Grupo de Pesquisa: “Educação, Formação, Processo de Trabalho e Relações de Gênero”; helenacruz@uol.com.br.

modo de ver a realidade. Trata-se de assumir o máximo possível um distanciamento crítico intelectual e emocionalmente do universo social que nos cerca, em relação ao fenômeno ou grupo, a ele associado, reconhecendo que o fato do fenômeno ocorrer à nossa volta, no nosso cotidiano, não significa que nos seja *conhecido*.

Caminhos metodológicos da pesquisa

O delineamento metodológico pautou-se por *princípios da pesquisa qualitativa*, adotando-se métodos e técnicas tanto qualitativos quanto quantitativos no levantamento e tratamento das informações acerca do “Programa de Inclusão Social de Professor Colaborador Voluntário”, da UFS. “Interrogou-se *sistematicamente* o ‘caso particular do possível’, para retirar dele as propriedades gerais ou invariantes que só se denunciam mediante uma investigação assim conduzida” (BOURDIEU, 1989, p. 32). Foram consultados dados quantitativos de sites de pesquisa como: IBGE, Portal da Capes, Banco de Teses, entre outros. Seguiu-se o levantamento sobre a população de 221 docentes que assinou o termo de adesão entre 2012-2014, cumprindo a exigência do Programa de Professor Colaborador Voluntário, conforme resolução aprovada pelo Conselho de Ensino e Pesquisa da Universidade Federal de Sergipe, além de contatos telefônicos e pessoais nos departamentos de ensino e programas de pós-graduação, possibilitando um mapeamento situacional mais completo. Inicialmente, evidenciou-se uma condição não prevista: a participação de não aposentados no trabalho voluntário docente, a presença de jovens em busca de fortalecer o currículo por meio da experiência no ensino superior. O estudo piloto realizou-se com *dez* entrevistas semiestruturadas de docentes, sobre a experiência de reinserção ao trabalho em programas de pós-graduação (2012-2014) da UFS, buscando avaliar motivações, expectativas, condições e relações de trabalho, a partir da experiência de reinserção dos sujeitos envolvidos no voluntariado, enfocando o particular como instância da totalidade social e, por essa intercessão, compreender também o contexto do qual fazem parte.

Novas configurações do trabalho voluntário

A abordagem sobre educação e trabalho voluntário demanda interlocuções/vinculações com o modo de produção vigente, com o pensamento hegemônico e seu respectivo modelo de Estado e de políticas públicas. O voluntariado, como prática, teve início vinculado às políticas sociais e foi influenciado pelas relações estabelecidas entre o Estado e a sociedade civil. Em função das novas configurações do mundo do trabalho, especificamente em um período caracterizado por intensas transformações sociais, econômicas e produtivas, a reflexão, sobre o trabalho voluntário relaciona-se a um debate mais amplo que inclui a sua progressiva centralidade, articulando-se às mudanças globais de reestruturação do modo de produção capitalista em um ambiente marcado pelo adensamento das redes de interdependência nas relações sociais.

A partir do final do século XX, estaríamos vivenciando uma grande transformação político-econômica do capitalismo em sua fase atual, demarcada pela passagem do fordismo para o

regime de acumulação flexível, acentuando a racionalização, a reestruturação e a intensificação do controle do trabalho conforme descreve Harvey (1992). Seria uma mudança no regime de acumulação, no modo de regulamentação social e política, transformando tanto as condições de produção como as de reprodução. São elencados como fenômenos determinantes desta mudança: *a redefinição retração do papel do Estado* como produtor propriamente dito, desfazendo-se de inúmeras empresas públicas, para abrir novas demandas no setor privado, atingindo áreas sociais como a educação e saúde; *o fim do socialismo real* e a reorganização das sociedades do Leste Europeu; a crises das ideologias dos anos 60-80; *a diminuição de prestígio e a desconfiância* com relação às instituições politico-representativas tradicionais, como partidos e sindicatos; *a intensificação de afirmações*, discriminações e conflitos étnicos e religiosos; *as transformações no mundo do trabalho* e a crise da solidariedade; *o recrudescimento da chamada exclusão social*, configurando-se o que, para alguns, é uma nova questão social. Nessa dinâmica, ocorre a desnaturalização dos serviços sociais, a localização no campo da solidariedade, de direitos constitucionalmente afiançados, a transferência de responsabilidades da esfera pública para a esfera privada, ou seja, cada indivíduo é convocado à ação e convencido de que é responsável pela solução de problemas que antes deveria ser de responsabilidade do poder público (YAZBEK, 2002, p.281-282). Entretanto, ações governamentais ou privadas relacionadas ao trabalho voluntário no Brasil não se restringem às últimas décadas, mas remontam aos primeiros anos da colonização, com a fundação da Santa Casa de Misericórdia de Santos, em 1543.

Trabalho voluntário, marco legal expressões no brasil

A literatura consultada informa que as pesquisas vêm discutindo, pouco ou quase nada, acerca das transformações experimentadas na rotina do trabalho acadêmico no ensino, pesquisa e extensão (OLIVIERA, 1996; PINTO, 2002, entre outros) sobretudo em relação ao trabalho voluntário docente nas Instituições de Ensino Superior (IES) relacionadas à temática específica de gênero, aspecto que fortalece a relevância deste estudo. Mesmo no caso de outros países da América Latina, a tendência tem sido considerar a precarização do trabalho docente nas universidades como “[...] flexibilização dos direitos e contratos trabalhistas, das relações contratuais de trabalho” (BOSI, 2007, p. 2).

Recentes fenômenos sociopolíticos e econômicos remetem a um necessário exame do lugar que passou a tomar o incentivo ao desenvolvimento de um trabalho voluntário em ações de caráter social. A interpretação de trabalho voluntário é bastante polêmica sofrendo modificações ao longo da história no que se refere à concepção e valoração, assumindo, cada vez mais, um expressivo papel e uma forma diferente das que havia até então na sociedade brasileira. Ao se pensar em trabalho voluntário, ou ações voluntárias, pensava-se em assistencialismo, filantropia, caridade cristã, movimentos de natureza religiosa, clubes, desenvolvimento de serviços sociais ou trabalhos na área da saúde. O voluntariado agora, em grande parte, passa a ocorrer nas mais diversas organizações da sociedade civil laica, é foco de maior atenção e incentivo, tanto por parte dos governos, quanto de empresas públicas e iniciativas empresariais privadas, dos meios de comunicação de massa, e, como consequência, das pessoas individualmente inseridas no trabalho voluntário. Realiza-se como manifestação de ação cidadã (caracteriza-se como de natureza privada, laica), e passa a ser visto e praticado

como expressão de nova noção de cidadania, manifestada a partir de uma preocupação com o outro, com o desenvolvimento humano. Mas, foi a partir da década de 1990, quando surgiu o movimento Ação da Cidadania Contra a Miséria e pela Vida, liderado por Herbert de Souza, o Betinho, que a consciência solidária da sociedade passou a ter visibilidade, traduzindo um esforço voluntário de amplos setores nacionais, sobretudo os anônimos. A década atual abre as portas para um novo voluntariado que supere o anterior e considere o voluntário como um cidadão, que motivado por valores de participação e solidariedade, doa seu tempo, trabalho e talento de maneira espontânea e não remunerada em prol de causas de interesse social e comunitário.

Atualmente, tanto no Brasil quanto no mundo, as ações voluntárias são entendidas como “exercício da cidadania” expressão de uma nova forma de reflexividade da cultura institucional⁹³. Para Landim e Scalón (2000), a redefinição do trabalho voluntário no contexto atual, rebatiza a participação nos movimentos sociais dos anos 1970 e 1980, aponta um movimento de busca de pontos em comum entre militância daquele período e o voluntariado atual, portanto de consagração do voluntário como substituto abrangente para várias práticas, inclusive do ativista e militante. Autores afirmam que a se exige da pessoa que desenvolve ou pretende desenvolver essa nova natureza de participação voluntária em atividades de interesse social um perfil com características pessoais: “[...] um *mix* entre indignação, inconformismo, tolerância, cidadania social e solidariedade” (SPOSATTI, 2002, p. 50); “[...] uma posição ativa na construção da cidadania”. (JUNQUEIRA; PEREZ, 2002, p. 139); “[...] uma ação cívica de corresponsabilidade com o bem comum” (CARVALHO, 2002, p. 123).

Regulamentação do voluntariado

Convocados pela *International Association for Volunteer Effort (IAVE)*, voluntários de todo o mundo aprovaram, em 1990, a “Declaração Universal do Voluntariado”⁹⁴, que define os seguintes critérios de ação no trabalho voluntário: É baseado em uma escolha e motivação pessoal, livremente assumida; é uma forma de estimular a cidadania; é exercido em grupo, geralmente inseridos em uma organização; valoriza o potencial humano, a qualidade de vida e a solidariedade; dá respostas aos grandes desafios que se colocam a construção de um mundo melhor e mais pacífico; contribui para a vitalidade econômica, criando empregos e novas profissões. No Brasil, o trabalho voluntário passou a ser regido pela Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998 (BRASIL, 1998). Em seu artigo primeiro, com redação dada pela Lei 13.297/2016, a Lei estabelece marco legal do trabalho voluntário: para os fins dessa Lei, a atividade voluntária, é não remunerada, sem *vínculo empregatício*, nem obrigação de natureza trabalhista previdenciária ou afim, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza, ou a instituição privada de fins não lucrativos⁹⁵, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade. Para que se efetivem todas essas ações relacionadas ao trabalho voluntário, é necessária a existência de uma legislação. (BRASIL, 1998).

⁹³ Anunciado como superação do assistencialismo que é a tônica do novo padrão do trabalho voluntário que se que se instalou no Brasil.

⁹⁴ Inspirada na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948 e na Convenção dos Direitos da Criança, de 1989.

⁹⁵ Afirma-se que a característica do trabalho social sem finalidade lucrativa é negada na medida em que o voluntariado revela-se – ao mesmo tempo – um elemento para ampliar o lucro (ainda que indiretamente), como um instrumento de marketing social para as empresas capitalistas.

O artigo 2º da Lei nº 9.608, determina que o trabalho voluntário seja exercido mediante a celebração de termo de adesão entre a entidade receptora (pública ou privada), devendo constar o objeto e as condições de exercício (BRASIL, 1998).

O Brasil está entre os dez países com maior número de filantropos que trabalham de forma sistêmica – cerca de 18 milhões (IBGE, 2014). A oferta de trabalho voluntário aumenta com a escolaridade e com a renda dos outros membros do domicílio. Além disso, diminui com a idade até cerca dos quarenta anos, quando passa, então, a crescer. Nas duas últimas décadas, no país, surgiram políticas públicas, programas e ações dirigidas ao denominado terceiro setor, locus privilegiado da materialização do trabalho voluntário, inseridos no que se convencionou chamar de “outra economia” (CATTANI, 2003), “economia solidária”, “economia popular”, ou “economia social” (SINGER, 2003). Diversas empresas privadas foram incentivadas ao desenvolvimento de atividades sociais por meio do trabalho voluntário dos funcionários e de seus respectivos familiares como: “Programa Voluntários do Conselho da Comunidade⁹⁶ Solidária”, criado em 1996; o “Rio Voluntário”, criado em 17 de junho de 1997; o “Faça Parte – Instituto Brasil Voluntário”, em 2001, o “Portal do Voluntário”, em 2000, o “Instituto ETHOS de Empresas e Responsabilidade Social”, organização não-governamental dentre outros portais na Internet de incentivo no trabalho voluntário. A educação é eleita pela maioria dos dirigentes de empresas para direcionar suas ações de responsabilidade social, por razões econômicas e pelo fato de carregar forte aceitação da população como uma nação que produz melhoria na vida das pessoas⁹⁷. Dentre essas iniciativas inclui-se “Amigos da Escola”, iniciado em 1999 pela Rede Globo: um projeto de comunicação que utiliza a força mobilizadora dessa rede de TV para incentivar o trabalho voluntário em escolas públicas.

A novidade, neste início de milênio, é que o tema rompeu os limites de um círculo restrito de abnegados e almas caridosas para instalar-se nas empresas, nos escritórios de profissionais liberais, nos meios de comunicação, nas associações clssistas, nos sindicatos, entre comunidades e também nas universidades federais. As condições de trabalho docente voluntário no ensino superior relacionam-se às ‘novas formas’ de gestão, que enaltecem a flexibilização do trabalho em um contexto de ‘enxugamento’ dos quadros de pessoal do serviço público, especificamente das instituições federais de ensino superior. Fica a critério de cada uma regulamentar o trabalho voluntário, respeitando a Lei 9.608/98, de 18 de fevereiro de 1998 que dispõe sobre o serviço voluntário, com alterações introduzidas pela Lei 13.297/2016. Desde então há um aumento considerável nos contratos voluntários nas instituições de ensino superior – IESs públicas; entretanto, tal aumento não é refletido na ampliação de pesquisas e nem em regulamentações internas específicas sobre a questão.

96 “Comunidade Solidária” e “Programa de Voluntariado”, criada em 1995, no Governo Fernando Henrique Cardoso, coordenado pela primeira dama, Ruth Cardoso. Lei do Voluntariado – Lei 9.608 de 1998 – marco legal do trabalho voluntário.

97 Podem-se ainda listar projetos de empresas privadas (Natura, Boticário, Banco Itaú, Banco Bradesco, C&A, Nestlé, Banco Real, dentre tantos outros).

Atualmente na UFS o trabalho voluntário é regulamentado pela Resolução Nº 23/2016/CONEPE que aprova alterações no Programa de Professor Colaborador Voluntário. Os candidatos a professor voluntário deverão preencher o Formulário⁹⁸ Para Elaboração do Termo de Adesão (Deverá ser preenchido pelo Chefe do Departamento ou Coordenador de Núcleo) fornecido pela GRH. O interessado em desenvolver atividades voluntárias de ensino, pesquisa e extensão na IES deve dar entrada a um processo que tramitará pelas seguintes instâncias: Colegiado da Pós-Graduação, Colegiado do Departamento, Conselho Departamental do Centro e, finalmente, Gabinete do Reitor, ocasião em que este assinará, juntamente com o solicitante, um termo de adesão com vigência de dois anos, prorrogáveis a cada dois anos.

É importante destacar que diferentemente da concepção que norteia as ações de Responsabilidade Social da Empresa (RSE) nas organizações, revestidas apenas de um caráter instrumental e parcial (redução da pobreza e de investimentos públicos), o trabalho voluntário docente na educação pública superior reveste-se de um caráter emancipatório e igualitário pela ampliação dos direitos e da cidadania do homem. O caráter dinâmico da profissão de professor, inserido num processo mediador no contexto universitário entre muitos sujeitos (alunos), para a conquista do conhecimento, permite-lhes desenvolver uma leitura crítica da totalidade do movimento do real. Isto porque a formação humana permeia toda a vida abrangendo os processos de socialização que se desenvolvem na convivência humana, na vida familiar, no trabalho, nos movimentos sociais e organizacionais da sociedade civil, nas manifestações culturais e nas instituições de ensino e pesquisa.

Gênero e trabalho voluntário

As relações sociais historicamente construídas determinam as práticas sociais entre os grupos. O conceito construcionista de gênero⁹⁹, como ferramenta analítica central do aparato conceitual do feminismo teórico, apresenta-se especialmente relevante nas ciências sociais desde os finais dos anos de 1970, contribuindo: *primeiro*, para ressaltar as diferenças em ter mulheres e homens, visibilizando as relações entre os sexos, desigualdades, discriminações e relações de poder; *segundo*, a destacar como estas diferenças eram, construídas social e culturalmente, e portanto susceptíveis de ser modificadas. A introdução do termo gênero na investigação como um termo alternativo e diferente de sexo trata de combater o determinismo biológico (implícito e explícito) presente de forma generalizada na investigação e na ciência, enfatizando a dimensão social das diferenças e desigualdades entre os sexos. Em outras palavras, com ele se busca denunciar a naturalização das diferenças entre os sexos como mecanismo de subordinação social das mulheres, e a reconciliar resultados empíricos de que mulheres e homens são similares mais que diferentes na maioria dos traços e com-

98 Cabe ao candidato a Professor Voluntário apresentar: Plano de Trabalho, Curriculum Vitae, Diploma, R.G, CPF, Comprovante de residência, Registro no Conselho de Classe (quando couber). Aos Departamento/Centro/Programa de Pós-Graduação apresentar: Ata do Conselho Departamental com a aprovação do Plano de Trabalho do Professor Voluntário; Ata do Conselho de Centro com a aprovação do Plano de Trabalho do Professor Voluntário, Ata do Colegiado do Programa de Pós-graduação aprovados os documentos são enviados para a GRH. (UFS, 2016).

99 Para Lauretis (1994, p.206), “[...] o conceito de gênero como diferença sexual e seus derivados – cultura da mulher, maternidade, a escrita feminina etc., – acabaram por se tornar uma limitação, como que, uma deficiência no pensamento feminista”. Dito de outro modo, a diferença sexual é inadequada para servir de categoria inserida na esfera política ao tratar de cidadania.

petências, contribuindo não apenas para focalizar as mulheres como objetos de estudo, mas *também, os processos de formação da feminilidade e da masculinidade.*

A depender do momento histórico de cada sociedade, não são propriamente as características sexuais que determinam o que é feminino ou masculino, mas a forma como as mesmas são valorizadas ou representadas. *Embora essas características não sejam as determinantes da feminilidade e da masculinidade, não podemos negar, contudo, que o gênero constitui-se com ou sobre corpos sexados, ou seja, a biologia não é negada, mas a ênfase recai sobre a construção social e histórica produzida acerca de tais características.* A visão mais desconstrucionista (ou pós-estruturalista) e menos essencialista alinha-se aos pressupostos do construcionismo social, particularmente no que diz respeito à importância das trocas simbólicas, da linguagem em uso e da formulação do *poder*, conforme preconiza Scott (1989), ou como *práticas performativas*, consoante o que reflete Butler (2003). Nas teorias feministas pós-estruturalistas a *linguagem* ganha destaque, pois passa a ser a chave para a compreensão da *construção identitária* de gênero, para a crítica ao dualismo essencialista/socializante da concepção de gênero como algo inato. Postula-se que *não são as identidades individuais que são construídas por meio da linguagem em uso nas inter-relações cotidianas, mas as formas de dar sentido às relações sociais*, forças sociais e culturais: masculinidade e feminilidade são aprendidas socialmente pelo desenvolvimento cognitivo e emocional, resultam de forças sociais e culturais: masculinidade e feminilidade são aprendidas socialmente pelo desenvolvimento cognitivo e emocional.

O tempo longo da história mostra a subordinação da esfera da reprodução à produção e o consequente desequilíbrio das relações entre homens e mulheres, tendo em vista a atribuição de valores desiguais, se compararmos a produção e o mercado de bens com a reprodução da vida. Portanto, famílias, instituições e Estado são constituintes e constituídos de gêneros, na medida em que determinam e, ao mesmo tempo, são permeáveis pelas relações de sexo e de poder, estando sempre presente uma relação de hierarquização, colocando as mulheres em posição de inferioridade aos homens. Nesta linha de reflexão, Lavinhas (1997) contextualiza o trabalho feminino de caráter privado como invisível para a sociedade, mas essencial para complemento às ações do Estado nacional. Ou seja, a crise aguda do Estado Brasileiro só não é maior porque se reprivatizam na esfera do doméstico serviços e produção de bens que há muito deveria ser da competência do Estado. E isso só é possível porque a divisão social e sexual do trabalho fundado em diferenças anatômico-biológicas entre os sexos construiu tais distinções (LAVINAS, 1997, p.174). Se é dádiva natural, não precisa ser reconhecida, nem devidamente remunerada. Porém se os homens fossem treinados para realizar essas tarefas, seria necessário um grande investimento.

Em avaliação mais recente, o relatório *O progresso das mulheres no Brasil*, (2015) publicado pelo Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (ONU MULHERES, 2015) reconhece a ampliação da participação feminina no mercado de trabalho, mas reconhece que houve pouca alteração em sua composição estrutural nos últimos 30 anos. Um exemplo é a massiva presença de mulheres nos chamados tradicionais guetos femininos, como as áreas de Enfermagem, Nutrição, Assistência Social, Psicologia, Magistério e Secretariado. Recentemente, entretanto, está sendo incorporada ao conceito de Divisão Sexual do Trabalho, a discussão da produção social da vida, entendida como

um processo dinâmico de reprodução em várias dimensões: da vida biológica, dos bens de consumo e das relações de produção. A sociedade capitalista em um Estado liberal apropria-se do tempo que a mulher destina aos cuidados, desconsiderando a possibilidade de mercantilizá-lo e, sobretudo, de reconhecê-lo como um tempo empregado para o desenvolvimento humano.

O trabalho voluntário docente configura-se como um processo contínuo de construção de identidade, mediado com os saberes da área específica. No que diz respeito às mulheres que adentram ao universo científico e tecnológico, não se trata meramente de uma segregação de gênero, isto é, homens como aptos para inserir-se no mundo das tecnologias e, do outro lado, mulheres inaptas para trabalhos tecnológicos. A inserção das mulheres é um assunto muito mais complexo, como pode ser visto nos trabalhos de Faulkner (2007), que, ao estudar as mulheres nos cursos de engenharia, elenca como dificuldades de se manterem na profissão três fatores: **Visibilidade:** as engenheiras são vistas primeiro como mulheres e depois como engenheiras ao contrário dos homens que são vistos simplesmente como engenheiros. A **cultura social informa:** como são minorias, as mulheres precisam submeter-se a ouvir conversas sobre esporte, xingamentos, insinuações sexual. **Autenticidade:** as mulheres, como não possuem desde cedo a prática em mexer nas máquinas, parecem pouco desenvolver habilidades técnicas, o que acaba levando-as a atividades administrativas.

Quem é o professor voluntário da ies estudada?

O contingente de docentes nas IESs é constantemente alterado devido a novas contratações e aposentadorias. No período de 2012-2014 a população de docentes na UFS que assinaram o Termo de Adesão de Voluntário totalizava 221, assim distribuída: em 2012 constavam 28 docentes (40% homens) e 42 mulheres (60%) totalizando 70 professores; em 2013 constavam 45 docentes (48% homens) e 50 mulheres (52%) totalizando 95 professores; em 2014 constavam 25 docentes (45% homens) e 31 mulheres (55%) totalizando 56 docentes (reduzindo-se a participação entre os dois segmentos neste período). As estatísticas indicam a predominância de mulheres nos períodos indicados. Elas parecem mostrar-se mais sensíveis à inserção no trabalho voluntário fundamentado na solidariedade, participação, cooperação, complementaridade, gratuidade, responsabilidade e convergência. Com relação à titulação geral da população de voluntários, observa-se a predominância de docentes apenas graduados 126 (57%), especialistas 126 (57%), mestres 52 (23%) e doutores 30 (13,6%).

Saraceno (1995) fala de um longo período, no qual, de um lado, excluíram-se as mulheres do processo de construção da cidadania e, de outro, inversamente e ao mesmo tempo, construíram-se os homens-cidadãos. Aquelas não eram capazes de cidadania porque eram construídas socialmente como esposas e mães de cidadãos. Reconhecer suas necessidades e direitos individuais colocaria em risco a própria unidade familiar, na medida em que concorreriam com os seus pares masculinos no espaço fora do âmbito doméstico. As relações sociais de classe e gênero permeiam toda a sociedade, apoiadas na divisão social e

sexual do trabalho. É no campo das relações sociais que, para Kergoat (1996, p 24), “[...] se organizam, denominam e hierarquizam as divisões da sociedade *privado / público, trabalho manual/trabalho intelectual, capital / trabalho, divisão internacional do trabalho, etc..*”. A sociedade vem organizando historicamente a distribuição das tarefas entre os grupos de sexo, dividindo atividades entre homens e mulheres numa dimensão sexuada, pautada na dicotomia entre o poder e o saber; hierarquizando socialmente o masculino e o feminino e estabelecendo a inferioridade e a subordinação do segundo pelo primeiro.

Entrevistas preliminares com aposentados/as

A dispersão das respondentes em Programas no contexto da UFS revela uma amostra bastante eclética abrangendo: Sociologia, Geografia, Enfermagem, Serviço Social, Física, Biotecnologia, Química, Letras, Engenharia de Produção e Engenharia Química. O tempo de aposentadoria das docentes voluntárias varia entre 8-17 anos, com idade média entre 62-74 anos. Com relação *ao tempo dispendido* no voluntariado, as aposentadas investem em média 12 a 15 horas em *atividades* acadêmicas que não se diferenciam daquelas exercidas por professores da ativa, e incluem, em grande parte dos casos, concomitantemente, ensino, pesquisa, orientação de dissertações, teses, participação em comissões, reuniões, escrita de trabalhos para publicação. Apenas uma das entrevistadas exerceu funções administrativas, entretanto, a maioria afirmou não possuir vínculo com cursos de graduação. Apenas duas voluntárias desenvolvem atividades de ensino e pesquisa na graduação. Algumas exercem atividades profissionais remuneradas em outras instituições da sociedade na assessoria de projetos de pesquisa (Prefeitura, atendimento em consultório médico particular, consultoria na área de saúde, entre outras). Na *relação oficial dos voluntários* observa-se uma leve concentração de mulheres nos Programas de Pós-graduação na área de Saúde e Ciências Humanas (Enfermagem, Biologia, Medicina, Odontologia, Fisioterapia, Geografia, Ciências Sociais entre outras). Três entrevistadas receberam bolsa de pesquisa por dois anos, originadas de projetos financiados vinculados a cursos de pós-graduação. Todas afirmaram participar ativamente de grupos de pesquisa na condição de líderes do grupo. É possível inferir que há uma correspondência entre os tipos de ocupação em que as mulheres tendem a se encontrar e a divisão de trabalho na família. A entrevista é marcada por essa dimensão do social, do encontro de muitas vozes, conduzida a partir dos objetivos definidos pela investigação, a partir de uma proposição, de uma questão desencadeadora. Neste ponto, para Le Grand (1988), contar de si a alguém é contar em concreto e numa determinada situação, isto é, trata-se de uma construção seletiva baseada nas representações e na memória.

Os motivos de opção, sentido/significado do trabalho voluntário – No contexto do trabalho voluntário, a identidade profissional é também construída pelos significados que cada professor confere à docência, considerando os seus valores, seu modo de situar-se no mundo, suas representações, suas angústias e seus anseios. A maioria das docentes decidiu pela aposentadoria, em parte, decorrente de novas regulamentações em curso. As motivações destacadas em relação à assinatura do termo de adesão, de modo

geral, relacionadas ao caráter legalista: “a condição de regularização”, “a necessidade de vínculo institucional” e o “interesse em participar de grupo de pesquisa”.

A questão da sociabilidade e convivência com diferentes grupos pode ser traduzida numa troca desinteressada, apoiada na estrutura igualitária e democrática dos grupos, na afirmação social que decorre da realização da atividade voluntária. Nesse processo, a identidade profissional se constrói, pois, com base na revisão constante dos significados sociais da profissão, na revisão das tradições, mas também com base na reafirmação de práticas consagradas culturalmente que permanecem significativas. Para Nóvoa (1991), são essenciais três processos para a construção da identidade docente: o desenvolvimento pessoal, que se refere aos aspectos da profissionalização docente; e ao desenvolvimento institucional, que se refere aos investimentos da instituição para o alcance de seus objetivos. A construção da identidade do/a docente é mediada pelo trabalho voluntário, às experiências vivenciadas com seus sucessos, desafios, insucessos e os significados atribuídos a essas vivências:

Penso que tenho um compromisso de prestar um serviço à Instituição que me ofereceu tudo na vida profissional. Este trabalho me dá muito prazer, pela possibilidade de atualização do conhecimento, diversidade de troca de ideias, convívio com alunos e colegas! Refleti que a pós-graduação exigiria a minha atualização permanente, pela busca de novos conteúdos, temas para as disciplinas e processos de orientação de dissertações e teses!

Considereei que era professora permanente do programa, tinha projetos em andamento, uma boa produção científica e poderia dar continuidade às atividades de ensino, pesquisa, orientação entre outras. Até propus continuar também na graduação, contudo o chefe do meu departamento, à época, informou que não precisava de docentes naquele momento. A docência no ensino superior público é um dos poucos lugares que ainda permite a realização de um trabalho criativo. Sinto que estou influenciando e estimulando positivamente a vida de outras pessoas. O contato com os alunos e a oportunidade de acompanhá-los em seu amadurecimento intelectual são os maiores trunfos da carreira de um professor. Tenho o apoio e o reconhecimento do meu trabalho na instituição!

Estava no auge da produtividade científica e intelectual no momento de minha aposentadoria. Recebi convites para o ensino em outras faculdades particulares, mas não aceitei; priorizei a continuidade as minhas atividades voluntárias na UFS.

Sobressai-se como fundamental, o significado social que os/as professores/as conferem ao trabalho voluntário predominantemente gerado pelo impulso solidário como uma atividade necessária, sustentada por bases teóricas, práticas e éticas, atendendo tanto às necessidades do próprio trabalho quanto às suas próprias motivações pessoais. Sentir-se produtivo no desenvolvimento de mais pesquisas no trabalho voluntário docente nos últimos anos constitui motivo de realização, satisfação pessoal, atendendo a uma necessidade intrínseca de exercer a individualidade. Os aspectos negativos apresentam teor denunciativo, crítico, das condições em que o trabalho voluntário é desenvolvido: falta de estrutura, espaço físico próprio para orientação, somadas à sobrecarga laboral, às exigências de produtividade, clima de competição, aspectos que levam as aposentadas a expressar dimensões de negatividade em relação à atividade docente e à própria universidade. Na reinserção ao voluntariado, a mudança é logo sentida, por exemplo, no momento da assinatura do contrato de voluntário. Observa-se alteração do lugar de onde se fala nas

relações sociais e na hierarquia institucional. O próprio nome voluntário evoca associação a uma não profissionalização ou não competência.

A resolução vigente anterior sugeria que o voluntário deveria ter um supervisor. Uma entrevistada criticou tal exigência: “Eu não aceitei esta humilhação desnecessária para um aposentado, doutor, credenciado pelo programa de pós-graduação da instituição, com experiência, produção científica e reconhecimento na área”. Em algumas universidades, o/a aposentado/a que retorna para o trabalho é denominado ‘colaborador sênior’. Foram mencionados decepção, mágoa em relação a alguns colegas que implicitamente tentam desvalorizar, deslegitimar o trabalho, o lugar do voluntário aposentado na hierarquia da instituição:

Os novos doutores desenvolvem estratégias sutis como ignorar o seu trabalho, sua trajetória, sua deliberação sobre assuntos de interesse coletivo, com interferência no espaço das decisões políticas. É como se você estivesse incomodando e alguém vai perguntar: escuta aqui quem é você?

O que me machuca é o não reconhecimento e valorização do seu trabalho por parte de alguns colegas e principalmente dos novos professores. Avalio que estou trabalhando demais na universidade e mesmo produzindo muito, não tenho tido o devido reconhecimento por meu esforço. Falta apoio institucional para determinadas atividades (passagens para apresentar trabalhos em eventos, auxílio deslocamento para pesquisa de campo, etc.). Como não tão tenho mais sala de aula para orientação, recebo meus orientandos em casa!!

Por vezes, ocorre entre os colegas referências a transitoriedade do contrato no tempo e espaço da instituição! Sutilmente alguns empurram para fora, seja, às vezes objetivamente, com comentários que tendem a desqualificar o seu trabalho!!! Alguns, inclusive, criticam que estamos na pós-graduação ocupando a vaga de um professor da ativa! Informam sutilmente aos alunos/candidatos para orientação no processo seletivo que eu estou de saída. É uma forma de desviar os candidatos para outros professores! Outro dia ouvi um colega que dizia ‘já esta na hora dos professores velhos irem embora’. Existe uma tentativa velada, às vezes verbalizada, de desqualificar o/a aposentado. Chamam o aposentado de velho, expressam preconceito de idade/geração! Acho que as mulheres docentes principalmente são as mais autoritárias e concorrentes! Mais ainda acho que os ex-orientandos docentes são os piores concorrentes. É como Freud analisa, a criatura volta-se contra o criador, é como se, para dominar, se valorizar é necessário superar o outro (ou seja, matar o pai)!

As tensões nas relações interpessoais envolvem os/as colegas, indicando aspectos competitivos entre os pares como sendo um dos pontos geradores de desconforto, uma dinâmica que não parece incluir alunos. À acepção da categoria precarização, acrescentamos a esfera da subjetividade do trabalho, do sentido e do significado que este assume na vida pessoal do ser humano professor. A precarização aqui pode ser integrada às implicações de natureza política e social, não apenas restrita à esfera das condições de trabalho, mas como uma categoria mais ampla: a falta de reconhecimento da instituição. O “campo acadêmico” e “campo de saber”, constituem-se conforme a lógica bourdieusiana, em um lócus onde ocorrem disputas de posições¹⁰⁰ entre os agentes, objetivando ao aumento de determinado capital simbólico, resultado de adoção, pelos agentes, de diversas estratégias (BOURDIEU, 2008).

¹⁰⁰ Ocorre por meio de incorporação de habitus compreendido como um sistema socialmente constituído de disposições – tendências, aptidões, inclinações, talentos – que orientam pensamentos, percepções, expressões, e ações, como resultado de um longo processo de incorporação coletiva das condições materiais de sua produção.

Com relação à fonte *de renda*, as voluntárias entrevistadas apresentam relativa independência econômica, pelo fato de a maioria possuir renda própria, como aposentadas ou pensionistas, não dependem economicamente do marido, companheiro e de familiares. As entrevistadas são casadas, divorciadas e viúvas com filhos adultos casados e netos; atributos de gênero influenciam diretamente na disponibilização de tempo para o trabalho voluntário, principalmente pela autonomia, programação de uma agenda própria fora do espaço doméstico. As voluntárias idosas, geralmente provedoras, respondem pelo apoio familiar (ajuda a filhos, netos e parentes), que se estende ao âmbito financeiro, demandado pelos que estão desempregados ou precariamente empregados especialmente os mais jovens, abrangendo ainda os que vivem novos padrões de família, com as separações e retornos à casa, geralmente materna.

A ideia do idoso como exclusivamente dependente, vulnerável e socialmente excluído não mais se sustentaria, e não apenas pelo fato de tal público ser cobiçado pelo mercado de consumo, mas também pelos dados obtidos nas diversas pesquisas de natureza qualitativa e quantitativa¹⁰¹. Conforme o IBGE, as mulheres idosas estão muito mais presentes do que os homens idosos tanto entre as prestadoras de assistência às pessoas idosas dependentes (maridos, pais ou sogros), como entre os necessitados de assistência, dada à diferente longevidade de homens e mulheres (IBGE, 2014, p 225).

A divisão sexual do trabalho reprodutivo/doméstico entre as entrevistadas mostra-se assimétrica, isto porque a divisão social e sexual do trabalho, fundado em diferenças anatômico-biológicas entre os sexos, construiu tais distinções e demonstra que pouco se tem conseguido avançar. O trabalho feminino de caráter privado é contextualizado como invisível para a sociedade, mas essencial para complemento às ações do Estado nacional. Esse Estado, para o qual se voltam as mulheres, é o mesmo Estado patriarcal que se apropria do trabalho doméstico não remunerado das mulheres na maternagem das crianças, no tratamento dos idosos, doentes e deficientes, na reprodução da família, na superação de carências materiais, cuja solução passa por arranjos nada públicos, mas essencialmente privados e que significam mais horas de labuta e a mobilização de muitos esforços em redes de parentesco e vizinhança. O fato de a mulher ocupar espaços públicos, nem sempre lhe propicia o rompimento com as práticas domésticas ou a possibilidade do exercício pleno da cidadania. Não há dúvida de que houve algumas mulheres que conseguiram reorientar suas vidas a partir desta experiência coletiva, ampliando seus espaços de autonomia no interior das relações sociais de gênero. (LAVINAS, 1997).

Com relação ao tempo de lazer, alguns depoimentos mencionam a crise aguda do Estado brasileiro, com repercussões no orçamento doméstico, na redução de gastos particularmente com o lazer.

Sempre viajávamos duas vezes para o exterior e dentro do Brasil, como também tínhamos o hábito de jantar fora com toda a família. Neste momento, em que se atravessa uma forte crise financeira e política, com salários achatados, foram reduzidos viagens, jantares e almoços. Frequentemente faço em casa e a família toda participa.

¹⁰¹ A Síntese de Indicadores Sociais (IBGE, 2014) traz uma expressiva quantidade de idosos como chefes de domicílio, com renda familiar proveniente de aposentadorias e pensões e com evidente participação no mercado de trabalho, sugerindo novas visões sobre o envelhecimento a serem provocadas e debatidas.

Assim, reprivatiza-se a esfera privada do doméstico, emerge a importância da instituição ter para os voluntários aposentados, uma política de valorização. “Acho que deveria ter um programa oficial da Instituição, específico para os professores voluntários” e ainda: “[...] deveríamos receber alguma bolsa, no mínimo, para a ajuda de deslocamento”! Contudo, não se observa movimentação política no sentido de debater ou propor novas perspectivas e diretrizes, que avancem em busca de novos referenciais de prática e de cidadania, em razão, possivelmente, da própria origem atrelada prioritariamente a uma necessidade institucional e não, das próprias voluntárias.

Considerações finais

O voluntariado constitui uma grande forma de apoio e colaboração para as instituições de educação no Brasil, sejam elas públicas ou filantrópicas, que beneficia todos os envolvidos no processo, desde o voluntário que coloca seu tempo em prol de uma causa fundamental – à educação, às universidades que são beneficiadas com a experiência de docentes voluntários.

Esta breve exposição sobre o trabalho voluntário, na perspectiva das atividades realizadas por homens e mulheres, permite enfatizar alguns pontos já abordados à luz de alguns conceitos teóricos. O processo de identificação particularmente da docente voluntária com a causa e instituição, com as práticas, com o grupo em que foi inserida faz-se fundamental para sua continuidade no voluntariado, traz forte apelo a estes elementos significativos para a sua subjetividade, atrelados às suas competências, expectativas e experiências vividas no trabalho.

A interpretação contrastante entre juventude e velhice aparece definida e institucionalizada nas classificações das fases da vida, marcadas por valores diferenciais e desiguais para as diferentes idades. Os depoimentos expõem a imagem da idosa aposentada e provedora, uma fissura entre a imagem do idoso como o membro vulnerável da família e a realidade analisada quantitativamente, mesmo uma porcentagem pequena, embora não irrelevante, de idosos que não são dependentes de suas famílias. Concomitantemente à análise das falas das respondentes, resgata-se a história da Universidade (UFS) na perspectiva de seus protagonistas, pois suas narrativas dão sentido e significado ao que somos ao que fomos, e ao que podemos ser. Reconhecemos que, nesta etapa da pesquisa, foram desveladas algumas situações que necessitam melhor esclarecimento e aprofundamento. A pesquisa não se encerra aqui e estamos dando continuidade aos estudos, visando apresentar propostas objetivas de encaminhamento da questão aos órgãos diretivos da instituição em tela, a partir de estudos comparados em outras instituições públicas de ensino superior.

Referências bibliográficas

BRASIL. **Lei nº 9.608** de 18, de fevereiro de 1998. Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 19 fev.

1998. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9608.htm >. Acesso em: 16 nov. 2014.

BRASIL. **Lei Nº 13.297**, de 16 de Junho de 2016. Altera o art. 1º da Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, para incluir a assistência à pessoa como objetivo de atividade não remunerada reconhecida como serviço voluntário. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13297.htm>. Acesso em: 08 jul 2016.

BOURDIEU, Pierre. Introdução a uma sociologia reflexiva. In: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989, p.17-58.

BOSI, A. P. A precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior do Brasil nesses últimos 25 anos. **Educação e Sociedade**, São Paulo, v. 28, n. 101, p. 1503-1523, set./dez. 2007.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: Feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, I. C. M. As transformações na esfera pública e a ação ecológica. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, p. 308-315, maio/ago. 2006.

CATTANI, A. **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

CRUZ, Maria Helena Santana. Perspectivas e desafios da transversalidade das políticas públicas de gênero. In: CRUZ, Maria Helena Santana; SANTOS, Josiane S.; VASCONCELOS, Maria da C. A.; ARAUJO, Nailsa M. de S.. (orgs.). **Reconfiguração do Estado e suas expressões na política social brasileira**. São Cristóvão: Editora UFS, 2015, v. 1, p. 111-138.

DAL RIO, Maria Cristina. **O Trabalho Voluntário** – uma questão contemporânea e um espaço para o aposentado. Editora Senac, 2004.

FARIA, N.; NOBRE, M. (Org.) A produção do viver. Ensaio de Economia Feminista. São Paulo: Sempreviva Organização Feminina, 2001. (Cadernos Sempreviva).

FAULKNER, W. Tornar-se e pertencer: processo de generificação na engenharia. IN: **Cadernos de Gênero e Tecnologia**. GETEC/PPGTE/UTFPR, número 10, 2007, p.21-32.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

IBGE. Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 2014. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em: <ibge.gov.br/home/estatística/pesquisas/indicadores.php>. Acesso em: 23 abr. 2015.

JUNQUEIRA, Luciano A. Prates; PEREZ, Clotilde. **Voluntariado e a gestão das políticas sociais**. São Paulo: Futura, 2002. 390p.

KERGOAT, D. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In: LOPES, M.; MEYER, D.; WALDOW, V. (Org.). **Gênero e saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

LANDIM, Leilah e SCALON, Maria Celi. **Doações e trabalho voluntário no Brasil**: uma pesquisa. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000.

LAURETIS. Teresa de. Tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (Org.). **Tendências e impasses**: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LAVINAS, L. Gênero, cidadania e políticas urbanas. In: RIBEIRO, L.C.Q.; SANTOS JUNIOR, Orlando (Org). **Globalização , fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise** . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. p 174.

LE GRAND, J. L. Histoire de vie de groupe. À la recherche d'une 'lucidité méthodologique'. **Sociétés, revue des sciences humaines et sociales**, Paris, Ed. Masson, n.º 18, pp. 3-4, 1988.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. Evolução recente da proteção previdenciária e seus impactos sobre o nível de pobreza. Informe de Previdência Social, Brasília, v. 22, n. 10, out. 2014. Disponível em: < www.mtps.gov.br/noticias/2-uncategorised/2179-informes-de-previdencia-socia>. Acesso em: 23 mar. 2015.

NÓVOA, A. O passado e o presente dos professores. In: NÓVOA, A. (Org.). **Profissão professor**. Porto: Porto Editora, 1991.

OLIVEIRA, G. Trabalho flexibilizado na universidade. **Universidade e Sociedade**, Brasília, DF, v. 6, n. 11, p. 48-56, jun. 1996.

ONU MULHERES. **Relatório “Progresso das Mulheres no Mundo: Transformar as economias para realizar os direitos”**. 27 abr. 2015. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/noticias/onu-mulheres-faz-hoje-274-lancamento-mundial-do-relatorio-progresso-das-mulheres-no-mundo-transformar-as-economias-para-realizar-odireitos/>> Acesso em: 02 mai. 2015.

PINTO, M. B. A subordinação do trabalho docente à lógica do capital. *Revista Outubro*, São Paulo, n. 4, p. 17-24, 2000.

PINTO, M. B. Precarização do trabalho docente: a educação como espaço de acumulação do capital. **Universidade e Sociedade**, Brasília, v. 11, n. 27, p. 55-61, jun. 2002.

SARACENO, C. A dependência construída e a interdependência negada: estruturas de gênero e cidadania. In: BONACHHI, G. E; GROPPPI, A.. (Org.) **O dilema da cidadania**. São Paulo: Editora UNESP, 1995.

SCOTT, J.W. Gênero uma categoria útil da análise histórica. In: **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2; jul-dez, 1989, p.5-22.

SINGER, P. Economia solidária. In: CATTANI, A. **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

SPOSATTI, Aldaiza. **Voluntariado e gestão de políticas sociais**. São Paulo: Ed. Futura, 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE (UFS). **Resolução Nº 23/2016/CONEPE**. Aprova alterações no Programa de Professor Colaborador Voluntário. Disponível em: <http://grh.ufs.br/uploads/page_attach/path/579/Resolu_o_n_023-2016> Acesso em: 08 jul. 2016.

YAZBEK, Maria Carmelita. Voluntariado e profissionalidade na intervenção social. **Revista de Políticas Públicas do Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas da UFMA**. São Luiz: UFMA, v.6, n.2, 2002.

FORMAÇÃO DE EDUCADORAS/ES EM SEXUALIDADE E GÊNERO

Maria José Souza Pinho¹⁰²

Rita de Cassia Costa Moreira¹⁰³

Tereza Cristina Pereira Carvalho Fagundes¹⁰⁴

Introdução

Na atualidade, vivemos no Brasil um período marcante de discussões sobre educação motivadas por razões internas e externas, configurando modificações nos Planos de educação – nacional, estaduais e municipais.

Uma das modificações mais recentes consiste na Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015 (BRASIL, 2015), que define novas diretrizes para a formação inicial em nível superior em cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura, e para a formação continuada.

As considerações contidas nesta legislação bem como os indicadores a seguir comungam com o que sempre acreditamos que deva ser uma educação de qualidade, que referende processos formativos que se desenvolvem no cotidiano familiar e se amplie nas instituições de ensino, pesquisa e extensão, no trabalho e outras organizações e movimentos da sociedade.

Formando educadoras/es em Sexualidade e Gênero na Universidade Federal da Bahia.

Educar para a sexualidade é educar para a vida.

Com esta compreensão começamos a atuar na Universidade Federal da Bahia, *locus* de nossa atuação profissional, como professora de Biologia para o curso de Pedagogia (FAGUNDES, 1995).

Formar educadoras/es passou a ser a tônica de nossas ações de ensino, pesquisa e de extensão.

As dificuldades mais acentuadas eram a ausência de formação pregressa em sexualidade nos cursos de formação de educadores, a incerteza quanto a possibilidade de planejar e desenvolver ações educativas para crianças e jovens, a precariedade de subsídios formativos e a falta de uma legislação que referendasse a educação sexual na escola

Ousamos começar.

Fundamentando-se na concepção de que “A extensão universitária é a atividade acadêmica capaz de imprimir um novo rumo à universidade brasileira e de contribuir sig-

102 Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora Assistente da Universidade do Estado da Bahia (UNEb). Associada da Sociedade Brasileira de Estudos em Sexualidade Humana (SBRASH). E-mail: dede_p@hotmail.com

103 Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora da Universidade de São Carlos (UFSCar). Associada da Sociedade Brasileira de Estudos em Sexualidade Humana (SBRASH). E-mail: rccmoreira@yahoo.com.br

104 Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora aposentada da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Associada e Delegada da Sociedade Brasileira de Estudos em Sexualidade Humana (SBRASH) na Bahia. E-mail: tcrispf@uol.com.br

nificativamente para a mudança da sociedade.” (BRASIL, 2001. p. 2), começamos a realizar atividades extensionistas para alcançar o objetivo de formar educadoras/es no campo da educação sexual. A Extensão mostrou-se campo propício para as ações formativas atendendo ao que sabíamos ser necessário e à demanda da sociedade, em especial, de professores e de estudantes dos cursos de licenciatura.

As ações extensionistas que foram se delineando compreenderam: “Encontros com professores” com o objetivo de sensibilizá-los para a necessidade de educar para a sexualidade crianças, adolescentes e adultos; “Simpósios”, “Seminários” e “Ciclos de estudo” focalizando a ampliação de saberes na área.

Quando se tratava de uma comunidade docente sensibilizada para a importância da educação sexual, a ação extensionista adequada se configura sob forma de “Cursos de Formação”, que compreendem estudo teórico e vivências envolvendo colegas, supervisores, orientadores educacionais, gestores, pessoal de apoio e até estudantes ‘líderes’. Os cursos de formação têm carga horária de, no mínimo, sessenta horas, período de realização de, no mínimo, três meses, programação abrangente e cursistas vinculados a instituições de ensino de forma a planejar e efetivar um projeto de educação sexual com, pelo menos, um grupo de estudantes entre aqueles com os quais atua como docente.

Como uma das funções básicas da universidade a Extensão se consolida com a realização da Pesquisa e do Ensino. E nesta perspectiva realizamos pesquisas sobre “A formação do Professor para a Educação Sexual”: um estudo exploratório sobre a situação da formação/capacitação do professor necessária à implementação de programas de educação sexual. Outro estudo versou sobre “A sexualidade do menino e da menina de rua”. Pesquisamos sobre “O processo da Educação Sexual no contexto da Orientação Educacional” com o objetivo de identificar e caracterizar as ações no campo da educação sexual realizadas por Orientadoras Educacionais da cidade de Salvador. Também sobre “O professor de Biologia e a Educação Sexual” com o objetivo de analisar a atuação do professor de Biologia da cidade de Salvador no campo da educação sexual. Analisamos “Mitos e crendices sexuais entre universitários”. Realizamos ainda uma “Pesquisa diagnóstica sobre a formação do professor para atuar em processos de educação sexual na escola” e um “Estudo da sexualidade em Instituições de Ensino Superior” no intuito de identificar a criação e efetivação de programas de educação sexual em IES do Brasil. Ampliando as abordagens de estudo pesquisamos sobre “Sexualidade e gênero - influência das identidades de homens e de mulheres no estabelecimento e manutenção dos relacionamentos a dois”, entre outras.

A efetivação de pesquisas e ações extensionistas no campo da sexualidade convergiu para a criação do Programa de Educação Sexual – PROEDSEX, no Departamento de Biologia Geral, grupo devidamente registrado no Diretório de Pesquisa do CNPq contando, também, com a participação de estudantes de iniciação científica, que hoje dão continuidade ao que vivenciaram na universidade durante seus cursos de graduação.

Figura 1 - Logo do Programa de Educação Sexual

Instituto de Biologia da Universidade Federal da Bahia (1990-2009)



Fonte: Programa de Educação Sexual (concepção Tereza Fagundes e equipe)

Incorporando pesquisa, extensão e ensino o Programa de Educação Sexual (PROED-SEX) se consolidou baseado nos pressupostos de que:

- Todo programa de educação sexual precisa se fundamentar nos alicerces da vida do ser, marcada pelos registros inconscientes dos primeiros contatos e experiências. Deve estar atento ao que a família, consciente ou não de seu papel, cuidou de instalar e imprimir, repensando dimensões da sexualidade esquecidas, negadas ou distorcidas.
- A educação para a sexualidade deve considerar que para o indivíduo viver em plenitude no mundo que o cerca, é preciso estar sensibilizado para respeitar a si mesmo e aos outros, relacionar-se, ter responsabilidade, crer na vida e procurar vivê-la com prazer, conhecendo seus próprios direitos, inclusive o de ser feliz.
- A aprendizagem de conceitos só se processa quando ocorre de forma significativa para o sujeito; logo, é preciso que haja envolvimento e integração no grupo, considerando a metodologia participativa, em que o programa de atividades é construído pelos próprios sujeitos do processo.
- É preciso criar oportunidades para que as pessoas reflitam sobre suas idéias, sentimentos e conflitos na área da sexualidade e envolvam a totalidade de seu ser na reinterpretação e reconstrução da realidade. (FAGUNDES, 1995, p.24)

O Ensino traduziu-se pela criação, em 1994, da disciplina “Sexualidade e Educação”, incorporada ao currículo dos cursos de Ciências Biológicas, Pedagogia, Psicologia, Letras, entre outros. Do programa, em constante atualização, constam os temas: **sexualidade e gênero; abordagem conceitual e histórica; aspectos biopsicossociais da sexualidade; identidade e relações de gênero; gênero e poder; diversidade sexual; feminilidades e masculinidades; direitos sexuais; sexualidade na infância, na adolescência, na idade adulta e na terceira idade; resposta sexual humana; disfunções, desvios e inadequa-**

ções sexuais; o exercício da sexualidade em situações especiais; mitos, crendices e tabus sexuais e de gênero; preconceitos, discriminações e violências sexuais e de gênero; educação sexual na escola; o papel do(a) professor(a); projetos de educação sexual.

Ampliando o espectro de atuação no campo da formação de educadoras(es) em sexualidade, implementamos também uma disciplina no programa de Pós-Graduação em Educação da UFBA - “Educação Sexualidade e Gênero”, e realizamos ações extensionistas de formação pelo GEFIGE – Grupo de Estudos em Filosofia, Gênero e Educação, do PPGE, grupo também registrado no CNPq. Dissertações e teses foram produzidas neste contexto, com enfoque mais em gênero do que em sexualidade, motivadas pelo interesse dos mestrandos e doutorandos e também porque a sexualidade humana ainda se constitui em tema controverso, cercado de preconceitos e interdições na academia.

A base teórica fundante das ações do PROEDSEX e do GEFIGE se constituiu principalmente em:

Margareth Mead, Elizabeth Badinter, Simone de Beauvoir, Freud, Master & Johnson, Kaplan, entre outros. Para os projetos de educação sexual, a inspiração partiu dos trabalhos de Maria Amélia Goldberg, Carmem Barroso & Cristina Bruschini, Nelson Vitiello, Ricardo Cavalcante, Marcos Ribeiro e Vilma de Souza. Gradativamente os enfoques foram se ampliando com os estudos de Pierre Bourdieu, Michel Foucault, Joan Scott, Jacques Laqueur, Jeffrey Weeks, Heleieth Saffioti e, mais recentemente, os estudos de Judith Butler, Richard Miskolci, Guacira Louro e outros autores e autoras que desenvolvem estudos no contexto da Teoria Queer, estudos pós-coloniais e Teoria Feminista, cujas contribuições ao estudo da sexualidade são imprescindíveis para a construção de um corpo teórico que instrumentalize docentes e outros profissionais para a abordagem da temática de modo consistente e incluyente (FAGUNDES, 2015, p. 289).

Na atualidade, é fato que muitas outras Instituições de Ensino Superior contam com o estudo sistemático, na graduação e na pós-graduação, da sexualidade humana, gênero e educação sexual.

Como exemplo, temos a experiência relatada a seguir.

Curso de formação em Gênero e Sexualidade da UNEB / Senhor do Bonfim (BA)

A experiência que temos como professora da rede básica de ensino e da área de Biologia (PINHO, 2009) vem demonstrando o quanto a inserção de trabalhos intencionais sobre gênero e sexualidade continuam sendo uma questão séria a resolver. A primeira questão a ser levantada é que a maioria das pessoas acredita que cabe aos professores e professoras ligados à área da Biologia, discutir a questão de gênero e sexualidade, partindo do pressuposto de que estes professores teriam maior domínio de conteúdos ligados a essas questões.

Esta ideia, equivocada, está ancorada no tratamento “médico-biologista-higienista” atribuído a discussão sobre sexualidade e gênero na formação de educadores. Segundo Cesar Nunes e Edna Silva (2006, p.43), este entendimento “[...] vê a sexualidade como dimensão biológica e procriativa do ser humano e como uma força propulsora, natural e instintiva da

procriação”, portanto ligada à cópula, à finalidade reprodutiva, à perpetuação de genes e à manutenção da espécie, entre outros, assuntos circunscritos ao campo da Biologia.

Nesse sentido, autoras como Tereza Fagundes (2005) e Mary Neide Figueiró (2006) argumentam que a sexualidade é atributo essencialmente humano, constitutivo de todas as pessoas, cujas significações são determinadas pela cultura num processo histórico como também expressão de sua personalidade. Ou seja, a dimensão biológica não é suficiente para explicar o quão complexa é a sexualidade.

Durante a nossa graduação em Ciências Biológicas, por exemplo, as discussões eram pautadas nesta perspectiva, ou seja, a espinha dorsal da grade curricular naquela época (1991) baseava-se em componentes curriculares que tratavam dos assuntos como órgãos genitais (na disciplina anatomia), sexo e padrão de herança (em genética), sistemas reprodutores (em fisiologia) e relação sexual (em embriologia comparada) de forma “científica”, deixando de lado a discussão das questões de sexualidade e gênero numa perspectiva política e cultural.

Estes registros nos remetem a Richard Parker (2000) ao destacar que o poder da informação científica aumenta a medida que estes temas são tratados nos espaços públicos por profissionais da área da saúde ou áreas que dela se aproximam, em nosso caso, a Biologia, e na maioria das vezes com ênfase no caráter médico higienista. O discurso feito pela ciência sobre sexo, por exemplo, enfatiza a informação científica divulgada nas escolas sobre o funcionamento do corpo, o sexo seguro, a contracepção encontrando assim sua legitimidade. Em estudo que realizamos (PINHO, 2009) ficou evidenciado que o discurso presente em livros didáticos de Biologia, associados às práticas e aos próprios discursos de professores e professoras que lecionam este componente curricular, operam na consolidação, validação, reprodução e aprendizagem de estereótipos sexistas.

Como sabemos essa discussão não é exclusiva da área biológica e mesmo que fosse, muitos cursos de Licenciatura em Biologia ainda hoje não contemplam essas discussões em seus Projetos Políticos Pedagógicos, a exemplo do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade do Estado da Bahia - Campus VII, Senhor do Bonfim, do qual somos docente.

O que os cursos de licenciatura estão fazendo a respeito? Adotando para a formação de educadores disciplinas e currículos convencionais? Como resultado deste foco temos esta formação contribuindo para a manutenção de uma sociedade desigual que, por sua vez, colabora para a reprodução dessas disparidades.

Na antiga resolução que legisla sobre as licenciaturas e também na atual Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015 (BRASIL, 2015), o respeito e a valorização da diversidade étnico-racial, entenda-se aqui também sexualidade e gênero, constituem princípios vitais para a qualidade do ensino.

De acordo com esta mais nova resolução (BRASIL, 2015, p. 2), a docência é entendida:

*[...] como ação educativa e como processo pedagógico intencional e metódico, envolvendo conhecimentos específicos, interdisciplinares e pedagógicos, conceitos, princípios e objetivos da formação que se desenvolvem entre **conhecimentos científicos e culturais**, nos **valores éticos, políticos e estéticos** inerentes ao ensinar e apren-*

der, na socialização e construção de conhecimentos, no diálogo constante entre diferentes visões de mundo. (grifo nosso).

Nesta perspectiva, a formação em biologia que desejamos deverá ser ampla no sentido de proporcionar entrelaçamento entre a ciência e a cultura, a valorização da ética e da resposta que a sociedade dará em relação aos indivíduos que a compõe.

Para um licenciado em Biologia, articular teoria e prática, também indicada no parágrafo 5, não pode ser a simples associação dos conhecimentos científicos com atividades empíricas de laboratórios! O processo formativo requer que as questões de sexualidade humana e gênero nas aulas de Biologia sejam atreladas aos aspectos psicossociais, culturais, econômicos, éticos e políticos.

Yole Vanin e Alexnaldo Rodrigues (2011) trazem no artigo *Reflexões sobre a gestão educacional não discriminatória*, um questionamento muito interessante de Sandra Acker (1995), ao refletir sobre mulheres, ensino e feminismo nas escolas. A autora questiona porque as escolas têm avançado muito pouco nas discussões sobre gênero? A mesma concluiu que quatro domínios podem prejudicar a efetivação de práticas democráticas, que pensamos incluir também a discussão de sexualidade: a natureza da iniciativa; as características dos professores e professoras; as concepções das professoras e professores; e por fim as condições de trabalho dos docentes.

Sendo assim, como forma de solucionar esses impasses, que coincidentemente também encontramos aqui no Brasil, a agenda feminista propõe algumas ações, dentre elas, a construção de projetos político-pedagógicos que considerem a comunidade na qual a escola se encontra inserida e em cujo processo de formulação os diversos sujeitos tenham voz ativa, seguida de uma avaliação e revisão periódica desse projeto político. Propõe também a inserção de uma disciplina que viabilize as discussões de gênero, raça/etnia e sexualidade; aplicação de estratégias pedagógicas pautadas na equidade de gênero, raça/etnia; elaboração de projetos e ações pedagógicas de combate ao sexismo, ao racismo, à homofobia e à lesbofobia que envolvam tanto a comunidade escolar como o entorno da escola.

Para o ensino básico, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997), o tema é tratado transversalmente, sob a denominação Orientação Sexual (mesmo com a distorção de significado que tenha esta terminologia)¹⁰⁵, e não indica que uma disciplina específica discuta as questões. Entretanto, nas Universidades podemos sugerir e implementar novas disciplinas durante a formação, de acordo com o Projeto Político do Curso. São as disciplinas chamadas optativas, que abarcam uma gama de conteúdos que não fazem parte do eixo dito “científico” e foi aí que encontramos a possibilidade de agregar ao curso um componente que tratasse dessas questões com um enfoque político e cultural. O curso encontra-se em processo de renovação do reconhecimento e alguns ajustes estão sendo realizados em sua matriz curricular. Inicialmente ela foi aprovada em 2015 pelo CONSEPE - Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão para ser uma disciplina optativa, e inclui-la de forma definitiva como obrigatória requer um amadurecimento maior por parte de outros *Campi* que possuem o mesmo curso, já que os currículos da UNEB devem ter uma proposta única. Na Universidade do Estado da Bahia, são seis Campi

105 O termo Orientação Sexual, na bibliografia internacional sobre sexualidade, refere-se a opção sexual da pessoa, e por isso consideramos inadequado tratar de Orientação Sexual como processo pedagógico.

distribuídos pelo interior baiano que deverão entrar num consenso quanto à obrigatoriedade da disciplina na matriz curricular.

Sabemos que o currículo é um lugar de disputa e que está implicado em processos de regulação e controle. O currículo, na concepção de Tomaz Tadeu da Silva (2000) também é uma relação social, no sentido de que a produção do conhecimento envolvida se realiza através de uma relação entre as pessoas e relações sociais de poder. Ou seja, o conhecimento produzido e reproduzido traz a estrutura organizacional da sociedade, na qual as diferentes classes aprendem qual é o seu papel nas relações sociais. Sendo assim, ainda haverá muita discussão para que de fato esse conhecimento faça parte do eixo obrigatório, pois se trata de campo de disputa política e ideológica e de fato possa definir o que é relevante ou não para constar em programas curriculares.

Como diz Tomaz Tadeu da Silva (2000), o currículo é documento de identidade e, como tal, ele deve ser o mais amplo possível, no sentido de abarcar para além dos domínios de metodologias e técnicas. Quanto mais variado, diversificado e flexível, mais se percebe que a educação não é uma técnica e sim uma prática cultural (GIROUX, 2009), ampliando as noções de gênero, sexualidade, raça, classe, geração, estaremos legitimando valores fundantes na formação de novas mentalidades. Sendo assim, a sociedade poderá contar com indivíduos mais sensíveis às necessidades das/os outras/os, mais autônomos e dotados de livre escolhas. A disciplina proposta foi nomeada “Educação, Gênero e Sexualidade”, tendo como ementa: Estudo das relações práxis pedagógica, gênero e sexualidade humana. Sexualidade no contexto educacional. Sexualidade-gênero: aspectos bio-psico-históricos e sociais. Gênero, raça/etnia e classe social. Práticas pedagógicas de educação em gênero e sexualidade. Gênero e Ciência nos espaços educativos. Gênero e currículo na formação docente.

Esta concepção foi fruto do amadurecimento epistemológico ao longo do mestrado e durante o curso de formação continuada e inspirada na disciplina implementada na Universidade Federal da Bahia, considerada no tópico anterior.

Mesmo não sendo exclusividade de um professor de Biologia tratar dessas questões na escola, entendemos que uma profissional da área de educação não pode se furtar e precisa ter a consciência da importância de sua atuação no processo de socialização como formadora de pessoas, e que não pode deixar de discutir em sua práxis questões que envolvam o conceito de gênero e sua relação com a sexualidade, com a violência, com os processos de opressão, com diversidade cultural, racial e social e tanto outros debatidos nos estudos de gênero.

Como forma de atrair os estudantes para cursarem a disciplina quando a mesma fosse ofertada, incluímos num evento promovido pelo Departamento de Educação - Campus VII, a Oficina Sexualidade e Educação com o objetivo de estimular reflexões no campo da sexualidade nas diferentes etapas da vida (infância, adolescência, idade adulta e terceira idade) de forma a problematizar sobre a necessidade de se discutir a sexualidade como elemento constitutivo da pessoa humana no espaço escolar. A oficina serviu de caminho para teorização e para diagnóstico da prática com uma metodologia participativa (FAGUNDES; BARBOSA, 2007). Os participantes se mostraram interessados, abertos à discussão e estimulados a continuarem o estudo da sexualidade humana.

Enfim, entendemos que não é fácil mudar e que a escola e a universidade não se constituem num único espaço onde se aprende sobre sexualidade e gênero, mas se constitui num espaço de emancipação e lócus de novas e promissoras experiências no campo da sexualidade e gênero.

Sexualidade e gênero mediatizados pela Literatura Infantil

Em processos formativos de educadoras/as em sexualidade e gênero, a Literatura Infantil emerge como possibilidade promissora de mediatizar saberes e experiências pedagógicas, e ampliar olhares sobre a construção de identidades.

É com esta expectativa que teceremos considerações sobre a experiência de leitura e a vivência literária na escola – momentos em que mulheres e homens experimentam a fantasia, o excitamento; aprendem a desigualdade; se aproximam da realidade e seus múltiplos significados, e internalizam estereótipos que classificam os dois sexos – a partir da narrativa produzida pela escritora baiana Mabel Velloso. Significados que se abrem a representações, provocações, indagações e interpretações (MOREIRA, 2013).

A literatura, ao longo da história da educação, tem se revelado como um indispensável recurso pedagógico, explorado nos diferentes níveis de ensino e na formação docente, em diferentes contextos e de diversas formas já que amplia a produção de leitura, favorece a assimilação de conteúdos, trabalha emoções e veicula valores éticos e morais. Esta “vocação didática” não pode ser dissociada da forma como meninas e meninos são educados e disciplinados; e das aprendizagens acerca do seu corpo, do corpo do outro, e dos papéis sociais que aprendem junto com a aquisição da leitura e da escrita. E neste sentido, necessário se faz retomar alguns pontos desta complexa relação, com o intuito de lançar luz acerca da presença de relações e representações de gênero, do protagonismo masculino e da reprodução de estereótipos para meninas e meninos na produção literária veiculada nas escolas - “[...] principais agências de transmissão de uma cultura dominante efetiva” (APPLE, 1999, p. 27).

Na educação e na literatura, aparato biológico, experiência social e sensorial dialogam e se entrelaçam num complexo de subjetividades que envolvem sentidos, aprendizagens, sexo, genética, cultura. A escola e os processos educacionais que conhecemos, reconhecem a escrita e a legítima como transmissora de saberes; valida os conhecimentos socialmente constituídos; reproduz hierarquias entre homens e mulheres; descarta a oralidade pela dificuldade de documentação (apesar dos grandes avanços alcançados com a História das Mulheres e o novo olhar sobre as fontes); separa e classifica indivíduos pelo medo do corpo, do sexo, do desejo, do sentimento; inviabiliza o livre exercício do pensar, experimentar, saborear e descobrir novos olhares, novas possibilidades, novos prazeres; aprisiona corpos e mentes através do *habitus* (provérbios, poemas, canções, mídias etc.) como analisa Pierre Boudieu (1995); naturaliza expressões e ações que designam e adjetivam mulheres e homens, num flagrante desrespeito às individualidades, às subjetividades e legítima o saber masculino e suspeita das investidas femininas e suas lutas por visibilidade e legitimação. Assim, buscando provocar discussões acerca da relação entre sexualidade, gênero e literatura infantil, propomos, com

base nos pressupostos teórico-metodológicos das Epistemologias Feministas e da Análise do Discurso de linha francesa, o exercício de produção de leitura de algumas histórias da escritora Mabel Velloso voltadas para o público infante/juvenil para, neste exercício: destacar a força da literatura na construção das subjetividades e das identidades de Gênero, bem como sua importância nos processos de sensibilização e formação docente. Esta autora e professora primária nascida na cidade de Santo Amaro-Bahia em 1932 nos permite conhecer, por meio de sua prosa poética, tradições, culturas, experiências e sentimentos que, transversalizados em sua rica história pessoal, nos falam de educação, sexualidade, relações de gênero e poder.

Publicado pela editora Paulus, *O Cavalinho de Pau* (2011) fala da prazerosa relação entre um brinquedo (tipicamente masculino usado por crianças menores), e seu dono. Construído pelo pai, como evidente na primeira página da narrativa, é fruto da transformação de uma vassoura velha, em um cavalinho dotado de ousadia, autonomia e coragem. Com uma ilustração rica, atrativa e colorida, a história funciona como estímulo à fantasia, à criatividade e à sustentabilidade, além de aproximar a criança deste animal tão cheio de simbolismos (comumente relacionado, pela psicanálise, à juventude, coragem e liberdade).

A alusão à transformação e a ilustração da página (o menino atento ao trabalho de transformação) sugerem a importância do trabalho criativo, do reaproveitamento, da sustentabilidade, e do modelo do Outro, no processo de aprendizagem. Um modelo em que os pais ensinam os meninos a serem homens e as mães ensinam as meninas a serem mulheres – a internalizarem os papéis socialmente esperados para os dois sexos. Para eles, atividades psicomotoras, lógica espaço-temporal, uma possibilidade vivenciada em maior grau por indivíduos do sexo masculino, criados para a rua, o espaço público, a liberdade de ação e expressão.

A ilustração também valida este arquétipo: o menino usa boné listrado, short, camiseta, tênis e meia, tudo muito colorido; liberdade de movimentos, conforto e proteção necessários para as brincadeiras ao ar livre, para a exploração dos espaços, para a jovialidade. Na história, correm o Cavalinho e o menino. Ninguém para impedir, cercear, ou controlar essa exploração do ambiente externo a casa, afinal, das mais antigas interpretações históricas aos dias de hoje, os meninos/homens são criados para a liberdade, o destemor; nascidos para a caça, a ousadia, a coragem, o espaço público.

Ao contrário do menino, a menina cresce envolta em laços, em amarras como bem ilustra Mabel Velloso (2013, p. 13):

[...] Nascer mulher é começar a vida com laços mais fortes com os costumes. - É menina! E logo crescem os laços do bercinho, do cortinado, dos vestidos. Depois, laços nos cabelos e das imposições sociais. Novos laços se entrelaçam e a mulher cresce amarrada.

Para ela, um jeito apropriado de vestir, prender os cabelos, sentar, brincar, sonhar, viver. Um jeito contido, guardado, cuidado e tantas vezes, amarrado.

Em *Medo do Escuro*, publicado pelas Edições Paulinas em 1992, Mabel Velloso discute o medo que assola a infância sob a ótica de quem o viveu na pele. Na história, o menino de dia brincava, quando a noite chegava, agarrava-se com a mãe. E o pai? Em pressuposto, cansado do trabalho fora (papel de provedor da família), deixa a cargo da mãe esta função de livrar do medo, acalantar, acolher; papel daquela que materna, que teoricamente fica em

casa e assume, com dedicação e alegria, o papel desta educação. Com a responsabilidade de manter física, moral e emocionalmente (e muitas vezes financeiramente) o lar e os filhos, futuros agentes sociais, essa mulher vive o paradoxo de formar cidadãos, não tendo, ela mesma, muitas vezes, o direito de viver a cidadania.

O papel internalizado de mulher/mãe na estrutura familiar, aqui revelado. Frutos de uma educação diferenciada, mulheres e homens vivem com a constante afirmação do espaço que cada uma/um pode e deve ocupar na dinâmica social: para ela, o privado; para ele, o público. No privado, a paradoxal “gestão” do ambiente doméstico, um ambiente historicamente patriarcal, comandado pela masculinidade (pai, irmão ou marido) e com forte inspiração no essencialismo e no determinismo biológico.

Compondo o texto escrito, uma ilustração que abertamente apresenta ao leitor um estereótipo largamente difundido: mãe/dona de casa: vestido estampado, chinelo confortável, fita no cabelo (um cuidado a mais para a higiene dos alimentos), ocupando lugar na cozinha diante de uma pia cheia de pratos. Esta representação feminina, num ambiente marcadamente doméstico, aponta a naturalização do papel de mulher como dona de casa e cuidadora.

Figura 2 - Medo do Escuro

Ilustração de Lucia Hiratuka



Fonte: VELLOSO (1992, p. 02)

No texto em linguagem escrita, e na ilustração de Lúcia Hiratuka (linguagem não verbal) a evidência do papel de maternar, de cuidar da casa; do estereótipo de mãe/mulher de formas arredondadas, roupas simples pra o fazer doméstico; da mulher talhada para o lar, que educa, acolhe, acalenta e também prepara para a vida, para a ruptura com o espaço

privado. Uma ruptura que, como analisa Carol Gilligan (1982) precisa acontecer para que o menino se desvincule da feminilidade e possa se identificar com a masculinidade. Levar o menino para a rua (CHODOROW, 1990), a sugestão de corte do cordão umbilical feito pela mãe; a mesma mãe que ensina a viver, que dá carinho e empurra para o crescimento e a vida. A mãe que ensina ao menino/homem a superação, o vencer limites e desafios, o crescimento. Uma mãe historicamente vestida de invisibilidade e com uma imensa responsabilidade, como analisa Simone de Beauvoir (1980, p. 291): “É um paradoxo criminoso recusar à mulher toda atividade pública, vedar-lhe as carreiras masculinas, proclamar sua incapacidade em todos os terrenos e confiar-lhe a empresa mais delicada, mais grave que existe: a formação de um ser humano”.

Em *O Trenzinho Azul*, também editado pelas Edições Paulinas, em 1992, mais um personagem que ilustra o protagonismo masculino. Nele, um trenzinho, personagem tão caro aos trabalhos com a primeira infância pela dimensão de movimento e sonoridade, conhece o amor e se descobre feliz. Trenzinho, estrada, viagem, caminho e liberdade compõem o universo masculino, sua trajetória de vida. Um trem personificado, vestido como homem e feliz em seu traje novo. Vaidoso, arrumado, esperando ser notado, visto, elogiado.

O trem viajando, correndo estradas, vendo pessoas, desbravando caminhos. Forte alusão à masculinidade. Vestido de azul, todo azul. Mesmo cientes de que cor não tem sexo, a classificação ainda acontece. O trem, como personagem masculino é azul. o que revela uma construção social hierarquizada, onde cores, brinquedos e brincadeiras são classificados e adjetivados de acordo com o sexo.

Na narrativa, quatro crianças aparecem como personagens secundárias, apenas na ilustração: três meninos e uma menina. A menina (na única imagem em que aparece colorida no livro) está de cor de rosa. Vestidinho leve, no “estilo avental” com babado na bainha. Chinelo nos pés; tranças arrumadas numa “Maria Chiquinha”, sugerindo que não vai longe, que não vai se aventurar a maiores distâncias, como os meninos. Por outro lado, reafirma o modelo de feminilidade, de recato para sentar e de proibição para pular, correr e realizar movimentos mais amplos, já que desde cedo é orientada a manter uma disciplina de recato e de movimentos que possam expor sua feminilidade (no caso, a genitália).

Vale destacar mais uma vez a diferença na indumentária relativa aos dois sexos. Os meninos de short e macacão, livres para sentar no chão, com as pernas abertas; para saltar obstáculos, para se locomover com mais liberdade. De tênis, pés protegidos e seguros para vencer maiores distâncias. Meninas e meninos representados em espaços, jeitos de vestir e agir, cores e brincadeiras culturalmente legitimadas. Uma realidade somente percebida quando acionado do olhar de gênero, mas captado, aprendido e internalizado pelas crianças em seu processo de apropriação da realidade e construção de identidades.

Na temática da história, *Arraia Azul* (1986) mais um brinquedo associado à masculinidade. Empinar arraias ou pipas foi considerado, durante muito tempo, brincadeira de meninos. Uma ação praticada ao ar livre, em dias de vento e sol, e que exige habilidade e mobilidade (é preciso procurar a corrente de ar favorável para que a pipa possa alçar voo e alcançar o céu). A beleza, a leveza e alegria das cores, a ideia de liberdade e movimento,

aguçam o interesse por esta brincadeira que, na cultura popular, representa uma das mais típicas brincadeiras para meninos.

Nesta narrativa, o menino olhava pela vidraça a chuva que caía e o impedia de correr. Vida de menino, correr na rua, empinar pipas; nesta ação a liberdade e o movimento concedidos aos homens; algo legitimado e difundido pela cultura popular. Para ele, ficar em casa (espaço privado), é ficar preso, entediado. Sua vida é na rua (espaço público), onde pode legitimamente explorar ambientes, viver experiências e ser feliz, como demonstrou o “Trenzinho”.

Sem ter o que fazer o menino resolve ir pra junto da avó, o melhor a fazer em dias de chuva, dia “permitido” pra ficar aconchegado: ouvir histórias, deitar no colo, receber atenção especial - papel socialmente esperado e legitimado de avó (modelo já bem modificado tendo em vista a dinâmica de muitas avós que ainda trabalham, que são voluntárias em obras sociais – como a própria Mabel, que cursam faculdades livres, que compõem um exército de novas fontes mercadológicas para o turismo e o consumo). Deitado ao lado da avó ele pega a ponta do seu robe azul - mais uma alusão à cor socialmente estabelecida para a masculinidade – e adormece. Em seu sonho ele voa alto ao lado da avó, que também liberta, pelas mãos do menino/homem e se extasia com este doce e inusitado passeio.

É o menino/masculino que conduz; que faz a avó sorrir e se divertir. É Mabel nesse passeio pelas mãos de seu neto tão querido. É Mabel sorrindo, livre, em êxtase. A avó, antes confinada ao quarto e a uma vida de certezas e rotinas, alça voo, experimenta o céu e outros espaços para além da casa, do quarto, da cama. É a avó/mulher, liberta! Esta mulher, aqui representada na condição de avó, é também conduzida pelas mãos de um menino/homem. Este, ainda que criança, traz em si a semente da liberdade, da autonomia, da exploração legitimada do espaço público.

Na história *Barrinho, o menino de barro*, publicada em 2005 pela Oiti Editora, e ilustrada pelo importante artista plástico baiano Bel Borba, Mabel, explorando o tema que lhe é tão caro – o ensino – aborda, mais uma vez a sensível amizade entre um menino e seu brinquedo, um boneco de barro. Nesta narrativa, mais um protagonista masculino vai descobrindo a cada dia um amigo, e aprendendo lições sobre a vida, a natureza, a amizade.

Explorando o contexto da família humilde e nuclear de inspiração burguesa (pai, mãe e filho), condizente com sua experiência de vida em uma patriarcal cidade do interior da Bahia, Mabel Velloso evidencia e ensina seu respeito às tradições culturais e às lições passadas pelas avós. Ouvindo as sábias lições da mãe, aprendendo com o pai o trabalho profissional, o menino constrói seu próprio brinquedo. Um brinquedo que, na interação com seu dono e criador, vai ensinando pela palavra (ofício da professora Mabel Velloso). Um boneco de barro, poeta, repentista, filósofo, ecologista, pacifista e artista. Um boneco que educa pelo discurso, e também pelo exemplo. E que reproduz os sentimentos e os modelos aprendidos e difundidos por diferentes sujeitos em seus processos de socialização.

O menino e seu boneco, heróis masculinos desta narrativa, no contato cada vez mais estreito e em longas conversas, discutem a guerra, a paz, o desarmamento, a beleza, a estética, reforçando também o estereótipo do homem dotado de inteligência, sagacidade e criticidade. Nesta metáfora sobre a amizade e sobre o “dom” do menino/homem em emprestar

sentido, inteligência e seriedade ao brincar (as meninas brincam de boneca maternando; o menino desta história brinca com um boneco explorando sua inteligência e sagacidade ao discutir temas significativos para o “mundo adulto”, pra a realidade social), o resgate do prazer da escola, da aquisição de saberes, da amizade na diversidade, da aprendizagem.

Na perspectiva de uma formação docente que respeite as subjetividades e a igualdade na diferença, um novo relato se faz urgente e necessário. Um relato que evidencie que mulheres e homens só podem ser pensados em relação, e que esteja empenhado na superação das desigualdades, e na desconstrução da hierarquia entre os sexos (SCOTT, 1995).

Este pensar atento e crítico sobre a literatura infantil e suas muitas possibilidades pedagógicas (da educação infantil à formação docente), requer o sensível olhar de gênero. Requer também a ampliação da escuta para os implícitos e os subentendidos de mensagens “politicamente corretas” presentes em diferentes linguagens e que ilustram a força dos discursos veiculados através da literatura, na escola, na reprodução das representações de gênero que historicamente tem instalado mulheres e homens, meninas e meninos em posições assimétricas, hierárquicas e excludentes.

Considerações finais

O que há em comum com essas iniciativas é a atitude de questionamento. Esse “afinamento” das interlocuções requer antes de tudo observação e escuta sensível e depois um questionamento no sentido de não conformação. Talvez essa seja a conquista fundamental para a qual devemos nos voltar. Não aceitar as coisas predefinidas. Só podemos desestabilizar o que está posto quando estivermos atentas às formas de produção e reprodução.

Assim, entendemos que o direito à informação sobre questões ligadas à sexualidade e gênero, e o seu refletir sobre estas questões, deve ser um exercício facilitado na formação de professoras/es, pois apreendemos que é preciso desenvolver uma formação que vise desmitificar a (pré) conceitualização em relação a questões sobre sexualidade e gênero na escola e na vida.

Neste sentido reconhecemos que são inúmeros os desafios e interdições que as escolas e universidades ainda enfrentam, mas temos de seguir em frente!

Referências bibliográficas

- APPLE, Michael W. **Ideologia e Currículo**. Porto Editora: Portugal, 1999.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. V.2. São Paulo: Nova Fronteira, 1980.
- BOURDIEU, Pierre. A Dominação Masculina. In: **Educação e Realidade**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação 20(2) jul./dez, 1995.
- BRASIL. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/ SEF, 1997.

BRASIL. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e SESu / MEC. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Edição Atualizada. Brasil 2000 / 2001. Disponível em <http://www.portal.ufpa.br/docsege/Planonacionaldeextensaouniversitaria.pdf>. Acesso em 13 de agosto de 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília: MEC/CNE. 2015. Disponível em [rtal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17719-res-cne-cp-002-03072015&category_slug=julho-2015-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17719-res-cne-cp-002-03072015&category_slug=julho-2015-pdf&Itemid=30192). Acesso em 15 de agosto de 2015.

CHODOROW, Nancy. **Psicanálise da Maternidade**: uma crítica a Freud a partir da mulher. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1990.

FAGUNDES, Tereza Cristina Pereira Carvalho. **Educação sexual**: construindo uma nova realidade. Salvador: TCPCF, 1995.

FAGUNDES, Tereza Cristina P. C. Sexualidade e gênero: uma abordagem conceitual. In: FAGUNDES, Tereza Cristina P. C. (Org.) **Ensaio sobre Educação, Sexualidade e Gênero**. Salvador: Helvécia. 2005. p. 9-20.

FAGUNDES, Tereza Cristina P. C.; BARBOSA, Maria Paqueta Moreira. **Oficinas sobre Sexualidade e Gênero**. Salvador: Helvécia. 2007.

FAGUNDES, Tereza Cristina P. C. Educação Sexual no Brasil - história de uma experiência bem sucedida. In: RODRIGUES JR. Oswaldo M. (Org.) **Histórias das Sexologias Brasileiras**. Vol.1. São Paulo: Instituto Paulista de Sexualidade. 2015. p. 285-299.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Formação de Educadores Sexuais**- adiar não é mais possível. Paraná: Eduel, 2006.

GILLIGAN, C. **Uma voz diferente**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1982.

GIROUX, Henry. 1995. Praticando estudos culturais nas faculdades de educação. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Alienígenas em sala de aula**: uma introdução aos estudos culturais em educação. 8.ed. Petrópolis:Vozes, 2009. p. 85-103.

MOREIRA, Rita de C. C. **História e Histórias**: educação e relações de gênero na obra de Mabel Velloso. 2013. 220 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

NUNES, Cesar; SILVA, Edna. **A educação sexual da criança**- subsídios teóricos e propostas práticas para uma abordagem da sexualidade para além da transversalidade. 2. ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2006.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias de currículo. Belo Horizonte: Autêntica. 2000.

PARKER, Richard. **Na contramão da AIDS**: sexualidade, intervenção, política. Rio de Janeiro: Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS / São Paulo: Editora 34, 2000.

PINHO, Maria José S. **Gênero em Biologia no Ensino Médio**: uma análise de livros didáticos e discurso docente. 2009. 185 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

SCOTT, J. W. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Recife: SOS Corpo, 1995.

VANIN, Iole M.; RODRIGUES, Alexnaldo. Reflexões sobre a gestão educacional não discriminatória. In: COSTA, Ana Alice A.; RODRIGUES, Alexnaldo T.; PASSOS, Elizete S. (Orgs). **Gênero e diversidades na questão educacional**, Salvador: UFBA-NEIM, 2011. p. 77-90.

VELLOSO, Mabel. **Barrinho, o menino de barro**. Ilustração Bel Borba. Salvador: Oiti, 2005.

VELLOSO, Mabel. **Arraia Azul**. Rio de Janeiro: Rio Gráfica, 1986.

VELLOSO, Mabel. **Medo do Escuro**. Ilustrações Lúcia Hiratuka. São Paulo: Paulinas, 1992.

VELLOSO, Mabel. **O Trenzinho Azul**. Ilustração Lúcia Hiratuka. São Paulo: Paulinas, 1992.

VELLOSO, Mabel. **Cavalinho de Pau**. Ilustrações Martinez. São Paulo: Paulinas, 2011.

VELLOSO, Mabel. **Poesia Mabel**. São Paulo: Intermeios, 2013.

DISCURSOS DE GÊNERO E SEXUALIDADES NAS LICENCIATURAS DO INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE, CAMPUS ARACAJU

Helma de Melo Cardoso¹⁰⁶

Alfrancio Ferreira Dias¹⁰⁷

Introdução

Neste texto buscamos compartilhar algumas reflexões baseadas na dissertação de Mestrado de mesmo nome e mostrar os caminhos percorridos na pesquisa com a temática de gênero na educação. A abordagem sobre corpo, gênero e sexualidades é um tema que revela complexidade e riqueza de possibilidades de enfoque, pelo reconhecimento do longo período a ser percorrido para que a sociedade brasileira obtenha uma política educacional não discriminadora.

As singularidades precisam ser enfocadas e respeitadas, e, sendo a escola um local legitimado em que deve haver reflexão sobre a realidade, sobre os padrões e normas que regulamentam o dia a dia das pessoas, deve ser nesse ambiente, que se apresenta em transformação, que os atores sociais precisam suscitar discussões e adequações do espaço escolar. Desta forma, tem-se como objeto de estudo desta pesquisa os modos de inclusão das temáticas de corpo, gênero e sexualidades nas práticas formativas das licenciaturas de Química e Matemática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS), *Campus Aracaju*.

INTINERÁRIOS DA PESQUISA

A proposta metodológica adotada foi a perspectiva pós-estruturalista que abandona o caráter normativo da pesquisa e busca mostrar que os fenômenos sociais são múltiplos e heterogêneos, sem a intenção de criar teorias ou metanarrativas. Para tanto, utilizou-se a pesquisa qualitativa, pois é a que abrange “[...] valores culturais e as representações de determinado grupo sobre temas específicos” (MINAYO, 1998, p.134).

Na teoria pós-estruturalista não se buscam por “verdades”, visto que estas são apenas “regimes de verdade”, ou seja, discursos que circulam na sociedade como verdadeiros (FOUCAULT, 2015). Esse pressuposto leva em consideração todos os discursos, incluindo os que serão objeto de análise e produzidos neste estudo, pois têm como objetivo construir uma versão de verdade própria.

Assim, é preciso analisar não somente as respostas encontradas, mas qual a sua origem?, de onde se fala?, qual seu nível de empoderamento? A quem o discurso se dirige,

106 Mestra em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Possui Licenciatura em Psicologia pela UFS (2004) e graduação em Formação de Psicólogo pela UFS (2004). Atualmente é Psicóloga do Colégio de Aplicação- UFS. E-mail: helma.2010@hotmail.com

107 Doutor em Sociologia (UFS). Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Sergipe e do Departamento de Educação da Universidade Federal de Sergipe. Pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre a Mulher e Relações Sociais de Gênero (NEPIMG/UFS). E-mail: diasalfrancio@hotmail.com.

pois a linguagem não é neutra, ela tem um significado que varia conforme o tempo, a cultura, o lugar.

Para esta produção parcial de verdade, foi utilizado grupo focal como instrumento de coleta de dados, sem, contudo fixar em padrões rígidos, buscou-se ressignificar o instrumento no percurso da pesquisa, de acordo com as necessidades que foram apresentadas para o contato, com o objeto, mas sem abrir mão do rigor metodológico.

Antes da coleta de dados, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal de Sergipe, através da Plataforma Brasil (base nacional e unificada de registro de pesquisas envolvendo seres humanos) pelo CAAE 46699215.8.0000.5546.

Para atingir os objetivos, considerou-se pertinente a realização de grupo focal, com estudantes do último ano das licenciaturas, como estratégia metodológica para produção de dados e que pode ser definido como uma “[...] interação entre os participantes e o pesquisador, que objetiva colher dados a partir da discussão focada em tópicos específicos e diretivos (por isso é chamado grupo focal)” (LERVERLINO; PELICIONI, 2001, p. 116). A seleção desses/as participantes foi motivada pelo fato de se encontrarem já no último ano do curso, cursado, teoricamente, a maioria dos componentes curriculares que seria importante visto que é um dos objetivos pensar as contribuições do curso à percepção dos/as estudantes, além de que todos/as já passaram pelo menos por uma experiência de estágio em escolas.

Inicialmente, tinha a pretensão de realizar de dois a três encontros, mas percebeu-se que, dificilmente, conseguiria um segundo encontro, então se reformulou o roteiro para contemplar as principais discussões num só encontro, sem perder de vista que ele é apenas um norteador da discussão e, portanto, deve ser flexível. No dia 14 de julho de 2015 ocorreu o grupo focal com a presença de cinco estudantes, um homem e quatro mulheres, Ana, Bia, Carlos, Diana e Eliane (nomes fictícios) sendo uma das mulheres do curso de Matemática e os demais do curso de Química. Na realização do grupo focal estavam presentes, além dos/as participantes da pesquisa, a pesquisadora como moderadora e o orientador da dissertação que auxiliou nas discussões. Iniciou-se com uma breve apresentação sobre o objetivo daquele encontro e que o mais importante seria conhecer suas percepções sobre a temática, que falassem sobre a relação do tema com suas práticas de estágio. Fica claro que eles/as poderiam expressar-se à vontade, pois não havia respostas certas ou erradas, que o objetivo era, justamente, conhecer suas opiniões e ideias e que não haveria julgamentos.

A análise foi percebida como um dos momentos mais árduos da pesquisa, no qual o/a pesquisador/a tem que se desconstruir de todos os conceitos e desejos de verdade adquiridos ao longo da formação, por ser um desejo histórico. Porque, segundo Fischer (2001), é necessário desvincular de tratar o discurso como um conjunto de signos que apresentam significado oculto, dissimulado ou intencionalmente distorcido.

No campo da educação deve-se reconhecer que apesar de permitir acessar a todo tipo de discurso, ela mesma distribui o que é permitido ou não em linhas marcadas pelas oposições e lutas sociais. E, nas palavras de Foucault: “Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e poderes que eles trazem consigo.” (FOUCAULT, 2011, p. 44).

Assim todos os dados coletados foram submetidos à análise do discurso desenvolvida por Foucault, por acreditar que não seja o sujeito o detentor do discurso, pois todo discurso é formado por uma rede de saber-poder e, portanto, tanto os sujeitos quanto o discurso são constituídos por essa rede.

Para criar as categorias de análise levou-se em conta algumas implicações como a obrigação de evitar as verdades absolutas posto que os discursos linguísticos conduzem a uma complexidade e a múltiplas realidades e, por visualizar na linguagem um espaço onde as verdades podem ser desconstruídas e transformadas. Sendo assim, buscou-se analisar quais são os discursos que estão presentes nas narrativas dos sujeitos e como produzem efeitos em suas representações, ensinando-lhes formas de ser e agir. Entendendo representações como um modo de produção de significado na cultura, que implica relações de poder e ocorre a partir da linguagem (MEYER, 2010), para a construção do debate.

A seguir apresentam-se as categorias de análise: “Da mulher na Engenharia, e da mulher na Matemática, eu acredito, acho assim, se ela *tá* é porque ela sabe mais um pouquinho”: Gênero e Ciência e “Um jovenzinho lá que ele se intitula *Lady Gaga*”: Representações sobre a formação docente nas temáticas.

“Da mulher na Engenharia, e da mulher na Matemática, eu acredito, acho assim, se ela *tá* é porque ela sabe mais um pouquinho”: gênero e ciência

Nas últimas décadas, o percentual de mulheres que ingressam no ensino superior tem crescido bastante, de forma que atualmente são a maioria tanto em ingresso na universidade como em número de formados/as. São as mulheres também que possuem mais estudos, ou seja, são mais qualificadas percentualmente que os homens. No entanto, ainda se observa que existem algumas carreiras nas quais há maioria masculina e outras, em que há maioria feminina. Em geral, as carreiras na área de humanas têm maioria de mulheres e as carreiras na área das engenharias e ciências exatas têm mais homens; apesar de não haver nenhuma barreira formal para entrada em qualquer das carreiras, as mulheres ainda são minoria na área de ciências e tecnologias.

Neste enunciado, surgido a partir dos debates do grupo, apresentam-se as representações acerca da ocupação de homens e mulheres nos cursos e carreiras na área das ciências exatas. Como já foi visto nas sessões anteriores, os cursos de licenciatura em Matemática e Química do IFS, diferente das estatísticas nacionais, não são guetos masculinos e no Curso de Química a maioria é de mulheres.

Sobre esse tema, Carlos tenta explicar essa diferença das estatísticas nacionais pelo fato de estarem numa licenciatura e não num bacharelado ou nas engenharias. Eles/as demarcam também que não veem diferença de nível de inteligência entre homens e mulheres, são unânimes em dizer que todos/as tiveram a capacidade de entrar na Instituição, através das seleções realizadas, e que não percebem diferenças entre homens e mulheres quanto ao rendimento no curso, existem as diferenças, mas não estão ligadas ao sexo.

Ana traz a questão da mulher nos cursos de Engenharia e homens em cursos de Enfermagem:

Agora assim, uma questão da mulher na Engenharia, e da mulher na Matemática, eu acredito, acho assim, se ela tá é porque ela sabe mais um pouquinho. Não por ser mulher. Talvez assim, se não souber tanto quanto o homem. Mas não é pra esse lado do gênero, de ser masculino ou feminino, entendeu. É mais por esse lado de ser inteligente, acho que isso é menos pejorativo, do que um homem num curso de licenciatura ou num curso de Enfermagem, vamos dizer assim, entendeu? (ANA).

Você acha que as mulheres que estão na Matemática sofrem menos preconceito do que homens na Pedagogia? (ORIENTADOR).

Isso, eu acho. No caso eu fiz meu curso de Saúde naquela época, há quase 18 anos atrás, e tinha essa questão do homem que tá na área de saúde, ah é homossexual, essas coisas. Do que a mulher no curso de engenharia, ela é mais inteligente ou uma coisa desse tipo, nunca fica como pejorativo, assim, nesse sentido (ANA).

A discussão se volta para os estereótipos, sobre o homem que busca as áreas que são guetos femininos, por estarem ligadas a características consideradas femininas, como o cuidado, o ensino e serviços, como prolongamentos de funções de dona de casa, são classificados de homossexuais, efeminados, como forma de reduzi-los ao universo feminino que é de menos valor. E as mulheres que penetram em carreiras que são guetos masculinos têm que, obrigatoriamente, ser muito inteligentes, incomuns e até notáveis.

Para Cruz (2005), uma das justificativas mais plausíveis para a diferenciação das carreiras entre os gêneros é a naturalização da desigualdade, que considera como biológico os constructos sociais e as práticas de homens e mulheres. Mas, acrescenta que os estereótipos de gênero ajudam a perpetuar as ideias e atitudes rígidas sobre os sexos, mas que vêm sofrendo, nas sociedades ocidentais, transformações e tornando-se mais flexíveis.

Nas áreas em que as mulheres são maioria há uma tendência de serem “pejorativas”, como disse o grupo em consonância com Bourdieu (2014), e o espaço que as mulheres ocupam carrega um aspecto de inferioridade. E mais, a ideia que surge da participante é que para as mulheres entrarem numa carreira masculina precisa ter algo a mais que as demais mulheres. Essa fala está baseada na compreensão de que os estudos das ciências exatas, como a Matemática, estão associados ao homem e se constituem num conhecimento que as mulheres têm dificuldade de assimilar. O sucesso na Matemática seria um sucesso em raciocinar, que é um estereótipo relacionado ao menino e, mesmo quando a menina se sobressai nessa área, a ela não se atribui um raciocínio apropriado. No entanto, as desigualdades não são inerentes aos sexos, são produzidas a partir de pensamentos generificados que atribuem capacidades diferentes a meninos e meninas (CARDOSO; SANTOS, 2014).

Na realidade das licenciaturas do IFS *Campus* Aracaju, deparou-se com uma situação que contraria o fato das áreas de exatas serem guetos masculinos, e, apesar de ser licenciatura, como enfatiza o Carlos, esse é um curso, segundo os demais participantes, com ênfase nas disciplinas técnicas que envolvem muitos experimentos e cálculos. Este fato faz com que a Instituição se destaque por trazer uma transgressão de gênero nas carreiras que são em contexto nacional, masculinas.

Quanto aos estereótipos masculinos e femininos surgiu no grupo uma discussão de que na realidade em sala de aula eles/elas nem sempre se aplicam e trazem exemplos de que estas características na verdade nada têm a ver com o gênero:

A gente consegue perceber bem nas comunicações que foram realizadas em sala de aula, tinham meninas que eram muito travadas, tinham rapazes que iam muito bem lá na frente. Então depende da pessoa mesmo (ELIANE).

Tem um colega mesmo, que, eu gosto de falar e ele gosta de falar três vezes mais do que eu e ele é super despojado assim nas aulas (BIA).

E a gente carrega isso na cabeça, o quê? que a mulher tem mais facilidade de ir lá na frente e conseguir controlar uma turma, mas não necessariamente, o homens se saíram muito bem, eles conseguem (ELIANE).

Também tem aqui “professores” e “professoras”. Nós temos professoras que são o “cão”. É muito mais aquele professor do que aquela professora (BIA).

É acho que isso não influencia muito não, depende muito da pessoa (ELIANE).

Apesar de os comportamentos serem aprendidos sócio, cultural e linguisticamente, como: as mulheres falam mais, os homens são mais durões, entre outros, os/as participantes trazem à tona que esses comportamentos não se aplicam a todas as pessoas; e mais, acreditam que não estão ligados a uma identidade fixa de homem e de mulher. A primeira discussão colocada acima se refere ao estereótipo de que as mulheres são “faladeiras”, e as duas participantes interferem no sentido de que esta não é uma condição inerente ao gênero, pois dão exemplos de homens que apresentam tal característica. A segunda discussão critica estereótipo de que as professoras seriam “boazinhas” e os professores seriam mais rigorosos. Comportamentos que, em outras épocas, eram considerados femininos, hoje são questionados, até porque, segundo Santos (2013), em tese defendida no PPGED em 2013, questionar passou também a fazer parte do repertório feminino.

Os estereótipos, quando levados por professores/as para a sala de aula, principalmente na educação básica, ajudam a formar a ideia nos/as estudantes de que a área das ciências exatas está mais voltada para os homens, por suas características peculiares como melhor raciocínio lógico e habilidade com cálculo, naturalizando habilidades sociais. Nas falas avaliadas neste tópico, percebeu-se que os/as participantes tentam desnaturalizar algumas características associadas ao sexo, no entanto, este é um dado contraditório, visto que no início do grupo focal quando foram solicitados a listar características para homens e para mulheres, fizeram uma lista com características que naturalizam algumas habilidades e comportamentos sociais.

A ideia de que algumas carreiras são mais adequadas para homens ou para mulheres baseada em habilidades sociais ligadas a estereótipos de gênero trazida por professores/as da educação básica para as salas de aula (re)produz uma visão sexista e desigual que acaba por reforçar os guetos na escolha das profissões.

“Um juvenzinho lá que ele se intitula *Lady Gaga*”: representações sobre a formação docente nas temáticas

As representações sobre gênero na formação docente estão marcadas pelos estereótipos de masculino e feminino trazidos pelo modelo hegemônico binário que discrimina quem se distancia. Daí resulta a dificuldade de professoras e professores em lidar com o diferente em sala de aula, visto que não foram preparados nas licenciaturas para falar sobre o corpo, o desejo e o gênero (DIAS, 2013).

A escola, ao longo dos séculos, vem cumprindo um papel de disciplinadora dos corpos, deixando marcas valorizadas pela sociedade, consideradas como referência para todos/as, ao ponto de podermos diferenciar uma pessoa escolarizada de uma não-escolarizada.

Um corpo escolarizado é capaz de ficar sentado por muitas horas e tem, provavelmente, a habilidade para expressar gestos ou comportamento indicativos de interesse e de atenção, mesmo que falsos. Um corpo disciplinado pela escola é treinado no silêncio e num determinado modelo de fala; concebe e usa o tempo e o espaço de uma forma particular. Mãos, olhos e ouvidos estão adestrados para tarefas intelectuais, mas possivelmente desatentos ou desajeitados para outras tantas (LOURO, 2000, p. 17).

Essas práticas e linguagem também marcam os sujeitos como femininos e masculinos, os comportamentos assexuados são marcados na história de cada um/a. O investimento na modelagem dos corpos reitera identidades e práticas hegemônicas e nega outras. Mas, o processo não é meramente de manipulação, pois o sujeito participa ativamente da construção da identidade, claro que nem sempre é consciente, mas é reiterado por eles próprios em seu dia a dia (LOURO, 2010). Desta forma, os modelos de sexualidade produzidos e reproduzidos na escola são regidos pela heteronormatividade, que na escola tem um duplo papel: incentivar a sexualidade “normal” e contê-la.

Neste enunciado apresenta-se uma cena referente à necessidade de disciplina dos corpos no ambiente escolar, trazida por Eliane de sua prática de sala de aula, que evidencia a impossibilidade de articular o conhecimento e as manifestações do desejo:

No Pibid mesmo, [...] teve uma situação bem interessante, um juvenzinho lá que ele se intitula Lady Gaga [...]. Ele tem uns doze anos, ele é bem pequenininho. Aí toda hora passava um rapaz na frente da porta, eles estavam jogando e tavam passando na quadra, e toda vez que passava ele fazia: “Psiu, gostoso.” E aquilo começou a me incomodar. A gente tava conversando e ele não parava de fazer isso. Até que num momento eu vi que o rapaz incomodado, olhou com um olhar mortal. Aí eu cheguei, sentei do lado dele e falei: “Meu jovem”. Desse jeito: “Meu jovem, você não tem nem 40 quilos, a tia aqui, a professora, não tem 50 quilos, o jovem deve ter uns 60, se ele quiser vir bater em você o que eu vou fazer?” Aí ele olhou pra mim: “É, eu vou parar”. Aí ele parou e nunca mais ele fez isso novamente. Era a única argumentação que eu tinha, porque se ele realmente partisse pra cima dele, eu ia fazer o quê? Eu não teria força nenhuma pra apartar a briga e eu não sei se o rapaz se eu falasse ele iria me aceitar como autoridade. Enfim, era uma escola pública (ELIANE).

Inicialmente, observou-se na fala de Eliane a dificuldade de lidar com o desejo em sala de aula, mais especificamente num comportamento homossexual em um de seus alunos, acreditando que o fato de ele estar paquerando outro garoto poderia levá-lo a ser vítima de violência. Essa necessidade de desassociar o desejo das relações escolares é uma das formas encontradas pela Instituição para domar os corpos e mascarar uma dificuldade dos profissionais de lidar com tais situações. O objetivo é doutrinar os corpos, moldando-os de acordo com suas aprendizagens sociais, dos costumes, da religião e da tradição, para disciplinar a masculinidade e a feminilidade.

Mais uma vez nota-se que o comportamento que foge à norma incomoda, tanto que passa a ser descrito como momento difícil durante a prática de estágio. O fato de o garoto estar paquerando outro garoto atrapalha o ritmo da aula, desconcerta a estagiária e a deixa em alerta com relação a algum tipo de retaliação violenta. Eliane, assim como tantos/as outros/as profissionais da educação, relata a experiência como se fosse igualitária, porém não se faz boa educação só com intenção. Com frequência, “[...] colocamos nossas boas intenções e nossa confiança em uma educação a serviço de um sistema sexista e heterossexista de dominação que deve justamente a essas intenções e confiança uma parte significativa de seu poder de conservação [...]” (JUNQUEIRA, 2009, p. 14) contribuindo mais com o sistema de opressão que se quer combater.

Ainda com relação ao desejo, Eliane fala que é muito difícil dar aula com os/as alunos/as se beijando, materializando o desejo. Segundo Dias (2013), as mais diferentes práticas escolares trazem a ideia do corpo como sagrado e íntimo e torna-se muito comum entre professores/as uma grande dificuldade de lidar com situações como essas, talvez porque em suas trajetórias (familiar, religiosa, escolar e outras) tenham aprendido a anular a representação de seus corpos e por isso reproduzem este comportamento com seus/suas alunos/as. Louro (2000) esclarece que quando a escola educa os corpos de meninos e meninas ela também estabelece um modelo “normal” de sexualidade. O que se percebe nessas passagens é que o gênero e a sexualidade “gritam” em sala de aula para serem ouvidos, nas mais diversas formas de expressão, pedindo espaço, mas são silenciados, pois a ordem dominante proíbe a discussão do desejo e da sexualidade nos espaços educativos e sociais, permitindo apenas o silenciamento e anulação dessas questões cotidianamente.

Quanto ao medo da retaliação violenta, esse dado infelizmente é real o que torna a preocupação genuína, visto que a violência contra homossexuais é uma realidade, ao mesmo tempo em que a naturaliza, como se o rapaz estivesse em seu direito de retaliar a uma cantada de um *gay*, com violência, como forma de demarcar sua própria masculinidade. Tratando a paquera como uma ação de violência contra ao garoto heterossexual, de forma que a reação violenta passa a ser naturalmente aceita. Em pesquisa realizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), em 13 capitais brasileiras e no Distrito Federal constatou-se que entre os estudantes masculinos “bater em homossexuais” foi apontada como ação menos violenta em uma lista de várias outras ações violentas (atirar em alguém, estuprar, usar drogas, roubar e andar armado). E, quando questionados sobre quais pessoas eles não gostariam de ter como colega de sala, aproximadamente $\frac{1}{4}$ dos meninos indicaram que seria um homossexual (ABRAMOVAY; CASTRO; SILVA, 2004).

Tal panorama de exclusão e violência se forma em decorrência da heteronormatividade, pela compulsoriedade heterossexual que rejeita a homossexualidade em vários espaços sociais, principalmente na escola, onde os meninos são ensinados a serem machos, a deixarem qualquer comportamento de aproximação com outros meninos, sob pena de serem taxados de afeminados, de serem comparados com meninas que são sentimentais e têm permissão para demonstrarem afeição.

A imposição de condutas sempre foi um dos papéis da escola, principalmente referentes aos corpos, ao gênero e à sexualidade. Ao longo do tempo, ela vem produzindo formas de masculinidade e feminilidade a partir de currículos baseados nos discursos médico higienistas (LOURO, 2000). Desta forma, as marcas mais profundas não se referem ao conteúdo programático apresentado e sim às experiências vividas com colegas, professores e outros sujeitos da escola.

A maneira como a temática de corpo, gênero e sexualidades é trazida para a educação básica está baseada na forma como os/as professores/as foram formados/as, sem pretender dar um caráter determinista, mas reconhecendo a importância da formação inicial docente que forma a subjetividade dos/as futuros/as professores/as e, por consequência, as subjetividades dos/as estudantes da educação básica, pois terão a tendência de reproduzir suas vivências de formação nas suas salas de aula. Ou seja, se os/as licenciandos/as não têm o espaço para questionamento de gênero, de corpo e de sexualidades, se seus corpos são apagados durante a formação, suas práticas cotidianas poderão reproduzir esse modelo que só se preocupa com a mente, separando-a do corpo. É evidente que somente a formação inicial não é garantia de transformação do sujeito, bem como a falta da temática estudada na licenciatura não é garantia de reprodução do currículo generificado, pois o sujeito é múltiplo em sua formação.

A partir dos excertos retirados da discussão percebe-se que, nessas licenciaturas, a temática de gênero é ignorada, a discussão sobre a diferença não é pautada na formação, e qualquer discussão sobre corpos fica no esquecimento. No entanto, o fato de essas temáticas não serem abordadas no currículo não quer dizer que estão isentas, que são neutras, mas que são direcionadas pela lógica binária, pelos discursos heteronormativo, religioso e biológico.

Para compreender como estes estudantes reagiriam frente a situações de confronto com o diferente em sala de aula, quais mecanismos e discursos orientariam suas práticas, sugeriu-se a análise de um estudo de caso segundo o qual, uma garota chamada Catarina vinha faltando às aulas devido a ameaças de violência que vinha recebendo de suas colegas de sala pelo fato de ser lésbica (ver Apêndice B). Abaixo as repostas colhidas para análise:

Como eu já falei, Eu ficaria, e agora? Vou passar pra Coordenação? Eu não sei como poderia agir? (BIA).

Eu tentaria acalmar os ânimos, tentar passar uma conscientização de que os tempos são outros, chamaria a Diretora da escola e os pais daqueles alunos que estavam ofendendo juntamente com os pais da Catarina pra ter uma conversa e se possível um psicólogo pra ter uma conversa (CARLOS).

Mas o psicólogo seria pra quem? (PESQUISADORA).

Pra entender o modo que os pais educam aqueles alunos que estavam ofendendo a menina (CARLOS).

Mas às vezes até os próprios pais não aceitam o próprio gênero da menina (ELIANE).

Pra saber se já vem de casa ou das amizades delas (CARLOS).

Não sei. Acho que primeiramente eu falaria com Catarina, tentar acalmar ela, ela tá sendo xingada (DIANA).

Ela vai tá agressiva, não vai tá chorando, você sabe disso. Você sabe que as pessoas não choram (ELIANE).

Mas eu conversaria com ela e faria um discurso pra turma falando que hoje em dia é uma coisa natural, por mais que eu não seja homossexual, eu tenho que respeitar aqueles que são, tenho que respeitar a todos, seja ele branco, negro, magro, o que for. E tentar conversar com essas colegas que agrediram, ver com o psicólogo. Acho que chamar os pais talvez se resolva. Ou talvez não (DIANA).

Tentar sondar o que Catarina passa em casa, se os pais apoiam, se a família apoia. Se ela é rejeitada em casa e também na escola. Só isso (DIANA).

Às vezes também. Nesse caso aí os pais dela sabem que ela é lésbica? (CARLOS).

Você encontrou essa situação, o que fazer? (PESQUISADORA).

Seria bom ver a mente da Catarina, porque se nem os pais dela souberem disso. Porque se nem os pais souberem, juntamente com essa opressão das colegas e os pais dela não sabem que ela é. A depender da menina ela pode até cometer suicídio (CARLOS).

Assim, é como Diana falou, primeiro tem que chamar ela (BIA).

O recurso a ser usado primeiro é dizer que preconceito é errado, não dizer que: “hoje em dia”, não, é dizer que isso é errado. A primeira coisa que tem que falar é isso (ELIANE).

“Hoje em dia o mundo mudou” oxente, por quê? eu não sou normal não? (BIA).

Existe uma sexualidade normal? (PESQUISADORA).

Existe um padrão e as pessoas. É uma convenção (ELIANE).

O que é normal pra mim pode não ser normal pro outro (CARLOS).

Um discurso que eu ouço muito é, normalmente, as pessoas que são homofóbicas, por mais que não sejam religiosas, Deus fez o homem e fez a mulher. Primeiro eu colocaria que preconceito é crime e além de ser crime é errado, muito errado. Então a primeira vez tem que fazer um discurso assim, pras pessoas entenderem que o que ela tá fazendo é errado. Por mais que ela tenha o apoio em casa, que o pai ache certo, não é certo. E num segundo momento, que acalmou os ânimos, eu falaria com a Coordenação pra conseguir uma pedagoga ou psicóloga, para uma conversa com o grupo, e não só com as meninas, sei lá, uma palestra. Elas devem se odiar, a menina que tá sofrendo bullying, ela não gosta das colegas, deve tá sentindo muito ressentimento, colocar elas numa sala pra discutir acho que não é a solução, acho que deveria ser uma palestra, alguma coisa em sala de aula pra explicar um pouco. Tem muita gente que não tem formação e não é preconceituosa e tem gente com formação que é preconceituosa e acabou. Mas vai ter que aceitar (ELIANE).

A partir dessa discussão percebeu-se que surgiram algumas possibilidades de abordagem diante do caso apresentado. A primeira reação foi a de Bia, que ficaria paralisada, sem saber o que fazer e como reagir, depois, por falta de mecanismos para lidar com o problema recorrerá à Coordenação. Essa mesma aluna, apesar de estar cursando uma licenciatura, relata que não tem interesse em lecionar, que não aprendeu formas de lidar com diversas situações “inusitadas” que podem ocorrer em sala de aula que extrapolem a relação com o conhecimento formal, que pretende ser profissional técnica e não professora. Essa posição, de manter-se afastada, de não se posicionar, de silenciar, pode querer dizer que esses problemas não são da alçada do/a professor/a, pois não fazem parte dos assuntos considerados legítimos, mesmo num caso como esse, em que a sexualidade e o gênero “pedem” para ser discutidos. A um/a professor/a de Química ou Matemática importaria somente os conteúdos oficiais, listados nos índices dos livros e de seus planejamentos, pois são aprovados socialmente, no entanto disputas na área da sexualidade e do gênero não são merecedores de sua atenção.

Uma segunda reação seria de tratar isoladamente os/as participantes da situação em pauta, investigar a origem do preconceito com relação à colega lésbica, em sua família ou em suas relações de amizade, ou seja, apontar culpados, quando, na verdade, está também na escola, presente em todas as relações pelo discurso que a atravessa e reiterando as normas de gênero e sexualidades. Esse discurso está presente também no momento em que se silencia, ou ainda quando intervém acreditando que o diferente é inferior, que merece respeito, mas não igualdade.

A aluna Catarina, por subverter a norma vigente do gênero, que considera “normal” a vivência no sexo que lhe foi atribuído no nascimento, é apontada com gozação e xingamentos e ameaças numa tentativa de estabelecer novamente a normalidade. Assim, essas meninas que hostilizam Catarina se constituem em veículo do poder normativo do gênero, “[...] que regula saberes e regula a produção dos corpos” (REIS; PARAÍSO, 2014). Esse padrão de comportamento, em geral, ensina que é ruim fugir do modelo aceito, ser diferente, pois será tratado/a com desprezo e desrespeitado/a constantemente.

Eliane traz em sua fala uma ligação íntima da agressividade como forma de expressão inevitável dos corpos desviante da norma heterossexual “Ela vai tá agressiva, não vai tá chorando, você sabe disso. Você sabe que as pessoas não choram”. Essa representação do diferente como violento acaba por justificar sua subjugação a partir de preconceitos e discriminações das mais diversas ordens, da violência simbólica à violência física.

Quanto à normalização, Carlos também traz em sua fala um questionamento sobre o padrão “O que é normal pra mim pode não ser normal pra outro”, este excerto da discussão coloca em pauta a normatização dos padrões estabelecidos, traz a tona o caráter construído das normas impostas na sexualidade. Numa sociedade normatizadora como a atual, as normas de conduta são vivenciadas como verdades. Geralmente, os padrões são estabelecidos sob influência de discursos da ciência, do ponto de vista do que ocupa o padrão, nesse caso o heterossexual. No entanto, em sua fala, Carlos faz refletir sobre o caráter maleável do padrão, levando a repensar e perceber outras possibilidades de vivenciar a sexualidade, diferente da heterossexualidade.

Carlos comenta ainda sobre a possibilidade de Catarina cometer suicídio, visto que está sendo tratada como ser abjeto por escapar do padrão de normalidade e ele mesmo questiona problematiza o que é ser normal. Mas não por apresentar um conhecimento acadêmico sobre o tema, mas porque apresenta uma fala do que é politicamente correto, provavelmente apreendida pelas discussões veiculadas no cinema, pela literatura, televisão, revistas, sites e outros. Assim, não só ele, mas outras pessoas- inclusive do grupo - trazem um posicionamento de tolerância e aversão ao preconceito. No entanto, não há uma reflexão e uma aceitação mais efetiva da diferença.

Apesar de apresentarem algumas formas de tentar minimizar a situação, todos/as acabam por posicionar a origem do preconceito fora da escola, na família, na individualidade, mas não reconhecem que o discurso do preconceito também está presente e norteia as atividades escolares diariamente. E não há a percepção de que o processo de aceitar o outro é extremamente complexo, e há necessidade de rejeitar noções preexistentes com as quais se classifica a realidade.

Considerações finais

Concluir nem sempre é tarefa fácil, principalmente quando o tema é relacionado a estudos sobre corpo, gênero e sexualidades e utilizando referenciais que se distanciam das produções de “verdades”. Esta temática exige uma nova compreensão dos sujeitos, de suas práticas e da sociedade em geral, lembrando que este trabalho se constitui apenas como umas das formas de interpretar o mundo e dar-lhe sentido.

No debate acerca das carreiras, percebeu-se que existem áreas que são mais ocupadas por homens e outras mais ocupadas por mulheres e que as pessoas, tanto as mulheres que entram em carreiras consideradas masculinas como os homens que entram em carreiras consideradas femininas, enfrentam o preconceito devido aos estereótipos de gênero. Apesar de na discussão os/as participantes reconhecerem que algumas características não podem ser naturalizadas, pois podem fazer parte do repertório tanto de homens como de mulheres, em outros momentos naturalizam características socioculturais.

Nas discussões do grupo também foram encontradas concepções tradicionais atravessadas pela heteronormatividade, por micropoderes dos quais, muitas vezes, não se têm consciência e que reforçam a visão dicotômica de corpo, gênero e sexualidades, mas também discursos marcados por contradições e subversões. E, a partir dessas impressões encontradas nas falas dos/as estudantes infere-se que a temática do corpo, gênero e sexualidades não fez parte do currículo oficial, nem tão pouco esteve presente em debates e discussões durante a formação apresentando a temática e seu contexto histórico e contemporâneo. Esta ausência poderá trazer implicações negativas, visto que os/as futuros/as professores/as vão trabalhar com a educação básica utilizando como instrumento a concepção que aprenderam, reduzindo o corpo, o gênero e a sexualidade a explicações biologizantes, que reforçam preconceitos e estereótipos, fazendo com que a diferença seja “marcada”, negativamente. Ou na melhor das hipóteses, tratando a diferença com tolerân-

cia e a convivência, sem, contudo se misturar com eles, mantendo uma atitude arrogante de superioridade.

Com esta fala não se pretende concluir que o currículo das licenciaturas está isento da temática, mas que está atravessado, de uma maneira naturalizada e silenciosa, pelos discursos normatizantes de gênero e sexualidade, discursos binários, homofóbicos, que trazem em seu bojo uma lógica dicotômica dos gêneros. Nesse contexto, a partir da visão pós-estruturalista, acredita-se que há a necessidade da desconstrução desses discursos, levando a um desenraizamento da heteronormatividade, para que os sujeitos possam vivenciar sua feminilidade, masculinidade e sexualidades de formas diversas do padrão hegemônico.

Sendo assim, percebe-se a necessidade da inclusão das temáticas para auxiliar os/as estudantes das licenciaturas a perceber que a feminilidade e a masculinidade não são essências da natureza humana, são construções plurais que se alteram historicamente, e nas diversas sociedades. É necessário perceber que as diferenças foram transformadas em desigualdades que resultam na desigualdade sexual observada no trabalho, no preconceito contra pessoas de sexualidades que fogem a norma heterossexual, na exploração sexual e demais problemáticas.

Referências bibliográficas

- ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G.; SILVA, L. B. da. **Juventudes e sexualidade**. Brasília: UNESCO, 2004.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- CARDOSO, L. de R.; SANTOS, J. dos. Relações de gênero em um currículo de matemática para os anos iniciais: quantos chaveiros ele tem? **Ensino Em Re-Vista**, v.21, n.2, p.341-352, jul./dez. 2014.
- CRUZ, M. H. S. **Trabalho, gênero, cidadania**: Tradição e modernidade. São Cristóvão: Editora UFS, 2005.
- DIAS, A. F. Educando Corpos, produzindo Diferenças: um debate sobre gênero nas práticas pedagógicas. **Tomo (UFS)**, v. 2, 2013. p. 237-256.
- FISCHER, R. M. B. Foucault e a análise do discurso em educação. **Cadernos de pesquisa**, n. 114, nov., 2001. p. 197-223.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 21. ed. São Paulo: Loyola, 2011.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
- JUNQUEIRA, R. D. Homofobia nas escolas: um problema de todos. In: JUNQUEIRA, R. D. (org.). **Diversidade sexual na educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da educação, Secretaria de educação continuada, alfabetização e diversidade, UNESCO, 2009.

- LERVOLINO, S. A.; PELICIONI, M.C. F. A utilização do grupo focal como metodologia qualitativa na promoção da saúde. **Revista da Escola de Enfermagem**, São Paulo, v.35, n. 2. 2001. p. 115-121.
- LOURO, G. L.. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (org.) et al. **O Corpo educado**: Pedagogias da sexualidade. 2. ed. – Belo Horizonte: Autêntica, p. 07-35, 2000.
- LOURO, G. L.. Currículo, gênero e sexualidade. In: LOURO, G. L.; FELIPE, J.; GOELLNER, S. V.(orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. 5. ed. Petrópolis(RJ): Vozes, 2010.
- MEYER, D. E. E.. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, G. L.; FELIPE, J.; GOELLNER, S. V.(orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. 5. ed.. Petrópolis (RJ): Vozes, 2010.
- MINAYO, M. C. de S..**O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 5. ed. São Paulo; Rio de Janeiro: Hucitec; Abrasco, 1998.
- REIS, C. D'Á. R.; PARAÍSO, M. A.. Normas de gênero em um currículo escolar: a produção dicotômica de corpos e posições de sujeito meninos-alunos. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 22(1): 416, jan.-abr. p. 237-256, 2014.
- SANTOS, E. F.. **Gênero, Educação, Profissional e Subjetividade: discurso e sentidos no cotidiano do Instituto Federal de Sergipe**. 2013. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Sergipe (UFS). São Cristóvão (SE): UFS, 2013.

GÊNERO, EDUCAÇÃO E INCLUSÃO: MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO DO GT 1 NO 19º REDOR

Maria do Rosário de Fátima de Andrade Leitão¹⁰⁸

Lígia Luís de Freitas¹⁰⁹

Introdução

Este trabalho objetiva visibilizar o mapeamento da produção científica do GT 1 *Gênero, Educação e Inclusão* (GEI) durante o XIX Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero (REDOR) em Sergipe, 2016. Para a concretização dessa meta procuramos identificar na produção inserida no GT 1, os seguintes aspectos: os títulos, as palavras-chave, as instituições de ensino superior (IES) e/ou outras as quais as/os pesquisadoras/res estavam vinculados, os níveis (graduação, mestrado, doutorado, projetos de pesquisa e/ou extensão) e focos dos estudos, ou seja, se as pesquisas recortavam a educação formal básica, a educação não formal, o ensino superior, os espaços da sociedade civil organizada, entre outros. Além disso, procuramos identificar os possíveis pontos de convergência entre os textos.

Neste ano, o GEI tomou a decisão política de acolher o máximo de propostas para o GT, em particular, por conta dos recuos relativos ao recorte de gênero nas políticas educacionais. Em tempos de defesa fundamentalista de uma *escola sem partido* e de iniciativas legislativas nas diferentes esferas (federal, estadual e municipal) de retirada dos termos “gênero e sexualidade” de planos de educação, ou de outros marcos educacionais, avaliamos que precisávamos acolher e, conseqüentemente, estimular a produção para o GT. Assim, neste ano de 2016 houve um crescimento de inscrições no GT que recebeu um número expressivo de propostas vindas de diferentes IES, como será visto no próximo tópico.

A decisão política de acolher o máximo de propostas exigiu que, em alguns casos, as/os propositores/as tivessem prazo para fazer os ajustes solicitados pela comissão avaliadora, que precisou ser ampliada para dar conta do trabalho de avaliação. Para além dessa introdução, o presente texto compõe-se dos seguintes tópicos: *Gênero, Educação e Inclusão no Contexto da REDOR*, no qual fazemos uma apresentação geral do GT, mostrando os dados gerais em forma de gráficos, a partir dos quais fazemos considerações. Nos tópicos seguintes discorreremos sobre as cinco subáreas que encontramos com o movimento de categorização dos trabalhos inscritos. Fechamos o artigo apresentando os encaminhamentos vindos a partir da escuta das/dos pesquisadoras/res que apresentaram trabalhos no GT 1.

¹⁰⁸ Professora Doutora da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE. E-mail: mrfaleitao@gmail.com

¹⁰⁹ Professora Doutora do Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ. E-mail: ligialfreitas@gmail.com

O gei no contexto do 19º encontro da REDOR

No auge dos seus 24 anos de existência, o encontro da REDOR já passou por grande ebulição e teve também seu momento de marasmo acadêmico. De acordo com Silva e Carvalho (2014), depois do primeiro encontro na Bahia, em 1992, foram realizados mais 19 encontros, por ordem, nos seguintes estados: Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pará, Alagoas, Maranhão, Ceará, Piauí, Bahia e Sergipe, em 2002. Os encontros da Rede não se realizaram por dois anos, sendo retomada a realização dos eventos em 2005, na Bahia. Depois, foram realizados encontros anuais em Pernambuco, Ceará, Pará, Maranhão e Amazonas, até 2010. A partir deste ano, a REDOR passou a realizar encontros bienais, acontecendo novamente na Paraíba, em 2012, e em Pernambuco, em 2014.

Com relação ao GT 1, até o 17º REDOR na Paraíba ele era intitulado de “Gênero e Educação”. Somente neste encontro foi incorporado o termo “Inclusão”¹¹⁰ no seu temário. Pode se afirmar, de acordo com a pesquisa de Carvalho et al. (2015), que o encontro da Paraíba foi decisivo para a retomada da Rede. O evento contou 245 inscrições, sendo distribuídas em 13 GTs (CARVALHO et al, 2015). Na Paraíba, o GT 1 teve um número expressivo de inscrições de relatos de experiências advindos de docentes de escolas da rede pública, municipal e estadual. A maior parte dessas experiências resultava da parceria feita entre o Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação sobre Mulher e Relações de Sexo e Gênero (NIPAM/UFPB) e os governos locais para realização de cursos de formação na modalidade extensão.

Para o NIPAM, responsável pelo evento na UFPB em 2012, naquele momento era importante dar visibilidade aos Planos de Ação vindos de cursos de extensão organizados pelo Núcleo em parceria com a rede pública local. Era uma oportunidade de visibilizar as ações de formação do núcleo para além da pesquisa acadêmica. A participação de professores/as estreitava a relação entre universidade e políticas pública escolares, além de oportunizar que docentes das redes locais compartilhassem suas experiências. Assim, a partir de uma articulação com as Secretarias de Políticas para as Mulheres do Município e do Estado, foram reservadas 100 vagas para a rede pública, a fim de que as/os docentes trouxessem suas experiências para compartilhar.

No 18º REDOR, na UFRPE, em Recife, a Rede mostrou a sua força, chegando a realizar 800 inscrições. Desse total, o evento contou com cerca de 530 comunicações nos seus 11 GTs. Nesse evento, o GT, agora Gênero Educação e Inclusão (GEI), contou com 69 inscrições, que incluíam apresentações orais, pôsteres e ouvintes. Ao todo, 47 trabalhos foram apresentados em 03 dias de programação. Desses, 32 textos completos foram publicados nos Anais do evento.

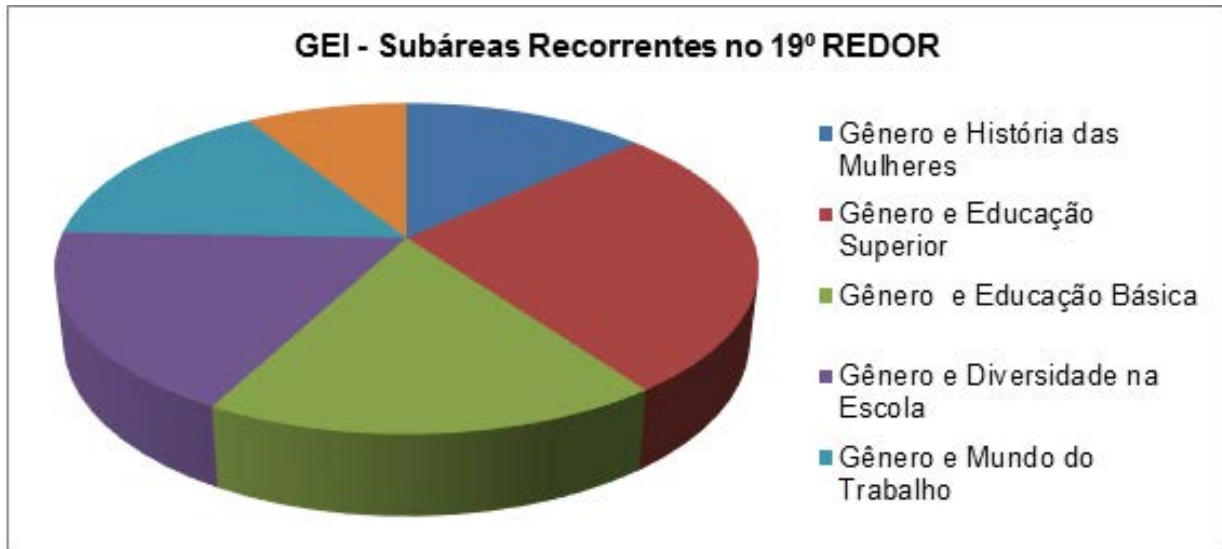
No 19º REDOR, que ocorreu na Universidade Federal de Sergipe (UFS), o GEI obteve 46 trabalhos inscritos, desses, apenas um no formato pôster. Inserem-se nesta produção 58 pesquisadoras (uma delas transgênero) e também 6 pesquisadores. Apesar disso, Carvalho et al. (2015) registram um crescimento masculino nas pesquisas sobre gênero e feminismo. Com base na pesquisa dessas autoras sobre os encontros da REDOR, a participação masculina veio crescendo ao longo dos últimos anos, sendo mais expressiva nos

¹¹⁰ Solicitação realizada desde 2009 pela Profª Drª Lígia Pereira, coordenadora do GT1 daquele período.

encontros de João Pessoa (2012) e Recife (2014), que tiveram 82 homens em 2012, e em 2014 foi criado o GT11 – Gênero, Homens e Masculinidades, no qual houve 26 inscrições, 14 apresentações orais e 9 textos completos publicados nos anais do 18º Encontro da REDOR.

O Gráfico 1 mostra a organização dos estudos nas subáreas que mais recorreram no GT 1 - GEI, neste último REDOR/2016.

Gráfico 1 – Subáreas Recorrentes no 19º REDOR



Fonte: Elaboração das autoras, a partir dos trabalhos inscritos no GT.

De acordo com o levantamento feito, as universidades que mais apresentaram trabalhos no GEI foram: UFPB, UFS, UFBA, UPE, UNB, UFPE, UFAL, IFAL, UFRPE. Percebe-se a dificuldade que pesquisadoras/res do Norte têm para participar de encontros fora da sua região, o GT 1 contou com uma representação da UFT/Arraias/TO e outra da UFAC. Quem consegue chegar revela a dificuldade relacionada às longas horas de espera e as conexões aéreas, além do preço da passagem, que é sempre muito alto. Tal realidade acaba limitando uma maior participação de pesquisadoras/res da região Norte. O último encontro também trouxe participantes de outras regiões, fruto da articulação feita pela gestão do evento.

Como se pode perceber no Gráfico 1, a maior produção concentra-se na subárea *Gênero e Educação Superior*. A análise do material revelou duas pesquisas *strictu sensu*, em nível de doutorado e outra de mestrado. A maioria dos trabalhos apresentados veio da produção acadêmica de núcleos de estudos e pesquisas vinculados às IES, ou via Programas como PIBID e PIBIC. A subárea *Gênero e Educação Básica* também trouxe um número expressivo de propostas. Como poderá ser visto neste conjunto, duas pesquisas fazem o recorte de deficiência. Durante as apresentações, uma das pesquisadoras destacou a importância de garantir o recorte da inclusão no GT, aspecto que a fez se sentir motivada a inscrever o trabalho.

Um grupo significativo de trabalhos foi inserido na subárea *Gênero e Diversidade na Escola*. A maioria das propostas veio como resultado do curso de especialização GDE,

promovido por várias IES. As subáreas *Gênero e História das Mulheres*, *Gênero e Mundo do Trabalho* e *Gênero e Educação Não Formal* tiveram menor quantidade de trabalhos, conforme a categorização, nesta última área são 4 propostas, que se debruçaram sobre questões relacionadas a educação não formal. Um dos trabalhos deste grupo focou na política de assistência social à mulher negra, o que mostra a importância de se estabelecer diálogo mais estreito entre educação informal para a cidadania, capaz de preparar as usuárias dessas políticas a buscarem seus direitos.

A proposta do GT1 é dialogar com pesquisas e relatos de experiências a partir da Epistemologia Feminista, que segundo Castañeda Salgado (2008, p. 14) consiste em uma forma particular de conhecer e produzir conhecimento, caracterizada pelo seu interesse em contribuir no processo de erradicar a desigualdade de gênero que marca as relações e posições das mulheres em relação aos homens. O detalhamento desses estudos será nos seus respectivos tópicos, apresentados a seguir.

Gênero, educação e inclusão: subáreas

Ao analisarmos os resumos, as palavras-chave e textos dos trabalhos inscritos no GT 1 fomos agrupando o material nas seis subáreas já destacadas, sobre as quais passamos a tecermos comentários. Ao falar sobre a importância do GT 1 Mary Ferreira citada por Elizabeth Ferreira e Eulina Carvalho (2015) afirma:

[...] a necessidade de pensar a educação para transformar as relações de gênero perpassa a discussão desse GT, na medida em que esta constitui uma forma de construir modelos e padrões que podem tornar a vida das mulheres um espaço de sociabilidade e valorização de suas identidade e individualidades (FERREIRA, apud FERREIRA; CARVALHO, 2015, p. 05).

Relembramos aqui que o GT passou por mudança nos seus temários em 2012, passando a se chamar Gênero Educação e Inclusão. Segundo Ferreira e Carvalho (2015), essa modificação tanto no temário do GT 1, quanto no temário de outros GTs possibilitou o atendimento das demandas da produção acadêmica, como revelado por uma pesquisadora agora em 2016. Além disso, as autoras citadas registram que a referência à inclusão veio atender as demandas da atualidade. Somado a isto, o uso do termo *Inclusão* no temário do GT também vêm responder as mudanças ocorridas nas políticas públicas brasileiras ao longo dos anos 2000, mudanças que vão se solidificar com a criação da SECADI, em 2011 (GARCIA; MICHELS, 2014).

Assim como nos outros encontros da Rede, a produção inscrita no GEI emergiu, na sua maioria, de investigações vinculadas a núcleos de estudos e pesquisas que trabalham com o recorte de gênero nas IES, perfazendo um total de 34 trabalhos, os demais estudos (12) vieram de pesquisas em nível de mestrado (5) ou doutorado (7). Essa realidade do GEI pode indicar que a produção vinda dos grupos não tem relação direta com pesquisas *lato e strictu sensu*, podendo se inferir também que nem sempre as/os pesquisadores/as vinculados a grupos de estudos e pesquisas estão inseridos/as na pós-graduação.

A seguir passamos a comentar os trabalhos situados nas 6 subáreas, a saber: Gênero e História das Mulheres, Gênero e Educação Superior, Gênero e Educação Básica, Gênero e Diversidade na Escola, Gênero e Mundo do Trabalho, Gênero e Educação Não Formal, inicialmente, apresentadas no Gráfico 1.

Gênero e História das Mulheres

Revelar e visibilizar a história das mulheres é uma saída para interrogarmos o cânone (PADILHA, 1997). Paixão discute o cânone a partir da crítica literária, “Kanon” uma palavra de origem grega, que tem como significado primeiro a ideia de vara de medir. Assim, no que diz respeito à literatura, esta autora afirma que a palavra canônica é aquela que se torna “sinônimo de lei, norma, um princípio de seleção e exclusão” (PAIXÃO, 1997, p. 71). Dessa maneira, se empregarmos essa noção para compreendermos a relação entre gênero e história das mulheres poderemos dizer que a história da humanidade, por muito tempo, foi à história dos homens brancos, do sexo masculino. Nesta direção, os trabalhos desta subárea ao visibilizarem a história de mulheres vêm contribuir para esse interrogar, revelando sua presença e suas contribuições em diferentes situações e contextos.

No processo de categorização dos trabalhos desta subárea, este item não emergiu inicialmente. Depois, em uma segunda sistematização do material empírico: nas anotações do processo de apresentação, nos resumos, nas palavras-chave e nos textos completos identificamos que 7 estudos apresentavam marcadores que assinalavam para uma relação entre gênero e história das mulheres.

Desse conjunto, 3 estabelecem vínculos estreitos entre si, são os textos de Jéssica Luana Fernandes, Shirley Targino Silva e Silmaria Souza Brandão. As três propostas vão resgatar a história das mulheres - Nísia Floresta, Maria Eunice Pereira e Pina e Eudésia Vieira – que, em diferentes contextos (Rio Grande do Norte, Goiás e Paraíba) e tempos históricos diferentes, foram mulheres que contribuíram no processo de emancipação feminina em diferentes frentes: literatura, educação, medicina, imprensa, cavalaria.

Mayanne Júlia Tomaz Freitas e Maria Eulina Pessoa de Carvalho apresentam um resgate da história da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero – REDOR e de algumas de suas criadoras e participantes. A partir de pesquisas bibliográfica, documental e biográfica resgatam e dão visibilidade à história de fundadoras/es e atuais dirigentes de quatro núcleos/grupos de estudos de gênero articulados a REDOR. De acordo com suas conclusões, além dos estudos de gênero transversalizarem as trajetórias acadêmicas de suas/seus pesquisadas/os desde a formação inicial, a referida Rede torna-se um espaço importante para núcleos/grupos, em virtude de fortalecer sua articulação e crescimento.

Ao refletir sobre a importância de núcleos/grupos Carvalho chama a atenção que esses espaços “têm um papel formador (de mudança cultural) que extrapola o contributo de suas diversas ações e projetos no desenvolvimento das funções acadêmicas do ensino, pesquisa e extensão. Seu impacto é tanto formal quanto informal” (CARVALHO apud FREITAS; CARVALHO, 2016, p. 01).

O estudo de Ana Carla M. de Oliveira aborda o processo de feminização do magistério no Brasil, através da história de educação e da formação dos professores. Para construção desse enredo, a pesquisadora utilizou-se de diferentes fontes que lhe ajudassem a compreender como a educação formal no transcorrer da sua história, somada aos valores sociais vigentes de cada época, contribui para explicar a feminização da docência e, consequentemente, para entender os históricos problemas que esse campo enfrenta atualmente (OLIVEIRA, 2016). Ao resgatar as *memórias de mulheres sobre infância e escolarização no Maranhão nas décadas de 1950/1960*, o texto de Tatiane da Silva Sales e Cristina Donza Cancela dialoga com o estudo de Ana Carla Oliveira, em particular, quando essas autoras destacam as dificuldades enfrentadas por suas entrevistadas para escolarizar-se em meados do século XX e os empecilhos relacionados à desigualdade de gênero que também enfrentaram para dar continuidade ao processo de educação formal.

O último texto dessa subárea consiste na pesquisa de Valdir Eneias de Melo, que apresenta diálogo com os dois textos comentados no parágrafo anterior. O autor resgata elementos presentes na socialização feminina desde a colonização, que revelam os deslocamentos entre uma educação para o lar e para a maternidade à inclusão das mulheres no processo de escolarização formal, inicialmente destinado aos homens, na posição de docente ou discente. Nessa trajetória destaca fatores que tanto serviram para excluí-las da educação formal, como foram usados para afirmá-las como professoras. As consequências dessa trajetória que relacionou mulher e cuidado se refletem na sua presença majoritária e necessária na educação infantil e nas séries iniciais da atualidade.

Sobre a história das mulheres, Rago (1998, p. 1) chama a atenção sobre os primeiros questionamentos relacionados ao recorte metodológico de uma história das mulheres, pontua a problematização a partir dos seguintes questionamentos: existiria uma maneira feminina de fazer/escrever a história, radicalmente diferente da masculina? E, ainda, existiria uma memória especificamente feminina? Desta forma, neste grupo temático do GT1, os textos chamam a atenção sobre a construção da identidade de mulheres, elaborada na relação sócio-histórica e em diálogo com as subjetividades de masculinidades e feminilidades que fugiam das expectativas sociais de seus tempos, rompendo com práticas disciplinadoras, com discursos e saberes instituídos.

Gênero e Educação Superior

Segundo Alves e Cavanечи (2013), o Brasil tem passado por um processo de redução das desigualdades de gênero e de desconstrução do patriarcado, o que tem estimulado a criação de ações de combate às diferenças de gênero. Apesar dessa afirmação, a literatura sobre o tema ainda destaca a invisibilidade e, às vezes, a subrepresentação das mulheres na investigação científica e no desenvolvimento tecnológico. Costa (2006, p. 455) indaga: o que faz com que o número de mulheres, ainda hoje, seja consideravelmente menor do que o de homens na ciência, em várias áreas do conhecimento? O que ainda impediria as mulheres de participarem dos centros e núcleos de decisão, dos escalões superiores na ciência e na tecnologia? Nessa mesma direção, Cabral (2006, p. 2) questiona: o que essa história

das mulheres na engenharia nos diz? Qual outra história pode-se contar? O que muda? O que permanece?

Na década anterior, no “World Science Report” – UNESCO/1996, várias perguntas sugeriram sobre o percurso das mulheres na carreira científica: Quais as mulheres que conseguem permanecer no mercado de trabalho e/ou na carreira científica, evoluir e ser nomeadas para funções de responsabilidade e de poder no sistema científico? Todas essas questões dialogam com os textos apresentados. A partir de diferentes recortes metodológicos, essas pesquisas visibilizam as contribuições ou restrições às mulheres à produção do conhecimento acadêmico.

Essas pesquisas corroboram com o texto de Londa Schiebinger (2001), que evidencia a participação das mulheres na ciência. A autora destaca Hipátia, famosa matemática da Grécia Antiga, e Marie Curie, no século XX. Schiebinger chama atenção de pesquisas desenvolvidas a partir da proposta de: 1) encontrar mulheres que haviam, realmente, criado ciência para se opor à noção de que mulheres não produzem ciência por limitações biológicas e emocionais¹¹¹; e 2) contribuir na evidência de modelos de papéis femininos, para as jovens mulheres que ingressam na ciência, para contrabalancear com os estereótipos masculinos¹¹².

Segundo Schiebinger (2001, p. 334) os avanços na configuração de igualdade de gênero na ciência são importantes a partir da concepção de que “[...] O que precisamos é de um relacionamento de trabalho saudável entre estudiosos envolvidos no desenvolvimento de críticas de gênero da ciência e aqueles que fazem ciência”. Entretanto, desde a fundação das universidades no século XII, e até o final do século XIX, as mulheres geralmente eram excluídas.

Especialmente no início do século XX, algumas mulheres ingressaram na produção da ciência por meio de um homem, assim tinham acesso a laboratórios e pesquisas por serem ajudantes de seus maridos ou filhos. No entanto, na maioria das vezes, seus nomes eram invisibilizados. Com isso, a projeção das mulheres na ciência é expressiva após o seu movimento das décadas de 1870 e 1880 (SCHIEBINGER, 2001, p. 71). Retomamos as reflexões de Padilha e Paixão (1997) para reafirmar nossa reflexão de que os cânones atravessaram a história das mulheres também na ciência. Assim como no contexto da produção literária, as lutas das mulheres foram decisivas para o questionamento da visão canônica nas ciências.

No contexto brasileiro, Rosenberg e Madsen (2011) fazem referência ao progresso das mulheres no campo educacional, avanço que se confirma com os números da graduação e pós-graduação, bem como com a quantidade de pesquisadoras, docentes, e, ainda, no acesso à pesquisa. Mesmo as mulheres continuando com os melhores desempenhos nesse campo, a análise revela que “o progresso das mulheres na educação brasileira ocorreu, dentro de limites, particularmente no plano da justiça redistributiva, e conviveu com marcan-

111 Com isso se iniciou um trabalho dos enciclopedistas que reuniam os nomes das mulheres renomadas, no sentido de provar a sua capacidade de realizações e que deveriam ser admitidas nas instituições científicas. Então, no final do século XVII, surge a primeira enciclopédia voltada exclusivamente à história das conquistas das mulheres nas ciências naturais.

112 Na década de 1970, houve o crescimento de participação da mulher na ciência. A partir desse momento, algumas mulheres escreveram suas biografias fornecendo relatos inéditos sobre suas pesquisas, na intenção de deixarem suas marcas na história. Segundo a autora, esses livros chamam a atenção para mulheres que desafiaram a convenção para reivindicar uma posição proeminente num mundo essencialmente masculino e também analisam as condições que aumentaram ou diminuíram o acesso de mulheres aos meios de produção científica (SCHIEBINGER, 2001, p. 59).

tes desigualdades etárias, étnico-raciais, regionais e socioeconômicas” (p. 13). Bruschini et al (2011) destacam que o aumento das mulheres na educação superior foi mais recorrente nas áreas vistas tradicionalmente como femininas, o que impõe desafios no campo dessas políticas educacionais no sentido de inclusão das mulheres nas chamadas “ciências duras”.

Outros estudos realizados em universidades brasileiras sobre mulheres docentes na educação superior têm inspirado diversas pesquisas, entre elas se destacam as de Cruz (2012) e Carvalho, Rabay e Silva (2013), que têm publicado sobre o tema em universidades do Nordeste brasileiro. Nessa subárea identificamos 13 trabalhos.

Em seu texto, Adenilda Bertoldo Alves de Moraes, Maria Eulina Pessoa de Carvalho e Glória Rabay apresentam resultados de uma pesquisa de mestrado na UFPB, que objetivou analisar, através das histórias de vida de três acadêmicas, a articulação entre “o pessoal” e “o institucional” em suas narrativas, destacando suas contribuições para a institucionalização dos estudos de gênero. A pesquisa dialoga com o texto construído por Maria Carolina Lins Mendonça e Maria do Rosário de Fátima A. Leitão, no programa PIBIC, cuja coleta de dados incluiu entrevistas a 07 docentes da UFRPE, com o objetivo de resgatar a trajetória dessas docentes em suas carreiras acadêmicas e profissionais. A partir das narrativas, buscou-se conhecer o lugar dessas mulheres no desenvolvimento científico e tecnológico, sua inclusão nas políticas públicas e nos espaços de poder.

Regis Glauciane Santos de Souza apresenta parte dos resultados de uma pesquisa de mestrado sobre gênero e mulheres nas Instituições Federais de Educação Superior (IFES) desenvolvida no PPG-NEIM/UFBA. O recorte temporal abrange um período de vinte e quatro anos (1990-2014) com um olhar para a configuração da educação brasileira na perspectiva de gênero – acesso e progresso discente nas universidades, com indicadores sociais da educação e recorte de sexo, partindo do geral para o particular (Brasil, Região Nordeste e Bahia/UFBA). Os resultados da pesquisa apontam, de maneira geral, que as mulheres continuam em desvantagem na educação, que há divisão hierárquica entre as áreas do conhecimento. No tocante às questões de ‘redistribuição’, especificamente, ficou evidente que o espaço universitário ainda é sexuado e fixa obstáculos de gênero em seu território.

Lívia Moraes Nóbrega se propõe a realizar um breve estado da arte da literatura existente sobre gênero no campo da arquitetura e urbanismo; discorrer sobre as experiências recentes promovidas pelo Núcleo de Estudos em Espaço e Gênero (NEG) – um coletivo composto por discentes e docentes de graduação e pós-graduação da área de arquitetura e urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) – e, dessa forma, identificar e discutir desafios e potencialidades no ensino e pesquisa de gênero no campo da Arquitetura e Urbanismo.

Sobre as docentes e discentes nos Institutos Federais, há dois textos nesse bloco temático que os privilegiam como lócus de pesquisa. Um, desenvolvido por Amilde Martins da Fonseca, que analisa a naturalização da inserção das mulheres no magistério no Brasil, no contexto de numa instituição de ensino técnico e tecnológico - IFBA, que consiste em campo empírico de pesquisa de doutorado. A autora evidencia o que denomina de processo perverso na construção de uma teia de significados, cuja consequência principal é per-

petuar a conexão entre o que historicamente se convencionou como trabalho das mulheres no lar e as representações que se constroem da atuação dessas nas salas de aula.

O outro texto foi elaborado por Luciana Farias de Araújo Andrade, no qual analisa a formação técnica das alunas do Instituto Federal – Campus Teresina Central, inseridas no curso de eletrônica, eletrotécnica e mecânica, considerados cursos marcados pela tradição masculina, a fim de verificar se essa instituição contribui para a equidade de gênero requisitada no novo modelo de educação profissional e tecnológica.

Tendo o fio condutor da divisão sexual do trabalho, Andréa Pacheco de Mesquita e Maria Olivia da Silva Monteiro no texto “Gênero e Serviço Social: algumas considerações acerca do Projeto Ético Político”, discute a simbiose capitalismo-patriarcado, as relações de gênero na sociedade capitalista e suas consequências para a/o Assistente Social na UFAL, considerando que essa profissão se insere na divisão sexual do trabalho, que atribui as atividades de cuidado às mulheres. Ângela Maria Freire de Lima e Souza discute a marcante presença feminina em cursos de Biologia numa perspectiva de gênero, analisa os Projetos Políticos Pedagógicos de dois cursos da cidade de Salvador - Bahia, a formação de biólogas e biólogos.

Maria Santana Ferreira dos Santos Milhomem busca compreender os sentidos e significados construídos pelas professoras/acadêmicas do curso de Pedagogia do Plano Nacional de Formação dos Professores do Magistério da Educação Básica (PARFOR) oferecido pela Universidade Federal do Tocantins – UFT/Arraias – TO. Mariana Dórea Figueiredo Pinto e Maria Helena Santana Cruz apresentaram um estudo que tem a finalidade de verificar a existência de desigualdade de gênero nas opiniões emitidas por docentes mulheres e pelos homens do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Janaina Guimarães da Fonseca e Silva apresenta a experiência de práticas interdisciplinares de ensino, o PIBID - Programa de Iniciação à Docência da CAPES, envolvendo as desigualdades de gênero, desenvolvidas pelas alunas e alunos dos cursos de Licenciatura em História e Biologia da Universidade de Pernambuco, Campus Petrolina. O campo de análise dessas práticas será o PIBID da CAPES, a partir das imagens do sertão construídas pelas obras literárias.

Maise Caroline Zucco desenvolve uma reflexão crítica, a partir da análise de discurso sobre elementos da conjuntura social e política diretamente ligada à aprovação do Plano Nacional de Educação (2014-2024) e do Plano Estadual de Educação do Estado da Bahia (2016 – 2026), especialmente sobre as categorias gênero e sexualidades.

O conceito de Gênero na transversalidade com as categorias Ensino Superior, divisão sexual do trabalho, carreiras tecnológicas, levanta questões que nos possibilita dialogar com Cabral (2006) ao destacar que as cobranças engendradas na naturalização das subjetividades de feminilidade, nas quais se destacam o cuidado e a reprodução social que compõem o cotidiano das mulheres em geral e também de muitas docentes, tem contribuído para definir o lugar das mulheres em determinadas áreas da ciência. Outro aspecto importante na vida das docentes sujeitas das pesquisas consiste nas estratégias para conciliar os diferentes territórios e deslocamentos que a sociedade lhes cobra, além de superar as

barreiras, no ambiente de trabalho, barreiras que dificultam o acesso a espaços de poder e decisão na academia.

Gênero e Educação Básica

Nesta subárea identificamos 08 estudos que dialogam, especialmente, com perspectivas críticas e pós-críticas de Currículo. Embora reconheçamos que todas as temáticas do GEI caminham na direção deste diálogo, percebe-se que tanto nesse tópico quanto na temática a seguir – Gênero e Diversidade na Escola – o entendimento fica mais explícito, principalmente por conta dos objetos de estudo escolhidos, como pode ser visto a partir dos temas dos artigos e nas opções teóricas para análise dos fenômenos, que as/os autoras/es rompem com a ideia da neutralidade, inocência e de que o currículo não tem interesse (SILVA, 2012). Tal compreensão se confirma em descritores, como: corpo, deficiência, diversidade sexual, discriminação, preconceito, discurso, relações de gênero, raça, cidadania, sexualidade.

Portanto, os estudos dessa subárea, em particular, e do GEI como um todo, acabam afirmando a compreensão de que:

O currículo é lugar, espaço, território. O currículo é relação de poder. O currículo é trajetória, viagem, percurso. O currículo é autobiografia, nossa vida, curriculum vitae: no currículo se forja nossa identidade. O currículo é texto, discurso, documento. O currículo é documento de identidade (SILVA, 2012. p. 150).

Dessa forma, os trabalhos inseridos neste terceiro grupo instiga-nos a afirmar que, em contextos de discursos retrógrados, de escola sem partido¹¹³, de perseguição às políticas brasileiras da educação básica, relacionadas a gênero e sexualidade, o momento exige que nos pesquisadoras feministas fortaleçamos diálogos com estudos, pesquisas, ações de extensão e atividades de ensino que se dedicam a investigar fenômenos que emergem do **chão da escola**, das práticas pedagógicas, do cotidiano da formação educacional, em diálogo com as perspectivas críticas e pós-críticas do currículo, em particular, as que teorizam gênero, sexualidade, diversidade e diferença.

A atual conjuntura também exige nosso reconhecimento das iniciativas no Estado brasileiro relacionadas às políticas de gênero e diversidade no contexto da Educação Básica, com destaque para o período do governo Lula. A Articulação de Mulheres Brasileiras (2011), o CFEMEA (2014), Rosemberg e Madsen (2011) e Heringer e Silva (2011) ao analisarem essas políticas afirmam que, apesar dos significativos avanços – criação de organismo específico de políticas públicas para as mulheres, realização da primeira conferência e criação de um plano nacional de políticas para as mulheres, ainda existem desafios a serem vencidos para que avancemos na redução das desigualdades de gênero no campo das po-

¹¹³ O movimento Escola sem Partido nasceu em 2003, a partir de uma iniciativa do procurador do estado de São Paulo, Miguel Nagib. Em 2014 um anteprojeto de lei foi apresentado à Assembleia Estadual do Rio de Janeiro e a Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, isso iniciou um processo de proposição de leis em diversas casas legislativas. O projeto atualmente foi aprovado em ao menos três cidades, no estado de Alagoas e tramita em ao menos outros cinco estados e oito capitais. Disponível em: <http://educacaointegral.org.br/noticias/especialistas-desconstroem-os-5-principais-argumentos-escola-sem-partido/?utm_source=Google&utm_medium=Adwords&utm_campaign=AdwordsGrants&gclid=CL-fq0v59c4CFYEFkQodYt8Krw>. Acesso em: 04 set. 2016.

líticas públicas e, conseqüentemente, no respeito às diversidades (AMB, 2011) no âmbito da educação básica.

Adenize Queiroz de Farias, Alessandra Miranda Mendes Soares, Aluska Peres Araújo e Maria Eulina Pessoa de Carvalho escrevem sobre o entrelaçamento entre corpo, adolescência e deficiência visual. O estudo tem como objetivo identificar a percepção de adolescentes cegas em relação ao seu corpo, bem como os impactos gerados pelas mudanças ocorridas nessa etapa de suas vidas. De acordo com a primeira autora do estudo, no momento da apresentação do trabalho no GEI, foi importante o GT ter garantido o recorte da inclusão, pois, segundo ela, antes dessa ampliação temática do GT1, elas não encontravam onde encaixar sua produção dentro dos encontros da REDOR, estavam excluídas dos debates nesse importante fórum sobre relações de gênero.

Roxane de Alencar Irineu escreve sobre o processo de formação em saúde, mediado pela metodologia ativa, contemplando uma leitura crítica sobre fatores mediadores de gênero. De acordo com a pesquisadora, novas demandas de qualificação são postas atualmente no ensino superior visando preparar para o mercado de trabalho um/a profissional em saúde dotado/a de um novo olhar frente ao processo saúde-doença, um olhar de respeito à diversidade e sensível às diferenças de gênero.

O texto de Adriana Lohanna dos Santos e Alfrancio Ferreira Dias apresenta um recorte histórico sobre a construção social do gênero e as matrizes dos preconceitos, além de discutir as políticas públicas e sociais de direitos humanos para a população LGBT e suas repercussões na educação. Aponta para a necessidade de avançar em direção a uma escola realmente democrática, inclusiva, que garanta a equidade no tratamento de todas as pessoas, oportunizando a cidadania plena. Na mesma direção, a pesquisa de Solange Santos Santana afirma que as instituições de ensino, seus discursos e práticas, ao se fundamentarem nos princípios da heteronormatividade, reiteram um currículo sexista, preconceituoso e discriminatório no que tange às questões de gênero e de diversidade sexual. Assim, a reflexão sobre a relação educação, gênero e sexualidades indica que a escola segue afirmando modelos de identidade rígidos e menos no respeito à diversidade e à prática do diálogo. Apontam a problematização do heterossexismo institucional como saída para essa realidade.

Maria da Anunciação Conceição Silva relata a experiência de configuração do currículo como elemento de diálogo e intersecção, ao desenvolver atividades pedagógicas integradas de inclusão com diferentes atores da escola, (gestores, professores e os educandos com e sem deficiência) interseccionando questões de deficiência, gênero e raça, a fim de quebrar conceitos e preconceitos, a partir da metodologia de oficinas e arte-educação.

Tatiana Modesto Pimentel e Neuza de Farias Araújo também relatam a experiência de idealização de um currículo norteador participativo fundamentado na obra de Paulo Freire, em uma perspectiva de educação para formação cidadã, através do eixo estruturante: Cidadania e Gênero do currículo. De acordo com as autoras, o currículo visto como instrumento coletivo que norteia a construção do conhecimento dentro e fora da escola foi construído e elaborado com a participação, reflexão dos/as gestores/as, docentes, sindic-

tos, estudantes e comunidade escolar, podendo tornar-se referência para outras práticas pedagógicas da educação do Distrito Federal.

Ainda com esse recorte, o texto de Cristiano Jose de Oliveira resultou de um mapeamento da produção sobre currículo, (em dissertações, teses, artigos científicos, a partir das palavras-chave: sexualidade, gênero e corpo em escola religiosa) nos sites da Capes, Scielo Brasil e Gt's da ANPED. O objetivo foi identificar e analisar como se dão suas teorizações e as discussões sobre gênero e sexualidade. O autor conclui que existem muitos estudos sobre a exclusão das mulheres, mas poucas pesquisas educacionais focadas na diversidade sexual. Essa ausência, provavelmente, tem como causa a predominância de proposições essencialistas e excludentes nos conceitos utilizados para pensar identidades sexuais e de gênero.

Em um segundo texto, Cristiano analisa os discursos que permeiam a fundação do Colégio Nossa Senhora da Piedade e a atuação de suas professoras/freiras. A análise dos dados evidenciou a imagem da Virgem Maria como um ideário a ser seguido pelas jovens meninas que recebiam uma educação para casar e ser boas esposas. Assim, discursos religiosos também estiveram presentes quando o assunto na escola foi a homossexualidade de seus/suas professores/as ou de mães de alunos. O autor conclui que, apesar de se tratar de uma escola religiosa, esse artigo traz situações que são vivenciadas em pleno século XXI, em contextos escolares laicos.

Gênero e Diversidade na Escola

A referência ao tema gênero e sua relação mais direta com a questão do currículo escolar, no contexto brasileiro, emerge com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), nos chamados Temas Transversais (TT), a partir de meados dos anos 1990. De acordo com Vianna e Unbehau (2004a; 2004b), a inclusão dos TTs nos PCN buscou superar a visão tradicional de conteúdos curriculares. De acordo com suas análises, o documento equivocava-se quando se limita a tratar do tema apenas no tópico da orientação sexual, com isto, o tratamento nas áreas específicas fica muito acanhado. Para as autoras, essas críticas não desmerecem o reconhecimento de que foi um avanço ter um documento governamental tratando de determinados temas. Dessa maneira, apesar dessa referência nos documentos dos anos 1990, pode-se dizer que a formalização dessa intenção emergiu com as conferências de políticas para as mulheres.

Assim, a inserção da temática de gênero na educação foi prevista pelo Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2013-2015. Todavia, o diálogo entre políticas para as mulheres e políticas educacionais já havia sido apontado desde 2005, quando a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) propôs o curso Gênero e Diversidade na Escola, que resultou da parceria com as seguintes instâncias: Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR/PR); a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/MEC); a Secretaria de Educação a Distância (SEED/MEC); o British Council e o Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM/IMS/UERJ), este último sendo o responsável pela elaboração do material.

O GDE aconteceu inicialmente em regime de extensão, como projeto piloto em cinco cidades brasileiras e depois na modalidade *lato sensu* (especialização), sob a responsabilidade de execução de IES que enviassem projetos. Ao abordar as temáticas de gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais, o referido curso possibilita que seus/suas participantes reflitam sobre essas temáticas (CARRARA et al, 2009) que, na maioria das vezes, não são acessadas na formação inicial. Ao longo dos últimos anos, o curso se ampliou significativamente em todo o Brasil, contribuindo para que profissionais das redes públicas e da sociedade civil organizada se qualifiquem no tocante às questões supracitadas.

A partir de diferentes olhares, os 08 trabalhos dessa subárea são resultado de investigações vindas do processo de formação no próprio GDE, como é o caso dos trabalhos vindos da UFPB. Pela modalidade do curso (especialização), ao final do processo formativo, majoritariamente a distância, todo/toda cursista deverá apresentar um artigo acadêmico científico, no qual investigue e analise um fenômeno através das lentes teóricas estudadas. A maioria das/os participantes do 19º REDOR estava apresentando pela primeira vez seu estudo após a defesa de TCC (formato artigo científico). Esse movimento é revelador do sucesso do curso, que une a reflexão sobre a prática e a formação científica.

Nesse conjunto, Ana Cristina B. de S. Rosa, Francisca Jocineide da Costa e Silva e Lígia L. de Freitas vão analisar as ressignificações das aprendizagens de gênero de professores, a partir da participação no curso Gênero e Diversidade na Escola, em particular na disciplina Gênero. De acordo com as autoras, a maioria dos/as cursistas afirmou que sua prática profissional mudou depois da participação no curso; outro grupo aborda o impacto do tema na sua trajetória pessoal e profissional, sem dizer como isso aconteceu. Um terceiro grupo de cursistas demonstrou estar em processo de ressignificação, pois ainda não aceita determinadas discussões relacionadas às questões de gênero; o quarto e último grupo destacou o empoderamento pessoal e profissional com a passagem pelo curso.

Também com o olhar para a formação de professores que passaram pelo GDE, o estudo de Josenilda Rodrigues de Lima e Elvira Barreto, a partir de reflexões vindas do referido curso em GDE e da constatação que professores/as participantes do mesmo, por ausência de qualificação em gênero e diversidade na formação inicial, acabam contribuindo para a perpetuação do preconceito e da discriminação no ambiente escolar. Essa constatação levou à análise de 25 Projetos Político-Pedagógicos dos cursos de licenciatura da Universidade Federal de Alagoas, do Campus A. C. Simões, a fim de identificar como tais questões aparecem na formação inicial. A análise também se debruçou sobre a atuação do currículo oculto no ambiente escolar, bem como os fundamentos que sustentam a sociedade patriarcal, fundamentada na propriedade privada e na família monogâmica, na qual se desenvolveram as relações de gênero e as desigualdades sociais.

Sirlene Mota Pinheiro da Silva estabelece um diálogo semelhante ao de Josenilda Rodrigues de Lima e Elvira Barreto quando analisa como as questões de gênero e da sexualidade aparecem na trajetória profissional e nas práticas escolares de um grupo de seis docentes (quatro mulheres e dois homens) que fizeram o Curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE), ofertado pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) no biênio 2009-2010. A análise das narrativas docentes fundamentadas em conceitos e estudos desenvolvidos por Pierre Bourdieu (1999), Guacira Louro (1995; 1999; 2003a; 2003b), Jimena

Furlani (2011), dentre outros/as revelou que nas representações e práticas pedagógicas dos sujeitos dão indícios de construção dos gêneros e da educação sexual nos processos educativos vividos.

Outros três textos vão tratar diretamente das questões que emergem do chão da sala de aula. Em seu trabalho, Wilka Barbosa dos Santos analisa como adolescentes do Ensino Médio percebem as questões de gênero, sexualidade e temas polêmicos, como a gravidez na adolescência. Com esta análise, a autora pretendeu mostrar como a instituição escolar interfere no comportamento juvenil a partir dos próprios discursos que as/os alunas/os trazem para as aulas de Sociologia. De acordo com os achados, as instituições escola e família têm interferência marcante nas relações sociais dos/as adolescentes, principalmente com relação ao seu “papel” de gênero. Concluem afirmando a necessidade de um posicionamento da escola no que diz respeito ao tema da educação sexual. Quanto à disciplina Sociologia, ela parece ser uma ciência que contribui para a desconstrução de comportamentos e pensamentos enraizados nas relações sociais de gênero.

O estudo de Gilsomir Cabral de Santiago procura analisar o tratamento que é dado para as práticas conflituosas de uma escola pública municipal. Para tanto, procurou refletir sobre as relações de gênero e os padrões de comportamento dos/as alunos/as da Escola Municipal Manoel Francisco Martiniano, situada no Município Araruna/PB. De acordo com sua reflexão, determinados comportamentos são afirmados a partir das brincadeiras, das falas e dos conteúdos sexistas e discriminatórios na prática pedagógica. Os achados revelam que as intervenções de sala de aula e dentro do próprio ambiente escolar acabam reproduzindo modelos heteronormativos, com isso, contribuem para a construção de modelos padronizados de comportamento.

Adriana Varelo de Oliveira procura identificar, através das práticas educacionais, as desigualdades sociais entre os gêneros, fazendo uma relação dos valores impostos pela sociedade. O trabalho empírico realizado em uma turma de nono ano revelou que a sociedade de uma forma geral tem influência nas escolhas da orientação sexual do grupo. A autora conclui que a inclusão de um sujeito homossexual deve começar em casa e, estender-se à escola.

Gênero e Mundo do Trabalho

Escrever sobre relações de gênero e atividades laborais dialoga com o conceito de divisão sexual do trabalho, Kergoat (2016) e Hirata (2016) teorizam sobre o tema a mais de uma década. Para essas autoras, o conceito de trabalho deve ser problematizado a partir do trabalho doméstico, do trabalho não remunerado, do trabalho formal e informal, o que possibilita visibilizar parcela de trabalho geralmente atribuída às mulheres.

De acordo com dados do IBGE referentes ao ano de 2009, essa realidade se reproduz na distribuição da população ocupada, por grupamentos de atividade, por exemplo, enquanto as mulheres o percentual de 94,5% que estão nos serviços domésticos, os homens perfazem apenas 5,5%, destes mesmos serviços. No mesmo ano, a população ocupada no setor público por sexo teve a seguinte correspondência: as mulheres chegaram a perfazer 53,5% das pessoas ocupadas e os homens somavam 45,5% do setor (IBGE, 2010).

Ainda no que diz às ocupações profissionais, o Relatório da Educação para Todos no Brasil 2000-2015 revela que as mulheres ainda são presença maciça nas ocupações relacionadas ao cuidado e à educação. Não se observa discriminações apenas nos cargos e funções que são acessados por concurso público (BRASIL, 2014).

A literatura sobre o tema informa que o século XXI tem sido significativo para o aumento das mulheres nas carreiras científicas, fomentado com o acesso legal à educação superior. Entretanto, em algumas áreas há sub-representação das mulheres, particularmente, naquelas vinculadas às ciências duras (matemática, física, química). Em outras, há uma predominância de sua representatividade (serviço social, enfermagem, pedagogia). Essa realidade não é fruto de decisões pessoais e sim da socialização de meninos e meninas.

Sobre o tema, Cabral (2006) problematiza, a partir dos dados publicados por Hildete Pereira de Melo (2004), o lugar dessas pesquisadoras nas áreas tecnológicas e nos espaços de poder, ainda redutos predominantemente masculinos. A autora chama a atenção para as áreas em que há a predominância numérica das mulheres, por exemplo, as ciências humanas, a representatividade feminina não tem maior poder. Destaca ainda que o maior número de bolsas de produtividade e pós-doutorado atribuídas às mulheres está nas Ciências Biológicas, considera a área “mais feminina” das ciências.

Uma das expressões da desigualdade de gênero nas ciências é construída e vivenciada a partir da divisão sexual do trabalho socializada no âmbito privado e na educação básica. Outra estratégia adotada pelas professoras, confirmada nas entrevistas e nomeada por Cabral (2006) corresponde a “ser mais”, ou seja, ser mais competente para ser respeitada, produzir mais, participar mais, trabalhar mais. Sendo assim, a autora questiona-se: isso é justo?

Assim, o desafio de conciliar vida privada e vida pública (mundo do trabalho) está presente na história de muitas mulheres. Tal realidade impõe a criação de iniciativas que minimizem as de desigualdades e discriminações. Para a ONU mulheres (2011), a expansão da educação infantil não foi suficiente para atender à demanda que carece de creches e escolas em tempo integral, a fim de garantir que as mulheres possam buscar empregos mais estáveis. Uma das recomendações do estudo é a ampliação da licença paternidade, além da ratificação da convenção 156 da OIT, pelo Brasil, com vistas a garantir um primeiro movimento de aproximação entre a díade trabalho e família, aspecto já apontado pelo Plano Educacional brasileiro (ONU MULHERES, 2011).

A Divisão Sexual do Trabalho é revelada por Bourdieu quando apresenta o seu conceito de poder masculino. Na sua teorização o poder masculino afirma-se como

[...] uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembléia ou de mercado, reservados aos homens e a casa, reservada às mulheres; ou, no interior desta, entre a parte masculina, com o salão, e a parte feminina, com o estábulo, a água e os vegetais; é a estrutura do tempo, a jornada, o ano agrário, ou o ciclo de vida, com momentos de ruptura, masculinos, e longos períodos de gestação, femininos (BOURDIEU, 1999, p 18).

Essas divisões apresentadas por Bourdieu (1999) historicamente têm se refletido na organização da vida privada e, conseqüentemente, na estruturação da vida pública, como pode ser visto nas estatísticas apresentadas no início do tópico. Somado a isto, Bruschini (2007) em seu estudo sobre a situação feminina no mercado de trabalho brasileiro afirma que “as mulheres permanecem como as principais responsáveis pelas atividades domésticas e cuidados com os filhos e demais familiares, o que representa uma sobrecarga para aquelas que também realizam atividades econômicas” (BRUSCHINI, 2007, p. 542). Ou seja, a tensão entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo marcará a trajetória laboral de muitas mulheres.

Os estudos desta subárea ao olharem para o mundo do trabalho através da lente teórica do gênero e do diálogo com outras categorias (raça, classe, sexualidade, corpo) revelam velhas e novas facetas da relação gênero, educação e trabalho. Desse conjunto, três estudos (MELO, 2016; BARBOSA et al., 2016 e CHAVES, 2016) chamam atenção por estarem preocupados com a situação laboral, com a cultura organizacional e com a promoção da equidade de gênero no contexto de trabalho de IES. Retomando Bourdieu (1999), diríamos que essas pesquisas contribuem para repensar as desigualdades que ainda persistem no lugar de assembleia ou de mercado, além da precarização das relações de trabalho femininas (BRUSCHINI, 2007), em contextos de informalidade.

Pode se inferir que as pesquisas supracitadas refletem os impactos do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça criado em 2005 pelo Governo Federal, através da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR). O referido Programa, que está na sua quinta edição, é destinado a empresas e instituições de médio e grande porte, públicas ou privadas. O objetivo é contribuir para a eliminação das discriminações e desigualdades vivenciadas pelas mulheres no ambiente de trabalho. Ou seja, embora a participação no Programa seja por adesão voluntária, o impacto que essa política vem exercendo nas instituições que aderem tem gerado um movimento de instituições públicas e privadas em busca de sua institucionalização.

No levantamento feito, 07 trabalhos se situaram nesta subárea. Alcione Taveira Ribeiro e Neuza de Farias Araújo traçam um esboço das lutas das mulheres a partir das discriminações por elas sofridas e das grandes mudanças ocorridas, retratando os saltos das mulheres rumo ao sucesso, oportunizando conquistas sociais, políticas, econômicas e mesmo conquistas pessoais.

Danielly Sposito Pessoa de Melo, Bárbara Tereza Brandão Guerreiro Barbosa, Layane Victoria Ananias da Silva, Aryane Vitoria Poderoso Dantas e Mariane Cristine Silva Bastos relatam experiência de construção de diagnóstico e de intervenção com foco na construção, no âmbito laboral, da igualdade de oportunidades entre servidores e servidoras lotados/as na Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas (IFAL). Fabiana Nogueira Chaves escreve sobre experiência semelhante na UFAC, chamando atenção para que a experiência da sua universidade possa servir de referência para IES da região.

Fátima Lucia Carrera Guedes Dantas escreve sobre a formação educacional para empreender, de mulheres no Amapá, e os desafios a enfrentar. A autora espera que a pro-

posição inicial apresentada possa servir de referência para o debate sobre a construção de uma política pública para essas mulheres, em particular no aspecto formativo.

Simone Ramos da Silva Souza analisa a prostituição na cidade de Juazeiro, na Bahia, entre os anos de 1960 e 1980, cartografando espaços e trilhando os caminhos percorridos pelas mulheres que vivenciaram o cotidiano das casas de prostituição na cidade. Com o auxílio do conceito de gênero, analisa as vivências das prostitutas da cidade de Juazeiro, as críticas ao seu comportamento sexual e a medicalização do seu corpo.

Adrielle Souza de Jesus, Millani Souza de Almeida, Elionara Teixeira Boa Sorte, Pablo Luís Santos Couto e Larissa Silva de Abreu Rodrigues debate sobre o processo de formação e capacitação das (os) profissionais que assistem às mulheres em situação de aborto ou pós-aborto. A partir da percepção de profissionais de enfermagem sobre sua capacitação/formação acadêmica e profissional em relação ao aborto. A indiferença e discriminação das mulheres no pós-aborto podem está relacionadas à formação profissional, em cujas bases curriculares predominam as abordagens biológicas em detrimento da avaliação integral, incluindo seus elementos psíquico, social e espiritual, o que ocasiona limitações durante a assistência.

Gênero e Educação Não Formal

Os sistemas formais de ensino devem responder às normas e princípios gerais da educação nacional. Portanto, só acontecem dentro de instituições públicas ou privadas reconhecidas pelo Estado. Noutra direção, entende-se por educação não formal aquela que acontece em espaços sociais não formais, que não estão obrigados a seguir o prescrito na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A educação não formal, por conseguinte, acontece em diferentes contextos, na maioria das vezes sendo o contexto familiar a primeira instância que o indivíduo acessa. Para além das aprendizagens do universo doméstico, as pessoas aprendem no trabalho, na igreja, no lazer, nos serviços de saúde, entre outros.

Fundamentadas em Maria da Glória Gohn, reafirmamos que o conceito de educação não formal diz respeito a todas as aprendizagens que ocorrem “no mundo da vida”. Essas aprendizagens ocorrem através de processos diferenciados “de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas cotidianas”. Diferente da educação formal que está preocupada com os conteúdos historicamente produzidos pela humanidade, a educação informal preocupa-se com a socialização “os indivíduos, desenvolve hábitos, atitudes, comportamentos, modos de pensar e de se expressar no uso da linguagem, segundo valores e crenças de grupos que se frequenta ou que pertence por herança, desde o nascimento” (GOHN, 2006, p. 29).

Fundamentada em referenciais da crítica feminista, dos estudos pós-coloniais, da pedagogia freireana e dos fundamentos da investigação da ação participativa, Gohn afirma que a educação não formal contribui com a reflexão sobre a produção e transmissão de conhecimento fora dos contextos institucionais de educação (GOHN, 2006), em nossa opinião, espaços importantes de formação e qualificação cidadã, haja vista que a escola – com raras exceções, e mesmo com toda a produção da teoria crítica e pós-crítica do currículo

(SILVA, 2012) – segue uma educação que reproduz modelos únicos de pensamento, valores e crenças fundamentalistas, desconhecendo, desrespeitando e não acolhendo a diversidade. Nesse sentido, os trabalhos dessa subárea são relevantes para confrontar educação formal e informal.

Apesar dessas críticas à versão formal da educação, é importante reconhecer que:

Do ponto de vista institucional, foi criada uma secretaria específica responsável pelas políticas direcionadas às populações excluídas no âmbito do Ministério da Educação – a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI). No plano legal, foram concebidos instrumentos como a lei que incluiu no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” (Lei nº 10.639/2003) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004). Com relação à valorização da multiétnicidade e do plurilinguismo relativos aos Povos Indígenas, foi concebida a Lei nº 11.645/2008 que tornou obrigatória a inserção nos currículos das escolas brasileiras a temática das Culturas e das Histórias dos Povos Indígenas (BRASIL, 2014, p. 10).

Somado a essas iniciativas, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – que no atual contexto histórico perdeu o status de ministério – ao longo dos anos de 2000, provocou, capitaneou uma série de iniciativas resultantes das determinações de diferentes conferências de políticas para as mulheres, para a educação brasileira, sendo o Curso Gênero e Diversidade na Escola, o Prêmio Mulher e Ciência, o selo Pró-Equidade de Gênero e Raça, entre outros, decisões importantes para garantir que a igualdade entre homens e mulheres, prevista constitucionalmente, se efetive no seio da sociedade brasileira.

Dessa maneira, os 5 trabalhos situados nessa subárea apontam para a importância do estreitamento do diálogo entre educação formal e informal, de maneira a qualificar as agendas públicas no campo da educação inclusiva. Dois estudos desse conjunto investigam os grupos de autorreflexão ou autoconsciência. Em seu texto, Camila de Melo Santana e Denise Maria Botelho olham para a metodologia da autorreflexão nos movimentos feministas da região metropolitana do Recife em seu processo educativo para construção da identidade e do sujeito político feminista, bem como para a auto-organização e fortalecimento das mulheres. Na mesma direção, Fabiana Moura Paulino, em pesquisa de mestrado, busca refletir sobre ações formativas realizadas com mulheres através de grupos de autoconsciência.

Vanessa Nascimento Machado apresenta resultados de pesquisa-ação que buscou realizar grupos de oficinas educativas sobre educação sexual de mulheres usuárias do consultório de enfermagem em sexualidade humana do município de Alagoinhas-BA. A partir da identificação dos saberes das mulheres em relação às suas sexualidades, a pesquisa pretendeu contribuir no processo de empoderamento e emancipação das mulheres, no que diz respeito à vivência da sexualidade e no que tange à promoção da saúde e ao reconhecimento dos seus próprios valores e crenças.

A proposta de Silvana Silva do Nascimento tem como foco apenas a análise da Política de Assistência Social, apresentando a mulher negra como sua maior beneficiária através dos programas de transferência de renda. A autora apresenta uma boa análise da evolução

dessa política, mas não estabelece vínculos que possam fortalecer seu estudo no campo da educação não formal.

Encaminhamentos do gt gênero, educação e inclusão

Este artigo se propôs a visibilizar as contribuições do GT 1 para a produção do conhecimento que conecta gênero, educação e inclusão educacional, a partir do mapeamento da produção científica do GT - Gênero, Educação e Inclusão (GEI) para o XIX Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero – REDOR, realizado na Universidade Federal de Sergipe em 2016. O processo inicial de categorização revelou cinco blocos temáticos (subáreas) de trabalhos, numa segunda sistematização foram redistribuídos em seis, sendo por ordem de demanda de trabalho, os seguintes: Gênero e Educação Superior o que mais concentrou propostas, seguido por Gênero e Educação Básica, Gênero e Diversidade na Escola, Gênero e História das Mulheres, Gênero, Educação e Trabalho e, Gênero e Educação não Formal, respectivamente.

No que diz respeito às categorias de análise, os estudos confirmam análises fundamentadas em perspectivas teóricas situadas nos campos dos estudos feministas de base Estruturalista, Pós-estruturalista, Crítico e *Queer*, embora esta última ainda se apresente apenas em alguns estudos do GEI. Em sendo um GT que dialoga com a educação, percebe-se que algumas autoras e autores têm sido recorrentemente citadas/os, a exemplo dos estudos de Louro (1995, 1999, 2003a; 2003b), Joan Scott (1991) e Pierre Bourdieu (1999). No viés metodológico percebe-se que a maioria demarca o viés qualitativo, dialogando com as diferentes facetas de pesquisas situadas neste universo. Entretanto, as pesquisas que mais detalham o recorte de dado são aquelas que emergem de trabalhos *strictu sensu* (mestrado e doutorado), bem como aquelas que surgem de Grupos de Pesquisas em Gênero e temáticas correlatas.

Parece-nos que o recorte da inclusão deu ao GT potencialidades, no sentido de acolher trabalhos que dialogam com as questões relacionadas à homofobia, às questões étnico-raciais, à deficiência, entre outras. Essa ampliação nos impõe o desafio de explicitar a ementa divulgada com a clareza suficiente para orientar as pessoas que se interessam em inserir sua produção nesta área. Nesta ótica, identificamos neste encontro da REDOR trabalhos que poderiam ter sido acolhidos em outros GTs, a postura de aceite com relação a alguns foi exclusivamente política, em resposta a atual conjuntura de retrocessos no que diz respeito à Educação para a Diversidade. Nessa direção, propomos que a inscrição possa prever mais de uma opção de GT, numa ordem de prioridade indicada pelos/as autores/as.

Por fim, a análise revelou crescimento de pesquisas que fazem interface com o GT, especialmente no Ensino Superior, o que pode indicar a necessidade de subdivisões dentro do GT 1, ou de se criar GT específico que abarque as temáticas Gênero, Educação Superior e História das Mulheres.

Referências bibliográficas

ALVES, José Eustáquio Diniz; CAVENAGHI, Suzana Marta. Indicadores de Desigualdade de Gênero no Brasil. **Dossiê Análises Quantitativas e Indicadores Sociais**, Mediações, Londrina, v. 18, n. 1, p. 83-105, 2013.

ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS (AMB). **Políticas públicas para igualdade: balanço de 2003 a 2010 e desafios do presente**/Secretária Executiva da AMB - Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense – Brasília: CFEMEA, 2011.

BARBOSA, Bárbara Tereza Brandão Guerreiro; SILVA, Layane Victoria Ananias da; DANTAS, Aryane Vitoria Poderoso; BASTOS, Mariane Cristine Silva. Equidade de gênero e raça: novas concepções na gestão de pessoas e na cultura organizacional de um Instituto Federal de Educação. Sergipe: UFS, 2016. (19º Encontro Internacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero).

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRASIL. IBGE. **Mulher no mercado de trabalho: perguntas e respostas**, 2010. Disponível em: <http://ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/Mulher_Mercado_Trabalho_Perg_Resp.pdf>. Acesso: 04 set. 2016.

BRASIL. **Relatório educação para todos no Brasil 2000-2015**. Versão Preliminar, 2014. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15774-ept-relatorio-06062014&Itemid=30192>. Acesso em: 04 set. 2016.

BRUSCHINI, Cristina et al. Trabalho, renda e políticas sociais: avanços e desafios. In: BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY, Jacqueline. (Orgs.). **O progresso das mulheres no Brasil 2003-2010**. Rio de Janeiro: CEPia; Brasília: ONU Mulheres, 2011.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cad. Pesqui.** [online]. v. 37, n.132, p.537-572, 2007. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742007000300003>>. Acesso em: 04 set. 2016.

CABRAL, Carla. O conhecimento dialogicamente situado: consciência crítica de ciência, tecnologia e gênero. In: SEMINÁRIO FAZENDO GÊNERO, 7. Florianópolis, 2006. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2006. p. 1-7.

CARRARA, Sergio et al. (Orgs.). **Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais**. Livro de conteúdo. Versão 2009. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de; FREITAS, Mayanne Júlia Tomaz; SILVA, Karina Ingredy Leite da. Origens e desafios dos núcleos de estudos de gênero na educação superior no Norte e Nordeste do Brasil. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPEd, 37. Florianópolis, 2015. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2015, s/p.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de; FREITAS, Mayanne Júlia Tomaz. Trajetórias e perspectivas de fundadoras/es de núcleos e grupos de estudos de gênero articulados à

REDOR. Sergipe: UFS, 2016. (19º Encontro Internacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero).

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa; RABAY, Gloria; SILVA, Lucimeiry Batista da. **Carreiras docentes de mulheres em departamentos masculinos**: mudanças geracionais. Florianópolis: Fazendo Gênero 10, UFSC, 2013.

CASTAÑEDA SALGADO, Martha Patricia. **Metodología de la investigación feminista**. Guatemala: Fundación Guatemala y CEIICH/UNAM, 2008.

CFEMEA. Redução da desigualdade de gênero entra como desafio do planejamento do governo. In: **Jornal CFEMEA**, Centro Feminista de Estudos e Assessoria, Brasília-DF, ano 15, n. 176, out. 2014, p.1. Disponível em:

<http://www.cfemea.org.br/index.php?view=category&id=410%3Anumero-176-outubro-de-2014&option=com_content&Itemid=129>. Acesso em: 26 set. 2016.

CHAVES, Fabiana Nogueira. A construção de um plano para a promoção da igualdade de gênero na UFAC. Sergipe: UFS, 2016. (19º Encontro Internacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero).

COSTA, Maria Conceição da. Ainda somos poucas. Exclusão e invisibilidade na ciência. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 27, p. 455-459, jul./dez. 2006.

CRUZ, Maria Helena Santana. **Mapeando diferenças de gênero no ensino superior da Universidade Federal de Sergipe**. Aracaju: Editora da UFS, 2012.

FERREIRA, Elizabeth Regina Silva; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa. Mapeamento do desenvolvimento da produção científica nos GT da REDOR no período 1992-2012. **Relatório Final**. Projeto PIBIC 2014/2015; CNPq/UFPB, 2015.

FURLANI, Jimena. **Educação sexual na sala de aula**: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso; MICHELS, Maria Helena. A emergência do termo “Sistema Educacional Inclusivo” e suas implicações na política educacional brasileira. In: ANPED SUL, 10, Florianópolis, 2014. **Anais...**, Florianópolis: UFSC, 2014, s/p

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.14, n. 50, p. 27-38, jan./mar. 2006.

HERINGER, Rosana; SILVA, Joselina da. Diversidade, relações raciais e étnicas e de gênero no Brasil contemporâneo. In: BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY, Jacqueline (Orgs.). **O progresso das mulheres no Brasil 2003–2010**. Rio de Janeiro: CEPia; Brasília: ONU Mulheres, 2011, p. 270-301.

HIRATA, Helena. O cuidado em domicílio na França e no Brasil. In: ABREU, Alice Rangeu Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa. (Orgs.). **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. Tradução de Carol de Paula. São Paulo: Bomtempo, 2016, p. 193-202.

KERGOAT, Danièle. Cuidado e a imbricação das relações sociais. In: ABREU, Alice Ranguê Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa. (Orgs.). *Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais*. Tradução de Carol de Paula. São Paulo: Bomtempo, 2016, p.17-26.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, história e educação: construção e desconstrução. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995.

_____. Pedagogia da sexualidade. In: **O corpo educado**. Guacira Lopes Louro L.(Org.). Belo Horizonte: Autêntica, 1999, 1-21.

_____. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003a.

_____. Currículo, gênero e sexualidade: o “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”. In: LOURO, Guacira L.; NECKEL, Jane; GOELLNER, Silvana (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003b, p.41-51.

MELO, Hildete Pereira de; LASTRES, Helena Maria Martins. Mulher, ciência e tecnologia no Brasil. In: **Proyecto iberoamericano de ciencia, tecnología y género** (GENTEC): reporte iberoamericano. Madrid: OEI/UNESCO, 2004.

MELO, Danielly S. P. de. Igualdade de oportunidades na educação: análise da situação laboral de servidores e servidoras do IFAL. Sergipe: UFS, 2016. (19º Encontro Internacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero).

OLIVEIRA, Ana Carla M. de. A formação do professor e o processo de feminização do magistério no Brasil. Sergipe: UFS, 2016. (19º Encontro Internacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero).

ONU MULHERES. **O progresso das mulheres no Brasil 2003–2010**. Organizado por Leila Linhares Barsted e Jacqueline Pitanguy. Rio de Janeiro: CEPia; Brasília: ONU Mulheres, 2011.

PADILHA, Laura. C. “A diferença interroga o cânone”. In: SCHMIDT, Rita T (Org.). **Mulheres e literatura: (trans)formando identidades**. Porto Alegre: Palloti, 1997, p. 61-70.

PAIXÃO, Sílvia. P. “A literatura feminina e o cânone”. In: SCHMIDT, Rita T. (Org.). **Mulheres e literatura: (trans)formando identidades**. Porto Alegre: Palloti, 1997, p. 71-78.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (Orgs.). **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Mulheres, 1998, p.19-45.

ROSEMBERG, Fúlvia; MADSEN, Nina. Educação formal, mulheres e gênero no Brasil contemporâneo. In: BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY, Jacqueline. **O progresso das mulheres no Brasil 2003–2010**. Rio de Janeiro: CEPia; Brasília: ONU Mulheres, 2011, p. 390-434.

SCHIEBINGER, Londa. **O feminismo mudou a ciência?** Bauru, SP: EDUSC, 2001.

SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Recife: SOS Corpo, 1991.

SEVERINO, Antônio J. **Metodologia do trabalho científico**. 19. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

SILVA, Karina Ingredy Leite da; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. **Mapeamento do desenvolvimento da produção científica nos GT da REDOR em cinco encontros**. Recife:

UFRPE, 2014. (18º Encontro Internacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero).

SILVA, Tomaz T. da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

VIANNA Cláudia P.; UNBEHAUM, Sandra. O gênero nas políticas de educação no Brasil: 1988-2002. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 34, n. 121, p. 77-104, jan./abr. 2004a.

_____. Gênero e políticas públicas de educação: impasses e desafios para a legislação educacional brasileira. In: **Educar para a igualdade**: gênero e educação escolar. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher/ Secretaria Municipal de Educação, 2004b, p. 39.

APOIO:

